

Formulário para Solicitação de Autorização de Inexigibilidade de Licitação

Unidade Solicitante:

Coordenação de Licitação

Objeto:

Contratação de empresa para prestação de serviços especializados de consultoria e capacitação referente ao novo marco legal instituído pela Lei Federal nº 14.133/2021

Finalidade / Objetivo da Contratação:

Revisão, readequação e padronização de documentos ao novo marco legal instituído pela Lei Federal nº 14.133/2021, e treinamento de servidores do MPBA envolvidos nos processos de contratações públicas, visando a formação, desenvolvimento e capacitação teórico-prático de acordo com a Nova Lei Federal nº 14.133/2021.

Fornecedor Selecionado

1 - Fornecedor (Nome/Razão Social):

LICITAK CONSULTORIA, ASSESSORIA E GESTAO LTDA

1 - Endereço:

R EWERTON VISCO, nº 290, EDF. BOULEVARD SIDE EMPRESARIAISALA 1901, CEP 41.820-022, bairro CAMINHO DAS ARVORES, SALVADOR-BA

1 - CPF/CNPJ:

36.598.253/0001-56

1 - Valor (R\$):

40.000,00

Anexar:

1 - Certidões - prova de regularidade do fornecedor escolhido, conforme descritas na base de conhecimento.

2 - Minuta do Contrato - Contrato preenchido com as informações orçamentárias (Código da Unidade Gestora, deverá ser verificado na Base de Conhecimento), quando for o caso.

3 - Procedimento Padrão do Contrato (Disponível da Base de Conhecimento).

Fiscais Do Contrato

Fiscal

Nome completo:

Monica Fabiane da Silva Sobrinho

Matrícula:

351.906

Suplente

Nome completo (suplente):

Carina dos Santos Pereira

Matrícula (suplente):

352528

Responsável pelo preenchimento:

Christian Heberth Silva Borges

Fundamentação Legal: Art. 60 Incisos I, II e II



Documento assinado eletronicamente por **Christian Heberth Silva Borges** em 09/01/2024, às 16:07, conforme Ato Normativo nº 047, de 15 de Dezembro de 2020 - Ministério Público do Estado da Bahia.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0924114** e o código CRC **5F585170**.

Comunicação Interna nº 1 / DCCL - LICITAÇÕES - APOIO ADM - COORDENAÇÃO DE LICITAÇÕES - DIRETORIA DE CONTRATOS, CONVÊNIOS E LICITAÇÕES

Em 08 de janeiro de 2024.

De: @Monica Fabiane da Silva Sobrinho@

Para: @Carlos Bastos Stucki@

Assunto: Solicitação de autorização para inexigibilidade de licitação

Encaminha-se a essa Diretoria, para análise, deliberação e, em caso de aprovação, adoção das providências de gestão administrativa/orçamentária cabíveis, a documentação a seguir descrita, necessária à composição de procedimento de autorização para inexigibilidade de licitação, visando a contratação de empresa para **prestação de serviços especializados de consultoria e assessoria** ao setor de compras, licitações e contratos administrativos do Ministério Público do Estado da Bahia, visando a revisão, readequação e padronização de documentos ao novo marco legal instituído pela Lei Federal nº 14.133/2021, e **serviços técnicos de treinamento In Company** visando a formação, desenvolvimento e capacitação teórico-prático de servidores envolvidos nos processos de contratações públicas do Ministério Público do Estado da Bahia de acordo com a Nova Lei Federal nº 14.133/2021, pontuando as alterações na instrução e condução dos processos licitatórios e contratos administrativos:

a) Termo de referência, no qual constam as justificativas da necessidade da contratação e da escolha da solução que se pretende adquirir:

a.1) Termo de Referência Consultoria;

a.2) Termo de Referência Capacitação;

b) Proposta da empresa:

b.1) Proposta referente à Consultoria;

b.2) Proposta referente à Capacitação;

c) Qualificação Técnico Profissional:

c.1) Profissional Iris Tatiuse Ribeiro

c.2) Profissional Annie Kelly Farias

d) Qualificação Operacional;

e) Certidões;

f) Consulta Regularidade do Empregador - FGTS (atualizada)

g) Habilitação Jurídica;

Com os nossos cordiais cumprimentos,

Monica Fabiane da Silva Sobrinho
Coordenação de Licitações
Coordenadora Administrativa I.
Matrícula 351.906



Documento assinado eletronicamente por **Monica Fabiane da Silva Sobrinho** em 09/01/2024, às 16:07, conforme Ato Normativo nº 047, de 15 de Dezembro de 2020 - Ministério Público do Estado da Bahia.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0923656** e o código CRC **745E418B**.

Salvador - BA, 08 de janeiro de 2024.

PROPOSTA COMERCIAL

Prezados,

Antecipadamente, expressamos nossa satisfação pela oportunidade desta proposta para prestação de serviços profissionais de consultoria.

Nossa proposta compreende a prestação de serviços especializados de consultoria e assessoria ao setor de compras, licitações e contratos administrativos do Ministério Público do Estado da Bahia, visando a revisão, readequação e padronização de documentos ao novo marco legal instituído pela Lei Federal nº 14.133/2021, conforme detalhamento anexo.

Desta forma, a **LICITAK** oferece um trabalho diferenciado, que além da preocupação com a qualidade técnica, conta com uma filosofia de serviços que prevê o pleno atendimento ao cliente, procurando agregar valor e garantir maior segurança na condução dos processos licitatórios de modo preventivo e contínuo.

No aguardo de que esta proposta atenda às vossas expectativas, permanecemos à disposição para quaisquer esclarecimentos que se façam necessários.

Atenciosamente,

Documento assinado digitalmente
gov.br ANNIE KELLY SANTANA DO NASCIMENTO FARIA
Data: 08/01/2024 21:20:33-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

LICITAK CONSULTORIA, ASSESSORIA E GESTÃO LTDA
CNPJ nº 36.598.253/0001-56



(71) 3480-8171
(71) 99287-7942
(71) 9 9196-1088



licitakconsultoria@gmail.com



Licitak Consultoria & Gestão



@licitakconsultoria

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	3
2. ARGUMENTAÇÃO	3
3. ESCOPO	4
4. PRAZO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS	5
5. VALOR DOS SERVIÇOS.....	5
6. TERMO DE CONFIDENCIALIDADE	6
7. INFORMAÇÕES DA EMPRESA	6
8. CURRÍCULO PROFISSIONAL [REDACTED].....	6
9. CONTATOS	7



(71) 3480-8171
(71) 99287-7942
(71) 9 9196-1088



licitakconsultoria@gmail.com



Licitak Consultoria & Gestão



@licitakconsultoria

1. INTRODUÇÃO

A Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos traz uma série de mudanças significativas no processo de compras e contratações do setor público. É essencial que as instituições se adaptem a essas mudanças o mais rapidamente possível para garantir a transparência e eficiência em suas aquisições. É aqui que a consultoria da **LicITAK** entra para te auxiliar.

Nosso objetivo é fornecer soluções personalizadas para a instituição, tendo como suporte uma equipe de consultores altamente especializada. Assim, a instituição estará preparada e segura para atuar em conformidade com a nova Lei de Licitações e que os seus servidores terão acesso às melhores práticas e oportunidades que a nova legislação oferece.

Nossos consultores irão trabalhar em estreita colaboração com a equipe da instituição para promover a adequação e padronização de documentos imprescindíveis para a utilização da Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos.

Isto posto, vimos atr[redacted] proposta de pr[redacted] or escopo a prestação de serviços especializados de consultoria e assessoria ao setor de compras, licitações e contratos administrativos do Ministério Público do Estado da Bahia, visando a revisão, readequação e padronização de documentos à Lei Federal nº 14.133/2021

2. ARGUMENTAÇÃO

Considerando a complexidade e abrangência da Lei Federal nº 14.133/2021, que instituiu novo marco legal para as contratações públicas, e visando assegurar a correta aplicabilidade desta legislação no cotidiano, propomos a contratação de empresa que forneça consultoria especializada posto que a referida lei trouxe alterações substanciais aos procedimentos licitatórios e contratuais e estas atualizações terão um grande impacto nos procedimentos laborais.

Com as diversas atualizações e mudanças nos procedimentos, faz-se necessária a disponibilização de artefatos relacionados à NLLC aos servidores que lidam diretamente com os trâmites em questão, buscando maior celeridade, economicidade, eficiência e segurança no gerenciamento dos processos licitatórios. Isto posto, merece ênfase o fato de a nova lei ter apresentado um cenário completamente novo e relativamente desconhecido dos agentes públicos, ao internalizar no regime geral de licitações instrumentos de planejamento e controle característicos de contratações tecnicamente complexas.

Por conseguinte, a pretensa contratação se justifica pela importância da necessidade de realizar diagnóstico, acompanhamento, personalizar e padronizar todos os documentos necessários para a operação e implantação da Lei Federal nº 14.133/2021 no âmbito do Ministério Público do Estado da Bahia, bem como, investir em um serviço de qualidade que contribua para o desenvolvimento dos servidores que atuam nas contratações públicas.



(71) 3480-8171
(71) 99287-7942
(71) 9 9196-1088



licitakconsultoria@gmail.com



Licitak Consultoria & Gestão



@licitakconsultoria

Outrossim, a contratação reveste-se de natureza predominantemente intelectual, subjetiva e que está levando em consideração a formação, a experiência e o conjunto de elementos intrínsecos da empresa. Ademais, a contratação por meio inexigibilidade de licitação, fundamenta-se na singularidade do serviço a ser prestado e na expertise específica da empresa selecionada. A complexidade técnica e jurídica envolvida na interpretação e aplicação da nova legislação demanda conhecimentos especializados, os quais somente uma consultoria com experiência comprovada pode oferecer.

Nesse sentido, a **LicITAK** oferece os serviços especializados de suporte, manutenção, apoio técnico e consultoria para implantação eficiente da Lei Federal nº 14.133/2021, proporcionando esclarecimentos e orientações, realizando a consultoria e assessoria completa e diferenciada, realizada por técnicos capacitados, evitando, assim, contratações mal conduzidas que resultem em prejuízo à Instituição e que possam resultar em apontamentos e penalizações por parte dos órgãos de controle, entre tanto outros.

3. ESCOPO

A **LicITAK** tem por escopo **serviços especializados para a melhoria ao setor de compras, licitações e contratos administrativos do Ministério Público do Estado da Bahia, visando a revisão, readequação e padronização de documentos, para utilização da Lei Federal nº 14.133/2021**, compreendendo as seguintes atividades:

ETAPA 1 - Avaliação diagnóstica

- Análise da estrutura organizacional do contratante;
- Entrevistas com os principais atores dos processos de contratação;
- Emissão de relatório conclusivo com propostas de ações e intervenções.

ETAPA 2 - Análise, revisão e elaboração de artefatos customizados

Contempla análise e adequação dos documentos da instituição e a elaboração pela equipe de consultores da **LicITAK** dos seguintes instrumentos, a serem entregues integralmente prontos para serem operacionalizados e utilizados pela instituição contratante, com base nos requisitos da Lei Federal nº 14.133/2021 e legislação estadual:

- Termos de Referências para modalidades licitatórias e contratações diretas;
- Minuta de Contrato;
- Minuta de Editais de pregão e concorrência para obras e serviços;
- Modelo de Estudo Técnico Preliminar;
- Base de conhecimento;
- Formulário - adequação orçamentária;
- Formulário - Documento de Oficialização da Demanda;
- Formulário - Informações Orçamentárias;
- Formulário - Solicitação de Autorização para Licitação;
- Formulário - Tabela de Preços Referenciais;
- Glossário.

A adequação a ser realizada nas minutas dos editais englobarão todas as modalidades comumente utilizadas, tais como: pregão, concorrência, bem como dispensa eletrônica.



(71) 3480-8171
(71) 99287-7942
(71) 9 9196-1088



licitakconsultoria@gmail.com



Licitak Consultoria & Gestão



@licitakconsultoria

As versões de documentos que serão apresentados e entregues pelos consultores da **LicitAK** abrangem as principais contratações realizadas pela instituição, tais como, produtos, equipamentos, serviços comuns, serviços contínuos, obras e serviços de engenharia.

ETAPA 3 – Apresentação dos produtos entregues.

ETAPA 4 – Suporte técnico

Contempla o suporte técnico prestado pela equipe de consultores da **LicitAK** para esclarecimento de dúvidas, bem como adequação dos documentos produzidos aos regulamentos estaduais posteriormente publicados.

OBSERVAÇÕES:

O escopo dos serviços de consultoria proposto pode ser modificado para melhor aderência às necessidades do contratante. Neste sentido, itens podem ser modificados, inseridos ou excluídos.

A ETAPA 3, relativa à apresentação dos produtos, será realizada à medida que os artefatos forem entregues e poderá ser modificada / ajustada conforme a demanda da contratante.

As consultorias poderão ser presenciais ou à distância, por meio de videoconferências. Além disso, poderão ser formuladas consultas por e-mail ou aplicativos de mensagens de modo a agilizar ainda mais o processo de migração para o novo regime de contratações públicas.

4. PRAZO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

O prazo para execução dos serviços propostos é de 06 (seis) meses, prorrogáveis de acordo com as necessidades do contratante.

Os serviços serão executados conforme cronograma abaixo:

ETAPAS	MESES					
	01	02	03	04	05	06
1.Avaliação diagnóstica	X					
2.Elaboração de artefatos	X	X				
3. Apresentação dos artefatos	X	X	X			
4. Suporte técnico	X	X	X	X	X	X



5. VALOR DOS SERVIÇOS

O valor mensal para prestação dos serviços é de R\$ 4.166,66 (quatro mil, cento e sessenta e seis mil reais e sessenta e seis centavos), totalizando o valor de R\$25.000,00 (vinte e cinco mil reais), já incluso todos os custos diretos e indiretos para sua execução.

6. TERMO DE CONFIDENCIALIDADE

Informações técnicas eventualmente obtidas durante a realização das atividades envolvidas nesta proposta comercial, como especificação, funcionamento, organização ou desempenho do cliente serão tidas como confidenciais e sigilosas.

7. INFORMAÇÕES DA EMPRESA

A **LicitAK** se diferencia no mercado por oferecer serviços multidisciplinares para a administração pública, possuindo em seu quadro profissionais que atuam há mais de 13 anos oferecendo serviços especializados para o setor público, sendo focada em inovação e aprimoramento da gestão, caminhando com seus clientes com foco em resultados.

Nossa equipe é composta por técnicos altamente capacitados, com capital intelectual diferenciado e com vasta experiência prática na área pública, agrega conhecimentos jurídicos, gerenciais e administrativos que fazem a diferença em favor de nossos clientes.

Sendo assim, prestamos um serviço completo, eficiente e personalizado, pautado na ética profissional. Além da sólida formação acadêmica e grande experiência profissional, a atualização e aprimoramento do capital intelectual é nosso principal investimento.

8. CURRÍCULO PROFISSIONAL



IRIS TATIUSE SILVA RIBEIRO

Servidora pública do município de Salvador, mais de 13 anos de experiência na área de Licitações; Atuou como: Assessora Jurídica na SUCOM (SEDUR); Presidente da Comissão de Licitação e Pregoeira nos municípios de Lauro de Freitas e Salvador; Assessora do Gabinete da Secretaria da Educação de Salvador na Seção de Contratos. Atualmente faz parte da Comissão de Licitação da SECRETARIA DE PROMOÇÃO SOCIAL, COMBATE À POBREZA, ESPORTES E LAZER - SEMPRE. Atua, ainda, como Instrutora Interna da Secretaria de Gestão de Salvador, ministrando cursos de capacitação para os servidores e agentes públicos na área de licitações e contratos. Membro do Grupo de Trabalho Intersetorial para regulamentação e implementação da Lei nº 14.133/2021 no município de Salvador-Ba.



(71) 3480-8171
(71) 99287-7942
(71) 9 9196-1088



licitakconsultoria@gmail.com



Licitak Consultoria & Gestão



@licitakconsultoria



ANNIE KELLY SANTANA DO NASCIMENTO FARIAS

Advogada atuante no ramo do Direito Público, com sólida experiência na área de Licitações Públicas e Contratos Administrativos. Especializada em Direito e Processo do Trabalho. Pós-graduanda em Licitações e Contratos Administrativos. Atuou como: Coordenadora do Setor de Auditoria Interna da SUCAB – Superintendência de Construções Administrativas da Bahia; Analista de Licitações da Diretoria de Infraestrutura; Assessora do Gabinete da Secretaria da Educação de Salvador/BA; Coordenadora do Núcleo de Contratos e instrumentos congêneres da Secretaria Municipal da Educação de Salvador/BA. Atualmente, atua como Analista e Consultora Jurídica da ASLIC – Assessoria de Licitações da Secretaria Municipal da Educação em Salvador/BA. Presta, ainda, consultoria nas áreas de licitações, contratos e convênios para órgãos públicos e privados.

9. CONTATOS

A empresa se coloca à disposição para esclarecer dúvidas pertinentes a presente proposta através dos canais de contato abaixo:

• (71) 99287-7942 • (71) 99196-1088

E-mail: licitakconsultoria@gmail.com



(71) 3480-8171
(71) 99287-7942
(71) 9 9196-1088



licitakconsultoria@gmail.com



Licitak Consultoria & Gestão



@licitakconsultoria

Salvador - BA, 08 de janeiro de 2024.

PROPOSTA COMERCIAL

Prezados,

Antecipadamente, expressamos nossa satisfação pela oportunidade desta proposta para prestação de serviços profissionais de consultoria.

Nossa proposta compreende a prestação de serviços especializados de consultoria e assessoria ao setor de compras, licitações e contratos administrativos do Ministério Público do Estado da Bahia, visando a revisão, readequação e padronização de documentos ao novo marco legal instituído pela Lei Federal nº 14.133/2021, conforme detalhamento anexo.

Desta forma, a **LICITAK** oferece um trabalho diferenciado, que além da preocupação com a qualidade técnica, conta com uma filosofia de serviços que prevê o pleno atendimento ao cliente, procurando agregar valor e garantir maior segurança na condução dos processos licitatórios de modo preventivo e contínuo.

No aguardo de que esta proposta atenda às vossas expectativas, permanecemos à disposição para quaisquer esclarecimentos que se façam necessários.

Atenciosamente,

Documento assinado digitalmente
gov.br ANNIE KELLY SANTANA DO NASCIMENTO FARIA
Data: 08/01/2024 21:20:33-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

LICITAK CONSULTORIA, ASSESSORIA E GESTÃO LTDA
CNPJ nº 36.598.253/0001-56



(71) 3480-8171
(71) 99287-7942
(71) 9 9196-1088



licitakconsultoria@gmail.com



Licitak Consultoria & Gestão



@licitakconsultoria

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	3
2. ARGUMENTAÇÃO	3
3. ESCOPO	4
4. PRAZO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS	5
5. VALOR DOS SERVIÇOS.....	5
6. TERMO DE CONFIDENCIALIDADE	6
7. INFORMAÇÕES DA EMPRESA	6
8. CURRÍCULO PROFISSIONAL [REDACTED].....	6
9. CONTATOS	7



(71) 3480-8171
(71) 99287-7942
(71) 9 9196-1088



licitakconsultoria@gmail.com



Licitak Consultoria & Gestão



@licitakconsultoria

1. INTRODUÇÃO

A Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos traz uma série de mudanças significativas no processo de compras e contratações do setor público. É essencial que as instituições se adaptem a essas mudanças o mais rapidamente possível para garantir a transparência e eficiência em suas aquisições. É aqui que a consultoria da **LicITAK** entra para te auxiliar.

Nosso objetivo é fornecer soluções personalizadas para a instituição, tendo como suporte uma equipe de consultores altamente especializada. Assim, a instituição estará preparada e segura para atuar em conformidade com a nova Lei de Licitações e que os seus servidores terão acesso às melhores práticas e oportunidades que a nova legislação oferece.

Nossos consultores irão trabalhar em estreita colaboração com a equipe da instituição para promover a adequação e padronização de documentos imprescindíveis para a utilização da Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos.

Isto posto, vimos atr[redacted] proposta de pr[redacted] or escopo a prestação de serviços especializados de consultoria e assessoria ao setor de compras, licitações e contratos administrativos do Ministério Público do Estado da Bahia, visando a revisão, readequação e padronização de documentos à Lei Federal nº 14.133/2021

2. ARGUMENTAÇÃO

Considerando a complexidade e abrangência da Lei Federal nº 14.133/2021, que instituiu novo marco legal para as contratações públicas, e visando assegurar a correta aplicabilidade desta legislação no cotidiano, propomos a contratação de empresa que forneça consultoria especializada posto que a referida lei trouxe alterações substanciais aos procedimentos licitatórios e contratuais e estas atualizações terão um grande impacto nos procedimentos laborais.

Com as diversas atualizações e mudanças nos procedimentos, faz-se necessária a disponibilização de artefatos relacionados à NLLC aos servidores que lidam diretamente com os trâmites em questão, buscando maior celeridade, economicidade, eficiência e segurança no gerenciamento dos processos licitatórios. Isto posto, merece ênfase o fato de a nova lei ter apresentado um cenário completamente novo e relativamente desconhecido dos agentes públicos, ao internalizar no regime geral de licitações instrumentos de planejamento e controle característicos de contratações tecnicamente complexas.

Por conseguinte, a pretensa contratação se justifica pela importância da necessidade de realizar diagnóstico, acompanhamento, personalizar e padronizar todos os documentos necessários para a operação e implantação da Lei Federal nº 14.133/2021 no âmbito do Ministério Público do Estado da Bahia, bem como, investir em um serviço de qualidade que contribua para o desenvolvimento dos servidores que atuam nas contratações públicas.



(71) 3480-8171
(71) 99287-7942
(71) 9 9196-1088



licitakconsultoria@gmail.com



Licitak Consultoria & Gestão



@licitakconsultoria

Outrossim, a contratação reveste-se de natureza predominantemente intelectual, subjetiva e que está levando em consideração a formação, a experiência e o conjunto de elementos intrínsecos da empresa. Ademais, a contratação por meio inexigibilidade de licitação, fundamenta-se na singularidade do serviço a ser prestado e na expertise específica da empresa selecionada. A complexidade técnica e jurídica envolvida na interpretação e aplicação da nova legislação demanda conhecimentos especializados, os quais somente uma consultoria com experiência comprovada pode oferecer.

Nesse sentido, a **LicITAK** oferece os serviços especializados de suporte, manutenção, apoio técnico e consultoria para implantação eficiente da Lei Federal nº 14.133/2021, proporcionando esclarecimentos e orientações, realizando a consultoria e assessoria completa e diferenciada, realizada por técnicos capacitados, evitando, assim, contratações mal conduzidas que resultem em prejuízo à Instituição e que possam resultar em apontamentos e penalizações por parte dos órgãos de controle, entre tanto outros.

3. ESCOPO

A **LicITAK** tem por escopo **serviços especializados para a melhoria ao setor de compras, licitações e contratos administrativos do Ministério Público do Estado da Bahia, visando a revisão, readequação e padronização de documentos, para utilização da Lei Federal nº 14.133/2021**, compreendendo as seguintes atividades:

ETAPA 1 - Avaliação diagnóstica

- Análise da estrutura organizacional do contratante;
- Entrevistas com os principais atores dos processos de contratação;
- Emissão de relatório conclusivo com propostas de ações e intervenções.

ETAPA 2 - Análise, revisão e elaboração de artefatos customizados

Contempla análise e adequação dos documentos da instituição e a elaboração pela equipe de consultores da **LicITAK** dos seguintes instrumentos, a serem entregues integralmente prontos para serem operacionalizados e utilizados pela instituição contratante, com base nos requisitos da Lei Federal nº 14.133/2021 e legislação estadual:

- Termos de Referências para modalidades licitatórias e contratações diretas;
- Minuta de Contrato;
- Minuta de Editais de pregão e concorrência para obras e serviços;
- Modelo de Estudo Técnico Preliminar;
- Base de conhecimento;
- Formulário - adequação orçamentária;
- Formulário - Documento de Oficialização da Demanda;
- Formulário - Informações Orçamentárias;
- Formulário - Solicitação de Autorização para Licitação;
- Formulário - Tabela de Preços Referenciais;
- Glossário.

A adequação a ser realizada nas minutas dos editais englobarão todas as modalidades comumente utilizadas, tais como: pregão, concorrência, bem como dispensa eletrônica.



(71) 3480-8171
(71) 99287-7942
(71) 9 9196-1088



licitakconsultoria@gmail.com



Licitak Consultoria & Gestão



@licitakconsultoria

As versões de documentos que serão apresentados e entregues pelos consultores da **LicitAK** abrangem as principais contratações realizadas pela instituição, tais como, produtos, equipamentos, serviços comuns, serviços contínuos, obras e serviços de engenharia.

ETAPA 3 – Apresentação dos produtos entregues.

ETAPA 4 – Suporte técnico

Contempla o suporte técnico prestado pela equipe de consultores da **LicitAK** para esclarecimento de dúvidas, bem como adequação dos documentos produzidos aos regulamentos estaduais posteriormente publicados.

OBSERVAÇÕES:

O escopo dos serviços de consultoria proposto pode ser modificado para melhor aderência às necessidades do contratante. Neste sentido, itens podem ser modificados, inseridos ou excluídos.

A ETAPA 3, relativa à apresentação dos produtos, será realizada à medida que os artefatos forem entregues e poderá ser modificada / ajustada conforme a demanda da contratante.

As consultorias poderão ser presenciais ou à distância, por meio de videoconferências. Além disso, poderão ser formuladas consultas por e-mail ou aplicativos de mensagens de modo a agilizar ainda mais o processo de migração para o novo regime de contratações públicas.

4. PRAZO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

O prazo para execução dos serviços propostos é de 06 (seis) meses, prorrogáveis de acordo com as necessidades do contratante.

Os serviços serão executados conforme cronograma abaixo:

ETAPAS	MESES					
	01	02	03	04	05	06
1.Avaliação diagnóstica	X					
2.Elaboração de artefatos	X	X				
3. Apresentação dos artefatos	X	X	X			
4. Suporte técnico	X	X	X	X	X	X



5. VALOR DOS SERVIÇOS

O valor mensal para prestação dos serviços é de R\$ 4.166,66 (quatro mil, cento e sessenta e seis mil reais e sessenta e seis centavos), totalizando o valor de R\$25.000,00 (vinte e cinco mil reais), já inclusos todos os custos diretos e indiretos para sua execução.

6. TERMO DE CONFIDENCIALIDADE

Informações técnicas eventualmente obtidas durante a realização das atividades envolvidas nesta proposta comercial, como especificação, funcionamento, organização ou desempenho do cliente serão tidas como confidenciais e sigilosas.

7. INFORMAÇÕES DA EMPRESA

A **LicitAK** se diferencia no mercado por oferecer serviços multidisciplinares para a administração pública, possuindo em seu quadro profissionais que atuam há mais de 13 anos oferecendo serviços especializados para o setor público, sendo focados em inovação e aprimoramento da gestão, caminhando com seus clientes com foco em resultados.

Nossa equipe é composta por técnicos altamente capacitados, com capital intelectual diferenciado e com vasta experiência prática na área pública, agrega conhecimentos jurídicos, gerenciais e administrativos que fazem a diferença em favor de nossos clientes.

Sendo assim, prestamos um serviço completo, eficiente e personalizado, pautado na ética profissional. Além da sólida formação acadêmica e grande experiência profissional, a atualização e aprimoramento do capital intelectual é nosso principal investimento.

8. CURRÍCULO PROFISSIONAL



IRIS TATIUSE SILVA RIBEIRO

Servidora pública do município de Salvador, mais de 13 anos de experiência na área de Licitações; Atuou como: Assessora Jurídica na SUCOM (SEDUR); Presidente da Comissão de Licitação e Pregoeira nos municípios de Lauro de Freitas e Salvador; Assessora do Gabinete da Secretaria da Educação de Salvador na Seção de Contratos. Atualmente faz parte da Comissão de Licitação da SECRETARIA DE PROMOÇÃO SOCIAL, COMBATE À POBREZA, ESPORTES E LAZER - SEMPRE. Atua, ainda, como Instrutora Interna da Secretaria de Gestão de Salvador, ministrando cursos de capacitação para os servidores e agentes públicos na área de licitações e contratos. Membro do Grupo de Trabalho Intersetorial para regulamentação e implementação da Lei nº 14.133/2021 no município de Salvador-Ba.



(71) 3480-8171
(71) 99287-7942
(71) 9 9196-1088



licitakconsultoria@gmail.com



Licitak Consultoria & Gestão



@licitakconsultoria



ANNIE KELLY SANTANA DO NASCIMENTO FARIAS

Advogada atuante no ramo do Direito Público, com sólida experiência na área de Licitações Públicas e Contratos Administrativos. Especializada em Direito e Processo do Trabalho. Pós-graduanda em Licitações e Contratos Administrativos. Atuou como: Coordenadora do Setor de Auditoria Interna da SUCAB – Superintendência de Construções Administrativas da Bahia; Analista de Licitações da Diretoria de Infraestrutura; Assessora do Gabinete da Secretaria da Educação de Salvador/BA; Coordenadora do Núcleo de Contratos e instrumentos congêneres da Secretaria Municipal da Educação de Salvador/BA. Atualmente, atua como Analista e Consultora Jurídica da ASLIC – Assessoria de Licitações da Secretaria Municipal da Educação em Salvador/BA. Presta, ainda, consultoria nas áreas de licitações, contratos e convênios para órgãos públicos e privados.

9. CONTATOS

A empresa se coloca à disposição para esclarecer dúvidas pertinentes a presente proposta através dos canais de contato abaixo:

• (71) 99287-7942 • (71) 99196-1088

E-mail: licitakconsultoria@gmail.com



(71) 3480-8171
(71) 99287-7942
(71) 9 9196-1088



licitakconsultoria@gmail.com



Licitak Consultoria & Gestão



@licitakconsultoria

Salvador - BA, 27 de dezembro de 2023.

PROPOSTA COMERCIAL

Prezados,


Antecipadamente, expressamos nossa satisfação pela oportunidade desta proposta para prestação de serviços profissionais.

Nossa proposta compreende a prestação de serviços técnicos de treinamento *In Company* visando a formação, desenvolvimento e capacitação teórica-prática de servidores envolvidos nos processos de contratações públicas de acordo com a Nova Lei Federal nº 14.133/2021, pontuando as alterações na instrução e condução dos processos licitatórios e contratos administrativos.

Desta forma, a **LICITAK** oferece um trabalho diferenciado, que além da preocupação com a qualidade técnica, conta com uma filosofia de serviços que prevê o pleno atendimento ao cliente, procurando agregar valor e garantir maior segurança na condução dos processos licitatórios de modo preventivo e contínuo.

No aguardo de que esta proposta atenda às vossas expectativas, permanecemos à disposição para quaisquer esclarecimentos que se façam necessários.

Atenciosamente,

Documento assinado digitalmente
 ANNIE KELLY SANTANA DO NASCIMENTO FARIA
Data: 28/12/2023 10:03:29-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

LICITAK CONSULTORIA, ASSESSORIA E GESTÃO LTDA
CNPJ nº 36.598.253/0001-56



(71) 3480-8171
(71) 99287-7942
(71) 9 9196-1088



licitakconsultoria@gmail.com



Licitak Consultoria & Gestão



@licitakconsultoria

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	3
2. ARGUMENTAÇÃO	3
3. ESCOPO	4
4. PRAZO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS	5
5. VALOR DOS SERVIÇOS.....	5
6. TERMO DE CONFIDENCIALIDADE	5
7. INFORMAÇÕES DA EMPRESA	5
8. CURRÍCULO PROFISSIONAL [REDACTED].....	6
9. CONTATOS	7



(71) 3480-8171
(71) 99287-7942
(71) 9 9196-1088



licitakconsultoria@gmail.com



Licitak Consultoria & Gestão



@licitakconsultoria

1. INTRODUÇÃO

A Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos traz uma série de mudanças significativas no processo de compras e contratações do setor público. É essencial que as instituições se adaptem a essas mudanças o mais rápido possível para garantir a transparência e eficiência em suas aquisições. É aqui que a consultoria da **LICITAK** entra para te auxiliar.

Nosso objetivo é fornecer soluções personalizadas para a instituição, tendo como suporte uma equipe de consultores altamente especializada. Assim, a instituição estará preparada e segura para atuar em conformidade com a nova Lei de Licitações e que os seus servidores terão acesso às melhores práticas e oportunidades que a nova legislação oferece.

Nossos consultores irão trabalhar em estreita colaboração com a equipe da instituição para promover a capacitação e o desenvolvimento imprescindíveis para que os servidores utilizem a Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos de forma eficiente.

Isto posto, vimos através deste, apresentar proposta de preços, que tem por escopo a prestação de serviços técnicos de treinamento In Company visando a formação, desenvolvimento e capacitação teórico-prático dos servidores envolvidos nos processos de contratações públicas de acordo com a Nova Lei Federal nº 14.133/2021.

2. ARGUMENTAÇÃO

Considerando a complexidade e abrangência da Lei Federal nº 14.133/2021, que instituiu novo marco legal para as contratações públicas, e visando assegurar a correta aplicabilidade desta legislação no cotidiano, propomos a contratação de empresa que forneça consultoria especializada posto que a referida lei trouxe alterações substanciais aos procedimentos licitatórios e contratuais e estas atualizações terão um grande impacto nos procedimentos laborais.

Em 2021 foi publicada a Lei nº 14.133, que disciplina a Nova Lei de Licitações, que substituirá a Lei nº 8.666/1993, Lei nº 10.520/2002 e Lei nº 12.462/2011 e traz grandes alterações na instrução e condução dos processos licitatórios e contratos administrativos. Portanto, é imprescindível que as equipes sejam capacitadas de modo a se ambientarem com as mudanças.

Desta forma, pretende-se identificar e compreender os impactos da utilização da nova Lei e, com o respectivo treinamento, organizar as práticas e procedimentos para a implementação e utilização nas compras e contratações realizadas pelo Ministério Público do Estado da Bahia.

Nesse contexto, o treinamento inicialmente ocorrerá aos servidores que são pilares para a tramitação das áreas de licitações e contratos e tem por fundamento assegurar conhecimento prévio sobre a legislação em vigor e garantir maior segurança nos procedimentos executados e, posteriormente, serão treinadas às demais divisões.

Outrossim, o principal objetivo do treinamento é capacitar servidores a fim de que atuem nas contratações públicas da melhor forma possível, de maneira a instrumentalizar e conduzir os procedimentos adequadamente e dentro dos novos parâmetros legais.



Ademais, com as diversas atualizações e mudanças nos procedimentos, faz-se imprescindível a capacitação teórico-prática dos servidores que lidam diretamente com os trâmites em questão, buscando maior celeridade, economicidade, eficiência e segurança no gerenciamento dos processos licitatórios. Isto posto, merece ênfase o fato de a nova lei ter apresentado um cenário completamente novo e relativamente desconhecido dos agentes públicos, ao internalizar no regime geral de licitações instrumentos de planejamento e controle característicos de contratações tecnicamente complexas.

Nesse sentido, a **LicitAK** oferece os serviços especializados de treinamento e capacitação da Lei Federal nº 14.133/2021, proporcionando esclarecimentos e orientações, realizando a consultoria e assessoria completa e diferenciada, realizada por técnicos capacitados, evitando, assim, contratações malconduzidas que resultem em prejuízo à Instituição e que possam resultar em apontamentos e penalizações por parte dos órgãos de controle, entre tanto outros.

3. ESCOPO

A **LicitAK** tem por escopo a capacitação para implantação da Lei Federal nº 14.133/2021 junto a essa instituição, compreendendo as seguintes atividades:

- I. Capacitação a todos os envolvidos no processo de contratação sobre as principais novidades trazidas pela NLLC como orçamento sigiloso, combinação de modos de disputa aberto e fechado, treinamento do agente e comissão de contratação, elaboração de Termo de Referência, elaboração de editais, etc;
- II. Capacitação dos agentes de contratação, pregoeiros, comissões de contratação e técnicos do órgão envolvidos nos procedimentos licitatórios, realizada de forma interativa, com processo de treinamento dos servidores;
- III. Atendimento telepresenciais e disponibilização de serviços e suportes contínuos via telefone, e-mail, videoconferências e demais plataformas de comunicação.
- IV. O treinamento será ministrado presencialmente para 120 (cento e vinte) participantes, especificamente servidores que atuam diretamente nos processos licitatórios e de contratação.
- V. A carga horária total do curso será de 48 (quarenta e oito) horas (16 horas para cada turma), sendo aulas expositivas e dialogadas, ministradas pelos técnicos especialistas da Contratada.
- VI. As 48 (quarenta e oito) horas serão divididas em 04 (quatro) módulos, com 04 (quatro) horas cada, divisão do conteúdo em 4 aulas de 4 horas cada, para cada uma das turmas.

OBSERVAÇÕES:

1. As capacitações e treinamentos serão desenvolvidos nas **dependências do Órgão** e através conferência online e todas as outras ferramentas disponibilizadas pela tecnologia, diretamente pelos profissionais da CONTRATADA.



(71) 3480-8171
(71) 99287-7942
(71) 9 9196-1088



licitakconsultoria@gmail.com



Licitak Consultoria & Gestão



@licitakconsultoria

2. A Contratada prestará serviço presencial na sede da Contratante para capacitação e treinamento dos servidores, conforme **conteúdo programático a ser definido** com a Contratante.

3. Após emissão da ordem de serviço deverá ser agendada reunião com a equipe técnica do MP-BA para avaliação da regulamentação estadual e documentos já elaborados com base na Lei Federal nº 14.133/2021 e definição do conteúdo programático, de acordo com as reais necessidades do órgão, a ser abordado nas capacitações a serem realizadas, bem como a definição das respectivas datas.

4. As capacitações serão ministradas para 03 (três) turmas, formadas por, no máximo, 40 (quarenta) pessoas.

4. PRAZO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

O prazo para execução dos serviços propostos é de 03 (três) meses, prorrogáveis por igual período, de acordo com as necessidades do contratante.

5. VALOR DOS SERVIÇOS

O valor mensal para prestação dos serviços é de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), totalizando o valor de R\$15.000,00 (quinze mil reais), já inclusos todos os custos diretos e indiretos para sua execução.

6. TERMO DE CONFIDENCIALIDADE

Informações técnicas eventualmente obtidas durante a realização das atividades envolvidas nesta proposta comercial, como especificação, funcionamento, organização ou desempenho do cliente serão tidas como confidenciais e sigilosas.

7. INFORMAÇÕES DA EMPRESA

A **Licitak** se diferencia no mercado por oferecer serviços multidisciplinares para a administração pública, possuindo em seu quadro profissionais que atuam há mais de 13 anos oferecendo serviços especializados para o setor público, sempre buscando inovação e aprimoramento da gestão, caminhando com seus clientes com foco em resultados.

Nossa equipe é composta por técnicos altamente capacitados, com capital intelectual diferenciado e com vasta experiência prática na área pública, agrega conhecimentos jurídicos, gerenciais e administrativos que fazem a diferença em favor de nossos clientes.

Sendo assim, prestamos um serviço completo, eficiente e personalizado, pautado na ética profissional. Além da sólida formação acadêmica e grande experiência profissional, a atualização e aprimoramento do capital intelectual é nosso principal investimento.



(71) 3480-8171
(71) 99287-7942
(71) 9 9196-1088



licitakconsultoria@gmail.com



Licitak Consultoria & Gestão



@licitakconsultoria

8. BREVE CURRÍCULO PROFISSIONAL



IRIS TATIUSE SILVA RIBEIRO

Servidora pública do município de Salvador, mais de 13 anos de experiência na área de Licitações; Atuou como: Assessora Jurídica na SUCOM (SEDUR); Presidente da Comissão de Licitação e Pregoeira nos municípios de Lauro de Freitas e Salvador; Assessora do Gabinete da Secretaria da Educação de Salvador na Seção de Contratos. Atualmente faz parte da Comissão de Licitação da SECRETARIA DE PROMOÇÃO SOCIAL, COMBATE À POBREZA, ESPORTES E LAZER -SEMPRE. Atua, ainda, como Instrutora Interna da Secretaria de Gestão de Salvador, ministrando cursos de capacitação para os servidores e agentes públicos na área de licitações e contratos. Membro do Grupo de Trabalho Intersetorial para regulamentação e implementação da Lei nº 14.133/2021 no município de Salvador-BA.



ANNIE KELLY SANTANA DO NASCIMENTO FARIAS

Advogada atuante no ramo do Direito Público, com sólida experiência na área de Licitações Públicas e Contratos Administrativos. Especializada em Direito e Processo do Trabalho. Pós-graduanda em Licitações e Contratos Administrativos. Atuou como: Coordenadora do Setor de Auditoria Interna da SUCAB – Superintendência de Construções Administrativas da Bahia; Analista de Licitações da Diretoria de Infraestrutura; Assessora do Gabinete da Secretaria da Educação de Salvador/BA; Coordenadora do Núcleo de Contratos e instrumentos congêneres da Secretaria Municipal da Educação de Salvador/BA. Atualmente, atua como Analista e Consultora Jurídica da ASLIC – Assessoria de Licitações da Secretaria Municipal da Educação em Salvador/BA. Presta, ainda, consultoria nas áreas de licitações, contratos e convênios para órgãos públicos e privados.



9. CONTATOS

A empresa se coloca à disposição para esclarecer dúvidas pertinentes a presente proposta através dos canais de contato abaixo:

• (71) 99287-7942 • (71) 99196-1088

E-mail: licitakconsultoria@gmail.com



(71) 3480-8171
(71) 99287-7942
(71) 9 9196-1088



licitakconsultoria@gmail.com



Licitak Consultoria & Gestão



@licitakconsultoria

QUALIFICAÇÃO **TÉCNICA** OPERACIONAL

LICITAK CONSULTORIA, ASSESSORIA E GESTÃO



(71) 3480-8171
(71) 99287-7942
(71) 9 9196-1088



licitakconsultoria@gmail.com



Licitak Consultoria & Gestão



@licitakconsultoria



PREFEITURA MUNICIPAL DE VÁRZEA NOVA

ESTADO DA BAHIA

CNPJ: 13.231.006/0001-11

Praça José Araujo Silva - s/nº - CEP: 44690-000

TELEFONE/FAX: (74) 3659-2125/2102

CONTRATO Nº 054/2021

Inexigibilidade de Licitação nº 004/2021

Processo Administrativo nº 044/2021

**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO
TÉCNICO PROFISSIONAL CELEBRADO ENTRE O
MUNICÍPIO DE VÁRZEA NOVA, ESTADO DA
BAHIA, E A LICITAK CONSULTORIA, ASSESSORIA
E GESTÃO LTDA.**

O MUNICÍPIO DE VÁRZEA NOVA, Estado da Bahia, inscrito no CNPJ sob o nº 13.231.006/0001-11, com sede localizada na Praça José Araujo Silva, s/nº, Centro, CEP 44690-000, legalmente representado pelo seu Prefeito, o Sr. **JOÃO HEBERT ARAUJO DA SILVA**, inscrito no CPF sob o [REDACTED] doravante denominado **CONTRATANTE** e a **LICITAK CONSULTORIA, ASSESSORIA E GESTÃO LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrito no CNPJ sob nº 36.598.253/0001-56, com endereço profissional localizado à Rua Ewerton Visco, nº 290, Sala 1901/ Caminho das Árvores, Salvador Bahia, Tel/Fax (71) 99196-1088, neste ato representada por **ANNIE KELLY SANTANA DO NASCIMENTO FARIAS**, CPF nº [REDACTED] e OAB/BA nº 39.524, doravante denominada **CONTRATADA**, celebram entre si o presente contrato, obedecendo as cláusulas a seguir delincadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O objeto do presente contrato é a contratação dos serviços técnicos especializados de consultoria e assessoria em matéria administrativa e jurídica, visando a implantação, gerenciamento e operacionalização do Pregão Eletrônico, incluindo treinamento e acompanhamento dos servidores públicos que integram a Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Várzea Nova, conforme a Inexigibilidade de Licitação nº. 004/2021 e especificações descritas no Termo de Referência e Proposta.

Parágrafo único: O Município se reserva ao direito de acrescentar ou suprimir a execução dos serviços em até vinte e cinco por cento do valor global inicial atualizado deste Contrato, mantendo as mesmas condições contratuais, conforme o disposto no § 1º do art. 65 da Lei Federal nº 8.666/93.



PREFEITURA MUNICIPAL DE VÁRZEA NOVA

ESTADO DA BAHIA

CNPJ: 13.231.006/0001-11

Praça José Araujo Silva - s/nº - CEP: 44690-000

TELEFONE/FAX: (74) 3659-2125/2102

CLÁUSULA SEGUNDA: O prazo de vigência do presente contrato terá início em 14 de abril de 2021 e findar-se-á em 31 de dezembro de 2021.

Parágrafo único: Este prazo poderá ser prorrogado, a critério do Contratante, mantidos todos os direitos, obrigações e responsabilidades, desde que ocorra qualquer um dos motivos relacionados no art. 57 da Lei nº 8.666/93, prorrogação essa que deverá ser devidamente justificada e instrumentalizada por termo aditivo.

CLÁUSULA TERCEIRA: O Contratante pagará a Contratada, pelos serviços a serem prestados no exercício de 2021, a quantia de R\$ 90.000,00 (noventa mil reais), em 09 (nove) parcelas mensais e iguais no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), cada, com vencimento no dia 30 (trinta) de cada mês, tendo início em abril de 2021.

CLÁUSULA QUARTA: O valor a que se refere à cláusula anterior, uma vez abatidos os impostos, será depositado integralmente na conta corrente nº 117299995, agência 0001, Banco do Inter (077), de titularidade da Contratada.

CLÁUSULA QUINTA: Não serão de responsabilidade da Contratada quaisquer atos praticados pela Prefeitura Municipal e/ou seus auxiliares, que venham ocasionar prejuízo à Administração Municipal, caso esses sejam engendrados sem o prévio parecer jurídico exarado por aquele, de forma escrita.

CLÁUSULA SEXTA: Este contrato poderá ser aditado a qualquer tempo, desde que haja necessidade de mudança em qualquer das cláusulas, visando o interesse dos Contratantes.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato poderá ser rescindido nas seguintes hipóteses:

- I) Pelo seu termo;
- II) Pelo inadimplemento por parte de qualquer dos Contratantes;
- III) Por infração ao art. 78, em especial, bem como a qualquer dispositivo que rege a matéria, da Lei 8.666/93.



PREFEITURA MUNICIPAL DE VÁRZEA NOVA

ESTADO DA BAHIA

CNPJ: 13.231.006/0001-11

Praça José Araujo Silva - s/nº - CEP: 44690-000

TELEFONE/FAX: (74) 3659-2125/2102

CLÁUSULA OITAVA: O presente Contrato origina-se da prestação de serviços técnicos profissionais de notória especialização, conforme elencados no artigo 13, inciso V, da Lei 8.666/93, cujo processo de inexigibilidade foi instruído na forma do art. 25, inciso II, da referida Lei.

CLÁUSULA NONA: As despesas deste contrato correrão a cargo da seguinte dotação orçamentária:

Unidade – Secretaria de Administração;

Projeto Atividade – 2201 - Gestão das Ações e Atividades da secretaria de Administração;

Elemento de Despesa – 33903900 - Outros serviços terceiros pessoa jurídica;

Fonte – 00

CLAUSULA DÉCIMA: Sem prejuízo de outros encargos decorrentes da Lei, constituem obrigações da Contratada na execução do objeto deste contrato:

- a) Cumprir rigorosamente com as especificações dos serviços e com a observância às condições indicadas na proposta apresentada;
- b) Ficar responsável, perante o Contratante, pela exatidão dos prazos e pela correta observância das especificações e demais normas aplicáveis;
- c) Reconhecer os direitos da Administração em caso de rescisão administrativa, prevista nos artigos 77, 78 e 79 da Lei 8.666/93;
- d) Manter durante toda execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- e) Não utilizar este contrato, como garantia de qualquer operação financeira, a exemplo de empréstimos bancários ou descontos de duplicatas;

CLAUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: Constituem obrigações do Contratante, na execução do objeto deste contrato:

- a) Cumprir com a forma de pagamento acordada, bem como todas as outras deste contrato;
- b) Comunicar por escrito a Contratada, quanto a fatos supervenientes encontradas na execução dos serviços.



PREFEITURA MUNICIPAL DE VÁRZEA NOVA

ESTADO DA BAHIA

CNPJ: 13.231.006/0001-11

Praça José Araujo Silva - s/nº - CEP: 44690-000

TELEFONE/FAX: (74) 3659-2125/2102

c) Colocar à disposição da Contratada, às suas custas, todos os documentos, servidores, equipamentos, programas e material necessários à execução dos serviços, no prazo solicitado;

d) Implementar as sugestões e determinações da Contratada, no prazo indicado pela mesma.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: Os serviços serão fiscalizados por pessoa credenciada do Contratante, com poderes para verificar o fiel cumprimento deste em todos os termos e condições, sendo que sua eventual omissão não eximirá a Contratada dos compromissos e obrigações assumidos perante o Contratante.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: Os preços contratuais, a princípio, são fixos e só reajustáveis na forma da lei.

Parágrafo Primeiro: Caso a execução do objeto contratual se estenda por mais de doze meses, contados da data da apresentação da proposta, sem que a Contratada tenha dado causa a dilação, será deferido o reajustamento dos preços contratuais pelo índice legalmente previsto à época.

Parágrafo Segundo: Em caso de novo reajustamento, a periodicidade será contada a partir da data do último reajustamento concedido.

Parágrafo Terceiro: São nulos de pleno direito quaisquer expedientes que, na apuração de índice de reajuste, produza efeitos financeiros equivalentes aos de reajuste com periodicidade inferior a anual.

Parágrafo Quarto: Na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou, ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual, o contrato poderá sofrer revisão de preço.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: Fica eleito o Foro da Comarca de Jacobina, para dirimir eventuais dúvidas oriundas deste contrato;



PREFEITURA MUNICIPAL DE VÁRZEA NOVA

ESTADO DA BAHIA

CNPJ: 13.231.006/0001-11

Praça José Araújo Silva - s/nº - CEP: 44690-000

TELEFONE/FAX: (74) 3659-2125/2102

E, por estarem acordes, Contratante e Contratada assinam este instrumento, em 02 (duas) vias de igual teor, juntamente com (02) duas testemunhas presenciais, para que gere seus jurídicos e legais efeitos.

Várzea Nova, Bahia, 15 de abril 2021.

JOÃO HEBERT ARAUJO DA SILVA
PREFEITO MUNICIPAL
CONTRATANTE

LICITAK CONSULTORIA, ASSESSORIA E GESTÃO LTDA.
Annie-Kelly Santana do Nascimento Farias
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1)

2)

PREFEITURA MUNICIPAL DE VÁRZEA NOVA - BA
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº. 004/2021

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS DE CONSULTORIA E ASSESSORIA EM MATÉRIA ADMINISTRATIVA JURÍDICA, VISANDO À IMPLANTAÇÃO, GERENCIAMENTO E OPERACIONALIZAÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO, INCLUINDO TREINAMENTO E ACOMPANHAMENTO DOS SERVIDORES PÚBLICOS QUE INTEGRAM A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES DA PREFEITURA MUNICIPAL.

CONTRATADO: LICITAK CONSULTORIA, ASSESSORIA E GESTÃO LTDA.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE VÁRZEA NOVA - BA

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Artigo 25, inciso II da Lei Federal nº 8.666/1993 e suas alterações posteriores.

VALOR DA INEXIGIBILIDADE: R\$ 90.000,00 (noventa mil reais).

Várzea Nova - BA, 14 de Abril de 2020.

Leonardo Rocha Araújo
Presidente da CPL

PREFEITURA MUNICIPAL DE VÁRZEA NOVA
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº. 0054/2020
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 0044/2020

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS DE CONSULTORIA E ASSESSORIA EM MATÉRIA ADMINISTRATIVA JURÍDICA, VISANDO À IMPLANTAÇÃO, GERENCIAMENTO E OPERACIONALIZAÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO, INCLUINDO TREINAMENTO E ACOMPANHAMENTO DOS SERVIDORES PÚBLICOS QUE INTEGRAM A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES DA PREFEITURA MUNICIPAL.

MODALIDADE LICITATÓRIA: Inexigibilidade de Licitação nº. 004/2021

VALOR DO CONTRATO: R\$ 90.000,00 (noventa mil reais).

INICIO DO CONTRATO: 14 de Abril de 2021.

FIM DO CONTRATO: 31 de Dezembro de 2021.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE VÁRZEA NOVA - BA

CONTRATADO: LICITAK CONSULTORIA, ASSESSORIA E GESTÃO LTDA.

CERTIFICAÇÃO DIGITAL: FSFTXEL+L8IEPMNKNCDZSW

Esta edição encontra-se no site oficial deste ente.



Prefeitura Municipal de Várzea Nova

≡ Detalhes do Contrato

Nesta seção você encontrará as obrigações exigidas pela Lei de Acesso à Informação e Legislação correlatas.

Formato

Em TELA



Pesquisar

Contratado : LICITAK CONSULTORIA, ASSESSORIA E GESTAO LTDA

CNPJ : 36.598.253/0001-56

Nº do Contrato : 054/2021

Número Processo Administrativo : 0044/2021

Número Processo Licitatorio : 004/2021

Valor : R\$ 90.000,00

Tipo / Natureza : CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Data de Assinatura : 15/04/2021

Data de Início da Vigência : 14/04/2021

Data Fim da Vigência : 31/12/2021

Objeto : Contratação de serviços técnicos especializados de consultoria e assessoria em matéria administrativa jurídica, visando à implantação, gerenciamento e operacionalização do pregão eletrônico, incluindo treinamento e acompanhamento dos servidores públi

Fundamento Legal :

Relacionado ao COVID-19 : Não

Possui Aditivo : Não

Arquivo : [CT Nº 054 INEXI Nº 004-2021.pdf](#) (518 KB)



**PREFEITURA MUNICIPAL DE VÁRZEA NOVA
EXTRATO DE ADITIVO**

TERMO ADITIVO Nº 001/2022, AO CONTRATO 040/2021, COM OBJETO CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM CONSTRUÇÃO CIVIL PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA RECUPERAÇÃO DE PAVIMENTO EM PARALELEPÍEDO E REFORMA GERAL DO MESMO NAS DIVERSAS RUAS DO MUNICÍPIO, ORIGINÁRIO DO PROCESSO DE LICITAÇÃO NA MODALIDADE CARTA CONVITE 001/2021, COM A EMPRESA CONSTRUÇÃO E SERVIÇOS DE TRANSPORTES BARRETO EIRELI, INSCRITO NO CNPJ Nº 34.862.869/0001-67. OBJETIVO DO ADITIVO: ALTERAÇÃO DO PRAZO DE EXECUÇÃO CONTRATUAL PREVISTA NO CONTRATO Nº 040/2021, O QUAL FOI POSTERGADO ATÉ 31 DE DEZEMBRO DE 2023.

VÁRZEA NOVA – BA, 29 DE DEZEMBRO DE 2022.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE VÁRZEA NOVA
EXTRATO DE ADITIVO**

TERMO ADITIVO Nº 001/2022, AO CONTRATO 053/2021, COM OBJETO LOCAÇÃO DE IMÓVEL RESIDENCIAL LOCALIZADO NA AVENIDA ANTERO DA ROCHA MONTENEGRO, Nº 344, CENTRO, VÁRZEA NOVA - BA, COM A FINALIDADE DE ABRIGAR O SENHOR SEBASTIÃO DOS SANTOS SOUZA, EM REGIME DE BENEFÍCIO EVENTUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, CONFORME RELATÓRIO SOCIAL SIMPLIFICADO EM ANEXO AO PROCESSO, ORIGINÁRIO DO PROCESSO DE LICITAÇÃO NA MODALIDADE DISPENSA DE LICITAÇÃO 018/2021, COM A SRA. MAURACI PEDROSA DOS SANTOS SOUZA, INSCRITO NO CPF Nº [REDACTED] OBJETIVO DO ADITIVO: ALTERAÇÃO DO PRAZO DE EXECUÇÃO CONTRATUAL PREVISTA NO CONTRATO Nº 053/2021, O QUAL FOI POSTERGADO ATÉ 31 DE DEZEMBRO DE 2023.

VÁRZEA NOVA – BA, 29 DE DEZEMBRO DE 2022.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE VÁRZEA NOVA
EXTRATO DE ADITIVO**

TERMO ADITIVO Nº 001/2022, AO CONTRATO 054/2021, COM OBJETO CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS DE CONSULTORIA E ASSESSORIA EM MATÉRIA ADMINISTRATIVA JURÍDICA, VISANDO À IMPLANTAÇÃO, GERENCIAMENTO E OPERACIONALIZAÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO, INCLUINDO TREINAMENTO E ACOMPANHAMENTO DOS SERVIDORES PÚBLICOS QUE INTEGRAM A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES DA PREFEITURA MUNICIPAL, ORIGINÁRIO DO PROCESSO DE LICITAÇÃO NA MODALIDADE INEXIGIBILIDADE 004/2021, COM A EMPRESA LICITAK CONSULTORIA, ASSESSORIA E GESTÃO LTDA, INSCRITO NO CNPJ Nº 36.598.253/0001-56. OBJETIVO DO ADITIVO: ALTERAÇÃO DO PRAZO DE EXECUÇÃO CONTRATUAL PREVISTA NO CONTRATO Nº 054/2021, O QUAL FOI POSTERGADO ATÉ 31 DE DEZEMBRO DE 2023.

VÁRZEA NOVA – BA, 29 DE DEZEMBRO DE 2022.



PREFEITURA MUNICIPAL DE VÁRZEA NOVA

ESTADO DA BAHIA

CNPJ: 13.231.006/0001-11

Praça José Araújo Silva - s/nº - CEP: 44690-000

Telefone/Fax: (74) 3659-2125/2102

ATESTADO

Atesto, para os devidos fins, que a **LICITAK CONSULTORIA, ASSESSORIA E GESTÃO LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrito no CNPJ sob nº 36.598.253/0001-56, com endereço profissional localizado à Rua Ewerton Visco, nº 290, Sala 1901/ Caminho das Árvores, Salvador Bahia, **presta serviços técnicos especializados de consultoria e assessoria em matéria de Licitações e Contratos**, incluindo treinamento e acompanhamento dos servidores públicos que integram a Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Várzea, através do contrato nº 054/2021, firmado em abril de 2021.

Atesto, ainda, que o serviço está sendo executado satisfatoriamente, não existindo em nossos registros, até a presente data, fatos que desabonem sua conduta e responsabilidade com as obrigações assumidas.

Várzea Nova, Bahia, 30 de junho 2023



JOÃO HEBERT ARAÚJO DA SILVA
Prefeito Municipal

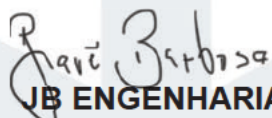
Salvador/BA, 04 de julho de 2023.

ATESTADO

Atesto, para os devidos fins, que a empresa **LICITAK CONSULTORIA, ASSESSORIA E GESTÃO LTDA**, registrada sob o CNPJ/MF nº 36.598.253/0001-56 e localizada na Rua Ewerton Visco, nº 290, Edifício Boulevard Side Empresarial, 19º andar, sala 1901, Caminho das Árvores, Salvador/BA, forneceu serviços de assessoria em licitações de obras públicas para a empresa **JB ENGENHARIA (JAVA DOS SANTOS BARBOSA LTDA)**, com o CNPJ/MF nº 49.451.850/0001-03, durante o período de 10/03/2023 à 20/06/2023.

Esses serviços incluíram análise de editais, organização documental para participação em certames, elaboração de impugnações, recursos e contrarrazões, análise de contratos administrativos, repactuações, reajustes, reequilíbrios econômico-financeiros, prorrogações e aditivos.

Ressaltamos, que a referida empresa demonstrou excelente desempenho em suas atividades, cumprindo integralmente suas obrigações. Não temos conhecimento de qualquer fato que desabone sua competência técnica e comercial até a presente data. Portanto, confirmamos que o objetivo contratado foi plenamente atendido e estamos satisfeitos com os serviços prestados à nossa empresa.


JB ENGENHARIA

CNPJ Nº 49.451.850/0001-03



JB ENGENHARIA

ISAÍAS 28:16

Av. Tancredo Neves, nº 1189, Edf. Guimarães Trade,
sala 1602, Caminho dos Árvores, Salvador-BA, CEP 41.820-020.
Telefone: (71) 9 9725 9515

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA

PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO

ATESTADO

Atesto, para devidos fins, que **IRIS TATIUSE SILVA RIBEIRO**, através da **LICITAK CONSULTORIA, ASSESSORIA E GESTAO LTDA**, inscrita no CNPJ nº 36.598.253/0001-56, ministrou curso aos servidores da Universidade com o objetivo de capacitação e aperfeiçoamento com relação à Nova Lei de Licitações e Contratos (Lei Federal nº 14.133/2021), realizado nos dias 06/09, 27/09, 13/10, 09/11 e 30/11/2022, com carga horária total de 15 horas, evidenciando plena capacidade técnica no assunto, pelo domínio dos conteúdos apresentados e metodologia de ensino eficaz, que proporcionaram positivos resultados aos servidores participantes do treinamento.

A instrutora supracitada atuou em conformidade com a programação proposta, tendo-nos atendido com qualidade e cumprindo as expectativas, não havendo nada que desabone sua conduta.

Cruz das Almas - BA, 01 de dezembro de 2022.

Atenciosamente,



Documento assinado digitalmente

EMERSON FRANCO SANTA BARBARA

Data: 15/02/2023 12:37:55-0300

Verifique em <https://verificador.iti.br>

Emerson Franco Santa Barbara

Pró-Reitor de Administração



PREFEITURA DE

PIRITIBA

NOSSO POVO, NOSSA FORÇA

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 281/2023

**CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O
MUNICÍPIO DO PIRITIBA E A EMPRESA LICITAK
CONSULTORIA, ASSESSORIA E GESTÃO LTDA**

O **MUNICÍPIO DE PIRITIBA**, Estado da Bahia, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua Francisco Horácio Sampaio, s/n - Centro - Piritiba/BA, inscrito sob o CNPJ/MF nº 13.795.786/0001-22, neste ato representado pelo Prefeito **Samuel Oliveira Santana**, brasileiro, maior, agente político, CPF nº 002.034.895-94, a seguir denominado **CONTRATANTE** e de outro lado a empresa, **Licitak Consultoria, Assessoria e Gestão Ltda**, cadastrada no CNPJ sob o nº 36.598.253/0001-56, sediada à Rua Ewerton Visco, nº 290, Sala 1901 – Edf. Boulevard Side Empresarial – Caminho das Árvores - Salvador/BA, neste ato representado por seu representante legal a Srª. **Annie Kelly Santana do Nascimento Farias**, RG nº [REDACTED] CPF nº [REDACTED] doravante denominado **CONTRATADA**, neste ato, firmam o presente **CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS**, na forma do TERMO DE INEXIGIBILIDADE, regulado pela Lei Federal nº 8.666/93, com as modificações das Leis 8.883/94 e 9.648/98, nas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

PARAGRAFO PRIMEIRO: Prestação de Serviços técnicos especializados de consultoria, suporte, manutenção, apoio técnico para condução de licitação sob o Regime Diferenciado de Contratações – RDC, junto à esta Administração Pública, visando a contratação de empresa especializada para elaboração e compatibilização de projetos básico e executivo de arquitetura e engenharia, e execução da obra de reconstrução e ampliação de Unidade hospitalar, neste município, nos termos e condições estabelecidas no Termo de Referência e proposta.

PARAGRAFO SEGUNDO: O objeto do presente contrato poderá, mediante convenção das partes, ser modificado, aumentando ou restringindo seu objeto, através de termo aditivo.

PARAGRAFO TERCEIRO: O objeto desta cláusula está discriminado no **Termo de Inexigibilidade nº 053/2023**, que constitui parte integrante deste Contrato para todos os efeitos legais, independentemente de transcrição.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES

PARÁGRAFO PRIMEIRO - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA
Constituem obrigações da CONTRATADA:

2.1. A Contratada ficará obrigada a:

2.1.1 Realizar o objeto contratado com elevada qualidade e no prazo estipulado pela Prefeitura Municipal de Piritiba;

2.1.2 Cumprir as Legislações Federal, Estadual e Municipal pertinentes, e se responsabilizar pelos danos e encargos de qualquer espécie decorrentes de ações ou omissões, culposas ou dolosas, que praticar;



2.1.3 Pagar e recolher todos os impostos e demais encargos fiscais, bem como, o prêmio de seguro, que forem devidos em decorrência do objeto deste contrato;

2.1.4 Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto deste contrato, sem prévia e expressa anuência do Prefeito;

2.1.5 Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, em até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial contratado.

PARÁGRAFO SEGUNDO - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE
São obrigações do CONTRATANTE:

2.1. Efetuar nos prazos previstos o pagamento do efetivo serviço fornecido pela CONTRATADA.

2.2. Cumprir e fazer cumprir as obrigações ajustadas neste instrumento bem como observar fielmente o conteúdo de suas cláusulas e parágrafos.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR

3.1. VALOR: o valor deste Contrato é estimado em **R\$ 25.000,00 (Vinte e cinco mil reais)**, sendo dividido em **05 (cinco) parcelas mensais, iguais e sucessivas no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais)**

3.2. Nos valores estabelecidos neste Contrato estão computados todos os custos da CONTRATADA, a exemplo de mão-de-obra, salário, encargos sociais e trabalhistas, impostos, taxas, contribuições e alvarás e quaisquer outras despesas direta ou indiretamente relacionadas com o objeto deste Contrato, além de sua remuneração.

3.3. Quando houver erro de qualquer natureza, na emissão da nota fiscal/fatura, o documento será devolvido imediatamente para substituição e/ou emissão de nota de correção. Esse intervalo de tempo não será considerado para efeito de qualquer reajuste ou atualização do valor contratual.

PARÁGRAFO ÚNICO - Conforme entendimento da Sede do TCM – Tribunal de Contas dos Municípios, em seus diversos Pareceres Prévios, fica estipulado que a composição do preço deste contrato será de 60% para cobrir gastos com pessoal da Contratada e de 40% para cobrir os gastos com insumos para prestação dos serviços. Tais índices podem ser alterados desde que na proporção os gastos com pessoal da Contratada sejam inferiores ao determinado anteriormente.

CLÁUSULA QUARTA - DO PAGAMENTO

4.1. As faturas serão pagas da seguinte forma:

4.1.1 O pagamento será efetuado de acordo condições da contratante, contados a partir do aceite da nota fiscal.

4.1.2 O pagamento será efetuado através de crédito em **Conta Corrente nº 11729999-5, Agência nº 0001 do Banco Inter** ou cheque nominal em favor da empresa **contratada**

CLÁUSULA QUINTA- DAS PENALIDADES.

PARÁGRAFO ÚNICO- A CONTRATADA estará sujeita às sanções previstas na Lei Federal nº 8666/93.



PREFEITURA DE

PIRITUBA

NOSSO POVO, NOSSA FORÇA

CLÁUSULA SEXTA – DA RESCISÃO

6.1 Com o término do contrato ou o esgotamento do valor estimado do contrato.

6.2 A inexecução, total ou parcial, do Contrato enseja a sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas na Lei nº 8666/93.

6.3 O **CONTRATANTE** poderá rescindir administrativamente o Contrato nas hipóteses previstas no art. 78 da Lei 8.666/93.

6.4 Nas hipóteses de rescisão com base nos incisos I a XI do art. 78 da Lei 8.666/93, a **CONTRATADA** não terá direito a qualquer indenização.

6.5 Este Contrato poderá, ainda, ser rescindido na ocorrência de quaisquer das hipóteses previstas a seguir:

- a) Razão de interesse do **CONTRATANTE**, devidamente fundamentada;
- b) Alteração social ou modificação da finalidade ou estrutura da **CONTRATADA**, se, a juízo do **CONTRATANTE**, prejudicar a execução deste Contrato;
- c) Retardamento do início do fornecimento objeto deste contrato;
- d) Mora na execução deste Contrato, com descumprimento ou cumprimento irregular de cláusulas, salvo se devidamente justificado;
- f) Paralisação da execução deste Contrato, sem justa causa e sem prévia comunicação ao **CONTRATANTE**;
- g) Cessão, transferência ou sub-contratação, total ou parcial, ou associação do Contrato com outrem, sem prévio e escrito consentimento do **CONTRATANTE**;
- h) Dissolução da sociedade ou falecimento dos sócios-proprietários da **CONTRATADA**;
- i) Ocorrência de caso fortuito ou força maior, devidamente comprovado, se impossibilitar, total ou parcialmente, a execução deste Contrato;
- j) Mediante comunicação escrita com efeitos imediatos, caso o **CONTRATANTE** viole qualquer das disposições deste Contrato;
- l) Mediante comunicação escrita com efeitos imediatos, caso fique comprovado, através de processo administrativo, que a **CONTRATADA** violou qualquer das disposições deste Contrato;
- m) Por qualquer das partes e a qualquer tempo, mediante comunicação escrita com antecedência de 30 (trinta) dias, sem qualquer direito da outra parte a indenizações ou reembolsos, a não ser pelos serviços prestados até a data efetiva da rescisão;
- p) Caso seja decretada a falência da **CONTRATADA**;
- r) A partir da data em que for concretizada a rescisão, cessarão as obrigações contratuais das partes, ressalvadas, entretanto, as obrigações vencidas.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA EXECUÇÃO E VIGÊNCIA

7.1 O presente contrato terá sua vigência até o dia 31/12/2023, com início a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado a consento de ambas as partes.

CLÁUSULA OITAVA - DA MANUTENÇÃO DO CONTRATO

8.1 Tanto a **CONTRATANTE** quanto a **CONTRATADA** obrigam-se a manter, na íntegra, as condições e obrigações ajustadas neste instrumento até que se dê o fim do Contrato.

CLÁUSULA NONA – DA DOTAÇÃO

9.1. As despesas decorrentes deste contrato correrão por conta dos seguintes recursos:

Unidade Orçamentária: 03.01.00 – Secretaria de Planejamento, Administração e Finanças
Projeto Atividade: 2.004 – Gestão da Secretaria de Planejamento e Finanças
Elemento de Despesa: 3.3.9.0.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica



CLÁUSULA DÉCIMA - DOS DOCUMENTOS OBRIGACIONAIS

10.1 Este Contrato reger-se-á pelo disposto nas Leis Federal nº 8.666/93 e alterações posteriores, sendo o instrumento básico que regula os direitos e deveres das partes, nele incorporado o Termo de Dispensa e o Processo Administrativo.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA- DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

11.1. É vedado à CONTRATADA transferir este Contrato a terceiros.

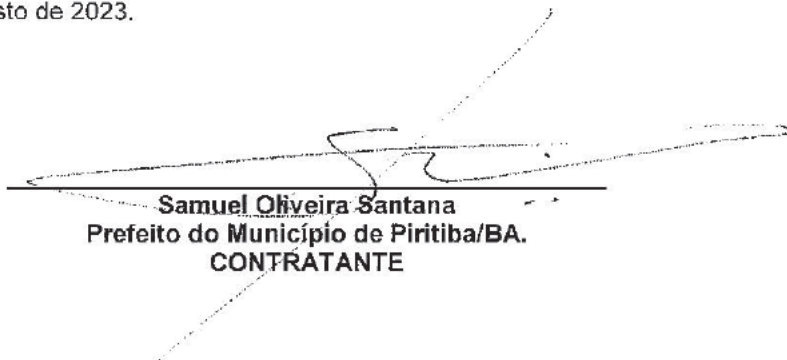
11.2. Após a assinatura deste Contrato, toda comunicação entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA será feita através de correspondência devidamente registrada.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA- DO FORO

12.1 Fica eleito o Foro da Comarca de Piritiba para dirimir as questões decorrentes deste Contrato, excluindo-se qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por assim estarem acordes, assinam este Contrato, em 02 (duas) vias, as partes contratantes, na presença das testemunhas abaixo firmadas.

Piritiba - Bahia, 01 de agosto de 2023.



Samuel Oliveira Santana
Prefeito do Município de Piritiba/BA.
CONTRATANTE

Documento assinado digitalmente



ANNIE KELLY SANTANA DO NASCIMENTO F
Data: 01/08/2023 09:59:04 -0300
Verifique em <https://validar.irs.gov.br>

Licitak Consultoria, Assessoria e Gestão Ltda
CNPJ: 36.598.253/0001-66
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

CPF N.º



CPF N.º



DIÁRIO OFICIAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRITIBA

<http://ba.portaldatransparencia.com.br/prefeitura/piritiba/>

PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRITIBA Estado da Bahia.

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

EXTRATO DE CONTRATO Nº 281/2023

TERMO DE INEXIBILIDADE Nº 053/2023

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Piritiba.

CONTRATADO: **Licitak Consultoria, Assessoria e Gestão Ltda.**

OBJETO: Prestação de Serviços técnicos especializados de consultoria, suporte, manutenção, apoio técnico para condução de licitação sob o Regime Diferenciado de Contratações – RDC, junto à esta Administração Pública, visando a contratação de empresa especializada para elaboração e compatibilização de projetos básico e executivo de arquitetura e engenharia, e execução da obra de reconstrução e ampliação de Unidade hospitalar, neste município.

VALOR: R\$ **25.000,00**

DATA DA ASSINATURA: 01/08/2023

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

EXTRATO DE CONTRATO Nº 287/2023

PREGÃO PRESENCIAL Nº 018/2023 - ATA Nº 017/2023 SRP

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Piritiba.

CONTRATADO: **MC Mala Serviços e Produções Artísticas Eireli.**

OBJETO: Locação de equipamentos de som para palestra do Projeto da Lei Maria da Penha: Tema Alterações da Lei Maria da Penha e Fluxo de atendimento da rede de proteção promovido pelo CREAS que acontecerá no dia 08/08/2023 no auditório do Horto Florestal; Locação de equipamentos de som para palestra com tema: Cuidem da Infância Promovido pelo Programa Criança Feliz que acontecerá no dia 29/08/2023 no auditório do Horto Florestal.

VALOR: R\$ **1.800,00**

DATA DA ASSINATURA: 04/08/2023.

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

EXTRATO DE CONTRATO Nº 291/2023

TERMO DE DISPENSA Nº 148/2023

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Piritiba.

CONTRATADO: **Hebert Vieira Durães - MEI.**

OBJETO: Prestação de serviços de empresa especializada para realização da 1ª etapa do processo seletivo simplificado para gestores escolares do município de Piritiba/BA.

VALOR: R\$ **6.000,00**

DATA DA ASSINATURA: 14/08/2023

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

EXTRATO DE CONTRATO Nº 302/2023

PREGÃO PRESENCIAL Nº 034/2022 - ATA Nº 022/2022 SRP

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Piritiba.

CONTRATADO: **LC Comércio Serviço e Transporte Ltda.**

OBJETO: aquisições de materiais elétricos destinados a manutenção da iluminação pública deste município, conforme a necessidade da Administração Municipal.

VALOR: R\$ **116.883,60**

DATA DA ASSINATURA: 31/08/2023

EAC EMPRESA DE
ADMINISTRAÇÃO DE
CONTRATOS
LTDA:218631500001
07

Assinado de forma digital
por EAC EMPRESA DE
ADMINISTRAÇÃO DE
CONTRATOS
LTDA:21863150000107
Dados: 2023.09.06 11:35:39
-03'00'

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.
Para verificação e detalhes da assinatura utilize o software BRY Signer ou o verificador de sua preferência.



PREFEITURA DE

PIRITIBA

NOSSO POVO, NOSSA FORÇA

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

O Município de Piritiba, por meio da sua Secretaria de Saúde, **ATESTA** para os devidos fins e efeitos legais, que a empresa **LICITAK CONSULTORIA, ASSESSORIA E GESTAO LTDA**, inscrita no CNPJ sob nº 36.598.253/0001-56, estabelecida na Rua Ewerton Visco, nº 290, Edif. Boulevard Side Empresarial, sala 1901, Caminho das Árvores – Salvador/BA, prestou à **PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRITIBA**, inscrita no CNPJ nº 13.795.786/0001-22, serviços técnicos especializados de consultoria, suporte, manutenção e apoio técnico para condução de licitação, no período de 05 (cinco meses), através do Contrato nº 281/2023 decorrente da Inexigibilidade nº 053/2023.

Informamos ainda que a prestação dos serviços, acima referidos, apresentaram bom desempenho operacional, tendo a empresa cumprido fielmente com suas obrigações, nada constando que a desabone técnica e comercialmente, até a presente data.

Por ser verdade, firmamos o presente.

Piritiba/BA, 27 de dezembro de 2023.

Documento assinado digitalmente
gov.br RAFAEL RAMOS CORREIA
Data: 27/12/2023 15:26:40-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

RAFAEL RAMOS CORREIA
Secretário Municipal da Saúde
Matrícula nº 3052228

CERTIDÕES



LICITAK CONSULTORIA, ASSESSORIA E GESTÃO LTDA



(71) 3480-8171
(71) 99287-7942
(71) 9 9196-1088



licitakconsultoria@gmail.com



Licitak Consultoria & Gestão



@licitakconsultoria



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

<div>NÚMERO DE INSCRIÇÃO 36.598.253/0001-56 MATRIZ</div>	<div>COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL</div>	<div>DATA DE ABERTURA 09/03/2020</div>
<div>NOME EMPRESARIAL LICITAK CONSULTORIA, ASSESSORIA E GESTAO LTDA</div>		
<div>TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) LICITAK CONSULTORIA</div>	<div>PORTE ME</div>	
<div>CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 85.99-6-04 - Treinamento em desenvolvimento profissional e gerencial (Dispensada *)</div>		
<div>CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 70.20-4-00 - Atividades de consultoria em gestão empresarial, exceto consultoria técnica específica (Dispensada *) 71.11-1-00 - Serviços de arquitetura (Dispensada *) 73.19-0-04 - Consultoria em publicidade (Dispensada *) 74.90-1-04 - Atividades de intermediação e agenciamento de serviços e negócios em geral, exceto imobiliários (Dispensada *) 82.30-0-01 - Serviços de organização de feiras, congressos, exposições e festas (Dispensada *) 85.99-6-99 - Outras atividades de ensino não especificadas anteriormente</div>		
<div>CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 206-2 - Sociedade Empresária Limitada</div>		
<div>LOGRADOURO R EWERTON VISCO</div>	<div>NÚMERO 290</div>	<div>COMPLEMENTO EDF. BOULEVARD SIDE EMPRESARIAL SALA 1901</div>
<div>CEP 41.820-022</div>	<div>BAIRRO/DISTRITO CAMINHO DAS ARVORES</div>	<div>MUNICÍPIO SALVADOR</div>
<div>UF BA</div>		
<div>ENDEREÇO ELETRÔNICO LICITAKCONSULTORIA@GMAIL.COM</div>		
<div>TELEFONE (71) 9196-1088/ (71) 9287-7942</div>		
<div>ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****</div>		
<div>SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA</div>	<div>DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 09/03/2020</div>	
<div>MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL</div>		
<div>SITUAÇÃO ESPECIAL *****</div>	<div>DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****</div>	

(*) A dispensa de alvarás e licenças é direito do empreendedor que atende aos requisitos constantes na Resolução CGSIM nº 51, de 11 de junho de 2019, ou da legislação própria encaminhada ao CGSIM pelos entes federativos, não tendo a Receita Federal qualquer responsabilidade quanto às atividades dispensadas.



PREFEITURA MUNICIPAL DO SALVADOR
SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA
COORDENADORIA DE CADASTRO

ALVARÁ DE FUNCIONAMENTO
PESSOA JURÍDICA

Validade deste Alvará: 31/12/2023

RAZÃO SOCIAL: LICITAK CONSULTORIA, ASSESSORIA E GESTAO LTDA

NOME FANTASIA: LICITAK CONSULTORIA

CGA: 734.276/001-99

CNPJ: 36.598.253/0001-56

ENDEREÇO: Rua Ewerton Visco, 290, EDF. BOULEVARD SIDE EMPRESARIAL SALA
1901 - CAMINHO DAS ÁRVORES

NATUREZA JURÍDICA: 206-2 - Sociedade Empresaria Limitada

CONSTITUIÇÃO EMPRESA: Matriz

ATIVIDADE(S)	CNAE	DATA INÍCIO
Treinamento em desenvolvimento profissional e gerencial	8599-6/04	09/03/2020
Atividades de consultoria em gestão empresarial, exceto consultoria técnica específica	7020-4/00	09/03/2020
Serviços de arquitetura	7111-1/00	09/03/2020
Consultoria em publicidade	7319-0/04	09/03/2020
Atividades de intermediação e agenciamento de serviços e negócios em geral, exceto imobiliários	7490-1/04	09/03/2020
Serviços de organização de feiras, congressos, exposições e festas	8230-0/01	09/03/2020
Outras atividades de ensino não especificadas anteriormente	8599-6/99	09/03/2020

TIPO DE UNIDADE: Escritório Administrativo

FORMA DE ATUAÇÃO:

SITUAÇÃO CADASTRAL: Ativa Regular

Nº TVL: 2004921 **VALIDADE:** Definitivo

DATA DA INSCRIÇÃO: 09/03/2020

DATA DE IMPRESSÃO: 13/12/2023

Para o exercício da atividade, se Produtiva ou Auxiliar, observar TVL e suas restrições.

CONDICIONANTES:

CÓDIGO DE CONTROLE : FBEDF4F69543CB627D5FA3BEB5B3F0F9

A autenticidade deste Alvará poderá ser confirmada na página da Secretaria Municipal da Fazenda (<http://www.sefaz.salvador.ba.gov.br>), através do código de controle acima



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA
ATIVA DA UNIÃO**

Nome: LICITAK CONSULTORIA, ASSESSORIA E GESTAO LTDA
CNPJ: 36.598.253/0001-56

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.

Emitida às 15:36:12 do dia 06/11/2023 <hora e data de Brasília>.

Válida até 04/05/2024.

Código de controle da certidão: **71F8.3596.7CE0.BA60**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



Certidão Negativa de Débitos Tributários

(Emitida para os efeitos dos arts. 113 e 114 da Lei 3.956 de 11 de dezembro de 1981 - Código Tributário do Estado da Bahia)

Certidão Nº: **20236619803**

RAZÃO SOCIAL	
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	
INSCRIÇÃO ESTADUAL	CNPJ
	36.598.253/0001-56

Fica certificado que não constam, até a presente data, pendências de responsabilidade da pessoa física ou jurídica acima identificada, relativas aos tributos administrados por esta Secretaria.

Esta certidão engloba todos os seus estabelecimentos quanto à inexistência de débitos, inclusive os inscritos na Dívida Ativa, de competência da Procuradoria Geral do Estado, ressalvado o direito da Fazenda Pública do Estado da Bahia cobrar quaisquer débitos que vierem a ser apurados posteriormente.

Emitida em 13/12/2023, conforme Portaria nº 918/99, sendo válida por 60 dias, contados a partir da data de sua emissão.

**AUTENTICIDADE DESTE DOCUMENTO PODE SER COMPROVADA NAS INSPETORIAS FAZENDÁRIAS
OU VIA INTERNET, NO ENDEREÇO <http://www.sefaz.ba.gov.br>**

Válida com a apresentação conjunta do cartão original de inscrição no CPF ou no CNPJ da
Secretaria da Receita Federal do Ministério da Fazenda.



Prefeitura Municipal do Salvador - PMS

Secretaria Municipal da Fazenda - SEFAZ
Procuradoria Geral do Município de Salvador - PGMS

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRIBUTÁRIOS NA SEFAZ E TRIBUTÁRIOS E NÃO TRIBUTÁRIOS INSCRITOS NA DÍVIDA ATIVA DO MUNICÍPIO DE SALVADOR

Razão Social: LICITAK CONSULTORIA, ASSESSORIA E GESTAO LTDA
CNPJ: 36.598.253/0001-56
Endereço: RUA EWERTON VISCO Nº 290 - CAMINHO DAS ARVORES, SALVADOR/BA -
CEP: 41820022 - EDF. BOULEVARD SIDE EMPRESARIAL SALA 1901

Número da Certidão: 631815

É certificado que não constam pendências em nome do sujeito passivo acima identificado, incluindo matriz e filiais localizadas no Município.

Esta certidão se refere à situação fiscal, compreendendo créditos tributários administrados pela SEFAZ e a inscrições em Dívida Ativa junto à PGMS e abrange, inclusive, a situação cadastral do estabelecimento matriz e suas filiais ou imóvel(is) em que esteja(m) na condição de contribuinte.

Fica ressalvado o direito de o Município cobrar e inscrever em Dívida Ativa quaisquer dívidas do sujeito passivo que vierem a ser apuradas.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, no endereço <https://sefaz.salvador.ba.go.br>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Lei nº 7.186/2006 - CTRMS.

Certidão emitida às 22:08:37 horas do dia 13/12/2023.
Válida até dia 12/03/2024.

Código de controle da certidão: **ABFA.D292.8D74.4440.7672.38D4.7C4B.90BA**

Esta certidão foi emitida pela página da Secretaria Municipal da Fazenda, no endereço <http://www.sefaz.salvador.ba.gov.br>, e sua autenticidade pode ser confirmada utilizando o código de controle acima.

[Voltar](#)[Imprimir](#)

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 36.598.253/0001-56
Razão Social: LICITAK CONSULTORIA E ASSESSORIA E GESTA
Endereço: R EWERTON VISCO 290 / CAMINHO DAS ARVORES / SALVADOR / BA / 41820-022

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 25/11/2023 a 24/12/2023

Certificação Número: 2023112502051101438667

Informação obtida em 13/12/2023 22:09:14

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: LICITAK CONSULTORIA, ASSESSORIA E GESTAO LTDA (MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 36.598.253/0001-56

Certidão nº: 71683247/2023

Expedição: 13/12/2023, às 22:09:42

Validade: 10/06/2024 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **LICITAK CONSULTORIA, ASSESSORIA E GESTAO LTDA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **36.598.253/0001-56**, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022. Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.



PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado da Bahia



CERTIDÃO ESTADUAL
CONCORDATA, FALÊNCIA, RECUPERAÇÃO JUDICIAL E EXTRAJUDICIAL - 1º GRAU

CERTIDÃO Nº: 00327594E

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada pela internet no site do Tribunal de Justiça (<https://portalcertidoes.tjba.jus.br/#/primeirograu>).

CERTIFICO que, pesquisando os registros de distribuição de feitos cíveis do Estado da Bahia, anteriores à data de 13/12/2023, verifiquei **NADA CONSTAR** em nome da parte abaixo indicada:

Razão Social: LICITAK CONSULTORIA, ASSESSORIA E GESTAO LTDA

CNPJ: 36.598.253/0001-56

Endereço: Rua Ewerton Visco, nº 290, Edf. Boulevard Side Empresarial, Sala 1901, Caminho das Árvores, Salvador – Bahia, CEP: 41820-022

Esta certidão abrange as ações das Varas de Família, incluindo as que versam sobre Tutela e Curatela, Varas de Registro Público, Varas de Acidentes de Trabalho, Varas da Fazenda Pública Municipal e Estadual.

Em caso de inconformidade entrar com contato com o SEDEC através do e-mail sedec@tjba.jus.br.

Não existe conexão com qualquer outra base de dados de instituição pública ou com a Receita Federal que verifique a identidade da RAZÃO SOCIAL com o CNPJ. Os dados informados são de responsabilidade do solicitante, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e/ou destinatário.

Certidão emitida de acordo com a lei nº 11.971, de 06/07/2009 e com o §1º do art. 8º da resolução 121/2010 do CNJ, que impede emissão de certidão positiva quando constar a distribuição de termo circunstanciado, inquérito ou processo em tramitação sem sentença condenatória transitada em julgado. A pessoa prejudicada pela disponibilização de informação na rede mundial de computadores poderá solicitar a retificação ao órgão jurisdicional responsável.

Certifico, finalmente, que esta certidão é sem custas.

Esta certidão tem validade de 30 dias a partir da data de sua emissão. Após esta data será necessário a emissão de uma nova certidão.



PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado da Bahia



Salvador, quarta-feira, 13 de dezembro de 2023



CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO

Certidão negativa correccional (ePAD, CGU-PJ, CEIS, CNEP e CEPIM)

Consultado: LICITAK CONSULTORIA, ASSESSORIA E GESTAO LTDA

CPF/CNPJ: 36.598.253/0001-56

Certifica-se que, em consulta aos sistemas ePAD e CGU-PJ e aos cadastros CEIS, CNEP e CEPIM mantidos pela Corregedoria-Geral da União, **NÃO CONSTAM** registros de penalidades vigentes relativas ao CNPJ/CPF consultado.

Destaca-se que, nos termos da legislação vigente, os referidos cadastros consolidam informações prestadas pelos entes públicos, de todos os Poderes e esferas de governo.

Os Sistemas ePAD e CGU-PJ consolidam os dados sobre o andamento dos processos administrativos de responsabilização de entes privados no Poder Executivo Federal.

O Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) apresenta a relação de empresas e pessoas físicas que sofreram sanções que implicaram a restrição de participar de licitações ou de celebrar contratos com a Administração Pública.

O Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP) apresenta a relação de empresas que sofreram qualquer das punições previstas na Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção).

O Cadastro de Entidades Privadas sem Fins Lucrativos Impedidas (CEPIM) apresenta a relação de entidades privadas sem fins lucrativos que estão impedidas de celebrar novos convênios, contratos de repasse ou termos de parceria com a Administração Pública Federal, em função de irregularidades não resolvidas em convênios, contratos de repasse ou termos de parceria firmados anteriormente.

Certidão emitida às 22:18:16 do dia 13/12/2023 , com validade até o dia 12/01/2024.

Link para consulta da verificação da certidão <https://certidoes.cgu.gov.br/>

Código de controle da certidão: O2u3lB8YZOAnaiZSp5ph

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

[Voltar](#)[Imprimir](#)

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 36.598.253/0001-56
Razão Social: LICITAK CONSULTORIA E ASSESSORIA E GESTA
Endereço: R EWERTON VISCO 290 / CAMINHO DAS ARVORES / SALVADOR / BA / 41820-022

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 02/01/2024 a 31/01/2024

Certificação Número: 2024010206382502937447

Informação obtida em 08/01/2024 21:23:38

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br

HABILITAÇÃO JURÍDICA

LICITAK CONSULTORIA, ASSESSORIA E GESTÃO LTDA



(71) 3480-8171
(71) 99287-7942
(71) 9 9196-1088



licitakconsultoria@gmail.com



Licitak Consultoria & Gestão



@licitakconsultoria

**CONTRATO DA SOCIEDADE LIMITADA:
LICITAK CONSULTORIA, ASSESSORIA E GESTÃO LTDA**

Pelo presente Instrumento Particular de Contrato Social:

IRIS TATIUSE SILVA RIBEIRO [REDACTED]

ANNIE KELLY SANTANA DO NASCIMENTO FARIAS [REDACTED]

LUCAS LEITE FARIAS nacionalidade **BRASILEIRA.** [REDACTED]

GLEICY KELLEN SANTANA DO NASCIMENTO BRITO [REDACTED]

Resolvem constituir uma sociedade limitada mediante as seguintes cláusulas.

DO ENQUADRAMENTO

CLÁUSULA PRIMEIRA. Declara, sob as penas da lei, que se enquadra na condição de MICROEMPRESA - ME nos termos da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006.

DO NOME EMPRESARIAL, DA SEDE E DAS FILIAIS

CLÁUSULA SEGUNDA. A sociedade gira sob o nome empresarial **LICITAK CONSULTORIA, ASSESSORIA E GESTÃO LTDA** e nome fantasia **LICITAK CONSULTORIA.**

Req: 81000000244769

[Handwritten signatures and stamps]
Página 1



Certifico o Registro sob o nº 97956517 em 09/03/2020

Protocolo 204623359 de 06/03/2020

Nome da empresa LICITAK CONSULTORIA, ASSESSORIA E GESTÃO LTDA NIRE 29204718001

Este documento pode ser verificado em <http://regin.juceb.ba.gov.br/AUTENTICACAODOCUMENTOS/AUTENTICACAO.aspx>

Chancela 165079278630994

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 09/03/2020

por Tiana Regila M G de Araújo - Secretária-Geral

Anexo Habilitação Jurídica (0924925)

SEI 19.09.02330.0000248/2024-75 / pg. 56

**CONTRATO DA SOCIEDADE LIMITADA:
LICITAK CONSULTORIA, ASSESSORIA E GESTÃO LTDA**

CLÁUSULA TERCEIRA. A sociedade tem sede: RUA EWERTON VISCO, 290, EDF. BOULEVARD SIDE EMPRESARIAL, SALA 1901, CAMINHO DAS ÁRVORES, SALVADOR, BA, CEP 41.820-022.

CLÁUSULA QUARTA. A sociedade poderá, a qualquer tempo, abrir ou fechar filial ou outra dependência, mediante alteração contratual, desde que aprovado pelos votos correspondentes dos sócios, no mínimo, a três quartos do capital social, nos termos do art. 1.076 da Lei nº 10.406/2002.

DO OBJETO SOCIAL E DA DURAÇÃO

CLÁUSULA QUINTA. A sociedade tem por objeto(s) social(ais):

SERVIÇOS DE CONSULTORIA E ASSESSORIA EM LICITAÇÕES E CONTRATOS, TREINAMENTO EM DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL E GERENCIAL, SERVIÇOS DE CONSULTORIA EM GESTÃO EMPRESARIAL, SERVIÇOS DE ARQUITETURA, SERVIÇOS DE CURSOS DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL DESTINADOS A QUALIFICAR E REQUALIFICAR TRABALHADORES, SERVIÇOS DE INTERMEDIÇÃO E AGENCIAMENTO DE NEGÓCIOS, CONSULTORIA EM PUBLICIDADE E SERVIÇOS DE ORGANIZAÇÃO DE FEIRAS, CONGRESSOS, EXPOSIÇÕES E FESTAS.

CODIFICAÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS

8599-6/04 - treinamento em desenvolvimento profissional e gerencial.
7020-4/00 - atividades de consultoria em gestão empresarial, exceto consultoria técnica específica.
7111-1/00 - serviços de arquitetura.
7319-0/04 - consultoria em publicidade.
7490-1/04 - atividades de intermediação e agenciamento de serviços e negócios em geral, exceto imobiliários.
8230-0/01 - serviços de organização de feiras, congressos, exposições e festas.
8599-6/99 - outras atividades de ensino não especificadas anteriormente.

CLÁUSULA SEXTA. A empresa iniciará suas atividades a partir da data do arquivamento e seu prazo de duração é indeterminado.

DO CAPITAL SOCIAL

CLÁUSULA SÉTIMA: O capital social subscrito será de R\$ 50.000,00 (Cinquenta Mil Reais) dividido em 50.000 (cinquenta mil) quotas de valor nominal R\$ 1,00 (Um Real) cada uma, totalmente integralizado neste ato em moeda corrente do país.

Req: 81000000244769

h h h
Streis
2
[assinatura]
Página 2



Certifico o Registro sob o nº 97956517 em 09/03/2020

Protocolo 204623359 de 06/03/2020

Nome da empresa LICITAK CONSULTORIA, ASSESSORIA E GESTÃO LTDA NIRE 29204718001

Este documento pode ser verificado em <http://regin.juceb.ba.gov.br/AUTENTICACAODOCUMENTOS/AUTENTICACAO.aspx>

Chancela 165079278630994

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 09/03/2020

por Tiana Regila M G de Araújo - Secretária-Geral

Anexo Habilitação Jurídica (0924925)

SEI 19.09.02330.0000248/2024-75 / pg. 57

**CONTRATO DA SOCIEDADE LIMITADA:
LICITAK CONSULTORIA, ASSESSORIA E GESTÃO LTDA**

Parágrafo Único: O capital social fica assim distribuído entre os sócios:

IRIS TATIUSE SILVA RIBEIRO, com 20.000 (vinte mil) quotas, perfazendo um total de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) integralizado;
ANNIE KELLY SANTANA DO NASCIMENTO FARIAS, com 20.000 (vinte mil) quotas, perfazendo um total de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) integralizado;
LUCAS LEITE FARIAS, com 5.000 (cinco mil) quotas, perfazendo um total de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) integralizado;
GLEICY KELLEN SANTANA DO NASCIMENTO BRITO, com 5.000 (cinco mil) quotas, perfazendo um total de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) integralizado;

CLÁUSULA OITAVA. As quotas são indivisíveis e não poderão ser cedidas ou transferidas a terceiros sem o consentimento do(s) outro(s) sócio(s), a quem fica assegurado, em igualdade de condições e preço direito de preferência para sua aquisição, se postas à venda, formalizando, se realizada a cessão delas, a alteração contratual pertinente.

CLÁUSULA NONA. A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.

DA ADMINISTRAÇÃO E DO PRO LABORE

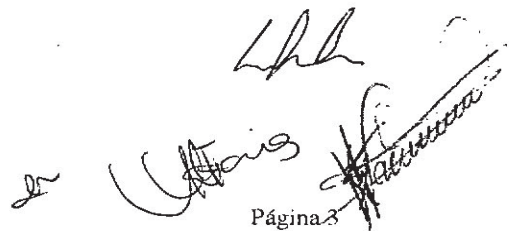
CLÁUSULA DÉCIMA. A administração da sociedade caberá ISOLADAMENTE a(o) Sócio(a) ANNIE KELLY SANTANA DO NASCIMENTO FARIAS com os poderes e atribuições de representação ativa e passiva na sociedade, judicial e extrajudicialmente, podendo praticar todos os atos compreendidos no objeto social, sempre de interesse da sociedade, autorizado o uso do nome empresarial, vedado, no entanto, fazê-lo em atividades estranhas ao interesse social ou assumir obrigações seja em favor de qualquer dos cotistas ou de terceiros, bem como onerar ou alienar bens imóveis da sociedade, sem autorização do(s) outro(s) sócio(s).

Parágrafo único. No exercício da administração, o administrador terá direito a uma retirada mensal a título de pro labore, cujo valor será definido de comum acordo entre os sócios.

DO BALANÇO PATRIMONIAL DOS LUCROS E PERDAS

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA. Ao término de cada exercício social, em 31 de dezembro, o administrador prestará contas justificadas de sua administração, procedendo à elaboração do inventário, do balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico, cabendo aos sócios, na proporção de suas quotas, os lucros ou perdas apuradas.

Req: 81000000244769


Página 3



Certifico o Registro sob o nº 97956517 em 09/03/2020

Protocolo 204623359 de 06/03/2020

Nome da empresa LICITAK CONSULTORIA, ASSESSORIA E GESTÃO LTDA NIRE 29204718001

Este documento pode ser verificado em <http://regin.juceb.ba.gov.br/AUTENTICACAODOCUMENTOS/AUTENTICACAO.aspx>

Chancela 165079278630994

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 09/03/2020

por Tiana Regila M G de Araújo - Secretária-Geral

Anexo Habilitação Jurídica (0924925)

SEI 19.09.02330.0000248/2024-75 / pg. 58

**CONTRATO DA SOCIEDADE LIMITADA:
LICITAK CONSULTORIA, ASSESSORIA E GESTÃO LTDA**

§ 1º Por deliberação dos sócios a distribuição de lucros poderá ser em qualquer período do ano a partir de resultado do período apurado.

§ 2º A distribuição dos lucros poderá não obedecer a participação do sócio desde que aprovada pelos sócios cotistas.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA. Nos quatro meses seguintes ao término do exercício social, os sócios deliberarão sobre as contas e designarão administrador(es), quando for o caso.

DO FALECIMENTO DE SÓCIO

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA. Falecendo ou interditado qualquer sócio, a sociedade continuará sua atividade com os herdeiros ou sucessores. Não sendo possível ou inexistindo interesse destes ou do(s) sócio(s) remanescente(s), o valor de seus haveres será apurado e liquidado com base na situação patrimonial da sociedade, à data da resolução, verificada em balanço especialmente levantado.

Parágrafo único. O mesmo procedimento será adotado em outros casos em que a sociedade se resolva em relação a seu sócio.

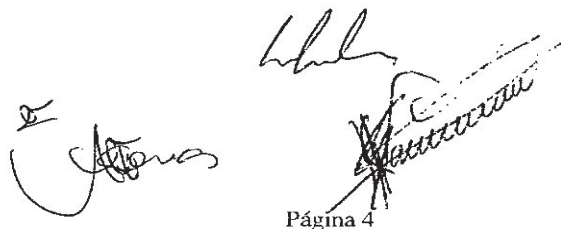
DA DECLARAÇÃO DE DESIMPEDIMENTO

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA. O Administrador declara, sob as penas da lei, que não está impedido de exercer a administração da sociedade, por lei especial ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública ou propriedade.

DOS CASOS OMISSOS

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA. Os casos omissos no presente contrato serão resolvidos pelo consenso dos sócios, com observância da Lei nº 10.406/2002.

Req: 81000000244769



Página 4



Certifico o Registro sob o nº 97956517 em 09/03/2020

Protocolo 204623359 de 06/03/2020

Nome da empresa LICITAK CONSULTORIA, ASSESSORIA E GESTÃO LTDA NIRE 29204718001

Este documento pode ser verificado em <http://regin.juceb.ba.gov.br/AUTENTICACAODOCUMENTOS/AUTENTICACAO.aspx>

Chancela 165079278630994

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 09/03/2020

por Tiana Regila M G de Araújo - Secretária-Geral

Anexo Habilitação Jurídica (0924925)

SEI 19.09.02330.0000248/2024-75 / pg. 59

**CONTRATO DA SOCIEDADE LIMITADA:
LICITAK CONSULTORIA, ASSESSORIA E GESTÃO LTDA**

FORO

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA. Fica eleito o foro de SALVADOR-BAHIA para o exercício e o cumprimento dos direitos e obrigações resultantes deste contrato.

E, por estarem assim justos e contratados, lavram este instrumento.

SALVADOR - BAHIA, 2 de março de 2020.

3º OFÍCIO DE NOTAS

3º OFÍCIO DE NOTAS

IRIS Tatiuse Silva Ribeiro

IRIS TATIUSE SILVA RIBEIRO

2º tab

ANNIE KELLY SANTANA DO NASCIMENTO FARIAS

ANNIE KELLY SANTANA DO NASCIMENTO FARIAS

Lucas Leite Farias

LUCAS LEITE FARIAS

Gleicy Kellen Santana do Nascimento Brito

GLEICY KELLEN SANTANA DO NASCIMENTO BRITO

3º TABELIONATO DE NOTAS

Avenida Tancredo Neves, 1632 - Edifício Salvador Trade Center
Camêlho das Árvores - Salvador/BA - CEP: 41820-915 - Tel: (71) 3013-3026
E-mail: tercelrofficialdenotas@gmail.com

Tabelião: Bel. Valter da Silva Reis

Reconheço por SEMELHANÇA a(s) firma(s) de:

[5N8FV9y1]-ANNIE KELLY SANTANA DO NASCIMENTO FARIAS. [5N8KKQ0]-IRIS TATIUSE SILVA RIBEIRO...

Salvador/BA, 05 de Março de 2020

Em Test. da Verdade:

TAIMARA MARGARIDA DE JESUS SILVA - ESCRIVENTE

Selo: 1603.AC883864-8 e 1603.AC883865-6 - Valor: R\$ 10,40

Consulte em: www.tjba.jus.br/autenticidade
Tx. Fisc. R\$3,56 FECON R\$1,38, FMMPBA R\$0,10, MPGE R\$0,20, Def. R\$0,14



3º TABELIONATO DE NOTAS

Avenida Tancredo Neves, 1632 - Edifício Salvador Trade Center
Camêlho das Árvores - Salvador/BA - CEP: 41820-915 - Tel: (71) 3013-3026
E-mail: tercelrofficialdenotas@gmail.com

Tabelião: Bel. Valter da Silva Reis

Reconheço por SEMELHANÇA a(s) firma(s) de:

[5N8FV9x1]-GLEICY KELLEN SANTANA DO NASCIMENTO BRITO...

Salvador/BA, 05 de Março de 2020

Em Test. da Verdade:

TAIMARA MARGARIDA DE JESUS SILVA - ESCRIVENTE

Selo: 1603.AC883866-4 - Valor: R\$ 5,20

Consulte em: www.tjba.jus.br/autenticidade
Tx. Fisc. R\$1,78, FECON R\$0,89, FMMPBA R\$0,05, MPGE R\$0,10, Def. R\$0,07



2º Tabelionato de Notas de Salvador - BA
Av. Paralela, nº 8544, Shopping Paralela, CEP: 41730-101 • Tel: (71) 3013-3026

Reconheço por Semelhança 0001 firma(s) de:

LUCAS LEITE FARIAS - 47824

Emol: R\$2,51 Fim: R\$1,78 FECON: R\$0,09 Def: R\$0,07

PGE: R\$0,10 MP: R\$0,05 Total: R\$5,20

Selo(s): 1602.AB422390-5

Em Testemunho (da Verdade)

Thamires Pinho de Santana - Escrivente

SALVADOR - BA 05/03/2020

Consulte o selo em: www.tjba.jus.br/autenticidade



Req: 81000000244769

Página 5



Certifico o Registro sob o nº 97956517 em 09/03/2020

Protocolo 204623359 de 06/03/2020

Nome da empresa LICITAK CONSULTORIA, ASSESSORIA E GESTÃO LTDA NIRE 29204718001

Este documento pode ser verificado em <http://regin.juceb.ba.gov.br/AUTENTICACAODOCUMENTOS/AUTENTICACAO.aspx>

Chancela 165079278630994

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 09/03/2020

por Tiana Regila M G de Araújo - Secretária-Geral

Anexo Habilitação Jurídica (0924925)

SEI 19.09.02330.0000248/2024-75 / pg. 60



204623359

TERMO DE AUTENTICAÇÃO

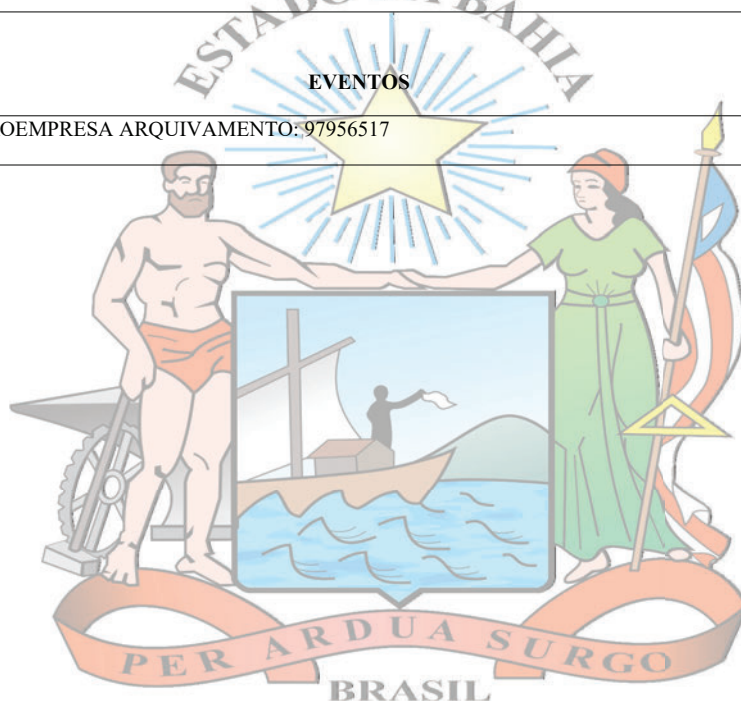
NOME DA EMPRESA	LICITAK CONSULTORIA, ASSESSORIA E GESTÃO LTDA
PROTOCOLO	204623359 - 06/03/2020
ATO	090 - CONTRATO
EVENTO	090 - CONTRATO

MATRIZ

NIRE 29204718001
CNPJ 36.598.253/0001-56
CERTIFICO O REGISTRO EM 09/03/2020
PROTOCOLO ARQUIVAMENTO 29204718001 DE 09/03/2020 DATA AUTENTICAÇÃO 09/03/2020

EVENTOS

315 - ENQUADRAMENTO DE MICROEMPRESA ARQUIVAMENTO: 97956517



Tiana Regila M. G. de Araújo

TIANA REGILA M G DE ARAÚJO

Secretária-Geral

1

Junta Comercial do Estado da Bahia

09/03/2020

Certifico o Registro sob o nº 97956517 em 09/03/2020

Protocolo 204623359 de 06/03/2020

Nome da empresa LICITAK CONSULTORIA, ASSESSORIA E GESTÃO LTDA NIRE 29204718001

Este documento pode ser verificado em <http://regin.juceb.ba.gov.br/AUTENTICACAODOCUMENTOS/AUTENTICACAO.aspx>

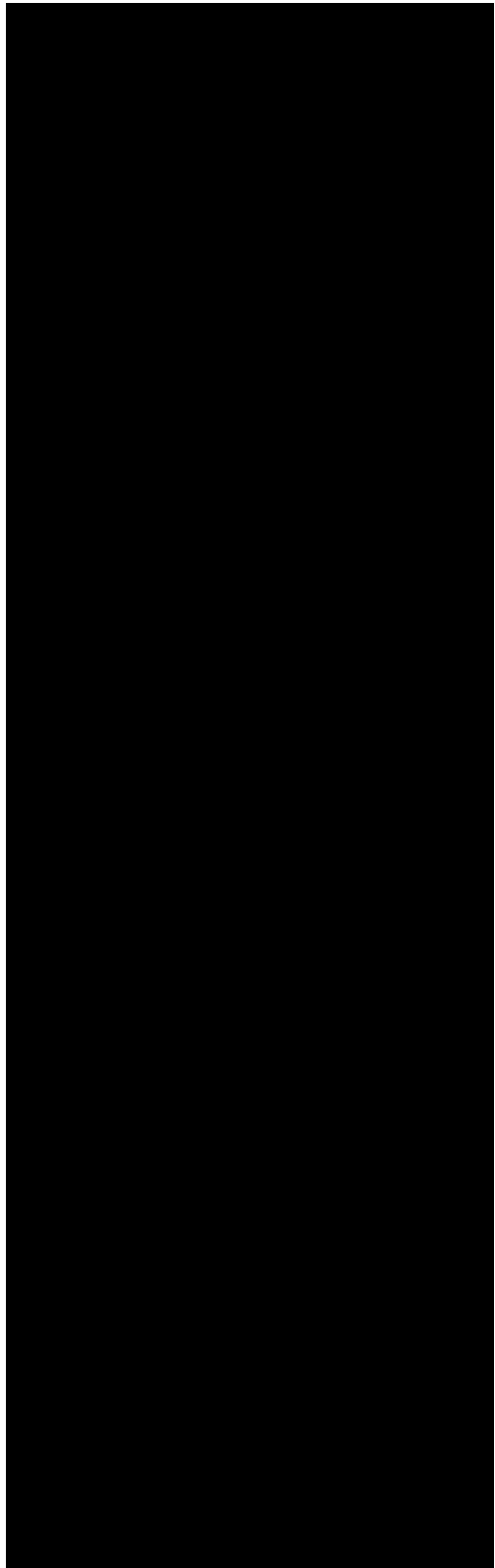
Chancela 165079278630994

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 09/03/2020

por Tiana Regila M G de Araújo - Secretária-Geral

Anexo Habilitação Jurídica (0924925)

SEI 19.09.02330.0000248/2024-75 / pg. 61





DESPACHO

Prezado André,

Em conformidade com o alinhamento prévio realizado e diante da necessidade urgente de nos adequarmos ao novo marco legal instituído pela Lei Federal nº 14.133/2021 e Lei estadual 14.634 de 28 de Novembro de 2023, solicito a autorização para proceder com a contratação, por inexigibilidade de licitação, de serviços especializados de consultoria e assessoria, bem como treinamento In Company.

Esta contratação é essencial para a revisão, readequação e padronização dos documentos e processos internos do Ministério Público do Estado da Bahia, garantindo conformidade com a referida lei. Ademais, é fundamental para a capacitação teórica e prática dos nossos servidores envolvidos nos processos de contratações públicas, assegurando eficiência e legalidade em nossas operações futuras.

Documentos Anexados ao Processo:

Termo de Referência para Consultoria;
Termo de Referência para Capacitação;
Propostas referentes à Consultoria e Capacitação;
Qualificações Técnico-Profissionais dos profissionais Iris Tatiuse Ribeiro e Annie Kelly Farias;
Qualificação Operacional;
Certidões pertinentes;
Consulta de Regularidade do Empregador - FGTS (atualizada);
Habilitação Jurídica.

As etapas que serão executadas de acordo com o seguinte Cronograma:

Consultoria - Valor: 25.000,00

ETAPAS	MESES					
	01	02	03	04	05	06
1. Avaliação diagnóstica	X					
2. Elaboração de artefatos	X	X				
3. Apresentação dos artefatos	X	X	X			
4. Suporte técnico	X	X	X	X	X	X

Capacitação - Valor: 15.000,00

3 meses (De acordo com a nossa demanda)

Solicito, portanto, não apenas a autorização para prosseguir com esta contratação essencial, mas também a indicação da unidade responsável que disponibilizará os recursos orçamentários necessários para efetivar a referida contratação.

Estou à disposição para fornecer quaisquer esclarecimentos adicionais que se façam necessários.



Documento assinado eletronicamente por **Carlos Bastos Stucki** em 09/01/2024, às 17:58, conforme Ato Normativo nº 047, de 15 de Dezembro de 2020 - Ministério Público do Estado da Bahia.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0925184** e o código CRC **9F8FB5D3**.



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

DESPACHO

Retorne-se o presente expediente à Diretoria de Contratos, Convênios e Licitações para ciência de que autorizo a continuidade do processo de inexigibilidade de licitação para contratação de serviços especializados de consultoria e assessoria, bem como realização de treinamento in company, para nos adequarmos ao novo marco legal instituído pela Lei Federal nº 14.133/2021 e Lei estadual 14.634 de 28 de Novembro de 2023, e informo que a Diretoria Administrativa será a unidade gestora responsável pela execução orçamentária correspondente.

ANDRÉ LUÍS SANT'ANA RIBEIRO
Superintendente de Gestão Administrativa



Documento assinado eletronicamente por **André Luis Sant Ana Ribeiro** em 11/01/2024, às 22:23, conforme Ato Normativo nº 047, de 15 de Dezembro de 2020 - Ministério Público do Estado da Bahia.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0926981** e o código CRC **9181B0F5**.



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

MANIFESTAÇÃO

Informo que os arquivos 0924903 e 0924904 foram excluídos e substituídos pelos arquivos 0931431 e 0931432, após correção realizada em seu teor referente à legislação aplicável ao processo de inexigibilidade.

Atenciosamente,
Christian Heberth



Documento assinado eletronicamente por **Christian Heberth Silva Borges** em 17/01/2024, às 17:02, conforme Ato Normativo nº 047, de 15 de Dezembro de 2020 - Ministério Público do Estado da Bahia.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0931423** e o código CRC **1CA67D74**.

TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

1.1. Contratação de empresa para prestação de serviços especializados de consultoria e assessoria ao setor de compras, licitações e contratos administrativos do Ministério Público do Estado da Bahia, visando a revisão, readequação e padronização de documentos ao novo marco legal instituído pela Lei Federal nº 14.133/2021 e pela Lei Estadual 14.634/2023, por inexigibilidade de licitação, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Termo de Referência.

1.2. O objeto compreende suporte, manutenção, apoio técnico e consultoria para implantação eficiente da Lei Federal nº 14.133/2021, da Lei Estadual 14.634/2023 e demais normativos expedidos pelo Ministério Público do Estado da Bahia no decorrer da consultoria.

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

Considerando a complexidade e abrangência da Lei Federal nº 14.133/2021, que instituiu novo marco legal para as contratações públicas, e visando assegurar a correta aplicabilidade desta legislação no cotidiano, necessária se faz a contratação de empresa que forneça consultoria especializada posto que a referida lei trouxe alterações substanciais aos procedimentos licitatórios e contratuais e estas atualizações terão um grande impacto nos procedimentos laborais.

Com as diversas atualizações e mudanças nos procedimentos, faz-se necessária a disponibilização de artefatos relacionados à NLLC aos servidores que lidam diretamente com os trâmites em questão, buscando maior celeridade, economicidade, eficiência e segurança no gerenciamento dos processos licitatórios. Isto posto, merece ênfase o fato de a nova lei ter apresentado um cenário completamente novo e relativamente desconhecido dos agentes públicos, ao internalizar no regime geral de licitações instrumentos de planejamento e controle característicos de contratações tecnicamente complexas.

Por conseguinte, a pretensa contratação se justifica pela importância da necessidade de realizar diagnóstico, acompanhamento, personalizar e padronizar todos os documentos necessários para a operação e implantação da Lei Federal nº 14.133/2021 no âmbito do Ministério Público do Estado da Bahia, bem como, investir em um serviço de qualidade que contribua para o desenvolvimento dos servidores que atuam nas contratações públicas.

Outrossim, a contratação reveste-se de natureza predominantemente intelectual, subjetiva e que está levando em consideração a formação, a experiência e o conjunto de elementos intrínsecos da empresa a ser contratada.

Ademais, a contratação por meio inexigibilidade de licitação, fundamenta-se na singularidade do serviço a ser prestado e na expertise específica da empresa selecionada. A complexidade técnica e jurídica envolvida na interpretação e aplicação da nova legislação demanda conhecimentos especializados, os quais somente uma consultoria com experiência comprovada pode oferecer.

Nesse sentido, almeja-se uma consultoria que ofereça os serviços especializados de suporte, manutenção, apoio técnico e consultoria para implantação eficiente da Lei Federal nº 14.133/2021, proporcionando esclarecimentos e orientações, realizando a consultoria e assessoria completa e diferenciada, realizada por técnicos capacitados, evitando, assim, contratações malconduzidas que resultem em prejuízo à Instituição e que possam resultar em apontamentos e penalizações por parte dos órgãos de controle, entre tanto outros.

3. DA CONTRATAÇÃO DIRETA – INEXIGIBILIDADE

3.1. DO ENQUADRAMENTO LEGAL

3.1.1 O objeto pretendido pela Administração e ora processado se caracteriza em hipótese inexigibilidade, amparado no art. 74, inciso III, alínea c, da Lei Federal nº 14.133/2021, pelos seguintes fundamentos:

3.1.2 Da análise de Lei de Licitações, verifica-se previsão no art. 74, Inciso III, alínea c, que autoriza a contratação direta por inexigibilidade de licitação nos casos de treinamento e aperfeiçoamento de pessoal, ao prescrever:

Art. 74. É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de:

(...)

III - contratação dos seguintes **serviços técnicos especializados** de natureza predominantemente intelectual com **profissionais ou empresas de notória especialização**, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação:

(...)

c) **assessorias ou consultorias técnicas** e auditorias financeiras ou tributárias;. (grifos nossos)

3.1.3 Por seu turno, convém destacar que § 3º do artigo 74 da Lei n.º 14.133/2021 traz o conceito legal de notória especialização, aduzindo que considerar-se-á detentor de notória especialização o profissional ou a empresa cujo conceito no campo de sua especialidade, decorrente de desempenho anterior, estudos, experiência, publicações, organização, aparelhamento, equipe técnica ou outros requisitos relacionados com suas atividades, permita inferir que o seu trabalho é essencial e reconhecidamente adequado à plena satisfação do objeto do contrato.

3.1.4 Ademais, o serviço a ser contratado é demasiadamente técnico e específico e possui a singularidade exigida para ser enquadrado como inexigível. Nesse sentido, resta inviável a licitação, porquanto os serviços a serem executados são ímpares, dependentes de alta especificidade técnica para executá-los, tornando-os, destarte, singulares, não permitindo, assim, comparações, por serem, também, individualizados e peculiarizados, de acordo com cada profissional, sendo que a empresa a ser contratada possui experiência na área, por já o ter realizado anteriormente, por diversas vezes, com resultados plenamente satisfatórios, comprovando a sua notória especialização.

3.1.5 *In casu*, nota-se que os requisitos se encontram atendidos quanto ao enquadramento do objeto pretendido como **serviço técnico especializado**, assim como quanto à **notória especialização** da empresa a ser contratada.

3.2. DA JUSTIFICATIVA DO PREÇO

3.2.1. O objeto deste instrumento perfaz o valor de R\$25.000,00 (vinte e cinco mil reais), fixo e irrevogável, incluindo todas as despesas com encargos diretos e indiretos.

3.2.2. O valor foi definido de acordo com a relevância, o vulto, a complexidade e a dificuldade das questões versadas, o trabalho e o tempo necessário e o renome dos prestadores de serviços.

3.2.3. O valor cobrado é considerado justificável em relação aos valores praticados no mercado pela empresa a ser contratada, conforme apresentação das Notas Fiscais com valores compatíveis aos da proposta de preço.

3.3. DA ESCOLHA DO EXECUTANTE

3.3.1. A escolha do prestador do serviço em atendimento ao que preconiza o §3º, do art. 74 da Lei nº 14.133/2021, que respalda legalmente a contratação da **LICITAK CONSULTORIA, ASSESSORIA E GESTAO LTDA** - CNPJ nº 36.598.253/0001-56, ofertante da consultoria em tela decorre da sua notória especialização nas matérias correlatadas,

demonstrada mediante os documentos anexados, dos quais é possível inferir que o trabalho da empresa é essencial e indiscutivelmente o mais adequado à plena satisfação do objeto do contrato a ser firmado.

3.3.2. Ademais, a empresa **LICITAK CONSULTORIA** tem como principal escopo a prestação de serviços de capacitação, consultoria e assessoria em licitações e contratos administrativos, primando pela excelência de seus atos, buscando sempre a otimização de seus resultados com competência, eficiência e seriedade, levando orientação, esclarecimento e atualização aos agentes públicos, gestores e seu corpo técnico, garantindo uma maior segurança na condução dos processos de contratações públicas de modo preventivo e contínuo.

3.3.3. A **LICITAK CONSULTORIA** se diferencia no mercado por oferecer serviços multidisciplinares para a administração pública, possuindo em seu quadro profissionais que atuam há mais de 13 anos oferecendo serviços especializados para o setor público, sempre buscando inovação e aprimoramento da gestão, caminhando com seus clientes com foco em resultados.

3.3.4. Possui equipe é composta por técnicos altamente capacitados, com capital intelectual diferenciado e com vasta experiência prática na área pública, agrega conhecimentos jurídicos, gerenciais e administrativos que fazem a diferença em favor de seus clientes.

3.3.5. Nesse sentido, indicada a razão de escolha do prestador de serviços, encontra-se satisfeita a exigência prevista no artigo 72, VI da Lei nº 14.133/2021.

4. DAS ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO

4.1. O objeto tem por escopo a prestação de serviços especializados de consultoria ao setor de compras, licitações e contratos administrativos do Ministério Público do Estado da Bahia, visando a revisão, readequação e padronização de documentos para utilização da Lei Federal nº 14.133/2021, compreendendo as seguintes atividades:

4.2. ETAPA 1 - Avaliação diagnóstica

- I. Análise da estrutura organizacional do contratante;
- II. Entrevistas com os principais atores dos processos de contratação;
- III. Emissão de relatório conclusivo com propostas de ações e intervenções.

4.3. ETAPA 2 - Análise, revisão e elaboração de artefatos customizados

4.3.1 Contempla análise e adequação dos documentos da instituição e a elaboração pela equipe de consultores da retromencionada empresa dos seguintes instrumentos, a serem entregues integralmente prontos para serem operacionalizados e utilizados pela instituição contratante, com base nos requisitos da Lei Federal nº 14.133/2021 e legislação estadual:

- I. Termos de Referências para modalidades licitatórias e contratações diretas;
- II. Minutas de Contratos;
- III. Minuta de Editais de pregão e concorrência para obras e serviços;
- IV. Modelo de Estudo Técnico Preliminar;
- V. Base de conhecimento;
 - a. Formulário - adequação orçamentária;
 - b. Formulário - Documento de Oficialização da Demanda;
 - c. Formulário - Informações Orçamentárias;
 - d. Formulário - Solicitação de Autorização para Licitação;
 - e. Formulário - Tabela de Preços Referenciais;
 - f. Glossário;
 - g. Fluxos BPMU.

4.4. A adequação a ser realizada nas minutas dos editais englobarão todas as modalidades comumente utilizadas, tais como: pregão, concorrência, bem como contratações diretas.

4.5. As versões de documentos que serão apresentados e entregues pelos consultores abrangendo as principais contratações realizadas pela instituição, tais como, produtos, equipamentos, serviços comuns, serviços contínuos, obras e serviços de engenharia.

4.6. ETAPA 3 – Apresentação dos produtos entregues.

4.7. ETAPA 4 – Suporte técnico

4.8. Contempla o suporte técnico prestado pela equipe de consultores para esclarecimento de dúvidas, bem como adequação dos documentos produzidos aos regulamentos estaduais posteriormente publicados.

4.9. OBSERVAÇÕES:

4.9.1. O escopo dos serviços de consultoria proposto pode ser modificado para melhor aderência às necessidades do contratante. Neste sentido, itens podem ser modificados, inseridos ou excluídos.

4.9.2. A **ETAPA 3**, relativa à apresentação dos produtos, será realizada à medida que os artefatos forem entregues e poderá ser modificada / ajustada conforme a demanda da contratante.

4.9.3. As consultorias poderão ser presenciais ou à distância, por meio de videoconferências. Além disso, poderão ser formuladas consultas por e-mail ou aplicativos de mensagens de modo a agilizar ainda mais o processo de migração para o novo regime de contratações públicas.

5. DA EQUIPE TÉCNICA PRINCIPAL

IRIS TATIUSE SILVA RIBEIRO: Servidora pública do município de Salvador, mais de 13 anos de experiência na área de Licitações; Atuou como: Assessora Jurídica na SUCOM (SEDUR); Presidente da Comissão de Licitação e Pregoeira nos municípios de Lauro de Freitas e Salvador; Assessora do Gabinete da Secretaria da Educação de Salvador na Seção de Contratos. Atualmente faz parte da Comissão de Licitação da SECRETARIA DE PROMOÇÃO SOCIAL, COMBATE À POBREZA, ESPORTES E LAZER -SEMPRE. Atua, ainda, como Instrutora Interna da Secretaria de Gestão de Salvador, ministrando cursos de capacitação para os servidores e agentes públicos na área de licitações e contratos. Membro do Grupo de Trabalho Intersetorial para regulamentação e implementação da Lei nº 14.133/2021 no município de Salvador-BA.

ANNIE KELLY SANTANA NASCIMENTO FARIAS: Advogada atuante no ramo do Direito Público, com sólida experiência na área de Licitações Públicas e Contratos Administrativos. Especializada em Direito e Processo do Trabalho. Pós-graduanda em Licitações e Contratos Administrativos. Atuou como: Coordenadora do Setor de Auditoria Interna da SUCAB – Superintendência de Construções Administrativas da Bahia; Analista de Licitações da Diretoria de Infraestrutura; Assessora do Gabinete da Secretaria da Educação de Salvador/BA; Coordenadora do Núcleo de Contratos e instrumentos congêneres da Secretaria Municipal da Educação de Salvador/BA. Atualmente, atua como Analista e Consultora Jurídica da ASLIC – Assessoria de Licitações da Secretaria Municipal da Educação em Salvador/BA. Presta, ainda, consultoria nas áreas de licitações, contratos e convênios para órgãos públicos e privados.

6. DA FORMA DE EXECUÇÃO

6.1. A CONTRATADA deverá iniciar os serviços em até 05 (cinco) dias úteis após o recebimento de autorização da prestação do serviço pelo setor requisitante.

6.2. O projeto de consultoria e assessoria será desenvolvido nas dependências do Órgão e através conferência online e todas as outras ferramentas disponibilizadas pela tecnologia, diretamente pelos profissionais da CONTRATADA.

7. DOS PRAZOS

7.1. O prazo para a execução do objeto será de 06 (seis) meses.

7.2. A vigência do contrato será de 06 (seis) meses, a partir da sua assinatura, prorrogável de acordo com a necessidade da Contratante.

8. DA OBRIGAÇÃO DAS PARTES:

8.1. A CONTRATANTE se obriga a:

- a) Efetuar os pagamentos devidos à CONTRATADA, nas condições estabelecidas no Termo de Referência;
- b) Exercer a fiscalização do contrato;
- c) Comunicar prontamente a CONTRATADA, qualquer anormalidade no objeto do contrato, caso não estejam de acordo com as especificações e condições estabelecidas no instrumento;
- d) Atestar as notas fiscais/faturas dos serviços prestados por meio de servidor, emitidas pela CONTRATADA, recusando-se quando inexatas ou incorretas, efetuando o pagamento depois de validadas nas condições pactuadas;
- e) Notificar previamente à CONTRATADA, quando da aplicação de penalidades.

8.2. A CONTRATADA se obriga a:

- a) Executar o objeto nas condições estabelecidas no termo de referência;
- b) Manter sigilo absoluto sobre informações, dados e documentos provenientes da execução do objeto e das demais informações internas da Contratante a que a Contratada tiver conhecimento;
- c) Entregar Nota Fiscal de Serviço - NFS;
- d) Responder, por quaisquer danos que venham a causar à União, Estado, Município ou a terceiros, em função do objeto do contrato firmado, bem como por todos os danos e prejuízos decorrentes do serviço, salvo na ocorrência de motivo de força maior, apurados na forma da legislação vigente, e desde que comunicados à CONTRATANTE no prazo de 48 horas do fato, ou da ordem expressa e escrita da CONTRATANTE;
- e) Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato;
- f) Planejar, conduzir e executar os serviços com integral observância às disposições contidas nos instrumentos pertinentes;
- g) Acatar as normas e condições deste instrumento e anexos que integram o contrato, independente de transcrição;
- h) Providenciar a imediata correção dos problemas apontados pela CONTRATANTE, relacionados com a execução do objeto contratado;

- i) Avocar para si os ônus decorrentes de todas as reclamações e/ou ações judiciais ou extrajudiciais, por culpa ou dolo, que possam eventualmente ser alegadas por terceiros, contra o CONTRATANTE, procedentes do objeto contratado;
- j) Obedecer à proibição disposta no Art. 7º, Inciso XXXIII, da CF/88, qual seja, não poderá empregar menores de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e, em qualquer trabalho, menores de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos.

9. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

9.1. O presente contrato terá seu valor estipulado em R\$25.000,00 (vinte e cinco mil reais), fixo e irrevogável, incluindo todas as despesas com encargos diretos e indiretos, na forma prevista nos instrumentos pertinentes.

9.2. O pagamento será efetuado em 06 (seis) parcelas no valor de R\$ 4.166,66 (quatro mil, cento e sessenta e seis mil reais e sessenta e seis centavos) cada, no prazo de até 20 (vinte) dias, contados a partir da apresentação, pela CONTRATADA, de Nota Fiscal, devidamente atestada pelo gestor da contratação.

9.3. Havendo irregularidade na Nota Fiscal apresentada ou nos serviços prestados, o prazo para pagamento será contado a partir da sua regularização.

10. DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

10.1. Será designado representante da administração para acompanhar e fiscalizar a execução dos serviços.

10.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos.

10.3. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

11. DAS SANÇÕES/PENALIDADES

11.1. O fornecedor sujeitar-se-á, no caso de cometimento de infrações ou inadimplemento de suas obrigações, às penalidades previstas na legislação estadual, aplicando-se subsidiariamente, no que couberem, as disposições contidas na Lei nº 14.133/2021 e demais pertinentes.

12. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. Depois de verificada a existência da necessidade da contratação do serviço, devidamente justificada, e comprovada a inviabilidade de competição, entendemos que é plenamente cabível a formalização da inexigibilidade para o objeto em comento, pois ele atende a todos os requisitos do art. 74, Inciso III, alínea c, da Lei nº 14.133/2021.

12.2. O presente Termo de Referência foi elaborado pelo setor de Licitações, através da cooperação técnica da sua equipe, com contribuição dos setores técnicos, estando em consonância com as disposições legais e normativas aplicáveis e com interesse e conveniência da administração.

Salvador- Ba, 26 de janeiro de 2023.

Monica Fabiane da Silva Sobrinho

TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

Contratação de empresa especializada na prestação de serviços técnicos de treinamento *In Company* visando a formação, desenvolvimento e capacitação teórico-prático de servidores envolvidos nos processos de contratações públicas do Ministério Público do Estado da Bahia de acordo com a Nova Lei Federal nº 14.133/2021 e com a Lei Estadual 14.634/2023, pontuando as alterações na instrução e condução dos processos licitatórios e contratos administrativos.

1.1. O objeto compreende treinamento para implantação eficiente da Lei Federal nº 14.133/2021, da Lei Estadual 14.634/2023, considerando os demais normativos expedidos pelo Ministério Público do Estado da Bahia para regulamentação dos referidos diplomas legais.

1.2. A capacitação terá caráter teórico-prático e contará com a realização de 03 (três) turmas com no máximo 40 (quarenta) servidores que atuem na área de licitações e contratos, bem como para servidores das unidades demandantes de processos de licitação.

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

Em abril de 2021, entrou em vigor o novo marco normativo das licitações e contratações públicas brasileiras, a Lei Federal nº 14.133. Concebida para conviver com legislações pré-existentes por 02 (dois) anos, a Nova Lei já registrava a futura revogação de diplomas consolidados como a Lei nº 8.666/93, Lei nº 10.520/2002 e Lei nº 12.411/2011.

Sendo assim, a Nova Lei de Licitações deu nova nomenclatura aos agentes que atuam nas licitações, criou e extinguiu modalidades de licitação, positivou entendimentos jurisprudenciais. Planejamento, governança, controle, resolução alternativa de conflitos, foram apenas alguns dos novos assuntos trazidos ao cenário legislativo das contratações pela Lei nº 14.133/21. Portanto, capacitar os servidores com teoria e prática vai ao encontro do interesse público, pois é fundamental que as atividades laborais sejam realizadas da maneira mais excelente possível.

A contratação engloba temas fundamentais no dia a dia de quem faz as contratações públicas, com destaque para as inovações e alterações da nova Lei de Licitações, o passo a passo de procedimentos e as boas práticas a serem adotadas.

Assim, por parte das divisões que integram o Ministério Público do Estado da Bahia, a necessidade é a de se manter atualizados os conhecimentos dos servidores que atuam

nas fases interna e externa da contratação, sendo essa uma necessidade imperiosa de capacitação dos setores, permitindo a continuidade das contratações do órgão, com maior segurança jurídica e menor incidência de erros.

Cumpre salientar que essa contratação tem como objetivo capacitar, atualizar e preparar os profissionais e agentes atuantes em matéria de licitações e contratos, especialmente no que consiste em conhecer as alterações trazidas com a Lei nº 14.133/2021.

Outrossim, a contratação reveste-se de natureza predominantemente intelectual, subjetiva e que está levando em consideração a formação, a experiência e o conjunto de elementos intrínsecos da empresa a ser contratada.

Ademais, a contratação por meio inexigibilidade de licitação, fundamenta-se na singularidade do serviço a ser prestado e na expertise específica da empresa selecionada. A complexidade técnica e jurídica envolvida na interpretação e aplicação da nova legislação demanda conhecimentos especializados, os quais somente uma empresa com experiência comprovada pode oferecer.

Nesse sentido, a empresa escolhida oferece os serviços especializados de capacitação e treinamento para implantação eficiente da Lei Federal nº 14.133/2021, proporcionando esclarecimentos e orientações, através de técnicos capacitados, evitando, assim, contratações mal conduzidas que resultem em prejuízo à Instituição e que possam resultar em apontamentos e penalizações por parte dos órgãos de controle, entre tanto outros.

Importante ressaltar ainda, que compete à Administração prover capacitações destinadas ao aperfeiçoamento dos seus servidores cujas atividades contemplem, além de outros aspectos, a qualificação/atualização da Administração Pública. A contínua formação dos servidores administrativos é imprescindível para que se possa prestar um serviço público adequado, preservar o Erário, bem como os interesses da coletividade. Neste sentido, inúmeras são as recomendações dos Tribunais de Contas quanto à necessidade de constante capacitação aos servidores, em especial, os que atuam nas diferentes fases dos processos licitatórios.

3. DA CONTRATAÇÃO DIRETA – INEXIGIBILIDADE

3.1. DO ENQUADRAMENTO LEGAL

3.1.1 O objeto pretendido pela Administração e ora processado se caracteriza em hipótese inexigibilidade, amparado no art. 74, inciso III, alínea c, da Lei Federal nº 14.133/2021, pelos seguintes fundamentos:

3.1.2 Da análise de Lei de Licitações, verifica-se previsão no art. 74, Inciso III, alínea c, que autoriza a contratação direta por inexigibilidade de licitação nos casos de treinamento e aperfeiçoamento de pessoal, ao prescrever:

Art. 74. É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de:

(...)

III - contratação dos seguintes **serviços técnicos especializados** de natureza predominantemente intelectual com **profissionais ou empresas de notória especialização**, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação:

(...)

c) **assessorias ou consultorias técnicas** e auditorias financeiras ou tributárias;. (grifos nossos)

3.1.3 Por seu turno, convém destacar que § 3º do artigo 74 da Lei n.º 14.133/2021 traz o conceito legal de notória especialização, aduzindo que considerar-se-á detentor de notória especialização o profissional ou a empresa cujo conceito no campo de sua especialidade, decorrente de desempenho anterior, estudos, experiência, publicações, organização, aparelhamento, equipe técnica ou outros requisitos relacionados com suas atividades, permita inferir que o seu trabalho é essencial e reconhecidamente adequado à plena satisfação do objeto do contrato.

3.1.4 Ademais, o serviço a ser contratado é demasiadamente técnico e específico e possui a singularidade exigida para ser enquadrado como inexigível. Nesse sentido, resta inviável a licitação, porquanto os serviços a serem executados são ímpares, dependentes de alta especificidade técnica para executá-los, tornando-os, destarte, singulares, não permitindo, assim, comparações, por serem, também, individualizados e peculiarizados, de acordo com cada profissional, sendo que a empresa a ser contratada possui experiência na área, por já o ter realizado anteriormente, por diversas vezes, com resultados plenamente satisfatórios, comprovando a sua notória especialização.

3.1.5 *In casu*, nota-se que os requisitos se encontram atendidos quanto ao enquadramento do objeto pretendido como **serviço técnico especializado**, assim como quanto à **notória especialização** da empresa a ser contratada.

3.2. DA JUSTIFICATIVA DO PREÇO

3.2.1. O objeto deste instrumento perfaz o valor global de R\$15.000,00 (quinze e cinco mil reais), fixo e irrevogável, incluindo todas as despesas com encargos diretos e indiretos.

3.2.2. O valor foi definido de acordo com a relevância, o vulto, a complexidade e a dificuldade das questões versadas, o trabalho e o tempo necessário e o renome dos prestadores de serviços.

3.2.3. O valor cobrado é considerado justificável em relação aos valores praticados no mercado pela empresa a ser contratada, conforme apresentação das Notas Fiscais com valores compatíveis aos da proposta de preço.

3.3. DA ESCOLHA DO EXECUTANTE

3.3.1. A escolha do prestador do serviço em atendimento ao que preconiza a legislação vigente e que respalda legalmente a contratação da **LICITAK CONSULTORIA, ASSESSORIA E GESTAO LTDA** - CNPJ nº 36.598.253/0001-56, ofertante da capacitação e treinamento em tela decorre da sua notória especialização nas matérias relatadas, demonstrada mediante os documentos anexados, dos quais é possível inferir que o trabalho da empresa é essencial e indiscutivelmente o mais adequado à plena satisfação do objeto do contrato a ser firmado.

3.3.2. Ademais, a empresa **LICITAK CONSULTORIA** tem como principal escopo a prestação de serviços de capacitação, consultoria e assessoria em licitações e contratos administrativos, primando pela excelência de seus atos, buscando sempre a otimização de seus resultados com competência, eficiência e seriedade, levando orientação, esclarecimento e atualização aos agentes públicos, gestores e seu corpo técnico, garantindo uma maior segurança na condução dos processos de contratações públicas de modo preventivo e contínuo.

3.3.3. A **LICITAK CONSULTORIA** se diferencia no mercado por oferecer serviços multidisciplinares para a administração pública, possuindo em seu quadro profissionais que atuam há mais de 13 anos oferecendo serviços especializados para o setor público, sempre buscando inovação e aprimoramento da gestão, caminhando com seus clientes com foco em resultados.

3.3.4. Possui equipe é composta por técnicos altamente capacitados, com capital intelectual diferenciado e com vasta experiência prática na área pública, agrega conhecimentos jurídicos, gerenciais e administrativos que fazem a diferença em favor de seus clientes.

3.3.5. Nesse sentido, indicada a razão de escolha do prestador de serviços, encontra-se satisfeita a exigência prevista no artigo 72, VI da Lei nº 14.133/2021.

4. ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO

4.1. O objeto tem por escopo a prestação de serviços de capacitação e treinamento de pessoal para utilização da Lei Federal nº 14.133/2021, compreendendo as seguintes atividades:

4.1.1. A capacitação terá caráter teórico-prático, contará com a realização de 03 (três) turmas dirigidas para servidores e empregados públicos que atuam na área de licitação e servidores das unidades demandantes de processos de licitação.

Turma 01 – janeiro de 2024;
Turma 02 – fevereiro de 2024;
Turma 03 – março de 2024.

4.1.2. O curso será ministrado presencialmente para 120 (cento e vinte) participantes, especificamente servidores que atuam diretamente nos processos licitatórios e de contratação.

4.1.3. A carga horária total do curso será de 48 (quarenta e oito) horas (16 horas para cada turma), sendo aulas expositivas e dialogadas, ministradas pelos técnicos especialistas da Contratada.

4.1.4. As 48 (quarenta e oito) horas serão divididas em 04 (quatro) módulos, com 04 (quatro) horas cada, divisão do conteúdo em 4 aulas de 4 horas cada, para cada uma das turmas.

4.1.5. Todas as aulas serão ministradas presencialmente, em local a ser disponibilizado pela Contratante, com capacidade para até 40 alunos por turma.

4.1.6. Na abordagem dos itens do conteúdo programático específicos da Administração Pública Estadual, a Contratada deverá incluir também aspectos peculiares da Contratante, notadamente quanto aos documentos padronizados elaborados com base na Lei nº 14.133/2021.

4.1.7. Caberá à Contratada o fornecimento dos materiais didáticos digitais necessários e certificados de participação no curso.

4.1.8. A Contratada deverá ainda fornecer os arquivos eletrônicos contendo a apostila de legislação e os slides com a apresentação.

4.2. Após emissão da ordem de serviço, será agendada reunião com a equipe técnica do MP-BA para avaliação da regulamentação estadual e documentos já elaborados com base na Lei nº 14.133/2021 e definição do conteúdo programático a ser abordado nas capacitações a serem realizadas com as respectivas datas e horários.

4.3 Equipe técnica:

IRIS TATIUSE SILVA RIBEIRO: Advogada, inscrita na OAB/BA nº 26.850; Servidora pública do município de Salvador, mais de 13 anos de experiência na área de Licitações; Atuou como: Assessora Jurídica na SUCOM (SEDUR); Presidente da Comissão de Licitação e Pregoeira nos municípios de Lauro de Freitas e Salvador; Assessora do Gabinete da Secretaria da Educação de Salvador na Seção de Contratos. Atualmente faz parte da Comissão de Licitação da SECRETARIA DE PROMOÇÃO SOCIAL, COMBATE À POBREZA, ESPORTES E LAZER -SEMPRE. Atua, ainda, como Instrutora Interna da Secretaria de Gestão de Salvador, ministrando cursos de capacitação para os servidores e agentes públicos na área de licitações e contratos. Membro do Grupo de Trabalho Intersetorial para regulamentação e implementação da Lei nº 14.133/2021 no município de Salvador/BA.

ANNIE KELLY SANTANA DO NASCIMENTO FARIAS: Advogada, inscrita na OAB/BA nº 39.524, atuante no ramo do Direito Público, com sólida experiência na área de Licitações Públicas e Contratos Administrativos. Especializada em Direito e Processo do Trabalho. Pós-graduanda em Licitações e Contratos Administrativos. Atuou como: Coordenadora do Setor de Auditoria Interna da SUCAB – Superintendência de Construções Administrativas da Bahia; Analista de Licitações da Diretoria de Infraestrutura; Assessora do Gabinete da Secretaria da Educação de Salvador/BA; Coordenadora do Núcleo de Contratos e instrumentos congêneres da Secretaria Municipal da Educação de Salvador/BA. Atualmente, atua como Analista e Consultora Jurídica da ASLIC – Assessoria de Licitações da Secretaria Municipal da Educação em Salvador/BA. Presta, ainda, consultoria nas áreas de licitações, contratos e convênios para órgãos públicos e privados.

5. FORMA DE EXECUÇÃO

5.1 A CONTRATADA deverá iniciar os serviços em até 05 (cinco) dias úteis após o recebimento de autorização da prestação do serviço pelo setor requisitante.

5.2 As capacitações e treinamentos serão desenvolvidos nas dependências do Órgão Contratante diretamente pelos profissionais da CONTRATADA.

6. PRAZOS

6.1. O prazo para a execução do objeto será de 03 (três) meses.

6.2. A vigência do contrato será de 04 (quatro) meses, a partir da sua assinatura, prorrogável de acordo com a necessidade da Contratante.

7. OBRIGAÇÃO DAS PARTES:

7.1. A CONTRATANTE se obriga a:

- a) Organizar as turmas e inscrever os participantes que lhes são vinculados;
- b) Aferir a frequência dos participantes, validando o certificado emitido pela empresa contratada, àqueles que participarem;
- c) Efetuar o pagamento em âmbito interno, em até 20 (vinte) dias úteis contados da certificação da nota fiscal/fatura, a qual deverá vir acompanhada com documentos que comprovam a prestação dos serviços.
- d) Efetuar os pagamentos devidos à CONTRATADA, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.
- e) Exercer a fiscalização do contrato.
- f) Comunicar prontamente a CONTRATADA, qualquer anormalidade no objeto do contrato, caso não estejam de acordo com as especificações e condições estabelecidas no instrumento.
- g) Atestar as notas fiscais/faturas dos serviços prestados por meio de servidor, emitidas pela CONTRATADA, recusando-se quando inexatas ou incorretas, efetuando o pagamento depois de validadas nas condições pactuadas.
- h) Notificar previamente à CONTRATADA, quando da aplicação de penalidades.

7.2. A CONTRATADA se obriga a:

- a) Cumprir todas as obrigações constantes neste Termo de Referência em sua proposta, assumindo como exclusivamente seus riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto;
- b) Ministras o curso presencial com a carga horária definida e de acordo com os conteúdos definidos em reunião de alinhamento, no dia e horários estabelecidos;
- c) Emitir a nota fiscal/fatura após a execução dos serviços, bem como encaminhar as Certidões e demais documentos necessários à liquidação da despesa;
- d) Manter, durante toda a execução da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas neste Termo de Referência;
- e) Obedecer à programação enviada, pela CONTRATANTE;
- f) Providenciar para que os profissionais compareçam ao local do evento com, no mínimo, 30 (trinta) minutos de antecedência da realização das aulas;

- g) Garantir que o profissional que ministrará as aulas, porventura apresentada na proposta comercial, integrante do corpo técnico da empresa, realize pessoal e diretamente os serviços objeto deste instrumento contratual;
- h) Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATANTE;
- i) O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente.

8. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

8.1. O presente contrato tem seu valor estipulado em R\$15.000,00 (quinze mil reais), fixo e irrevogável, incluindo todas as despesas com encargos diretos e indiretos, na forma prevista nos instrumentos pertinentes.

8.2. O pagamento será efetuado em 03 (três) parcelas no valor de R\$5.000,00 (cinco mil reais) cada, no prazo de até 20 (vinte) dias, contados a partir da apresentação, pela CONTRATADA, de Nota Fiscal, devidamente atestada pelo gestor da contratação.

8.3. Havendo irregularidade na Nota Fiscal apresentada ou nos serviços prestados, o prazo para pagamento será contado a partir da sua regularização.

9. ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

9.1. Será designado representante da administração para acompanhar e fiscalizar a execução dos serviços.

9.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos.

9.3. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

10. SANÇÕES/PENALIDADES

10.1. O fornecedor sujeitar-se-á, no caso de cometimento de infrações ou inadimplemento de suas obrigações, às penalidades previstas na legislação estadual, aplicando-se subsidiariamente, no que couberem, as disposições contidas na Lei nº 8.666/93 e demais pertinentes.

11. DISPOSIÇÕES FINAIS

11.1 Depois de verificada a existência da necessidade da contratação do serviço, devidamente justificada, e comprovada a inviabilidade de competição, entendemos que é plenamente cabível a formalização da inexigibilidade para o objeto em comento, pois ele atende a todos os requisitos do art. 60, inciso II c/c art. 23, incisos III e VI da Lei estadual nº 8.666/93.

11.2 O presente Termo de Referência foi elaborado pela Coordenação de Licitações, através da cooperação técnica da sua equipe, com contribuição dos setores técnicos, estando em consonância com as disposições legais e normativas aplicáveis e com interesse e conveniência da Administração.

Salvador- Ba, 26 de janeiro de 2024.

Monica Fabiane da Silva Sobrinho



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

MANIFESTAÇÃO

Informo que os arquivos 0931431 e 0931432 foram excluídos e substituídos pelos arquivos 0941128 e 0941130 após ajustes realizados decorrentes de reunião de alinhamento entre as unidades da DCCL.

Atenciosamente,
Christian Heberth



Documento assinado eletronicamente por **Christian Heberth Silva Borges** em 26/01/2024, às 11:17, conforme Ato Normativo nº 047, de 15 de Dezembro de 2020 - Ministério Público do Estado da Bahia.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0941135** e o código CRC **359000BD**.



DESPACHO

Após análise do procedimento para contratação, por inexigibilidade de licitação, de serviços técnicos especializados de consultoria, assessoria, capacitação e treinamento in company, esta Coordenação identificou os seguintes pontos passíveis de ajustes/esclarecimentos pela unidade demandante:

Na instrução do procedimento:

1. Não consta do procedimento as Informações Orçamentárias que darão suporte à contratação, nem manifestação do Gestor Orçamentário. Neste sentido, recomenda-se que o Gestor Orçamentário, além de autorizar a contratação, indique, nominalmente os servidores que exercerão a gestão e fiscalização do contrato (nome completo e matrícula, para ambos, e indicação do CPF do Gestor indicado), além de se fazer constar dos autos a anuência dos referidos servidores designados;

No Termo de Referência:

2. Os termos de referência não indicam os prazos para recebimento provisório e definitivo, nem tampouco para refazimento de serviços não aceitos (caso cabível).
3. Os Termos de Referência não indicam índice de reajustamento;
4. Os Termos de referência não contemplam informações sobre a gestão e fiscalização do contrato.

Sugere-se a seguinte proposição:

*x.1 Na forma das disposições estabelecidas na Lei Federal nº 14.133/2021 e na Lei Estadual/BA nº 14.634/2023, o **CONTRATANTE** designará servidor(es), por meio de Portaria específica para tal fim, para a gestão e fiscalização deste contrato, tendo poderes, entre outros, para notificar a **CONTRATADA** sobre as irregularidades ou falhas que porventura venham a ser encontradas na execução deste instrumento.*

x.2 Incumbe à fiscalização acompanhar e verificar a perfeita execução do contrato, em todas as suas fases, competindo-lhe, primordialmente:

x.2.1 Acompanhar o cumprimento dos prazos de execução descritos neste instrumento, e determinar as providências necessárias à correção de falhas, irregularidades e/ou defeitos, podendo ainda suspender-lhes a execução, sem prejuízos das sanções contratuais legais;

*x.2.2 Transmitir à **CONTRATADA** as instruções, e comunicar alterações de prazos ou roteiros, quando for o caso;*

*x.2.3 Promover, com a presença da **CONTRATADA**, a verificação dos serviços já efetuados, emitindo a competente habilitação para o recebimento de pagamentos;*

*x.2.4 Esclarecer as dúvidas da **CONTRATADA**, solicitando ao setor competente do **CONTRATANTE**, se necessário, parecer de especialistas;*

x.2.5 O fiscal do contrato anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados;

x.2.6 O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei Estadual de nº14.634/23; art. 12, §2º e Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2º).

*x.3 A fiscalização, pelo **CONTRATANTE**, não desobriga a **CONTRATADA** de sua responsabilidade quanto à perfeita execução do objeto contratual.*

*x.3.1 A ausência de comunicação, por parte do **CONTRATANTE**, sobre irregularidades ou falhas, não exime a **CONTRATADA** das responsabilidades determinadas neste contrato.*

*x.4 O **CONTRATANTE** poderá recusar, sustar e/ou determinar o desfazimento/refazimento de serviços que não estejam sendo ou não tenham sido executados de acordo com as Normas Técnicas e/ou em conformidade com as condições deste contrato, ou ainda que atentem contra a segurança de terceiros ou de bens.*

*x.4.1 Qualquer serviço considerado não aceitável, no todo ou em parte, deverá ser refeito pela **CONTRATADA**, às suas expensas;*

*x.4.2 A não aceitação de algum serviço, no todo ou em parte, não implicará na dilação do prazo de execução, salvo expressa concordância do **CONTRATANTE**.*

*x.5 Para fins de fiscalização, o **CONTRATANTE** poderá solicitar à **CONTRATADA**, a qualquer tempo, os documentos relacionados com a execução do presente contrato.*

x.6 A gestão e a fiscalização contratual observará, ainda, as normas e regulamentos internos do Ministério Público do Estado da Bahia disciplinadores da matéria.

5. Item 6 (do TR de Consultoria) e item 5 (do Tr de capacitação). A fim de manter o padrão do instrumento contratual atualmente utilizado pelo MP, solicita-se da unidade demandante, incluir prazo para recebimento do empenho pelo contratado, e indicar o regime de execução dos serviços (o qual nos afigura ser empreitada por preço global, haja vista a indivisibilidade dos serviços e o regime de pagamento adotado).

6. Tópico 4.1.1 do TR de capacitação: sugerimos a revisão da previsão sobre o cronograma a fim de ajustar os prazos, haja vista que a contratação ainda não

aconteceu.

7. Tópicos 4.1.2 a 4.1.4 do TR de capacitação: mantém-se estas regras de execução?

8. O tópico 10 do Tr de capacitação Das sanções/penalidades, indica como referência legal a Lei 8.666/1993.

Para a minuta de contrato:

9. Faz-se necessário que a unidade demandante valide/ indique ajustes acerca dos percentuais para aplicação de multas. Para tanto, anexamos a versão preliminar da minuta, a qual contemplou os serviços descritos em ambos os Termos de Referência, para análise.

Paula Souza de Paula Marques

Gerente

Coordenação de Elaboração e Acompanhamento de Contratos e Convênios

Diretoria de Contratos, Convênios e Licitações

Matrícula 353.433



Documento assinado eletronicamente por **Paula Souza de Paula** em 31/01/2024, às 14:48, conforme Ato Normativo nº 047, de 15 de Dezembro de 2020 - Ministério Público do Estado da Bahia.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0946427** e o código CRC **196C99EA**.

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS QUE, ENTRE SI, CELEBRAM O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA E A EMPRESA LICITAK CONSULTORIA, ASSESSORIA E GESTÃO LTDA, NA FORMA ABAIXO:

CONTRATO Nº XXX/20Xx - SGA

O **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA**, CNPJ nº 04.142.491/0001-66, com sede situada à 5ª Avenida, 750, Centro Administrativo da Bahia - CAB, Salvador - BA, neste ato representado, mediante Ato de Delegação nº 70/2014, pelo Superintendente de Gestão Administrativa **André Luis Sant'Ana Ribeiro**, doravante denominado **CONTRATANTE**, e a Empresa **LICITAK CONSULTORIA, ASSESSORIA E GESTÃO LTDA**, CNPJ nº 39.598.253/0001-56, estabelecida à Rua Ewerton Visco, 290, Edf. Boulevard Side Empresarial, sala 1901, Caminho das Árvores, Salvador/BA, representada por sua sócia-administradora, Sra. **Annie Kelly Santa do Nascimento Farias**, CPF/MF nº [REDACTED], doravante denominada **CONTRATADA**, com supedâneo no quanto disposto na Lei Federal nº 14.133/2021 e na Lei Estadual/BA nº 14.634/2023, e, ainda, observado o constante no procedimento administrativo de Inexigibilidade de Licitação nº xxx/2024 - DADM, protocolado sob o nº 19.09.02330.0000248/2024-75, o qual integra este instrumento independentemente de transcrição, **CELEBRAM** o presente Contrato, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 O presente instrumento tem por objeto contratação de empresa para prestação de serviços especializados de consultoria e assessoria ao setor de compras, licitações e contratos administrativos do Ministério Público do Estado da Bahia, englobando, ainda, a prestação de serviços técnicos especializados de treinamento *in company* para a formação, desenvolvimento e capacitação teórico-prático de servidores envolvidos nos processos de contratações públicas do Ministério Público do Estado da Bahia, de acordo com a Lei Federal nº 14.133/2021 e com a Lei Estadual/BA nº 14.634/2023.

1.2 A execução dos serviços objeto deste contrato englobará, ainda:

1.2.1 A revisão, readequação e padronização de documentos ao novo marco legal instituído pela Lei Federal 14.133/2021 e pela Lei Estadual/BA nº 14.634/2023;

1.2.2 Suporte, manutenção, apoio técnico e consultoria para a implantação eficiente das legislações aplicáveis (a incluir tanto os diplomas legais

referidos no item 1.1 quanto os Atos Normativos internos expedidos pelo Ministério Público do Estado da Bahia no decorrer da consultoria;

1.2.3 Capacitação acerca das alterações na instrução e na condução dos processos licitatórios e contratos administrativos;

1.3 A assinatura do presente instrumento contratual, pela **CONTRATADA**, importa na presunção de plena ciência e aquiescência com o seu conteúdo, inclusive quanto aos documentos anexos.

1.4 A assinatura do presente contrato indica à **CONTRATADA** possuir plena ciência de seu conteúdo, bem como dos demais documentos vinculados ao presente, sujeitando-se os mesmos às normas das Leis Federal nº 14.133/2021 e Estadual/Ba nº 14.634/2023, bem como à totalidade das cláusulas contratuais aqui estabelecidas.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VINCULAÇÃO À CONTRATAÇÃO

Integram o presente contrato, vinculando esta contratação, independentemente de transcrição: o termo de referência, a proposta da contratada e eventuais anexos dos documentos supracitados, além das condições estabelecidas no ato de autorização da Inexigibilidade de Licitação que o originou, referido no preâmbulo deste instrumento.

CLÁUSULA TERCEIRA- DA VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

3.1 O prazo de vigência do presente Contrato é de 06 (seis) meses, a contar da data da última assinatura pelas partes, admitindo-se a sua prorrogação por sucessivos períodos, limitados a 10 (dez) anos, nos termos dos artigos 106 e 107 c/c artigo 6º, XV da Lei Federal nº 14.133/2021, e será formalizada por termo aditivo;

3.1.1 A prorrogação de que trata este dispositivo é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com a **CONTRATADA**;

CLÁUSULA QUARTA - DO REGIME, DA FORMA DE EXECUÇÃO E DOS PRAZOS PARA EXECUÇÃO

4.1 O Regime de execução do presente Contrato é de Execução Indireta na modalidade Empreitada por Preço Global;

4.2 O **CONTRATANTE** convocará a **CONTRATADA** para retirar a nota de empenho no prazo de até 08 (oito) dias úteis contado a partir da notificação pela Administração, que ocorrerá, preferencialmente, através de envio de e-mail para o endereço indicado na proposta de preços;

4.2.1 As comprovações da convocação e da entrega/retirada da nota de empenho poderão ocorrer por quaisquer dos seguintes meios: por meio eletrônico (através de confirmação de recebimento de e-mail), aposição de assinatura (para retirada presencial) ou por Aviso de Recebimento dos correios (quando a entrega for via postal).

4.2.2 A **CONTRATADA** poderá solicitar a prorrogação do prazo para retirada/recebimento da nota de empenho, por igual período ao original, por motivo justo e aceito pela Administração.

Item 6 (do TR de Consultoria) e item 5 (do Tr de capacitação). A fim de manter o padrão do instrumento contratual atualmente utilizado pelo MP, solicita-se da unidade demandante, incluir prazo para recebimento do empenho pelo contratado, e indicar o regime de execução dos serviços (o qual nos afigura ser empreitada por preço global, haja vista a indivisibilidade dos serviços e o regime de pagamento adotado).

4.3 Os serviços relativos à consultoria e assessoria compreendem deverão observar as seguintes etapas e regras:

4.3.1 **ETAPA 1: Avaliação diagnóstica:**

4.3.1.1 Análise da estrutura organizacional do **CONTRATANTE**;

4.3.1.2 Entrevistas com os principais atores dos processos de contratação;

4.3.1.3 Emissão de relatório conclusivo com propostas de ações e intervenções;

4.3.2 **ETAPA 2: Análise, revisão e elaboração de artefatos customizados:**

4.3.2.1 Contempla análise e adequação dos documentos da instituição e a elaboração, pela equipe de consultores da **CONTRATADA**, dos seguintes instrumentos, a serem entregues integralmente prontos para serem operacionalizados e utilizados pela **CONTRATANTE**, com base nos requisitos da Lei Federal nº 14.133/2021 e na Lei Estadual/BA nº 14.634/2023:

4.3.2.1.1 Termos de Referências para modalidades licitatórias e contratações diretas;

4.3.2.1.2 Minutas de contratos;

4.3.2.1.3 Minuta de Editais de pregão e concorrência para obras e serviços;

4.3.2.1.4 Modelo de Estudo Técnico Preliminar;

4.3.2.1.5 Base de conhecimento de procedimentos internos:

- a) Formulário- adequação orçamentária;
- b) Formulário – Documento de Oficialização da demanda;
- c) Formulário – Informações Orçamentárias;
- d) Formulário – Solicitação de Autorização para Licitação;
- e) Formulário – Tabela de preços referenciais;
- f) Glossário;
- g) Fluxos BPMU

4.3.2.2 A adequação a ser realizada nas minutas dos editais englobarão todas as modalidades comumente utilizadas, tais como: pregão, concorrência, bem como contratações diretas;

4.3.2.3 As versões de documentos que serão apresentados e entregues pelos consultores abrangendo as principais contratações realizadas pela instituição, tais como, produtos, equipamentos, serviços comuns, serviços contínuos, obras e serviços de engenharia;

4.3.3 **ETAPA 3:** Apresentação dos produtos entregues.

4.3.3.1 Esta etapa será realizada à medida que os artefatos forem entregues e poderá ser modificada/ajustada conforme a demanda do **CONTRATANTE**;

4.3.4 **ETAPA 4:** Suporte técnico:

4.3.4.1 Contempla o suporte técnico prestado pela equipe de consultores para esclarecimento de dúvidas, vem como adequação dos documentos produzidos aos regulamentos estaduais posteriormente publicados.

4.3.4.2 O escopo dos serviços de consultoria proposto pode ser modificado par melhor aderência às necessidades do **CONTRATANTE**;

4.3.5 Do escopo dos serviços de consultoria e assessoria: O escopo dos serviços de consultoria pode ser modificado para melhor aderência às necessidades do **CONTRATANTE**. Itens podem ser modificados, inseridos ou excluídos;

4.3.5.1 Os serviços que compõem a consultoria poderão ser realizados presencialmente ou à distância, por meio de videoconferências.

4.3.5.2 Poderão ser formuladas consultas por e-mail ou por aplicativos de mensagens de modo a agilizar ainda mais o processo de migração para o novo regime de contratações públicas;

4.3.6 A **CONTRATADA** deverá iniciar os serviços em até 05 (cinco) dias úteis, após o recebimento da autorização da prestação de serviços, ou do empenho, acompanhado do instrumento contratual assinado pelas partes e devidamente publicado nos meios oficiais de divulgação;

4.3.7 Os serviços, quando prestados de maneira presencial, ocorrerão nas dependências do **CONTRATANTE**. Quando prestados "à distância" serão utilizadas ferramentas tecnológicas que viabilizem a conferência on line, diretamente pela equipe técnica da **CONTRATADA**, conforme indicado no **item 4.5** deste instrumento;

4.3.8 A execução dos serviços perdurará por 06 (seis) meses, contados do recebimento do empenho pela empresa **CONTRATADA**;

4.4 A execução dos serviços de treinamento *in company* para a formação, desenvolvimento e capacitação teórico-prático de servidores envolvidos nos processos de contratação observará o seguinte regramento:

4.4.1 A capacitação terá caráter teórico-prático e contará com a realização de 03 (três) turmas com no máximo 40 (quarenta) servidores que atuem na área de licitações e contratos, bem como para servidores das unidades demandantes de processos de licitação, observando-se o seguinte cronograma:

4.4.1.1 Turma 1: janeiro de 2024;

4.4.1.2 Turma 2: fevereiro de 2024;

4.4.1.3 Turma 3: março de 2024;

Tópico 4.1.1 do TR de capacitação: sugerimos a revisão da previsão sobre o cronograma a fim de ajustar os prazos, haja vista que a contratação ainda não aconteceu.

4.4.2 O curso será ministrado presencialmente para até 120 (cento e vinte) participantes, especificamente servidores que atuam diretamente nos processos licitatórios e de contratação;

4.4.3 A carga horária total do curso será de 48 (quarenta e oito) horas (16 horas para cada turma), sendo aulas expositivas e dialogadas, ministradas pelos técnicos especialistas da **CONTRATADA**;

4.4.4 As 48 (quarenta e oito) horas serão divididas em 04 (quatro) módulos, com 04 (quatro) horas cada, divisão do conteúdo em 4 aulas de 4 horas cada, para cada uma das turmas;

4.4.5 Todas as aulas serão ministradas presencialmente, em local a ser disponibilizado pelo **CONTRATANTE**, com capacidade para até 40 (quarenta) alunos por turma;

Tópicos 4.1.2 a 4.1.4 do TR de capacitação: mantém-se estas regras de execução?

4.4.6 Na abordagem dos itens do conteúdo programático específicos da Administração Pública Estadual, a **CONTRATADA** deverá incluir também aspectos peculiares do **CONTRATANTE**, notadamente quanto aos documentos padronizados elaborados com base na Lei 14.133/2021;

4.4.7 Caberá à **CONTRATADA** o fornecimento dos materiais didáticos digitais necessários e certificados de participação no curso;

4.4.8 A **CONTRATADA** deverá ainda fornecer os arquivos eletrônicos contendo a apostila de legislação e os slides com a apresentação;

4.4.9 Após a emissão da ordem de serviço ou da nota de empenho, será agendada reunião com a equipe técnica do MPBA para avaliação da regulamentação estadual e documentos já elaborados com base na Lei 14.133/2021 e definição do conteúdo programático a ser abordado nas capacitações a serem realizadas com as respectivas datas e horários;

4.4.10 A **CONTRATADA** iniciará a execução dos serviços em até 05 (cinco) dias úteis após o recebimento da autorização de prestação de serviços ou do empenho emitido pelo **CONTRATANTE**;

4.4.11 As capacitações e treinamentos serão desenvolvidos nas dependências do **CONTRATANTE**, diretamente pelos profissionais que compõem a equipe técnica da **CONTRATADA**, conforme definido no **item 4.5** deste instrumento;

4.4.12 O prazo de execução dos serviços de capacitação e treinamento será de 3 (três) meses;

4.5 A Equipe técnica da **CONTRATADA** que prestará os serviços contratados é formada pelas seguintes profissionais:

4.5.1 IRIS TATIUSE SILVA RIBEIRO: Servidora pública do município de Salvador, mais de 13 (treze) anos de experiência na área de Licitações; Atuou como: Assessora Jurídica na SUCOM (SEDUR); Presidente da Comissão de Licitação e Pregoeira nos municípios de Lauro de Freitas e Salvador; Assessora do Gabinete da Secretaria da Educação de Salvador na Seção de Contratos. Atualmente faz parte da Comissão de Licitação da SECRETARIA DE PROMOÇÃO SOCIAL, COMBATE À POBREZA, ESPORTES E LAZER -SEMPRE. Atua, ainda, como Instrutora Interna da Secretaria de Gestão de Salvador, ministrando cursos de capacitação para os servidores e agentes públicos na área de licitações e contratos. Membro do Grupo de Trabalho Intersetorial para regulamentação e implementação da Lei nº 14.133/2021 no município de Salvador-BA;

4.5.2 ANNIE KELLY SANTANA NASCIMENTO FARIAS: Advogada atuante no ramo do Direito Público, com sólida experiência na área de Licitações Públicas e Contratos Administrativos. Especializada em Direito e Processo do Trabalho. Pós-graduanda em Licitações e Contratos Administrativos. Atuou como: Coordenadora do Setor de Auditoria Interna da SUCAB – Superintendência de Construções Administrativas da Bahia; Analista de Licitações da Diretoria de Infraestrutura; Assessora do Gabinete da Secretaria da Educação de Salvador/BA; Coordenadora do Núcleo de Contratos e instrumentos congêneres da Secretaria Municipal da Educação de Salvador/BA. Atualmente, atua como Analista e Consultora Jurídica da ASLIC – Assessoria de Licitações da Secretaria Municipal da

Educação em Salvador/BA. Presta, ainda, consultoria nas áreas de licitações, contratos e convênios para órgãos públicos e privados.

CLÁUSULA QUINTA – DO RECEBIMENTO DO OBJETO CONTRATUAL

5.1 O recebimento provisório dos serviços realizados ficará sob a incumbência do fiscal do contrato - responsável pela habilitação para pagamentos, e se dará mediante termo, no prazo de 03 (três) dias úteis, contados da finalização dos serviços, com a discriminação dos serviços efetivamente realizados;

O termo de referência não indica os prazos para recebimento provisório e definitivo, nem tampouco para refazimento de serviços não aceitos (caso cabível).

5.2 **O CONTRATANTE** rejeitará, no todo ou em parte, o objeto contratual em desacordo com as condições pactuadas, podendo, entretanto, se lhe convier, decidir pelo recebimento, neste caso com as deduções cabíveis;

5.2.1 Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste instrumento, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo de 24 (vinte e quatro) horas úteis, a contar da notificação da **CONTRATADA**, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades;

5.2.2 Em caso de recusa, no todo ou em parte, do objeto contratado, fica a **CONTRATADA** obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar o recebimento dos serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório;

5.3 O recebimento definitivo do objeto deste contrato será concretizado depois de adotados, pelo **CONTRATANTE**, todos os procedimentos cabíveis do art. 140 da Lei Federal nº 14.133/2021 e, no que couber, da Lei Estadual de nº 14.634/2023, devendo ocorrer no prazo de até 03 (três) dias úteis, contados do recebimento provisório;

5.4 O aceite ou aprovação do objeto pelo **CONTRATANTE** não exclui a responsabilidade da **CONTRATADA** por vícios, defeitos ou disparidades com as especificações estabelecidas neste Contrato e no processo de Dispensa de Licitação que o originou, verificadas posteriormente, garantindo-se ao **CONTRATANTE**, inclusive, as faculdades previstas na Lei Federal n.º 10.078/90 – Código de Defesa do Consumidor.

CLÁUSULA SEXTA – DO PREÇO, DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO E DA ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA

6.1 O valor global do contrato é de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais), conforme abaixo discriminado:

Item (descrição)	Qtd total	Valor mensal total
Serviços de consultoria e assessoria técnica	01	R\$ 25.000,00
Serviço de capacitação e treinamento	01	R\$ 15.000,00
Total		R\$ 40.000,00

6.2 Nos preços computados neste Contrato estão inclusos todos e quaisquer custos necessários ao fiel cumprimento deste instrumento, inclusive todos aqueles relativos a remunerações, encargos sociais, previdenciários e trabalhistas de todo o pessoal da **CONTRATADA** envolvido na execução do objeto, materiais empregados, inclusive ferramentas e fardamentos, combustíveis, lubrificantes, manutenção, lavagens, estacionamento, depreciação, aluguéis, seguros, franquias, administração, tributos e emolumentos.

6.3 O faturamento referente ao objeto deste contrato será efetuado parceladamente, conforme valor baixo definido:

6.3.1 Seis parcelas no montante de R\$ 4.166,66 (quatro mil, cento e sessenta e seis reais e sessenta e seis centavos), relativamente aos serviços de consultoria e assessoria técnica;

6.3.2 Três parcelas no montante de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), relativamente aos serviços de capacitação e treinamento;

6.4 O pagamento será processado mediante apresentação, pela **CONTRATADA**, de fatura, Nota Fiscal relativa à prestação dos serviços e certidões de regularidade cabíveis, bem como consulta à situação de idoneidade da **CONTRATADA**, documentação que deverá estar devidamente acompanhada do **TERMO DE RECEBIMENTO** pelo **CONTRATANTE**;

6.5 Os pagamentos serão processados no prazo de até 20 (vinte) dias, a contar da data de apresentação da documentação indicada no **item 6.4**, desde que não haja pendência a ser regularizada;

6.5.1 Verificando-se qualquer pendência impeditiva do pagamento, será considerada data da apresentação da documentação aquela na qual foi realizada a respectiva regularização;

6.7 As faturas far-se-ão acompanhar da documentação probatória relativa ao recolhimento dos tributos que tenham como fato gerador o objeto consignado na **Cláusula Primeira**;

6.8 O **CONTRATANTE** realizará a retenção de impostos ou outras obrigações de natureza tributária, de acordo com a legislação vigente;

6.9 Os pagamentos serão efetuados através de ordem bancária, para crédito em conta corrente e agência indicadas pela **CONTRATADA**, preferencialmente em banco de movimentação oficial de recursos do Estado da Bahia;

6.10 A atualização monetária dos pagamentos devidos pelo **CONTRATANTE**, em caso de mora, será calculada considerando a data do vencimento da obrigação e do seu efetivo pagamento, de acordo com a variação do INPC do IBGE *pro rata tempore*, observado, sempre, o disposto nos **itens 6.5 e 6.5.1**.

6.10.1 Para efeito de caracterização de mora imputável ao **CONTRATANTE**, não serão considerados eventuais atrasos de pagamento no período de fechamento do exercício financeiro do Estado da Bahia, compreendido entre o final do mês de dezembro e o mês de janeiro do exercício subsequente, decorrentes de circunstâncias alheias à vontade das partes, isto é, por força de bloqueio de rotinas no sistema estadual obrigatoriamente utilizado para a execução dos pagamentos devidos pelo **CONTRATANTE**.

CLÁUSULA SÉTIMA - DOS CRITÉRIOS DE REAJUSTAMENTO

7.1 A concessão de reajustamento ocorrerá após o transcurso do prazo de 12 (doze) meses da data do orçamento estimado pela Administração, qual seja, 19 de janeiro de 2024, mediante aplicação do **INPC/IBGE relativo** ao período decorrido entre a referida data e a data da efetiva concessão do reajuste;

Não consta do TR critério de reajuste de preços;

7.1.1 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de 12 (doze) meses será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste;

7.1.2 Os valores reajustados incidirão sobre as parcelas de serviços a serem executadas após o prazo de que cuida o item 7.1;

7.1.3 A variação do valor contratual para fazer face ao reajuste de preços será realizada por simples apostila, dispensando a celebração de aditamento;

CLÁUSULA OITAVA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas para o pagamento deste contrato correrão por conta da Dotação Orçamentária a seguir especificada:

Código Orçamentária/Ge stora	Unidade	Ação (P/A/ OE)	Região	Destinação de Recursos (Fonte)	Natureza da Despesa
---------------------------------	---------	-------------------	--------	--------------------------------------	---------------------------

40.101/0003	2000	9900	1.500.0.100.0 00000.00.00.0 0	33.90.39.00 0
-------------	------	------	-------------------------------------	------------------

Não consta do procedimento as Informações Orçamentárias que darão suporte à contratação.

CLÁUSULA NONA - DO MODELO DE GESTÃO E FISCALIZAÇÃO CONTRATUAL

Não consta do TR informações sobre a gestão e fiscalização do contrato. Sugere-se a seguinte proposição:

9.1 Na forma das disposições estabelecidas na Lei Federal nº 14.133/2021 e na Lei Estadual/BA nº 14.634/2023, o **CONTRATANTE** designará servidor(es), por meio de Portaria específica para tal fim, para a gestão e fiscalização deste contrato, tendo poderes, entre outros, para notificar a **CONTRATADA** sobre as irregularidades ou falhas que porventura venham a ser encontradas na execução deste instrumento.

9.2 Incumbe à fiscalização acompanhar e verificar a perfeita execução do contrato, em todas as suas fases, competindo-lhe, primordialmente:

9.2.1 Acompanhar o cumprimento dos prazos de execução descritos neste instrumento, e determinar as providências necessárias à correção de falhas, irregularidades e/ou defeitos, podendo ainda suspender-lhes a execução, sem prejuízos das sanções contratuais legais;

9.2.2 Transmitir à **CONTRATADA** as instruções, e comunicar alterações de prazos ou roteiros, quando for o caso;

9.2.3 Promover, com a presença da **CONTRATADA**, a verificação dos serviços já efetuados, emitindo a competente habilitação para o recebimento de pagamentos;

9.2.4 Esclarecer as dúvidas da **CONTRATADA**, solicitando ao setor competente do **CONTRATANTE**, se necessário, parecer de especialistas;

9.2.5 O fiscal do contrato anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados;

9.2.6 O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei Estadual de nº14.634/23; art.12, §2º e Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2º).

9.3 A fiscalização, pelo **CONTRATANTE**, não desobriga a **CONTRATADA** de sua responsabilidade quanto à perfeita execução do objeto contratual.

9.3.1 A ausência de comunicação, por parte do **CONTRATANTE**, sobre

irregularidades ou falhas, não exime a **CONTRATADA** das responsabilidades determinadas neste contrato.

9.4 **O CONTRATANTE** poderá recusar, sustar e/ou determinar o desfazimento/refazimento de serviços que não estejam sendo ou não tenham sido executados de acordo com as Normas Técnicas e/ou em conformidade com as condições deste contrato, ou ainda que atentem contra a segurança de terceiros ou de bens.

9.4.1 Qualquer serviço considerado não aceitável, no todo ou em parte, deverá ser refeito pela **CONTRATADA**, às suas expensas;

9.4.2 A não aceitação de algum serviço, no todo ou em parte, não implicará na dilação do prazo de execução, salvo expressa concordância do **CONTRATANTE**.

9.5 Para fins de fiscalização, o **CONTRATANTE** poderá solicitar à **CONTRATADA**, a qualquer tempo, os documentos relacionados com a execução do presente contrato.

9.6 A gestão e a fiscalização contratual observará, ainda, as normas e regulamentos internos do Ministério Público do Estado da Bahia disciplinadores da matéria.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS RESPONSABILIDADES DAS PARTES - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

10 Além das determinações contidas na Cláusula **QUARTA - do Regime e da forma de execução** deste contrato e no processo de Dispensa de Licitação que o originou – que aqui se consideram literalmente transcritas, bem como daquelas decorrentes de lei, a **CONTRATADA**, obriga-se a:

10.1 Promover a execução contratual de acordo com as especificações técnicas e exigências constantes no presente contrato, nos locais determinados, nos dias e nos turnos e horários de expediente do **CONTRATANTE**, não podendo eximir-se da obrigação, ainda que parcialmente, atribuindo quaisquer falhas, defeitos ou falta de pessoal e/ou material;

10.1.1 A **CONTRATADA** deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto;

10.2 Prestar diretamente os serviços ora contratados, não os transferindo a outrem, no todo ou em parte, sendo vedada a subcontratação, ainda que parcial, do objeto contratado;

10.3 Dispor de toda mão de obra, veículos, transportes, insumos e materiais necessários à execução e aos fornecimentos objeto deste instrumento;

10.4 Manter sob sua exclusiva responsabilidade toda a supervisão e direção da mão de obra necessária para a completa e eficiente execução dos serviços objeto deste contrato;

10.5 Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para a contratação;

10.6 Assegurar que os serviços objeto deste contrato não sofram solução de continuidade durante todo o prazo da sua vigência;

10.7 Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao **CONTRATANTE**;

10.7.1 A eventual retenção de tributos pelo **CONTRATANTE** não implicará na responsabilização deste, em hipótese alguma, por quaisquer penalidades ou gravames futuros, decorrentes de inadimplemento(s) de tributos pela **CONTRATADA**;

10.8 Emitir notas fiscais/faturas de acordo com a legislação, contendo descrição dos serviços, indicação de quantidades, preços unitários e valor total, observando-se, ainda, o quanto disposto nas **cláusulas quinta e sexta deste instrumento**;

10.9 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo **CONTRATANTE**, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

10.10 Providenciar e manter atualizadas todas as licenças e alvarás junto às repartições competentes que, porventura, sejam necessários à execução do contrato;

10.11 Atender, nos prazos consignados neste instrumento, às recusas ou determinações, pelo **CONTRATANTE**, de refazimento de serviços que não estejam sendo ou não tenham sido executados de acordo com as Normas Técnicas e/ou em conformidade com as condições deste contrato ou do processo de dispensa de licitação que o originou, providenciando sua imediata correção ou realização, sem ônus para o **CONTRATANTE**;

10.12 Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços;

10.13 Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo **CONTRATANTE** ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a

qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do serviço;

10.14 Paralisar, por determinação do **CONTRATANTE**, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

10.15 Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

10.16 Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do **CONTRATANTE**, ou do fiscal ou do gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei 14.133/2021;

10.17 Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

10.18 Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do **CONTRATANTE**;

10.19 Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;

10.20 Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;

10.21 Permitir e oferecer condições para a mais ampla e completa fiscalização durante a vigência deste contrato, fornecendo informações, propiciando o acesso à documentação pertinente e à execução contratual, e atendendo às observações e exigências apresentadas pela fiscalização;

10.22 Ministrará curso presencial com a carga horária definida e de acordo com os conteúdos definidos em reunião de alinhamento, no dia e horários estabelecidos;

10.23 Obedecer à programação enviada pelo **CONTRATANTE**;

10.24 Providenciar para que os profissionais compareçam ao local do evento com, no mínimo, 30 (trinta) minutos de antecedência da realização das aulas;

10.25 Garantir que o profissional que ministrará as aulas porventura apresentada na proposta comercial, integrante do corpo técnico da empresa, realiza pessoal e diretamente os serviços objeto deste instrumento;

10.24 Avocar para si os ônus decorrentes de todas as reclamações e/ou ações judiciais ou extrajudiciais, por culpa ou dolo, que possam eventualmente ser alegadas por terceiros contra o **CONTRATANTE**, procedentes do objeto contratado;

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS RESPONSABILIDADES DAS PARTES - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

11 **O CONTRATANTE**, além das obrigações contidas neste contrato por determinação legal, obriga-se a:

11.1 Fornecer as informações necessárias para que a **CONTRATADA** possa executar plenamente o objeto contratado;

11.2 Realizar os pagamentos devidos pela execução do contrato, nos termos e condições previstos na **cláusula sexta**;

11.3 Permitir o acesso da **CONTRATADA** às instalações físicas do **CONTRATANTE**, nos locais e na forma eventualmente necessários para a execução dos serviços;

11.4 Acompanhar e fiscalizar o fiel cumprimento dos prazos e das condições de realização do presente contrato, notificando a **CONTRATADA**, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas na execução do objeto, para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias;

11.5 Fornecer à **CONTRATADA**, mediante solicitação, atestado de capacidade técnica, quando o fornecimento do objeto atender satisfatoriamente os prazos de entrega, qualidade e demais condições previstas neste Contrato.

11.6 Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste, observando os seguintes prazos:

11.6.1 A administração terá o prazo de até 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento sobre o qual deverá se manifestar, admitida a prorrogação motivada, por igual período;

11.6.2 A administração terá o prazo de até 30 (trinta) dias, a contar da data do requerimento, para responder a eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do contrato;

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO CUMPRIMENTO DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS - LEI N. 15.709/2018

12.1 É vedado às partes a utilização de todo e qualquer dado pessoal repassado em decorrência da execução contratual para finalidade distinta daquela do objeto da contratação, mantendo-se sigilo e confidencialidade, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal.

12.2 A **CONTRATADA** declara que tem ciência da existência da Lei Geral de Proteção de Dados e se compromete a adequar todos os procedimentos internos ao disposto na legislação com o intuito de proteger os dados pessoais repassados pelo **CONTRATANTE**.

12.3 A **CONTRATADA** fica obrigada a comunicar ao **Ministério Público do Estado da Bahia**, em até 24 (vinte e quatro) horas do conhecimento, qualquer incidente de acessos não autorizados aos dados pessoais, situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito, bem como adotar as providências dispostas no art. 48 da LGPD.

12.4 A **CONTRATADA** cooperará com a **CONTRATANTE** no cumprimento das obrigações referentes ao exercício dos direitos dos titulares previstos na LGPD e nas Leis e Regulamentos de Proteção de Dados em vigor e também no atendimento de requisições e determinações do Poder Judiciário, Ministério Público, ANPD e Órgãos de controle administrativo em geral;

12.5 Eventuais responsabilidades das partes serão apuradas conforme estabelecido neste contrato e também de acordo com o que dispõe a Seção III, Capítulo VI da LGPD.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA GARANTIA DA EXECUÇÃO

Não será exigida garantia da execução contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS INFRAÇÕES E DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

O tópico 10 do Tr de capacitação – Das sanções/penalidades, indica como referência legal a Lei 8.666/1993.

14.1 A **CONTRATADA** sujeitar-se-á às sanções administrativas previstas nas Leis Federal nº. 14.133/2021 e Estadual nº 14.634/23, as quais poderão vir a ser aplicadas após o prévio e devido processo administrativo, assegurando-lhe, sempre, o contraditório e a ampla defesa.

14.2 Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, a **CONTRATADA** que:

14.2.1 Der causa à inexecução parcial do contrato;

14.2.2 Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

14.2.3 Der causa à inexecução total do contrato;

14.2.4 Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

14.2.5 Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

14.2.6 Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

14.2.7 Praticar ato fraudulento na execução do contrato;

14.2.8 Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

14.2.9 Praticar ato lesivo previsto no art.5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013;

14.3 Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:

14.3.1 **Advertência**, quando a **CONTRATADA** der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei Federal nº 14.133/2021);

14.3.2 **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nos itens 14.2.2, a 14.2.4 acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §4º, da Lei Federal 14.133/2021);

14.3.3 **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nos itens 14.2.5 a 14.2.9, acima, bem como nas alíneas 14.2.2 a 14.2.4, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei Federal nº 14.133/21);

14.3.4 Multa:

14.3.4.1 Moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

14.3.4.2 Compensatória de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, para as infrações descritas nas alíneas 14.2.5 a 14.2.9;

14.3.4.3 Compensatória de 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato, para as infrações descritas nas alíneas 14.2.2 e 14.2.3;

14.3.4.4 Para a infração constante da alínea 14.2.1, a multa será de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato;

A unidade demandante precisa validar ou indicar outros percentuais para aplicação de multas.

14.4 A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à **CONTRATANTE**;

14.5 Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa;

14.5.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de **15 (quinze) dias úteis**, contado da data de sua intimação;

14.5.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pela **CONTRATANTE** à **CONTRATADA**, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente, conforme o caso;

14.5.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 05 (cinco) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

14.6. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa à **CONTRATADA**, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

14.7. Na aplicação das sanções serão considerados:

14.7.1 A natureza e a gravidade da infração cometida;

14.7.2 As peculiaridades do caso concreto;

14.7.3 As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

14.7.4 Os danos que dela provierem para o **CONTRATANTE**;

14.7.5 A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

14.8 Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, e na Lei Estadual nº 14.634/23, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei;

14.9 A personalidade jurídica do **CONTRATADO** poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou

dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

14.10 **O CONTRATANTE** deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

14.11 As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21 e da Lei Estadual de nº 14.634/23.

14.12 Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA EXTINÇÃO DO CONTRATO

15.1 O contrato se extingue quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes;

15.1.1. O contrato pode ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o **CONTRATANTE**, quando este não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem;

15.1.1.2. A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo **CONTRATANTE** nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia;

15.1.1.3. Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

15.2 O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa;

15.2.1 Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 Lei Federal nº 14.133/2021;

15.2.2 A alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato;

15.2.2.1 Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica **CONTRATADA**, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva;

15.3 O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

15.3.1 Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

15.3.2 Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

15.3.3 Indenizações e multas.

15.4 O contrato poderá ser extinto, ainda:

15.4.1 Caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade **CONTRATANTE** ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação no processo de contratação direta ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

15.4.2 Caso se constate que a pessoa jurídica **CONTRATADA** possui administrador ou sócio com poder de direção, familiar de detentor de cargo em comissão ou função de confiança que atue na área responsável pela demanda ou contratação ou de autoridade a ele hierarquicamente superior no âmbito do órgão **CONTRATANTE**.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DAS ALTERAÇÕES

16.1 Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021 e da Lei Estadual de nº 14.634/23;

16.2 **O CONTRATADO** é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato;

16.3 As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da Assessoria Jurídica do **CONTRATANTE**, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação

de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

16.4 Registros que não caracterizem alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração do termo aditivo, na forma do artigo 136, da Lei 14.133, de 2021 e conforme o disposto na Lei Estadual de nº 14.634/23.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA AUSÊNCIA DE VÍNCULO EMPREGATÍCIO

17.1 A utilização de mão de obra, pela **CONTRATADA**, para execução dos serviços objeto do presente contrato não ensejará, em nenhuma hipótese, vínculo empregatício com o **CONTRATANTE**;

17.2 São vedadas à **CONTRATADA** a subcontratação de mão de obra e a transferência a terceiros da execução dos serviços objeto do presente instrumento;

17.2.1 Fica garantido o direito de regresso do **CONTRATANTE**, perante a **CONTRATADA**, para ressarcimento de toda e qualquer despesa trabalhista, previdenciária ou de cunho indenizatório que venha a ser condenado a pagar, na eventual hipótese de vir a ser demandado judicialmente, relativamente à execução do objeto contratual, por qualquer empregado ou subcontratado da **CONTRATADA** ou por qualquer pessoa que, ainda que irregularmente, execute o objeto contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA PUBLICIDADE

O CONTRATANTE será responsável pela publicação deste instrumento nos termos e condições previstas na Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DO FORO

Fica eleito o Foro da Cidade do **Salvador-Bahia**, que prevalecerá sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente Contrato.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

20.1 **O CONTRATANTE** não responderá por quaisquer compromissos assumidos perante terceiros pela **CONTRATADA**, ou seus prepostos, ainda que vinculados à execução do presente Contrato;

20.2 A inadimplência da **CONTRATADA**, com relação a quaisquer custos, despesas, tributos, exigências ou encargos, não transfere ao **CONTRATANTE** a responsabilidade pelo seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do contrato.

20.3 Os casos omissos serão decididos pelo **CONTRATANTE**, segundo as disposições contidas na Lei Federal nº 14.133, de 2021 e Estadual nº 14.634 de 2023 e demais normas federais e estaduais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 12.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos;

20.4 Fica assegurado ao **CONTRATANTE** o direito de alterar unilateralmente o Contrato, mediante justificativa expressa, nas hipóteses previstas na Lei Federal 14.133/21 e na forma de Lei Estadual de nº 14.634/23 para melhor adequação às finalidades de interesse público, desde que mantido o equilíbrio econômico-financeiro original do contrato e respeitados os demais direitos da **CONTRATADA**;

20.5 Não caracterizam novação eventuais variações do valor contratual resultantes de reajustamento/revisão de preços, de compensações financeiras decorrentes das condições de pagamento nele previstas ou, ainda, de alterações de valor em razão da aplicação de penalidades;

20.6 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela **CONTRATADA** com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da **CONTRATADA**, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

E, por assim estarem justos e acordados, assinam o presente Contrato para que produza seus efeitos legais.

Salvador, 20xx.

Licitak Consultoria, Assessoria e Gestão Ltda
Annie Kelly Santana do Nascimento Farias
Sócia-Administradora

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA
André Luis Sant´Ana Ribeiro
Superintendente de Gestão Administrativa

(Assinado e datado eletronicamente/digitalmente)

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS QUE, ENTRE SI, CELEBRAM O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA E A EMPRESA LICITAK CONSULTORIA, ASSESSORIA E GESTÃO LTDA, NA FORMA ABAIXO:

CONTRATO Nº XXX/20Xx - SGA

O **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA**, CNPJ nº 04.142.491/0001-66, com sede situada à 5ª Avenida, 750, Centro Administrativo da Bahia - CAB, Salvador - BA, neste ato representado, mediante Ato de Delegação nº 70/2014, pelo Superintendente de Gestão Administrativa **André Luis Sant'Ana Ribeiro**, doravante denominado **CONTRATANTE**, e a Empresa **LICITAK CONSULTORIA, ASSESSORIA E GESTÃO LTDA**, CNPJ nº 39.598.253/0001-56, estabelecida à Rua Ewerton Visco, 290, Edf. Boulevard Side Empresarial, sala 1901, Caminho das Árvores, Salvador/BA, representada por sua sócia-administradora, Sra. **Annie Kelly Santa do Nascimento Farias**, CPF/MF nº [REDACTED] doravante denominada **CONTRATADA**, com supedâneo no quanto disposto na Lei Federal nº 14.133/2021 e na Lei Estadual/BA nº 14.634/2023, e, ainda, observado o constante no procedimento administrativo de Inexigibilidade de Licitação nº xxx/2024 - DADM, protocolado sob o nº 19.09.02330.0000248/2024-75, o qual integra este instrumento independentemente de transcrição, **CELEBRAM** o presente Contrato, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 O presente instrumento tem por objeto contratação de empresa para prestação de serviços especializados de consultoria e assessoria ao setor de compras, licitações e contratos administrativos do Ministério Público do Estado da Bahia, englobando, ainda, a prestação de serviços técnicos especializados de treinamento *in company* para a formação, desenvolvimento e capacitação teórico-prático de servidores envolvidos nos processos de contratações públicas do Ministério Público do Estado da Bahia, de acordo com a Lei Federal nº 14.133/2021 e com a Lei Estadual/BA nº 14.634/2023.

1.2 A execução dos serviços objeto deste contrato englobará, ainda:

1.2.1 A revisão, readequação e padronização de documentos ao novo marco legal instituído pela Lei Federal 14.133/2021 e pela Lei Estadual/BA nº 14.634/2023;

1.2.2 Suporte, manutenção, apoio técnico e consultoria para a implantação eficiente das legislações aplicáveis (a incluir tanto os diplomas legais referidos no item 1.1 quanto os Atos Normativos internos expedidos pelo Ministério Público do Estado da Bahia no decorrer da consultoria;

1.2.3 Capacitação acerca das alterações na instrução e na condução dos processos licitatórios e contratos administrativos;

1.3 A assinatura do presente instrumento contratual, pela **CONTRATADA**, importa na presunção de plena ciência e aquiescência com o seu conteúdo, inclusive quanto aos documentos anexos.

1.4 A assinatura do presente contrato indica à **CONTRATADA** possuir plena ciência de seu conteúdo, bem como dos demais documentos vinculados ao presente, sujeitando-se os mesmos às normas das Leis Federal nº 14.133/2021 e Estadual/Ba nº 14.634/2023, bem como à totalidade das cláusulas contratuais aqui estabelecidas.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VINCULAÇÃO À CONTRATAÇÃO

Integram o presente contrato, vinculando esta contratação, independentemente de transcrição: o termo de referência, a proposta da contratada e eventuais anexos dos documentos supracitados, além das condições estabelecidas no ato de autorização da Inexigibilidade de Licitação que o originou, referido no preâmbulo deste instrumento.

CLÁUSULA TERCEIRA- DA VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

3.1 O prazo de vigência do presente Contrato é de 06 (seis) meses, a contar da data da última assinatura pelas partes, admitindo-se a sua prorrogação por sucessivos períodos, limitados a 10 (dez) anos, nos termos dos artigos 106 e 107 c/c artigo 6º, XV da Lei Federal nº 14.133/2021, e será formalizada por termo aditivo;

3.1.1 A prorrogação de que trata este dispositivo é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com a **CONTRATADA**;

CLÁUSULA QUARTA - DO REGIME, DA FORMA DE EXECUÇÃO E DOS PRAZOS PARA EXECUÇÃO

4.1 O Regime de execução do presente Contrato é de Execução Indireta na modalidade Empreitada por Preço Global;

4.2 O **CONTRATANTE** convocará a **CONTRATADA** para retirar a nota de empenho no prazo de até 08 (oito) dias úteis contado a partir da notificação pela Administração, que ocorrerá, preferencialmente, através de envio de e-mail para o endereço indicado na proposta de preços;

4.2.1 As comprovações da convocação e da entrega/retirada da nota de empenho poderão ocorrer por quaisquer dos seguintes meios: por meio eletrônico (através de confirmação de recebimento de e-mail), aposição de assinatura (para retirada presencial) ou por Aviso de Recebimento dos correios (quando a entrega for via postal).

4.2.2 A **CONTRATADA** poderá solicitar a prorrogação do prazo para retirada/recebimento da nota de empenho, por igual período ao original, por motivo justo e aceito pela Administração.

Item 6 (do TR de Consultoria) e item 5 (do Tr de capacitação). A fim de manter o padrão do instrumento contratual atualmente utilizado pelo MP, solicita-se da unidade demandante, incluir prazo para recebimento do empenho pelo contratado, e indicar o regime de execução dos serviços (o qual nos afigura ser empreitada por preço global, haja vista a indivisibilidade dos serviços e o regime de pagamento adotado).

4.3 Os serviços relativos à consultoria e assessoria compreendem deverão observar as seguintes etapas e regras:

4.3.1 ETAPA 1: Avaliação diagnóstica:

4.3.1.1 Análise da estrutura organizacional do **CONTRATANTE**;

4.3.1.2 Entrevistas com os principais atores dos processos de contratação;

4.3.1.3 Emissão de relatório conclusivo com propostas de ações e intervenções;

4.3.2 ETAPA 2: Análise, revisão e elaboração de artefatos customizados:

4.3.2.1 Contempla análise e adequação dos documentos da instituição e a elaboração, pela equipe de consultores da **CONTRATADA**, dos seguintes instrumentos, a serem entregues integralmente prontos para serem operacionalizados e utilizados pela **CONTRATANTE**, com base nos requisitos da Lei Federal nº 14.133/2021 e na Lei Estadual/BA nº 14.634/2023:

4.3.2.1.1 Termos de Referências para modalidades licitatórias e contratações diretas;

4.3.2.1.2 Minutas de contratos;

4.3.2.1.3 Minuta de Editais de pregão e concorrência para obras e serviços;

4.3.2.1.4 Modelo de Estudo Técnico Preliminar;

4.3.2.1.5 Base de conhecimento de procedimentos internos:

- a) Formulário- adequação orçamentária;
- b) Formulário – Documento de Oficialização da demanda;
- c) Formulário – Informações Orçamentárias;
- d) Formulário – Solicitação de Autorização para Licitação;
- e) Formulário – Tabela de preços referenciais;
- f) Glossário;
- g) Fluxos BPMU

4.3.2.2 A adequação a ser realizada nas minutas dos editais englobarão todas as modalidades comumente utilizadas, tais como: pregão, concorrência, bem como contratações diretas;

4.3.2.3 As versões de documentos que serão apresentados e entregues pelos consultores abrangendo as principais contratações realizadas pela instituição, tais como, produtos, equipamentos, serviços comuns, serviços contínuos, obras e serviços de engenharia;

4.3.3 ETAPA 3: Apresentação dos produtos entregues.

4.3.3.1 Esta etapa será realizada à medida que os artefatos forem entregues e poderá ser modificada/ajustada conforme a demanda do **CONTRATANTE**;

4.3.4 ETAPA 4: Suporte técnico:

4.3.4.1 Contempla o suporte técnico prestado pela equipe de consultores para esclarecimento de dúvidas, vem como adequação dos documentos produzidos aos regulamentos estaduais posteriormente publicados.

4.3.4.2 O escopo dos serviços de consultoria proposto pode ser modificado par melhor aderência às necessidades do **CONTRATANTE**;

4.3.5 Do escopo dos serviços de consultoria e assessoria: O escopo dos serviços de consultoria pode ser modificado para melhor aderência às necessidades do **CONTRATANTE**. Itens podem ser modificados, inseridos ou excluídos;

4.3.5.1 Os serviços que compõem a consultoria poderão ser realizados presencialmente ou à distância, por meio de videoconferências.

4.3.5.2 Poderão ser formuladas consultas por e-mail ou por aplicativos de mensagens de modo a agilizar ainda mais o processo de migração para o novo regime de contratações públicas;

4.3.6 A **CONTRATADA** deverá iniciar os serviços em até 05 (cinco) dias úteis, após o recebimento da autorização da prestação de serviços, ou do empenho, acompanhado do instrumento contratual assinado pelas partes e devidamente publicado nos meios oficiais de divulgação;

4.3.7 Os serviços, quando prestados de maneira presencial, ocorrerão nas dependências do **CONTRATANTE**. Quando prestados “à distância” serão utilizadas ferramentas tecnológicas que viabilizem a conferência on line, diretamente pela equipe técnica da **CONTRATADA**, conforme indicado no **item 4.5** deste instrumento;

4.3.8 A execução dos serviços perdurará por 06 (seis) meses, contados do recebimento do empenho pela empresa **CONTRATADA**;

4.4 A execução dos serviços de treinamento *in company* para a formação, desenvolvimento e capacitação teórico-prático de servidores envolvidos nos processos de contratação observará o seguinte regramento:

4.4.1 A capacitação terá caráter teórico-prático e contará com a realização de 03 (três) turmas com no máximo 40 (quarenta) servidores que atuem na área de licitações e contratos, bem como para servidores das unidades demandantes de processos de licitação, observando-se o seguinte cronograma:

4.4.1.1 Turma 1: janeiro de 2024;

4.4.1.2 Turma 2: fevereiro de 2024;

4.4.1.3 Turma 3: março de 2024;

Tópico 4.1.1 do TR de capacitação: sugerimos a revisão da previsão sobre o cronograma a fim de ajustar os prazos, haja vista que a contratação ainda não aconteceu.

4.4.2 O curso será ministrado presencialmente para até 120 (cento e vinte) participantes, especificamente servidores que atuam diretamente nos processos licitatórios e de contratação;

4.4.3 A carga horária total do curso será de 48 (quarenta e oito) horas (16 horas para cada turma), sendo aulas expositivas e dialogadas, ministradas pelos técnicos especialistas da **CONTRATADA**;

4.4.4 As 48 (quarenta e oito) horas serão divididas em 04 (quatro) módulos, com 04 (quatro) horas cada, divisão do conteúdo em 4 aulas de 4 horas cada, para cada uma das turmas;

4.4.5 Todas as aulas serão ministradas presencialmente, em local a ser disponibilizado pelo **CONTRATANTE**, com capacidade para até 40 (quarenta) alunos por turma;

Tópicos 4.1.2 a 4.1.4 do TR de capacitação: mantém-se estas regras de execução?

4.4.6 Na abordagem dos itens do conteúdo programático específicos da Administração Pública Estadual, a **CONTRATADA** deverá incluir também aspectos peculiares do **CONTRATANTE**, notadamente quanto aos documentos padronizados elaborados com base na Lei 14.133/2021;

4.4.7 Caberá à **CONTRATADA** o fornecimento dos materiais didáticos digitais necessários e certificados de participação no curso;

4.4.8 A **CONTRATADA** deverá ainda fornecer os arquivos eletrônicos contendo a apostila de legislação e os slides com a apresentação;

4.4.9 Após a emissão da ordem de serviço ou da nota de empenho, será agendada reunião com a equipe técnica do MPBA para avaliação da regulamentação estadual e documentos já elaborados com base na Lei 14.133/2021 e definição do conteúdo programático a ser abordado nas capacitações a serem realizadas com as respectivas datas e horários;

4.4.10 A **CONTRATADA** iniciará a execução dos serviços em até 05 (cinco) dias úteis após o recebimento da autorização de prestação de serviços ou do empenho emitido pelo **CONTRATANTE**;

4.4.11 As capacitações e treinamentos serão desenvolvidos nas dependências do **CONTRATANTE**, diretamente pelos profissionais que compõem a equipe técnica da **CONTRATADA**, conforme definido no **item 4.5** deste instrumento;

4.4.12 O prazo de execução dos serviços de capacitação e treinamento será de 3 (três) meses;

4.5 A Equipe técnica da **CONTRATADA** que prestará os serviços contratados é formada pelas seguintes profissionais:

4.5.1 IRIS TATIUSE SILVA RIBEIRO: Servidora pública do município de Salvador, mais de 13 (treze) anos de experiência na área de Licitações; Atuou como: Assessora Jurídica na SUCOM (SEDUR); Presidente da Comissão de Licitação e Pregoeira nos municípios de Lauro de Freitas e Salvador; Assessora do Gabinete da Secretaria da Educação de Salvador na Seção de Contratos. Atualmente faz parte da Comissão de Licitação da SECRETARIA DE PROMOÇÃO SOCIAL, COMBATE À POBREZA, ESPORTES E LAZER -SEMPRE. Atua, ainda, como Instrutora Interna da Secretaria de Gestão de Salvador, ministrando cursos de capacitação para os servidores e agentes públicos na área de licitações e contratos. Membro do Grupo de Trabalho Intersectorial para regulamentação e implementação da Lei nº 14.133/2021 no município de Salvador-BA;

4.5.2 ANNIE KELLY SANTANA NASCIMENTO FARIAS: Advogada atuante no ramo do Direito Público, com sólida experiência na área de Licitações Públicas e Contratos Administrativos. Especializada em Direito e Processo do Trabalho. Pós-graduanda em Licitações e Contratos Administrativos. Atuou como: Coordenadora do Setor de Auditoria Interna da SUCAB – Superintendência de Construções Administrativas da Bahia; Analista de Licitações da Diretoria de Infraestrutura; Assessora do Gabinete da Secretaria da Educação de Salvador/BA; Coordenadora do Núcleo de Contratos e instrumentos congêneres da Secretaria Municipal da Educação de Salvador/BA. Atualmente, atua como Analista e Consultora Jurídica da ASLIC – Assessoria de Licitações da Secretaria Municipal da Educação em Salvador/BA. Presta, ainda, consultoria nas áreas de licitações, contratos e convênios para órgãos públicos e privados.

CLÁUSULA QUINTA – DO RECEBIMENTO DO OBJETO CONTRATUAL

5.1 O recebimento provisório dos serviços realizados ficará sob a incumbência do fiscal do contrato - responsável pela habilitação para pagamentos, e se dará mediante termo, no prazo de 03 (três) dias úteis, contados da finalização dos serviços, com a discriminação dos serviços efetivamente realizados;

O termo de referência não indica os prazos para recebimento provisório e definitivo, nem tampouco para refazimento de serviços não aceitos (caso cabível).

5.2 O CONTRATANTE rejeitará, no todo ou em parte, o objeto contratual em desacordo com as condições pactuadas, podendo, entretanto, se lhe convier, decidir pelo recebimento, neste caso com as deduções cabíveis;

5.2.1 Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste instrumento, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo de 24 (vinte e quatro) horas úteis, a contar da notificação da CONTRATADA, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades;

5.2.2 Em caso de recusa, no todo ou em parte, do objeto contratado, fica a CONTRATADA obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar o recebimento dos serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório;

5.3 O recebimento definitivo do objeto deste contrato será concretizado depois de adotados, pelo CONTRATANTE, todos os procedimentos cabíveis do art. 140 da Lei Federal nº 14.133/2021 e, no que couber, da Lei Estadual de nº 14.634/2023, devendo ocorrer no prazo de até 03 (três) dias úteis, contados do recebimento provisório;

5.4 O aceite ou aprovação do objeto pelo CONTRATANTE não exclui a responsabilidade da CONTRATADA por vícios, defeitos ou disparidades com as especificações estabelecidas neste Contrato e no processo de Dispensa de Licitação que o originou, verificadas posteriormente, garantindo-se ao CONTRATANTE, inclusive, as faculdades previstas na Lei Federal n.º 10.078/90 – Código de Defesa do Consumidor.

CLÁUSULA SEXTA – DO PREÇO, DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO E DA ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA

6.1 O valor global do contrato é de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais), conforme abaixo discriminado:

Item (descrição)	Qtd total	Valor mensal total
Serviços de consultoria e assessoria técnica	01	R\$ 25.000,00
Serviço de capacitação e treinamento	01	R\$ 15.000,00
Total		R\$ 40.000,00

6.2 Nos preços computados neste Contrato estão inclusos todos e quaisquer custos necessários ao fiel cumprimento deste instrumento, inclusive todos aqueles relativos a remunerações, encargos sociais, previdenciários e trabalhistas de todo o pessoal da **CONTRATADA** envolvido na execução do objeto, materiais empregados, inclusive ferramentas e fardamentos, combustíveis, lubrificantes, manutenção, lavagens, estacionamento, depreciação, aluguéis, seguros, franquias, administração, tributos e emolumentos.

6.3 O faturamento referente ao objeto deste contrato será efetuado parceladamente, conforme valor baixo definido:

6.3.1 Seis parcelas no montante de R\$ 4.166,66 (quatro mil, cento e sessenta e seis reais e sessenta e seis centavos), relativamente aos serviços de consultoria e assessoria técnica;

6.3.2 Três parcelas no montante de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), relativamente aos serviços de capacitação e treinamento;

6.4 O pagamento será processado mediante apresentação, pela **CONTRATADA**, de fatura, Nota Fiscal relativa à prestação dos serviços e certidões de regularidade cabíveis, bem como consulta à situação de idoneidade da **CONTRATADA**, documentação que deverá estar devidamente acompanhada do **TERMO DE RECEBIMENTO** pelo **CONTRATANTE**;

6.5 Os pagamentos serão processados no prazo de até 20 (vinte) dias, a contar da data de apresentação da documentação indicada no item 6.4, desde que não haja pendência a ser regularizada;

6.5.1 Verificando-se qualquer pendência impeditiva do pagamento, será considerada data da apresentação da documentação aquela na qual foi realizada a respectiva regularização;

6.7 As faturas far-se-ão acompanhar da documentação probatória relativa ao recolhimento dos tributos que tenham como fato gerador o objeto consignado na **Cláusula Primeira**;

6.8 O **CONTRATANTE** realizará a retenção de impostos ou outras obrigações de natureza tributária, de acordo com a legislação vigente;

6.9 Os pagamentos serão efetuados através de ordem bancária, para crédito em conta corrente e agência indicadas pela **CONTRATADA**, preferencialmente em banco de movimentação oficial de recursos do Estado da Bahia;

6.10 A atualização monetária dos pagamentos devidos pelo **CONTRATANTE**, em caso de mora, será calculada considerando a data do vencimento da obrigação e do seu efetivo pagamento, de

acordo com a variação do INPC do IBGE *pro rata tempore*, observado, sempre, o disposto nos itens 6.5 e 6.5.1.

6.10.1 Para efeito de caracterização de mora imputável ao **CONTRATANTE**, não serão considerados eventuais atrasos de pagamento no período de fechamento do exercício financeiro do Estado da Bahia, compreendido entre o final do mês de dezembro e o mês de janeiro do exercício subsequente, decorrentes de circunstâncias alheias à vontade das partes, isto é, por força de bloqueio de rotinas no sistema estadual obrigatoriamente utilizado para a execução dos pagamentos devidos pelo **CONTRATANTE**.

CLÁUSULA SÉTIMA - DOS CRITÉRIOS DE REAJUSTAMENTO

7.1 A concessão de reajustamento ocorrerá após o transcurso do prazo de 12 (doze) meses da data do orçamento estimado pela Administração, qual seja, 19 de janeiro de 2024, mediante aplicação do **INPC/IBGE relativo** ao período decorrido entre a referida data e a data da efetiva concessão do reajuste;

Não consta do TR critério de reajuste de preços;

7.1.1 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de 12 (doze) meses será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste;

7.1.2 Os valores reajustados incidirão sobre as parcelas de serviços a serem executadas após o prazo de que cuida o item 7.1;

7.1.3 A variação do valor contratual para fazer face ao reajuste de preços será realizada por simples apostila, dispensando a celebração de aditamento;

CLÁUSULA OITAVA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas para o pagamento deste contrato correrão por conta da Dotação Orçamentária a seguir especificada:

Código Orçamentária/Gestora	Unidade Ação (P/A/OE)	Região	Destinação de Recursos (Fonte)	Natureza da Despesa
40.101/0003	2000	9900	1.500.0.100.00000 0.00.00.00	33.90.39.000

Não consta do procedimento as Informações Orçamentárias que darão suporte à contratação.

CLÁUSULA NONA - DO MODELO DE GESTÃO E FISCALIZAÇÃO CONTRATUAL

Não consta do TR informações sobre a gestão e fiscalização do contrato.
Sugere-se a seguinte proposição:

9.1 Na forma das disposições estabelecidas na Lei Federal nº 14.133/2021 e na Lei Estadual/BA nº 14.634/2023, o **CONTRATANTE** designará servidor(es), por meio de Portaria específica para tal fim, para a gestão e fiscalização deste contrato, tendo poderes, entre outros, para notificar a

CONTRATADA sobre as irregularidades ou falhas que porventura venham a ser encontradas na execução deste instrumento.

9.2 Incumbe à fiscalização acompanhar e verificar a perfeita execução do contrato, em todas as suas fases, competindo-lhe, primordialmente:

9.2.1 Acompanhar o cumprimento dos prazos de execução descritos neste instrumento, e determinar as providências necessárias à correção de falhas, irregularidades e/ou defeitos, podendo ainda suspender-lhes a execução, sem prejuízos das sanções contratuais legais;

9.2.2 Transmitir à **CONTRATADA** as instruções, e comunicar alterações de prazos ou roteiros, quando for o caso;

9.2.3 Promover, com a presença da **CONTRATADA**, a verificação dos serviços já efetuados, emitindo a competente habilitação para o recebimento de pagamentos;

9.2.4 Esclarecer as dúvidas da **CONTRATADA**, solicitando ao setor competente do **CONTRATANTE**, se necessário, parecer de especialistas;

9.2.5 O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados;

9.2.6 O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei Estadual de nº14.634/23; art.12, §2º e Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2º).

9.3 A fiscalização, pelo **CONTRATANTE**, não desobriga a **CONTRATADA** de sua responsabilidade quanto à perfeita execução do objeto contratual.

9.3.1 A ausência de comunicação, por parte do **CONTRATANTE**, sobre irregularidades ou falhas, não exime a **CONTRATADA** das responsabilidades determinadas neste contrato.

9.4 O **CONTRATANTE** poderá recusar, sustar e/ou determinar o desfazimento/refazimento de serviços que não estejam sendo ou não tenham sido executados de acordo com as Normas Técnicas e/ou em conformidade com as condições deste contrato, ou ainda que atentem contra a segurança de terceiros ou de bens.

9.4.1 Qualquer serviço considerado não aceitável, no todo ou em parte, deverá ser refeito pela **CONTRATADA**, às suas expensas;

9.4.2 A não aceitação de algum serviço, no todo ou em parte, não implicará na dilação do prazo de execução, salvo expressa concordância do **CONTRATANTE**.

9.5 Para fins de fiscalização, o **CONTRATANTE** poderá solicitar à **CONTRATADA**, a qualquer tempo, os documentos relacionados com a execução do presente contrato.

9.6 A gestão e a fiscalização contratual observará, ainda, as normas e regulamentos internos do Ministério Público do Estado da Bahia disciplinadores da matéria.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS RESPONSABILIDADES DAS PARTES - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

10 Além das determinações contidas na Cláusula **QUARTA - do Regime e da forma de execução** deste contrato e no processo de Dispensa de Licitação que o originou – que aqui se consideram literalmente transcritas, bem como daquelas decorrentes de lei, a **CONTRATADA**, obriga-se a:

10.1 Promover a execução contratual de acordo com as especificações técnicas e exigências constantes no presente contrato, nos locais determinados, nos dias e nos turnos e horários de expediente do **CONTRATANTE**, não podendo eximir-se da obrigação, ainda que parcialmente, atribuindo quaisquer falhas, defeitos ou falta de pessoal e/ou material;

10.1.1 A **CONTRATADA** deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto;

10.2 Prestar diretamente os serviços ora contratados, não os transferindo a outrem, no todo ou em parte, sendo vedada a subcontratação, ainda que parcial, do objeto contratado;

10.3 Dispor de toda mão de obra, veículos, transportes, insumos e materiais necessários à execução e aos fornecimentos objeto deste instrumento;

10.4 Manter sob sua exclusiva responsabilidade toda a supervisão e direção da mão de obra necessária para a completa e eficiente execução dos serviços objeto deste contrato;

10.5 Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para a contratação;

10.6 Assegurar que os serviços objeto deste contrato não sofram solução de continuidade durante todo o prazo da sua vigência;

10.7 Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao **CONTRATANTE**;

10.7.1 A eventual retenção de tributos pelo **CONTRATANTE** não implicará na responsabilização deste, em hipótese alguma, por quaisquer penalidades ou gravames futuros, decorrentes de inadimplemento(s) de tributos pela **CONTRATADA**;

10.8 Emitir notas fiscais/faturas de acordo com a legislação, contendo descrição dos serviços, indicação de quantidades, preços unitários e valor total, observando-se, ainda, o quanto disposto nas **cláusulas quinta e sexta deste instrumento**;

10.9 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo **CONTRATANTE**, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

10.10 Providenciar e manter atualizadas todas as licenças e alvarás junto às repartições competentes que, porventura, sejam necessários à execução do contrato;

10.11 Atender, nos prazos consignados neste instrumento, às recusas ou determinações, pelo **CONTRATANTE**, de refazimento de serviços que não estejam sendo ou não tenham sido executados de acordo com as Normas Técnicas e/ou em conformidade com as condições deste contrato ou do processo de dispensa de licitação que o originou, providenciando sua imediata correção ou realização, sem ônus para o **CONTRATANTE**;

10.12 Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços;

10.13 Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo **CONTRATANTE** ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do serviço;

10.14 Paralisar, por determinação do **CONTRATANTE**, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

10.15 Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

10.16 Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do **CONTRATANTE**, ou do fiscal ou do gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei 14.133/2021;

10.17 Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

10.18 Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do **CONTRATANTE**;

10.19 Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;

10.20 Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;

10.21 Permitir e oferecer condições para a mais ampla e completa fiscalização durante a vigência deste contrato, fornecendo informações, propiciando o acesso à documentação pertinente e à execução contratual, e atendendo às observações e exigências apresentadas pela fiscalização;

10.22 Ministras curso presencial com a carga horária definida e de acordo com os conteúdos definidos em reunião de alinhamento, no dia e horários estabelecidos;

10.23 Obedecer à programação enviada pelo **CONTRATANTE**;

10.24 Providenciar para que os profissionais compareçam ao local do evento com, no mínimo, 30 (trinta) minutos de antecedência da realização das aulas;

10.25 Garantir que o profissional que ministrará as aulas porventura apresentada na proposta comercial, integrante do corpo técnico da empresa, realiza pessoal e diretamente os serviços objeto deste instrumento;

10.24 Avocar para si os ônus decorrentes de todas as reclamações e/ou ações judiciais ou extrajudiciais, por culpa ou dolo, que possam eventualmente ser alegadas por terceiros contra o **CONTRATANTE**, procedentes do objeto contratado;

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS RESPONSABILIDADES DAS PARTES - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

11 **O CONTRATANTE**, além das obrigações contidas neste contrato por determinação legal, obriga-se a:

11.1 Fornecer as informações necessárias para que a **CONTRATADA** possa executar plenamente o objeto contratado;

11.2 Realizar os pagamentos devidos pela execução do contrato, nos termos e condições previstos na **cláusula sexta**;

11.3 Permitir o acesso da **CONTRATADA** às instalações físicas do **CONTRATANTE**, nos locais e na forma eventualmente necessários para a execução dos serviços;

11.4 Acompanhar e fiscalizar o fiel cumprimento dos prazos e das condições de realização do presente contrato, notificando a **CONTRATADA**, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas na execução do objeto, para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias;

11.5 Fornecer à **CONTRATADA**, mediante solicitação, atestado de capacidade técnica, quando o fornecimento do objeto atender satisfatoriamente os prazos de entrega, qualidade e demais condições previstas neste Contrato.

11.6 Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste, observando os seguintes prazos:

11.6.1 A administração terá o prazo de até 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento sobre o qual deverá se manifestar, admitida a prorrogação motivada, por igual período;

11.6.2 A administração terá o prazo de até 30 (trinta) dias, a contar da data do requerimento, para responder a eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do contrato;

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO CUMPRIMENTO DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS - LEI N. 15.709/2018

12.1 É vedado às partes a utilização de todo e qualquer dado pessoal repassado em decorrência da execução contratual para finalidade distinta daquela do objeto da contratação, mantendo-se sigilo e confidencialidade, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal.

12.2 A **CONTRATADA** declara que tem ciência da existência da Lei Geral de Proteção de Dados e se compromete a adequar todos os procedimentos internos ao disposto na legislação com o intuito de proteger os dados pessoais repassados pelo **CONTRATANTE**.

12.3 A **CONTRATADA** fica obrigada a comunicar ao **Ministério Público do Estado da Bahia**, em até 24 (vinte e quatro) horas do conhecimento, qualquer incidente de acessos não autorizados aos dados pessoais, situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito, bem como adotar as providências dispostas no art. 48 da LGPD.

12.4 A **CONTRATADA** cooperará com a **CONTRATANTE** no cumprimento das obrigações referentes ao exercício dos direitos dos titulares previstos na LGPD e nas Leis e Regulamentos de Proteção de Dados em vigor e também no atendimento de requisições e determinações do Poder Judiciário, Ministério Público, ANPD e Órgãos de controle administrativo em geral;

12.5 Eventuais responsabilidades das partes serão apuradas conforme estabelecido neste contrato e também de acordo com o que dispõe a Seção III, Capítulo VI da LGPD.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA GARANTIA DA EXECUÇÃO

Não será exigida garantia da execução contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS INFRAÇÕES E DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

O tópico 10 do Tr de capacitação – Das sanções/penalidades, indica como referência legal a Lei 8.666/1993.

14.1 A **CONTRATADA** sujeitar-se-á às sanções administrativas previstas nas Leis Federal nº. 14.133/2021 e Estadual nº 14.634/23, as quais poderão vir a ser aplicadas após o prévio e devido processo administrativo, assegurando-lhe, sempre, o contraditório e a ampla defesa.

14.2 Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, a **CONTRATADA** que:

14.2.1 Der causa à inexecução parcial do contrato;

14.2.2 Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

14.2.3 Der causa à inexecução total do contrato;

14.2.4 Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

14.2.5 Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

14.2.6 Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

14.2.7 Praticar ato fraudulento na execução do contrato;

14.2.8 Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

14.2.9 Praticar ato lesivo previsto no art.5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013;

14.3 Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:

14.3.1 **Advertência**, quando a **CONTRATADA** der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei Federal nº 14.133/2021);

14.3.2 **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nos itens 14.2.2, a 14.2.4 acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §4º, da Lei Federal 14.133/2021);

14.3.3 **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nos itens 14.2.5 a 14.2.9, acima, bem como nas alíneas 14.2.2 a 14.2.4, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei Federal nº 14.133/21);

14.3.4 Multa:

14.3.4.1 Moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

14.3.4.2 Compensatória de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, para as infrações descritas nas alíneas 14.2.5 a 14.2.9;

14.3.4.3 Compensatória de 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato, para as infrações descritas nas alíneas 14.2.2 e 14.2.3;

14.3.4.4 Para a infração constante da alínea 14.2.1, a multa será de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato;

A unidade demandante precisa validar ou indicar outros percentuais para aplicação de multas.

14.4 A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à **CONTRATANTE**;

14.5 Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa;

14.5.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de **15 (quinze) dias úteis**, contado da data de sua intimação;

14.5.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pela **CONTRATANTE** à **CONTRATADA**, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente,

conforme o caso;

14.5.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 05 (cinco) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

14.6. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa à **CONTRATADA**, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

14.7. Na aplicação das sanções serão considerados:

14.7.1 A natureza e a gravidade da infração cometida;

14.7.2 As peculiaridades do caso concreto;

14.7.3 As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

14.7.4 Os danos que dela provierem para o **CONTRATANTE**;

14.7.5 A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

14.8 Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, e na Lei Estadual nº 14.634/23, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei;

14.9 A personalidade jurídica do **CONTRATADO** poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

14.10 O **CONTRATANTE** deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

14.11 As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21 e da Lei Estadual de nº 14.634/23.

14.12 Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo

contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA EXTINÇÃO DO CONTRATO

15.1 O contrato se extingue quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes;

15.1.1. O contrato pode ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o **CONTRATANTE**, quando este não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem;

15.1.1.2. A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo **CONTRATANTE** nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia;

15.1.1.3. Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

15.2 O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa;

15.2.1 Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 Lei Federal nº 14.133/2021;

15.2.2 A alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato;

15.2.2.1 Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica **CONTRATADA**, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva;

15.3 O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

15.3.1 Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

15.3.2 Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

15.3.3 Indenizações e multas.

15.4 O contrato poderá ser extinto, ainda:

15.4.1 Caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade **CONTRATANTE** ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação no processo de contratação direta ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

15.4.2 Caso se constate que a pessoa jurídica **CONTRATADA** possui administrador ou sócio com poder de direção, familiar de detentor de cargo em comissão ou função de confiança que atue na área responsável pela demanda ou contratação ou de autoridade a ele

hierarquicamente superior no âmbito do órgão **CONTRATANTE**.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DAS ALTERAÇÕES

16.1 Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021 e da Lei Estadual de nº 14.634/23;

16.2 **O CONTRATADO** é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato;

16.3 As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da Assessoria Jurídica do **CONTRATANTE**, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

16.4 Registros que não caracterizem alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração do termo aditivo, na forma do artigo 136, da Lei 14.133, de 2021 e conforme o disposto na Lei Estadual de nº 14.634/23.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA AUSÊNCIA DE VÍNCULO EMPREGATÍCIO

17.1 A utilização de mão de obra, pela **CONTRATADA**, para execução dos serviços objeto do presente contrato não ensejará, em nenhuma hipótese, vínculo empregatício com o **CONTRATANTE**;

17.2 São vedadas à **CONTRATADA** a subcontratação de mão de obra e a transferência a terceiros da execução dos serviços objeto do presente instrumento;

17.2.1 Fica garantido o direito de regresso do **CONTRATANTE**, perante a **CONTRATADA**, para ressarcimento de toda e qualquer despesa trabalhista, previdenciária ou de cunho indenizatório que venha a ser condenado a pagar, na eventual hipótese de vir a ser demandado judicialmente, relativamente à execução do objeto contratual, por qualquer empregado ou subcontratado da **CONTRATADA** ou por qualquer pessoa que, ainda que irregularmente, execute o objeto contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA PUBLICIDADE

O CONTRATANTE será responsável pela publicação deste instrumento nos termos e condições previstas na Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DO FORO

Fica eleito o Foro da Cidade do **Salvador-Bahia**, que prevalecerá sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente Contrato.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

20.1 O **CONTRATANTE** não responderá por quaisquer compromissos assumidos perante terceiros pela **CONTRATADA**, ou seus prepostos, ainda que vinculados à execução do presente Contrato;

20.2 A inadimplência da **CONTRATADA**, com relação a quaisquer custos, despesas, tributos, exigências ou encargos, não transfere ao **CONTRATANTE** a responsabilidade pelo seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do contrato.

20.3 Os casos omissos serão decididos pelo **CONTRATANTE**, segundo as disposições contidas na Lei Federal nº 14.133, de 2021 e Estadual nº 14.634 de 2023 e demais normas federais e estaduais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 12.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos;

20.4 Fica assegurado ao **CONTRATANTE** o direito de alterar unilateralmente o Contrato, mediante justificativa expressa, nas hipóteses previstas na Lei Federal 14.133/21 e na forma de Lei Estadual de nº 14.634/23 para melhor adequação às finalidades de interesse público, desde que mantido o equilíbrio econômico-financeiro original do contrato e respeitados os demais direitos da **CONTRATADA**;

20.5 Não caracterizam novação eventuais variações do valor contratual resultantes de reajustamento/revisão de preços, de compensações financeiras decorrentes das condições de pagamento nele previstas ou, ainda, de alterações de valor em razão da aplicação de penalidades;

20.6 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela **CONTRATADA** com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da **CONTRATADA**, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

E, por assim estarem justos e acordados, assinam o presente Contrato para que produza seus efeitos legais.

Salvador, 20xx.

Licitak Consultoria, Assessoria e Gestão Ltda
Annie Kelly Santana do Nascimento Farias
Sócia-Administradora

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA
André Luis Sant’Ana Ribeiro
Superintendente de Gestão Administrativa

(Assinado e datado eletronicamente/digitalmente)



MANIFESTAÇÃO – GESTOR(A) ORÇAMENTÁRIO(A)

Declaro, para os devidos fins, nos termos dos artigos 15 e 16 da Lei de Responsabilidade Fiscal, e dos artigos 11, VII, e 73, II, da Lei Estadual/BA nº 9.433/2005, que a despesa com a licitação em curso tem adequação orçamentária e financeira com a Lei Orçamentária Anual e compatibilidade com o Plano Plurianual e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Indico os seguintes servidores para exercerem, respectivamente, as atribuições de fiscal e suplente da contratação:

	NOME COMPLETO	MATRÍCULA
FISCAL	MONICA FABIANE DA SILVA SOBRINHO	351.906
SUPLENTE	CARINA DOS SANTOS PEREIRA	352.528

Por fim, encaminha-se o presente procedimento à Superintendência de Gestão Administrativa para análise e deliberação sobre a realização de certame licitatório.

GESTOR(A)	
CARGO	
UNIDADE ADMINISTRATIVA	
DATA	



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

LICITAÇÃO – ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
GESTOR(A) ORÇAMENTÁRIO(A)

TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

1.1. Contratação de empresa para prestação de serviços especializados de consultoria e assessoria ao setor de compras, licitações e contratos administrativos do Ministério Público do Estado da Bahia, visando a revisão, readequação e padronização de documentos ao novo marco legal instituído pela Lei Federal nº 14.133/2021 e pela Lei Estadual 14.634/2023, por inexigibilidade de licitação, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Termo de Referência.

1.2. O objeto compreende suporte, manutenção, apoio técnico e consultoria para implantação eficiente da Lei Federal nº 14.133/2021, da Lei Estadual 14.634/2023 e demais normativos expedidos pelo Ministério Público do Estado da Bahia no decorrer da consultoria.

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

Considerando a complexidade e abrangência da Lei Federal nº 14.133/2021, que instituiu novo marco legal para as contratações públicas, e visando assegurar a correta aplicabilidade desta legislação no cotidiano, necessária se faz a contratação de empresa que forneça consultoria especializada posto que a referida lei trouxe alterações substanciais aos procedimentos licitatórios e contratuais e estas atualizações terão um grande impacto nos procedimentos laborais.

Com as diversas atualizações e mudanças nos procedimentos, faz-se necessária a disponibilização de artefatos relacionados à NLLC aos servidores que lidam diretamente com os trâmites em questão, buscando maior celeridade, economicidade, eficiência e segurança no gerenciamento dos processos licitatórios. Isto posto, merece ênfase o fato de a nova lei ter apresentado um cenário completamente novo e relativamente desconhecido dos agentes públicos, ao internalizar no regime geral de licitações instrumentos de planejamento e controle característicos de contratações tecnicamente complexas.

Por conseguinte, a pretensa contratação se justifica pela importância da necessidade de realizar diagnóstico, acompanhamento, personalizar e padronizar todos os documentos necessários para a operação e implantação da Lei Federal nº 14.133/2021 no âmbito do Ministério Público do Estado da Bahia, bem como, investir em um serviço de qualidade que contribua para o desenvolvimento dos servidores que atuam nas contratações públicas.

Outrossim, a contratação reveste-se de natureza predominantemente intelectual, subjetiva e que está levando em consideração a formação, a experiência e o conjunto de elementos intrínsecos da empresa a ser contratada.

Ademais, a contratação por meio inexigibilidade de licitação, fundamenta-se na singularidade do serviço a ser prestado e na expertise específica da empresa selecionada. A complexidade técnica e jurídica envolvida na interpretação e aplicação da nova legislação demanda conhecimentos especializados, os quais somente uma consultoria com experiência comprovada pode oferecer.

Nesse sentido, almeja-se uma consultoria que ofereça os serviços especializados de suporte, manutenção, apoio técnico e consultoria para implantação eficiente da Lei Federal nº 14.133/2021, proporcionando esclarecimentos e orientações, realizando a consultoria e assessoria completa e diferenciada, realizada por técnicos capacitados, evitando, assim, contratações malconduzidas que resultem em prejuízo à Instituição e que possam resultar em apontamentos e penalizações por parte dos órgãos de controle, entre tanto outros.

3. DA CONTRATAÇÃO DIRETA – INEXIGIBILIDADE

3.1. DO ENQUADRAMENTO LEGAL

3.1.1 O objeto pretendido pela Administração e ora processado se caracteriza em hipótese inexigibilidade, amparado no art. 74, inciso III, alínea c, da Lei Federal nº 14.133/2021, pelos seguintes fundamentos:

3.1.2 Da análise de Lei de Licitações, verifica-se previsão no art. 74, Inciso III, alínea c, que autoriza a contratação direta por inexigibilidade de licitação nos casos de treinamento e aperfeiçoamento de pessoal, ao prescrever:

Art. 74. É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de:

(...)

III - contratação dos seguintes **serviços técnicos especializados** de natureza predominantemente intelectual com **profissionais ou empresas de notória especialização**, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação:

(...)

c) **assessorias ou consultorias técnicas** e auditorias financeiras ou tributárias;. (grifos nossos)

3.1.3 Por seu turno, convém destacar que § 3º do artigo 74 da Lei n.º 14.133/2021 traz o conceito legal de notória especialização, aduzindo que considerar-se-á detentor de notória especialização o profissional ou a empresa cujo conceito no campo de sua especialidade, decorrente de desempenho anterior, estudos, experiência, publicações, organização, aparelhamento, equipe técnica ou outros requisitos relacionados com suas atividades, permita inferir que o seu trabalho é essencial e reconhecidamente adequado à plena satisfação do objeto do contrato.

3.1.4 Ademais, o serviço a ser contratado é demasiadamente técnico e específico e possui a singularidade exigida para ser enquadrado como inexigível. Nesse sentido, resta inviável a licitação, porquanto os serviços a serem executados são ímpares, dependentes de alta especificidade técnica para executá-los, tornando-os, destarte, singulares, não permitindo, assim, comparações, por serem, também, individualizados e peculiarizados, de acordo com cada profissional, sendo que a empresa a ser contratada possui experiência na área, por já o ter realizado anteriormente, por diversas vezes, com resultados plenamente satisfatórios, comprovando a sua notória especialização.

3.1.5 *In casu*, nota-se que os requisitos se encontram atendidos quanto ao enquadramento do objeto pretendido como **serviço técnico especializado**, assim como quanto à **notória especialização** da empresa a ser contratada.

3.2. DA JUSTIFICATIVA DO PREÇO

3.2.1. O objeto deste instrumento perfaz o valor de R\$25.000,00 (vinte e cinco mil reais), fixo e irrevogável, incluindo todas as despesas com encargos diretos e indiretos.

3.2.2. O valor foi definido de acordo com a relevância, o vulto, a complexidade e a dificuldade das questões versadas, o trabalho e o tempo necessário e o renome dos prestadores de serviços.

3.2.3. O valor cobrado é considerado justificável em relação aos valores praticados no mercado pela empresa a ser contratada, conforme apresentação das Notas Fiscais com valores compatíveis aos da proposta de preço.

3.3. DA ESCOLHA DO EXECUTANTE

3.3.1. A escolha do prestador do serviço em atendimento ao que preconiza o §3º, do art. 74 da Lei nº 14.133/2021, que respalda legalmente a contratação da **LICITAK CONSULTORIA, ASSESSORIA E GESTAO LTDA** - CNPJ nº 36.598.253/0001-56, ofertante da consultoria em tela decorre da sua notória especialização nas matérias correlatadas,

demonstrada mediante os documentos anexados, dos quais é possível inferir que o trabalho da empresa é essencial e indiscutivelmente o mais adequado à plena satisfação do objeto do contrato a ser firmado.

3.3.2. Ademais, a empresa **LICITAK CONSULTORIA** tem como principal escopo a prestação de serviços de capacitação, consultoria e assessoria em licitações e contratos administrativos, primando pela excelência de seus atos, buscando sempre a otimização de seus resultados com competência, eficiência e seriedade, levando orientação, esclarecimento e atualização aos agentes públicos, gestores e seu corpo técnico, garantindo uma maior segurança na condução dos processos de contratações públicas de modo preventivo e contínuo.

3.3.3. A **LICITAK CONSULTORIA** se diferencia no mercado por oferecer serviços multidisciplinares para a administração pública, possuindo em seu quadro profissionais que atuam há mais de 13 anos oferecendo serviços especializados para o setor público, sempre buscando inovação e aprimoramento da gestão, caminhando com seus clientes com foco em resultados.

3.3.4. Possui equipe é composta por técnicos altamente capacitados, com capital intelectual diferenciado e com vasta experiência prática na área pública, agrega conhecimentos jurídicos, gerenciais e administrativos que fazem a diferença em favor de seus clientes.

3.3.5. Nesse sentido, indicada a razão de escolha do prestador de serviços, encontra-se satisfeita a exigência prevista no artigo 72, VI da Lei nº 14.133/2021.

4. DAS ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO

4.1. O objeto tem por escopo a prestação de serviços especializados de consultoria ao setor de compras, licitações e contratos administrativos do Ministério Público do Estado da Bahia, visando a revisão, readequação e padronização de documentos para utilização da Lei Federal nº 14.133/2021, compreendendo as seguintes atividades:

4.2. ETAPA 1 - Avaliação diagnóstica

- I. Análise da estrutura organizacional do contratante;
- II. Entrevistas com os principais atores dos processos de contratação;
- III. Emissão de relatório conclusivo com propostas de ações e intervenções.

4.3. ETAPA 2 - Análise, revisão e elaboração de artefatos customizados

4.3.1 Contempla análise e adequação dos documentos da instituição e a elaboração pela equipe de consultores da retromencionada empresa dos seguintes instrumentos, a serem entregues integralmente prontos para serem operacionalizados e utilizados pela instituição contratante, com base nos requisitos da Lei Federal nº 14.133/2021 e legislação estadual:

- I. Termos de Referências para modalidades licitatórias e contratações diretas;
- II. Minutas de Contratos;
- III. Minuta de Editais de pregão e concorrência para obras e serviços;
- IV. Modelo de Estudo Técnico Preliminar;
- V. Base de conhecimento;
 - a. Formulário - adequação orçamentária;
 - b. Formulário - Documento de Oficialização da Demanda;
 - c. Formulário - Informações Orçamentárias;
 - d. Formulário - Solicitação de Autorização para Licitação;
 - e. Formulário - Tabela de Preços Referenciais;
 - f. Glossário;
 - g. Fluxos BPMU.

4.4. A adequação a ser realizada nas minutas dos editais englobarão todas as modalidades comumente utilizadas, tais como: pregão, concorrência, bem como contratações diretas.

4.5. As versões de documentos que serão apresentados e entregues pelos consultores abrangendo as principais contratações realizadas pela instituição, tais como, produtos, equipamentos, serviços comuns, serviços contínuos, obras e serviços de engenharia.

4.6. ETAPA 3 – Apresentação dos produtos entregues.

4.7. ETAPA 4 – Suporte técnico

4.8. Contempla o suporte técnico prestado pela equipe de consultores para esclarecimento de dúvidas, bem como adequação dos documentos produzidos aos regulamentos estaduais posteriormente publicados.

4.9. OBSERVAÇÕES:

4.9.1. O escopo dos serviços de consultoria proposto pode ser modificado para melhor aderência às necessidades do contratante. Neste sentido, itens podem ser modificados, inseridos ou excluídos.

4.9.2. A **ETAPA 3**, relativa à apresentação dos produtos, será realizada à medida que os artefatos forem entregues e poderá ser modificada / ajustada conforme a demanda da contratante.

4.9.3. As consultorias poderão ser presenciais ou à distância, por meio de videoconferências. Além disso, poderão ser formuladas consultas por e-mail ou aplicativos de mensagens de modo a agilizar ainda mais o processo de migração para o novo regime de contratações públicas.

5. DA EQUIPE TÉCNICA PRINCIPAL

IRIS TATIUSE SILVA RIBEIRO: Servidora pública do município de Salvador, mais de 13 anos de experiência na área de Licitações; Atuou como: Assessora Jurídica na SUCOM (SEDUR); Presidente da Comissão de Licitação e Pregoeira nos municípios de Lauro de Freitas e Salvador; Assessora do Gabinete da Secretaria da Educação de Salvador na Seção de Contratos. Atualmente faz parte da Comissão de Licitação da SECRETARIA DE PROMOÇÃO SOCIAL, COMBATE À POBREZA, ESPORTES E LAZER -SEMPRE. Atua, ainda, como Instrutora Interna da Secretaria de Gestão de Salvador, ministrando cursos de capacitação para os servidores e agentes públicos na área de licitações e contratos. Membro do Grupo de Trabalho Intersetorial para regulamentação e implementação da Lei nº 14.133/2021 no município de Salvador-BA.

ANNIE KELLY SANTANA NASCIMENTO FARIAS: Advogada atuante no ramo do Direito Público, com sólida experiência na área de Licitações Públicas e Contratos Administrativos. Especializada em Direito e Processo do Trabalho. Pós-graduanda em Licitações e Contratos Administrativos. Atuou como: Coordenadora do Setor de Auditoria Interna da SUCAB – Superintendência de Construções Administrativas da Bahia; Analista de Licitações da Diretoria de Infraestrutura; Assessora do Gabinete da Secretaria da Educação de Salvador/BA; Coordenadora do Núcleo de Contratos e instrumentos congêneres da Secretaria Municipal da Educação de Salvador/BA. Atualmente, atua como Analista e Consultora Jurídica da ASLIC – Assessoria de Licitações da Secretaria Municipal da Educação em Salvador/BA. Presta, ainda, consultoria nas áreas de licitações, contratos e convênios para órgãos públicos e privados.

6. DA FORMA DE EXECUÇÃO

6.1 **REGIME DE EXECUÇÃO:** Empreitada por preço global

6.2 **PRAZO PARA RETIRADA DA NOTA DE EMPENHO:** 10 dias Úteis, contados da convocação pelo Ministério Público, a ser formalizada preferencialmente por e-mail.

6.3 A CONTRATADA deverá iniciar os serviços em até 05 (cinco) dias úteis após o recebimento de autorização da prestação do serviço pelo setor requisitante.

6.4 O projeto de consultoria e assessoria será desenvolvido nas dependências do Órgão e através conferência online e todas as outras ferramentas disponibilizadas pela tecnologia, diretamente pelos profissionais da CONTRATADA.

7. DOS PRAZOS

7.1. O prazo para a execução do objeto será de 06 (seis) meses.

7.2. A vigência do contrato será de 08 (oito) meses, a partir da sua assinatura, prorrogável de acordo com a necessidade da Contratante.

7.3. Prazo para recebimento provisório: 10 dias corridos

7.4. Prazo para recebimento definitivo: 30 dias corridos

7.5. Prazo para adequação ou substituição de serviços(s) rejeitados(s): 30 DIAS Corridos

8. DA OBRIGAÇÃO DAS PARTES:

8.1. A CONTRATANTE se obriga a:

- a) Efetuar os pagamentos devidos à CONTRATADA, nas condições estabelecidas no Termo de Referência;
- b) Exercer a fiscalização do contrato;
- c) Comunicar prontamente a CONTRATADA, qualquer anormalidade no objeto do contrato, caso não estejam de acordo com as especificações e condições estabelecidas no instrumento;
- d) Atestar as notas fiscais/faturas dos serviços prestados por meio de servidor, emitidas pela CONTRATADA, recusando-se quando inexatas ou incorretas, efetuando o pagamento depois de validadas nas condições pactuadas;
- e) Notificar previamente à CONTRATADA, quando da aplicação de penalidades.

8.2. A CONTRATADA se obriga a:

- a) Executar o objeto nas condições estabelecidas no termo de referência;

- b) Manter sigilo absoluto sobre informações, dados e documentos provenientes da execução do objeto e das demais informações internas da Contratante a que a Contratada tiver conhecimento;
- c) Entregar Nota Fiscal de Serviço - NFS;
- d) Responder, por quaisquer danos que venham a causar à União, Estado, Município ou a terceiros, em função do objeto do contrato firmado, bem como por todos os danos e prejuízos decorrentes do serviço, salvo na ocorrência de motivo de força maior, apurados na forma da legislação vigente, e desde que comunicados à CONTRATANTE no prazo de 48 horas do fato, ou da ordem expressa e escrita da CONTRATANTE;
- e) Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato;
- f) Planejar, conduzir e executar os serviços com integral observância às disposições contidas nos instrumentos pertinentes;
- g) Acatar as normas e condições deste instrumento e anexos que integram o contrato, independente de transcrição;
- h) Providenciar a imediata correção dos problemas apontados pela CONTRATANTE, relacionados com a execução do objeto contratado;
- i) Avocar para si os ônus decorrentes de todas as reclamações e/ou ações judiciais ou extrajudiciais, por culpa ou dolo, que possam eventualmente ser alegadas por terceiros, contra o CONTRATANTE, procedentes do objeto contratado;
- j) Obedecer à proibição disposta no Art. 7º, Inciso XXXIII, da CF/88, qual seja, não poderá empregar menores de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e, em qualquer trabalho, menores de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos.

9. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

9.1. O presente contrato terá seu valor estipulado em R\$25.000,00 (vinte e cinco mil reais), fixo e irrevogável, incluindo todas as despesas com encargos diretos e indiretos, na forma prevista nos instrumentos pertinentes.

9.2. O pagamento será efetuado em 06 (seis) parcelas no valor de R\$ 4.166,66 (quatro mil, cento e sessenta e seis mil reais e sessenta e seis centavos) cada, no prazo de até 20 (vinte) dias, contados a partir da apresentação, pela CONTRATADA, de Nota Fiscal, devidamente atestada pelo gestor da contratação.

9.3. Havendo irregularidade na Nota Fiscal apresentada ou nos serviços prestados, o prazo para pagamento será contado a partir da sua regularização.

10. DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

10.1 Na forma das disposições estabelecidas na Lei Federal nº 14.133/2021 e na Lei Estadual/BA nº 14.634/2023, o CONTRATANTE designará servidor(es), por meio de Portaria específica para tal fim, para a gestão e fiscalização deste contrato, tendo poderes, entre outros, para notificar a CONTRATADA sobre as irregularidades ou falhas que porventura venham a ser encontradas na execução deste instrumento.

10.2 Incumbe à fiscalização acompanhar e verificar a perfeita execução do contrato, em todas as suas fases, competindo-lhe, primordialmente.

10.2.1 Acompanhar o cumprimento dos prazos de execução descritos neste instrumento, e determinar as providências necessárias à correção de falhas, irregularidades e/ou defeitos, podendo ainda suspender-lhes a execução, sem prejuízos das sanções contratuais legais;

10.2.2 Transmitir à CONTRATADA as instruções, e comunicar alterações de prazos ou roteiros, quando for o caso;

10.2.3 Promover, com a presença da CONTRATADA, a verificação dos serviços já efetuados, emitindo a competente habilitação para o recebimento de pagamentos;

10.2.4 Esclarecer as dúvidas da CONTRATADA, solicitando ao setor competente do CONTRATANTE, se necessário, parecer de especialistas;

10.2.5 O fiscal do contrato anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados;

10.2.6 O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei Estadual de nº14.634/23; art.12, §2º e Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2º).

10.3 A fiscalização, pelo CONTRATANTE, não desobriga a CONTRATADA de sua responsabilidade quanto à perfeita execução do objeto contratual.

10.3.1 A ausência de comunicação, por parte do CONTRATANTE, sobre irregularidades ou falhas, não exime a CONTRATADA das responsabilidades determinadas neste contrato.

10.4 O CONTRATANTE poderá recusar, sustar e/ou determinar o desfazimento/refazimento de serviços que não estejam sendo ou não tenham sido executados de acordo com as Normas Técnicas e/ou em conformidade com as condições deste contrato, ou ainda que atentem contra a segurança de terceiros ou de bens.

10.4.1 Qualquer serviço considerado não aceitável, no todo ou em parte, deverá ser refeito pela CONTRATADA, às suas expensas;

10.4.2 A não aceitação de algum serviço, no todo ou em parte, não implicará na dilação do prazo de execução, salvo expressa concordância do CONTRATANTE.

10.5 Para fins de fiscalização, o CONTRATANTE poderá solicitar à CONTRATADA, a qualquer tempo, os documentos relacionados com a execução do presente contrato.

10.6 A gestão e a fiscalização contratual observará, ainda, as normas e regulamentos internos do Ministério Público do Estado da Bahia disciplinadores da matéria.

11. DAS SANÇÕES/PENALIDADES

11.1. O fornecedor sujeitar-se-á, no caso de cometimento de infrações ou inadimplemento de suas obrigações, às penalidades previstas na legislação estadual, aplicando-se subsidiariamente, no que couberem, as disposições contidas na Lei nº 14.133/2021 e demais pertinentes.

11.2 Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, a CONTRATADA que:

11.2.1 Der causa à inexecução parcial do contrato;

11.2.2 Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

11.2.3 Der causa à inexecução total do contrato;

11.2.4 Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

11.2.5 Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato

11.2.6 Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

11.2.7 Praticar ato fraudulento na execução do contrato;

11.2.8 Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

11.2.9 Praticar ato lesivo previsto no art.5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013;

11.3 Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:

11.3.1 Advertência, quando a CONTRATADA der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei Federal nº 14.133/2021);

11.3.2 Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nos itens 11.2.2, a 11.2.4 acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §4º, da Lei Federal 14.133/2021);

11.3.3 Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nos itens 10.2.5 a 10.2.9, acima, bem como nas alíneas 10.2.2 a 10.2.4, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei Federal nº 14.133/21);

11.3.4 Multa:

11.3.4.1 Moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

11.3.4.2 Compensatória de **10% (dez por cento)** sobre o valor total do contrato, para as infrações descritas nas alíneas 10.2.5 a 10.2.9;

11.3.4.3 Compensatória de **15% (quinze por cento)** sobre o valor total do contrato, para as infrações descritas nas alíneas 10.2.2 e 10.2.3;

11.3.4.4 Para a infração constante da alínea 10.2.1, a multa será de **10% (dez por cento)** sobre o valor total do contrato;

11.4 A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à CONTRATANTE;

11.5 Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa;

11.5.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação;

11.5.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pela CONTRATANTE à CONTRATADA, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente conforme o caso;

11.5.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 05 (cinco) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

11.6. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.7. Na aplicação das sanções serão considerados:

11.7.1 A natureza e a gravidade da infração cometida;

11.7.2 As peculiaridades do caso concreto;

11.7.3 As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

11.7.4 Os danos que dela provierem para o CONTRATANTE;

11.7.5 A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.8 Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, e na Lei Estadual nº 14.634/23, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei;

11.9 A personalidade jurídica do CONTRATADO poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

11.10 O CONTRATANTE deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

11.11 As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21 e da Lei Estadual de nº 14.634/23.

11.12 Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante

12. DOS CRITÉRIOS DE REAJUSTAMENTO

12.1 A concessão de reajustamento ocorrerá após o transcurso do prazo de 12 (doze) meses da data do orçamento estimado pela Administração, qual seja, 19 de janeiro de 2024, mediante aplicação do INPC/IBGE relativo ao período decorrido entre a referida data e a data da efetiva concessão do reajuste;

12.1.1 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de 12 (doze) meses será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste;

12.1.2 Os valores reajustados incidirão sobre as parcelas de serviços a serem executadas após o prazo de que cuida o item 7.1;

12.1.3 A variação do valor contratual para fazer face ao reajuste de preços será realizada por simples apostila, dispensando a celebração de aditamento;

1.

13. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

13.1 Depois de verificada a existência da necessidade da contratação do serviço, devidamente justificada, e comprovada a inviabilidade de competição, entendemos que é plenamente cabível a formalização da inexigibilidade para o objeto em comento, pois ele atende a todos os requisitos do art. 74, Inciso III, alínea c, da Lei nº 14.133/2021.

13.2 O presente Termo de Referência foi elaborado pelo setor de Licitações, através da cooperação técnica da sua equipe, com contribuição dos setores técnicos, estando em consonância com as disposições legais e normativas aplicáveis e com interesse e conveniência da administração.

Salvador- Ba, 26 de janeiro de 2023.

Monica Fabiane da Silva Sobrinho

TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

Contratação de empresa especializada na prestação de serviços técnicos de treinamento *In Company* visando a formação, desenvolvimento e capacitação teórico-prático de servidores envolvidos nos processos de contratações públicas do Ministério Público do Estado da Bahia de acordo com a Nova Lei Federal nº 14.133/2021 e com a Lei Estadual 14.634/2023, pontuando as alterações na instrução e condução dos processos licitatórios e contratos administrativos.

1.1. O objeto compreende treinamento para implantação eficiente da Lei Federal nº 14.133/2021, da Lei Estadual 14.634/2023, considerando os demais normativos expedidos pelo Ministério Público do Estado da Bahia para regulamentação dos referidos diplomas legais.

1.2. A capacitação terá caráter teórico-prático e contará com a realização de 03 (três) turmas com no máximo 40 (quarenta) servidores que atuem na área de licitações e contratos, bem como para servidores das unidades demandantes de processos de licitação.

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

Em abril de 2021, entrou em vigor o novo marco normativo das licitações e contratações públicas brasileiras, a Lei Federal nº 14.133. Concebida para conviver com legislações pré-existentes por 02 (dois) anos, a Nova Lei já registrava a futura revogação de diplomas consolidados como a Lei nº 8.666/93, Lei nº 10.520/2002 e Lei nº 12.411/2011.

Sendo assim, a Nova Lei de Licitações deu nova nomenclatura aos agentes que atuam nas licitações, criou e extinguiu modalidades de licitação, positivou entendimentos jurisprudenciais. Planejamento, governança, controle, resolução alternativa de conflitos, foram apenas alguns dos novos assuntos trazidos ao cenário legislativo das contratações pela Lei nº 14.133/21. Portanto, capacitar os servidores com teoria e prática vai ao encontro do interesse público, pois é fundamental que as atividades laborais sejam realizadas da maneira mais excelente possível.

A contratação engloba temas fundamentais no dia a dia de quem faz as contratações públicas, com destaque para as inovações e alterações da nova Lei de Licitações, o passo a passo de procedimentos e as boas práticas a serem adotadas.

Assim, por parte das divisões que integram o Ministério Público do Estado da Bahia, a necessidade é a de se manter atualizados os conhecimentos dos servidores que atuam nas fases interna e externa da contratação, sendo essa uma necessidade imperiosa de capacitação dos setores, permitindo a continuidade das contratações do órgão, com maior segurança jurídica e menor incidência de erros.

Cumprе salientar que essa contratação tem como objetivo capacitar, atualizar e preparar os profissionais e agentes atuantes em matéria de licitações e contratos, especialmente no que consiste em conhecer as alterações trazidas com a Lei nº 14.133/2021.

Outrossim, a contratação reveste-se de natureza predominantemente intelectual, subjetiva e que está levando em consideração a formação, a experiência e o conjunto de elementos intrínsecos da empresa a ser contratada.

Ademais, a contratação por meio inexigibilidade de licitação, fundamenta-se na singularidade do serviço a ser prestado e na expertise específica da empresa selecionada. A complexidade técnica e jurídica envolvida na interpretação e aplicação da nova legislação demanda conhecimentos especializados, os quais somente uma empresa com experiência comprovada pode oferecer.

Nesse sentido, a empresa escolhida oferece os serviços especializados de capacitação e treinamento para implantação eficiente da Lei Federal nº 14.133/2021, proporcionando esclarecimentos e orientações, através de técnicos capacitados, evitando, assim, contratações malconduzidas que resultem em prejuízo à Instituição e que possam resultar em apontamentos e penalizações por parte dos órgãos de controle, entre tanto outros.

Importante ressaltar ainda, que compete à Administração prover capacitações destinadas ao aperfeiçoamento dos seus servidores cujas atividades contemplem, além de outros aspectos, a qualificação/atualização da Administração Pública. A contínua formação dos servidores administrativos é imprescindível para que se possa prestar um serviço público adequado, preservar o Erário, bem como os interesses da coletividade. Neste sentido, inúmeras são as recomendações dos Tribunais de Contas quanto à necessidade de constante capacitação aos servidores, em especial, os que atuam nas diferentes fases dos processos licitatórios.

3. DA CONTRATAÇÃO DIRETA – INEXIGIBILIDADE

3.1. DO ENQUADRAMENTO LEGAL

3.1.1 O objeto pretendido pela Administração e ora processado se caracteriza em hipótese inexigibilidade, amparado no art. 74, inciso III, alínea c, da Lei Federal nº 14.133/2021, pelos seguintes fundamentos:

3.1.2 Da análise de Lei de Licitações, verifica-se previsão no art. 74, Inciso III, alínea c, que autoriza a contratação direta por inexigibilidade de licitação nos casos de treinamento e aperfeiçoamento de pessoal, ao prescrever:

Art. 74. É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de:

(...)

III - contratação dos seguintes **serviços técnicos especializados** de natureza predominantemente intelectual com **profissionais ou empresas de notória especialização**, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação:

(...)

c) **assessorias ou consultorias técnicas** e auditorias financeiras ou tributárias;. (grifos nossos)

3.1.3 Por seu turno, convém destacar que § 3º do artigo 74 da Lei n.º 14.133/2021 traz o conceito legal de notória especialização, aduzindo que considerar-se-á detentor de notória especialização o profissional ou a empresa cujo conceito no campo de sua especialidade, decorrente de desempenho anterior, estudos, experiência, publicações, organização, aparelhamento, equipe técnica ou outros requisitos relacionados

com suas atividades, permita inferir que o seu trabalho é essencial e reconhecidamente adequado à plena satisfação do objeto do contrato.

3.1.4 Ademais, o serviço a ser contratado é demasiadamente técnico e específico e possui a singularidade exigida para ser enquadrado como inexigível. Nesse sentido, resta inviável a licitação, porquanto os serviços a serem executados são ímpares, dependentes de alta especificidade técnica para executá-los, tornando-os, destarte, singulares, não permitindo, assim, comparações, por serem, também, individualizados e peculiarizados, de acordo com cada profissional, sendo que a empresa a ser contratada possui experiência na área, por já o ter realizado anteriormente, por diversas vezes, com resultados plenamente satisfatórios, comprovando a sua notória especialização.

3.1.5 *In casu*, nota-se que os requisitos se encontram atendidos quanto ao enquadramento do objeto pretendido como serviço técnico especializado, assim como quanto à notória especialização da empresa a ser contratada.

3.2. DA JUSTIFICATIVA DO PREÇO

3.2.1. O objeto deste instrumento perfaz o valor global de R\$15.000,00 (quinze e cinco mil reais), fixo e irrevogável, incluindo todas as despesas com encargos diretos e indiretos.

3.2.2. O valor foi definido de acordo com a relevância, o vulto, a complexidade e a dificuldade das questões versadas, o trabalho e o tempo necessário e o renome dos prestadores de serviços.

3.2.3. O valor cobrado é considerado justificável em relação aos valores praticados no mercado pela empresa a ser contratada, conforme apresentação das Notas Fiscais com valores compatíveis aos da proposta de preço.

3.3. DA ESCOLHA DO EXECUTANTE

3.3.1. A escolha do prestador do serviço em atendimento ao que preconiza a legislação vigente e que respalda legalmente a contratação da **LICITAK CONSULTORIA, ASSESSORIA E GESTAO LTDA** - CNPJ nº 36.598.253/0001-56, ofertante da capacitação e treinamento em tela decorre da sua notória especialização nas matérias relatadas, demonstrada mediante os documentos anexados, dos quais é possível inferir que o trabalho da empresa é essencial e indiscutivelmente o mais adequado à plena satisfação do objeto do contrato a ser firmado.

3.3.2. Ademais, a empresa **LICITAK CONSULTORIA** tem como principal escopo a prestação de serviços de capacitação, consultoria e assessoria em licitações e contratos administrativos, primando pela excelência de seus atos, buscando sempre a otimização de seus resultados com competência, eficiência e seriedade, levando orientação, esclarecimento e atualização aos agentes públicos, gestores e seu corpo técnico, garantindo uma maior segurança na condução dos processos de contratações públicas de modo preventivo e contínuo.

3.3.3. A **LICITAK CONSULTORIA** se diferencia no mercado por oferecer serviços multidisciplinares para a administração pública, possuindo em seu quadro profissionais que atuam há mais de 13 anos oferecendo serviços especializados para o setor público, sempre buscando inovação e aprimoramento da gestão, caminhando com seus clientes com foco em resultados.

3.3.4. Possui equipe é composta por técnicos altamente capacitados, com capital intelectual diferenciado e com vasta experiência prática na área pública, agrega conhecimentos jurídicos, gerenciais e administrativos que fazem a diferença em favor de seus clientes.

3.3.5. Nesse sentido, indicada a razão de escolha do prestador de serviços, encontra-se satisfeita a exigência prevista no artigo 72, VI da Lei nº 14.133/2021.

4. ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO

4.1. O objeto tem por escopo a prestação de serviços de capacitação e treinamento de pessoal para utilização da Lei Federal nº 14.133/2021, compreendendo as seguintes atividades:

4.1.1. A capacitação terá caráter teórico-prático, contará com a realização de 03 (três) turmas dirigidas para servidores e empregados públicos que atuam na área de licitação e servidores das unidades demandantes de processos de licitação. O cronograma de aulas será decidido em reunião entre a Contratada e a Contratante.

4.1.2. O curso será ministrado presencialmente para 120 (cento e vinte) participantes, especificamente servidores que atuam diretamente nos processos licitatórios e de contratação.

4.1.3. A carga horária total do curso será de 16 horas para cada turma, sendo aulas expositivas e dialogadas, ministradas pelos técnicos especialistas da Contratada, onde cada aula será dividida em 04 módulos de 04 horas para cada uma das turmas.

4.1.3.1 A CONTRATANTE detém a prerrogativa de realizar ajustes e modificações, em colaboração com a CONTRATADA, na quantidade de aulas, em conformidade com a temática a ser determinada, sem implicar prejuízo para a CONTRATANTE.

4.1.4. Todas as aulas serão ministradas presencialmente, em local a ser disponibilizado pela Contratante, com capacidade para até 40 alunos por turma.

4.1.5. Na abordagem dos itens do conteúdo programático específicos da Administração Pública Estadual, a Contratada deverá incluir também aspectos peculiares da Contratante, notadamente quanto aos documentos padronizados elaborados com base na Lei nº 14.133/2021.

4.1.6. Caberá à Contratada o fornecimento dos materiais didáticos digitais necessários e certificados de participação no curso.

4.1.7. A Contratada deverá ainda fornecer os arquivos eletrônicos contendo a apostila de legislação e os slides com a apresentação.

4.2. Após emissão da ordem de serviço, será agendada reunião com a equipe técnica do MP-BA para avaliação da regulamentação estadual e documentos já elaborados com base na Lei nº 14.133/2021 e definição do conteúdo programático a ser abordado nas capacitações a serem realizadas com as respectivas datas e horários.

4.3 Equipe técnica:

IRIS TATIUSE SILVA RIBEIRO: Advogada, inscrita na OAB/BA nº 26.850; Servidora pública do município de Salvador, mais de 13 anos de experiência na área de Licitações; Atuou como: Assessora Jurídica na SUCOM (SEDUR); Presidente da Comissão de Licitação e Pregoeira nos municípios de Lauro de Freitas e Salvador; Assessora do Gabinete da Secretaria da Educação de Salvador na Seção de Contratos. Atualmente faz parte da Comissão de Licitação da SECRETARIA DE PROMOÇÃO SOCIAL, COMBATE À POBREZA, ESPORTES

E LAZER -SEMPRE. Atua, ainda, como Instrutora Interna da Secretaria de Gestão de Salvador, ministrando cursos de capacitação para os servidores e agentes públicos na área de licitações e contratos. Membro do Grupo de Trabalho Intersectorial para regulamentação e implementação da Lei nº 14.133/2021 no município de Salvador/BA.

ANNIE KELLY SANTANA DO NASCIMENTO FARIAS: Advogada, inscrita na OAB/BA nº 39.524, atuante no ramo do Direito Público, com sólida experiência na área de Licitações Públicas e Contratos Administrativos. Especializada em Direito e Processo do Trabalho. Pós-graduanda em Licitações e Contratos Administrativos. Atuou como: Coordenadora do Setor de Auditoria Interna da SUCAB – Superintendência de Construções Administrativas da Bahia; Analista de Licitações da Diretoria de Infraestrutura; Assessora do Gabinete da Secretaria da Educação de Salvador/BA; Coordenadora do Núcleo de Contratos e instrumentos congêneres da Secretaria Municipal da Educação de Salvador/BA. Atualmente, atua como Analista e Consultora Jurídica da ASLIC – Assessoria de Licitações da Secretaria Municipal da Educação em Salvador/BA. Presta, ainda, consultoria nas áreas de licitações, contratos e convênios para órgãos públicos e privados.

5. FORMA DE EXECUÇÃO

5.1 Regime de Execução: Empreitada por preço global

5.2 Prazo para retirada da nota de empenho: 10 dias Úteis, contados da convocação pelo Ministério Público, a ser formalizada preferencialmente por e-mail.

5.3 A CONTRATADA deverá iniciar os serviços em até 05 (cinco) dias úteis após o recebimento de autorização da prestação do serviço pelo setor requisitante.

5.4 As capacitações e treinamentos serão desenvolvidos nas dependências do Órgão Contratante diretamente pelos profissionais da CONTRATADA.

6. PRAZOS

6.1. O prazo para a execução do objeto será de 03 (três) meses.

6.2. A vigência do contrato será de 05 (cinco) meses, a partir da sua assinatura, prorrogável de acordo com a necessidade da Contratante.

6.3. Prazo para recebimento provisório: 10 dias corridos

6.4. Prazo para recebimento definitivo: 30 dias corridos

6.5. Prazo para adequação ou substituição de serviços(s) rejeitados(s): 30 dias Corridos

7. OBRIGAÇÃO DAS PARTES:

7.1. A CONTRATANTE se obriga a:

- a) Organizar as turmas e inscrever os participantes que lhes são vinculados;
- b) Aferir a frequência dos participantes, validando o certificado emitido pela empresa contratada, àqueles que participarem;
- c) Efetuar o pagamento em âmbito interno, em até 20 (vinte) dias úteis contados da certificação da nota fiscal/fatura, a qual deverá vir acompanhada com documentos que comprovam a prestação dos serviços.

- d) Efetuar os pagamentos devidos à CONTRATADA, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.
- e) Exercer a fiscalização do contrato.
- f) Comunicar prontamente a CONTRATADA, qualquer anormalidade no objeto do contrato, caso não estejam de acordo com as especificações e condições estabelecidas no instrumento.
- g) Atestar as notas fiscais/faturas dos serviços prestados por meio de servidor, emitidas pela CONTRATADA, recusando-se quando inexatas ou incorretas, efetuando o pagamento depois de validadas nas condições pactuadas.
- h) Notificar previamente à CONTRATADA, quando da aplicação de penalidades.

7.2. A CONTRATADA se obriga a:

- a) Cumprir todas as obrigações constantes neste Termo de Referência em sua proposta, assumindo como exclusivamente seus riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto;
- b) Ministras o curso presencial com a carga horária definida e de acordo com os conteúdos definidos em reunião de alinhamento, no dia e horários estabelecidos;
- c) Emitir a nota fiscal/fatura após a execução dos serviços, bem como encaminhar as Certidões e demais documentos necessários à liquidação da despesa;
- d) Manter, durante toda a execução da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas neste Termo de Referência;
- e) Obedecer à programação enviada, pela CONTRATANTE;
- f) Providenciar para que os profissionais compareçam ao local do evento com, no mínimo, 30 (trinta) minutos de antecedência da realização das aulas;
- g) Garantir que o profissional que ministrará as aulas, porventura apresentada na proposta comercial, integrante do corpo técnico da empresa, realize pessoal e diretamente os serviços objeto deste instrumento contratual;
- h) Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATANTE;
- i) O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente.

8. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

8.1. O presente contrato tem seu valor estipulado em R\$15.000,00 (quinze mil reais), fixo e irrevogável, incluindo todas as despesas com encargos diretos e indiretos, na forma prevista nos instrumentos pertinentes.

8.2. O pagamento será efetuado em 03 (três) parcelas no valor de R\$5.000,00 (cinco mil reais) cada, no prazo de até 20 (vinte) dias, contados a partir da apresentação, pela CONTRATADA, de Nota Fiscal, devidamente atestada pelo gestor da contratação.

8.3. Havendo irregularidade na Nota Fiscal apresentada ou nos serviços prestados, o prazo para pagamento será contado a partir da sua regularização.

9. ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

9.1. Na forma das disposições estabelecidas na Lei Federal nº 14.133/2021 e na Lei Estadual/BA nº 14.634/2023, o CONTRATANTE designará servidor(es), por meio de Portaria específica para tal fim, para a gestão e fiscalização deste contrato, tendo poderes, entre outros, para notificar a CONTRATADA sobre as irregularidades ou falhas que porventura venham a ser encontradas na execução deste instrumento.

9.2. Incumbe à fiscalização acompanhar e verificar a perfeita execução do contrato, em todas as suas fases, competindo-lhe, primordialmente:

9.2.1 Acompanhar o cumprimento dos prazos de execução descritos neste instrumento, e determinar as providências necessárias à correção de falhas, irregularidades e/ou defeitos, podendo ainda suspender-lhes a execução, sem prejuízos das sanções contratuais legais;

9.2.2 Transmitir à CONTRATADA as instruções, e comunicar alterações de prazos ou roteiros, quando for o caso;

9.2.3 Promover, com a presença da CONTRATADA, a verificação dos serviços já efetuados, emitindo a competente habilitação para o recebimento de pagamentos;

9.2.4 Esclarecer as dúvidas da CONTRATADA, solicitando ao setor competente do CONTRATANTE, se necessário, parecer de especialistas;

9.2.5 O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados;

9.2.6 O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei Estadual de nº14.634/23; art.12, §2º e Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2º).

9.3 A fiscalização, pelo CONTRATANTE, não desobriga a CONTRATADA de sua responsabilidade quanto à perfeita execução do objeto contratual.

9.3.1 A ausência de comunicação, por parte do CONTRATANTE, sobre irregularidades ou falhas, não exime a CONTRATADA das responsabilidades determinadas neste contrato.

9.4 O CONTRATANTE poderá recusar, sustar e/ou determinar o desfazimento/refazimento de serviços que não estejam sendo ou não tenham sido executados de acordo com as Normas Técnicas e/ou em conformidade com as condições deste contrato, ou ainda que atentem contra a segurança de terceiros ou de bens.

9.4.1 Qualquer serviço considerado não aceitável, no todo ou em parte, deverá ser refeito pela CONTRATADA, às suas expensas;

9.4.2 A não aceitação de algum serviço, no todo ou em parte, não implicará na dilação do prazo de execução, salvo expressa concordância do CONTRATANTE.

9.5 Para fins de fiscalização, o CONTRATANTE poderá solicitar à CONTRATADA, a qualquer tempo, os documentos relacionados com a execução do presente contrato.

9.6 A gestão e a fiscalização contratual observará, ainda, as normas e regulamentos internos do Ministério Público do Estado da Bahia disciplinadores da matéria.

10. SANÇÕES/PENALIDADES

10.1. A CONTRATADA sujeitar-se-á às sanções administrativas previstas nas Leis Federal nº. 14.133/2021 e Estadual nº 14.634/23, as quais poderão vir a ser aplicadas após o prévio e devido processo administrativo, assegurando-lhe, sempre, o contraditório e a ampla defesa.

10.2 Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, a CONTRATADA que:

10.2.1 Der causa à inexecução parcial do contrato;

10.2.2 Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

10.2.3 Der causa à inexecução total do contrato;

10.2.4 Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

10.2.5 Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato

10.2.6 Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

10.2.7 Praticar ato fraudulento na execução do contrato;

10.2.8 Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

10.2.9 Praticar ato lesivo previsto no art.5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013;

10.3 Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:

10.3.1 Advertência, quando a CONTRATADA der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei Federal nº 14.133/2021);

10.3.2 Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nos itens 10.2.2, a 10.2.4 acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §4º, da Lei Federal 14.133/2021);

10.3.3 Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nos itens 10.2.5 a 10.2.9, acima, bem como nas alíneas 10.2.2 a 10.2.4, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei Federal nº 14.133/21);

10.3.4 Multa:

10.3.4.1 Moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

10.3.4.2 Compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, para as infrações descritas nas alíneas 10.2.5 a 10.2.9;

10.3.4.3 Compensatória de 15% (quinze por cento) sobre o valor total do contrato, para as infrações descritas nas alíneas 10.2.2 e 10.2.3;

10.3.4.4 Para a infração constante da alínea 10.2.1, a multa será de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato;

10.4 A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à CONTRATANTE;

10.5 Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa;

10.5.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação;

10.5.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pela CONTRATANTE à CONTRATADA, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente conforme o caso;

10.5.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 05 (cinco) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

10.6. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

10.7. Na aplicação das sanções serão considerados:

10.7.1 A natureza e a gravidade da infração cometida;

10.7.2 As peculiaridades do caso concreto;

10.7.3 As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

10.7.4 Os danos que dela provierem para o CONTRATANTE;

10.7.5 A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

10.8 Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, e na Lei Estadual nº 14.634/23, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei;

10.9 A personalidade jurídica do CONTRATADO poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

10.10 O CONTRATANTE deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de

publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

10.11 As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21 e da Lei Estadual de nº 14.634/23.

10.12 Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante

11. DOS CRITÉRIOS DE REAJUSTAMENTO

11.1 A concessão de reajustamento ocorrerá após o transcurso do prazo de 12 (doze) meses da data do orçamento estimado pela Administração, qual seja, 19 de janeiro de 2024, mediante aplicação do INPC/IBGE relativo ao período decorrido entre a referida data e a data da efetiva concessão do reajuste;

11.1.1 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de 12 (doze) meses será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste;

11.1.2 Os valores reajustados incidirão sobre as parcelas de serviços a serem executadas após o prazo de que cuida o item 7.1;

11.1.3 A variação do valor contratual para fazer face ao reajuste de preços será realizada por simples apostila, dispensando a celebração de aditamento;

12. GESTÃO E FISCALIZAÇÃO CONTRATUAL

12.1 Na forma das disposições estabelecidas na Lei Federal nº 14.133/2021 e na Lei Estadual/BA nº 14.634/2023, o CONTRATANTE designará servidor(es), por meio de Portaria específica para tal fim, para a gestão e fiscalização deste contrato, tendo poderes, entre outros, para notificar a CONTRATADA sobre as irregularidades ou falhas que porventura venham a ser encontradas na execução deste instrumento.

12.2 Incumbe à fiscalização acompanhar e verificar a perfeita execução do contrato, em todas as suas fases, competindo-lhe, primordialmente:

12.2.1 Acompanhar o cumprimento dos prazos de execução descritos neste instrumento, e determinar as providências necessárias à correção de falhas, irregularidades e/ou defeitos, podendo ainda suspender-lhes a execução, sem prejuízos das sanções contratuais legais;

12.2.2 Transmitir à CONTRATADA as instruções, e comunicar alterações de prazos ou roteiros, quando for o caso;

12.2.3 Promover, com a presença da CONTRATADA, a verificação dos serviços já efetuados, emitindo a competente habilitação para o recebimento de pagamentos; 12.2.4 Esclarecer as dúvidas da CONTRATADA, solicitando ao setor competente do CONTRATANTE, se necessário, parecer de especialistas;

12.2.5 O fiscal do contrato anotarà em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados;

12.2.6 O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei Estadual de nº14.634/23; art.12, §2º e Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2º).

12.3 A fiscalização, pelo CONTRATANTE, não desobriga a CONTRATADA de sua responsabilidade quanto à perfeita execução do objeto contratual.

12.3.1 A ausência de comunicação, por parte do CONTRATANTE, sobre irregularidades ou falhas, não exime a CONTRATADA das responsabilidades determinadas neste contrato.

12.4 O CONTRATANTE poderá recusar, sustar e/ou determinar o desfazimento/refazimento de serviços que não estejam sendo ou não tenham sido executados de acordo com as Normas Técnicas e/ou em conformidade com as condições deste contrato, ou ainda que atentem contra a segurança de terceiros ou de bens.

12.4.1 Qualquer serviço considerado não aceitável, no todo ou em parte, deverá ser refeito pela CONTRATADA, às suas expensas;

12.4.2 A não aceitação de algum serviço, no todo ou em parte, não implicará na dilação do prazo de execução, salvo expressa concordância do CONTRATANTE.

12.5 Para fins de fiscalização, o CONTRATANTE poderá solicitar à CONTRATADA, a qualquer tempo, os documentos relacionados com a execução do presente contrato.

12.6 A gestão e a fiscalização contratual observará, ainda, as normas e regulamentos internos do Ministério Público do Estado da Bahia disciplinadores da matéria

13.DISPOSIÇÕES FINAIS

13.1 Depois de verificada a existência da necessidade da contratação do serviço, devidamente justificada, e comprovada a inviabilidade de competição, entendemos que é plenamente cabível a formalização da inexigibilidade para o objeto em comento, pois ele atende a todos os requisitos do art. 60, inciso II c/c art. 23, incisos III e VI da Lei estadual nº 8.666/93.

13.2 O presente Termo de Referência foi elaborado pela Coordenação de Licitações, através da cooperação técnica da sua equipe, com contribuição dos setores técnicos, estando em consonância com as disposições legais e normativas aplicáveis e com interesse e conveniência da Administração.

Salvador- Ba, 26 de janeiro de 2024.

Monica Fabiane da Silva Sobrinho



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

DESPACHO

À Diretoria Administrativa,

Encaminhamos o presente expediente para preenchimento do formulário de adequação orçamentária. Após, encaminhar para a DCCL - Contratos e convênios - Coordenação de elaboração de contratos e convênios.

À CEACC,

Em resposta ao despacho 0946427, informamos que as alterações realizadas estão realçadas na cor amarela. Solicitamos atenção ao item 4 do Termo de Referência de capacitação que foi acrescentado subitem indicado pela empresa contratada.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Carina dos Santos Pereira** em 17/10/01024, s à7:0à4conforme Ato Normativo n° 1254de à7 de Dezembro de 0101 - Ministério Público do Estado da Bahia.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=1 informando o código verificador **0948588** e o código CRC **A7EE05E5**.



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

DESPACHO

Encaminhe-se à Coordenação de Execução Orçamentária Administrativa - CEOA, para informar o saldo orçamentário.

Milena de Carvalho Oliveira Côrtes
DADM - Apoio Técnico Administrativo



Documento assinado eletronicamente por **Milena de Carvalho Oliveira Côrtes** em 17/10/01024, s à7:7f 4conArme Nto v ormati° o n512f 4de à7 de Dezembro de 0101 - Ministério Público do Estado da Bahia.



Na autenticidade do documento pode ser conhecida no site https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=1 informando o código de verificação **0952542** e o código CRC **F2E37F97**.



DECLARAÇÃO – EXECUTOR(A) ORÇAMENTÁRIO(A)

Declaro, para os devidos fins, que existem recursos orçamentários e financeiros disponíveis para dar suporte à despesa com a contratação em curso, bem como informo a estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício financeiro e subseqüentes, conforme dados abaixo discriminados:

I. INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS DA DESPESA (DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA):

DOTAÇÃO	UNIDADE ORÇAMENTÁRIA/ GESTORA	AÇÃO (P/A/OE)	REGIÃO	DESTINAÇÃO DE RECURSOS	ELEMENTO DA DESPESA
1	40.101/003 Ex.: 40.x01 / xxxx	2000	9900	1.500.0.100.000000	339039000
2 *					

* Se houver mais de uma dotação a ser indicada.

II. IMPACTO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRO:

1) VALOR GLOBAL ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO: R\$ 40.000,00

(quarenta mil reais)

(valor por extenso)

2) IMPACTO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRO NO EXERCÍCIO VIGENTE (2024):

DOTAÇÃO	ELEMENTO DA DESPESA	SALDO DE DOTAÇÃO (R\$)	PREVISÃO DE GASTO COM A CONTRATAÇÃO NO ANO (R\$)
1	449052000	R\$ 8.122.695,85	R\$ 40.000,00
2 *			

* Se houver mais de uma dotação a ser indicada.

3) IMPACTO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRO NOS EXERCÍCIOS SUBSEQUENTES:

☒ A despesa será realizada integralmente neste exercício, não havendo impacto orçamentário-financeiro em qualquer dos exercícios orçamentários-financeiros seguintes.

☐ O impacto orçamentário-financeiro estimado para os 02 (exercícios) próximos exercícios será de:

EXERCÍCIO (ANO)	IMPACTO (R\$)
2025	R\$ 0,00
2026	R\$ 0,00



4) ORIGEM DO RECURSO:

- ☒ A) Recursos Próprios – Orçamento próprio do MPBA.
- ☐ B) Recursos Oriundos de Convênio Estadual.
- ☐ C) Recursos Oriundos de Convênio Federal.

** É possível assinalar mais de uma opção.*

RESPONSÁVEL PELO PREENCHIMENTO:

Matrícula: 351.495	Nome Completo: MICHELA CORDEIRO DE ARAÚJO	Cargo/Função: GERENTE
Data:	Unidade Administrativa: DIRETORIA ADMINISTRATIVA	

ATENÇÃO: Este documento deverá ser, obrigatoriamente, assinado digitalmente pelo executor orçamentário (responsável pelo preenchimento das informações orçamentárias).

MICHELA
CORDEIRO DE
ARAÚJO:

Assinado de forma digital
por MICHELA CORDEIRO
DE ARAÚJO
Dados: 2024.01.31
09:16:47 -03'00'



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

DESPACHO

À DCCL/CEACC,

Em atendimento ao Despacho 0948588, encaminhe-se após inclusão do Formulário de Adequação Orçamentária do Gestor (0953185).

Mariana de Araujo Pimentel
Assistente Técnico Administrativo



Documento assinado eletronicamente por **Mariana De Araujo Pimentel** em 06/02/2024, às 17:23, conforme Ato Normativo nº 047, de 15 de Dezembro de 2020 - Ministério Público do Estado da Bahia.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0953183** e o código CRC **12B1927D**.

TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

1.1. Contratação de empresa para prestação de serviços especializados de consultoria e assessoria ao setor de compras, licitações e contratos administrativos do Ministério Público do Estado da Bahia, visando a revisão, readequação e padronização de documentos ao novo marco legal instituído pela Lei Federal nº 14.133/2021 e pela Lei Estadual 14.634/2023, por inexigibilidade de licitação, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Termo de Referência.

1.2. O objeto compreende suporte, manutenção, apoio técnico e consultoria para implantação eficiente da Lei Federal nº 14.133/2021, da Lei Estadual 14.634/2023 e demais normativos expedidos pelo Ministério Público do Estado da Bahia no decorrer da consultoria.

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

Considerando a complexidade e abrangência da Lei Federal nº 14.133/2021, que instituiu novo marco legal para as contratações públicas, e visando assegurar a correta aplicabilidade desta legislação no cotidiano, necessária se faz a contratação de empresa que forneça consultoria especializada posto que a referida lei trouxe alterações substanciais aos procedimentos licitatórios e contratuais e estas atualizações terão um grande impacto nos procedimentos laborais.

Com as diversas atualizações e mudanças nos procedimentos, faz-se necessária a disponibilização de artefatos relacionados à NLLC aos servidores que lidam diretamente com os trâmites em questão, buscando maior celeridade, economicidade, eficiência e segurança no gerenciamento dos processos licitatórios. Isto posto, merece ênfase o fato de a nova lei ter apresentado um cenário completamente novo e relativamente desconhecido dos agentes públicos, ao internalizar no regime geral de licitações instrumentos de planejamento e controle característicos de contratações tecnicamente complexas.

Por conseguinte, a pretensa contratação se justifica pela importância da necessidade de realizar diagnóstico, acompanhamento, personalizar e padronizar todos os documentos necessários para a operação e implantação da Lei Federal nº 14.133/2021 no âmbito do Ministério Público do Estado da Bahia, bem como, investir em um serviço de qualidade que contribua para o desenvolvimento dos servidores que atuam nas contratações públicas.

Outrossim, a contratação reveste-se de natureza predominantemente intelectual, subjetiva e que está levando em consideração a formação, a experiência e o conjunto de elementos intrínsecos da empresa a ser contratada.

Ademais, a contratação por meio inexigibilidade de licitação, fundamenta-se na singularidade do serviço a ser prestado e na expertise específica da empresa selecionada. A complexidade técnica e jurídica envolvida na interpretação e

aplicação da nova legislação demanda conhecimentos especializados, os quais somente uma consultoria com experiência comprovada pode oferecer.

Nesse sentido, almeja-se uma consultoria que ofereça os serviços especializados de suporte, manutenção, apoio técnico e consultoria para implantação eficiente da Lei Federal nº 14.133/2021, proporcionando esclarecimentos e orientações, realizando a consultoria e assessoria completa e diferenciada, realizada por técnicos capacitados, evitando, assim, contratações malconduzidas que resultem em prejuízo à Instituição e que possam resultar em apontamentos e penalizações por parte dos órgãos de controle, entre tanto outros.

3. DA CONTRATAÇÃO DIRETA – INEXIGIBILIDADE

3.1. DO ENQUADRAMENTO LEGAL

3.1.1 O objeto pretendido pela Administração e ora processado se caracteriza em hipótese inexigibilidade, amparado no art. 74, inciso III, alínea c, da Lei Federal nº 14.133/2021, pelos seguintes fundamentos:

3.1.2 Da análise de Lei de Licitações, verifica-se previsão no art. 74, Inciso III, alínea c, que autoriza a contratação direta por inexigibilidade de licitação nos casos de treinamento e aperfeiçoamento de pessoal, ao prescrever:

Art. 74. É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de:

(...)

III - contratação dos seguintes **serviços técnicos especializados** de natureza predominantemente intelectual com **profissionais ou empresas de notória especialização**, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação:

(...)

c) **assessorias ou consultorias técnicas** e auditorias financeiras ou tributárias;. (grifos nossos)

3.1.3 Por seu turno, convém destacar que § 3º do artigo 74 da Lei n.º 14.133/2021 traz o conceito legal de notória especialização, aduzindo que considerar-se-á detentor de notória especialização o profissional ou a empresa cujo conceito no campo de sua especialidade, decorrente de desempenho anterior, estudos, experiência, publicações, organização, aparelhamento, equipe técnica ou outros requisitos relacionados com suas atividades, permita inferir que o seu trabalho é essencial e reconhecidamente adequado à plena satisfação do objeto do contrato.

3.1.4 Ademais, o serviço a ser contratado é demasiadamente técnico e específico e possui a singularidade exigida para ser enquadrado como inexigível. Nesse sentido, resta inviável a licitação, porquanto os serviços a serem executados são ímpares,

dependentes de alta especificidade técnica para executá-los, tornando-os, destarte, singulares, não permitindo, assim, comparações, por serem, também, individualizados e peculiarizados, de acordo com cada profissional, sendo que a empresa a ser contratada possui experiência na área, por já o ter realizado anteriormente, por diversas vezes, com resultados plenamente satisfatórios, comprovando a sua notória especialização.

3.1.5 *In casu*, nota-se que os requisitos se encontram atendidos quanto ao enquadramento do objeto pretendido como **serviço técnico especializado**, assim como quanto à **notória especialização** da empresa a ser contratada.

3.2. DA JUSTIFICATIVA DO PREÇO

3.2.1. O objeto deste instrumento perfaz o valor de R\$25.000,00 (vinte e cinco mil reais), fixo e irrevogável, incluindo todas as despesas com encargos diretos e indiretos.

3.2.2. O valor foi definido de acordo com a relevância, o vulto, a complexidade e a dificuldade das questões versadas, o trabalho e o tempo necessário e o renome dos prestadores de serviços.

3.2.3. O valor cobrado é considerado justificável em relação aos valores praticados no mercado pela empresa a ser contratada, conforme apresentação das Notas Fiscais com valores compatíveis aos da proposta de preço.

3.3. DA ESCOLHA DO EXECUTANTE

3.3.1. A escolha do prestador do serviço em atendimento ao que preconiza o §3º, do art. 74 da Lei nº 14.133/2021, que respalda legalmente a contratação da **LICITAK CONSULTORIA, ASSESSORIA E GESTAO LTDA** - CNPJ nº 36.598.253/0001-56, ofertante da consultoria em tela decorre da sua notória especialização nas matérias correlatadas, demonstrada mediante os documentos anexados, dos quais é possível inferir que o trabalho da empresa é essencial e indiscutivelmente o mais adequado à plena satisfação do objeto do contrato a ser firmado.

3.3.2. Ademais, a empresa **LICITAK CONSULTORIA** tem como principal escopo a prestação de serviços de capacitação, consultoria e assessoria em licitações e contratos administrativos, primando pela excelência de seus atos, buscando sempre a otimização de seus resultados com competência, eficiência e seriedade, levando orientação, esclarecimento e atualização aos agentes públicos, gestores e seu corpo técnico, garantindo uma maior segurança na condução dos processos de contratações públicas de modo preventivo e contínuo.

3.3.3. A **LICITAK CONSULTORIA** se diferencia no mercado por oferecer serviços multidisciplinares para a administração pública, possuindo em seu quadro profissionais que atuam há mais de 13 anos oferecendo serviços especializados para o setor público, sempre buscando inovação e aprimoramento da gestão, caminhando com seus clientes com foco em resultados.

3.3.4. Possui equipe é composta por técnicos altamente capacitados, com capital intelectual diferenciado e com vasta experiência prática na área pública, agrega conhecimentos jurídicos, gerenciais e administrativos que fazem a diferença em favor de seus clientes.

3.3.5. Nesse sentido, indicada a razão de escolha do prestador de serviços, encontra-se satisfeita a exigência prevista no artigo 72, VI da Lei nº 14.133/2021.

4. DAS ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO

4.1. O objeto tem por escopo a prestação de serviços especializados de consultoria ao setor de compras, licitações e contratos administrativos do Ministério Público do Estado da Bahia, visando a revisão, readequação e padronização de documentos para utilização da Lei Federal nº 14.133/2021, compreendendo as seguintes atividades:

4.2. ETAPA 1 - Avaliação diagnóstica

- I. Análise da estrutura organizacional do contratante;
- II. Entrevistas com os principais atores dos processos de contratação;
- III. Emissão de relatório conclusivo com propostas de ações e intervenções.

4.3. ETAPA 2 - Análise, revisão e elaboração de artefatos customizados

4.3.1 Contempla análise e adequação dos documentos da instituição e a elaboração pela equipe de consultores da retromencionada empresa dos seguintes instrumentos, a serem entregues integralmente prontos para serem operacionalizados e utilizados pela instituição contratante, com base nos requisitos da Lei Federal nº 14.133/2021 e legislação estadual:

- I. Termos de Referências para modalidades licitatórias e contratações diretas;
- II. Minutas de Contratos;
- III. Minuta de Editais de pregão e concorrência para obras e serviços;
- IV. Modelo de Estudo Técnico Preliminar;
- V. Base de conhecimento;
 - a. Formulário - adequação orçamentária;
 - b. Formulário - Documento de Formalização da Demanda;
 - c. Formulário - Informações Orçamentárias;
 - d. Formulário - Solicitação de Autorização para Licitação;
 - e. Formulário - Tabela de Preços Referenciais;
 - f. Glossário;
 - g. Fluxos BPMU.

4.4. A adequação a ser realizada nas minutas dos editais englobarão todas as modalidades comumente utilizadas, tais como: pregão, concorrência, bem como contratações diretas.

4.5. As versões de documentos que serão apresentados e entregues pelos consultores abrangendo as principais contratações realizadas pela instituição, tais

como, produtos, equipamentos, serviços comuns, serviços contínuos, obras e serviços de engenharia.

4.6. ETAPA 3 – Apresentação dos produtos entregues.

4.7. ETAPA 4 – Suporte técnico

4.8. Contempla o suporte técnico prestado pela equipe de consultores para esclarecimento de dúvidas, bem como adequação dos documentos produzidos aos regulamentos estaduais posteriormente publicados.

4.9. OBSERVAÇÕES:

4.9.1. O escopo dos serviços de consultoria proposto pode ser modificado para melhor aderência às necessidades do contratante. Neste sentido, itens podem ser modificados, inseridos ou excluídos.

4.9.2. A **ETAPA 3**, relativa à apresentação dos produtos, será realizada à medida que os artefatos forem entregues e poderá ser modificada / ajustada conforme a demanda da contratante.

4.9.3. As consultorias poderão ser presenciais ou à distância, por meio de videoconferências. Além disso, poderão ser formuladas consultas por e-mail ou aplicativos de mensagens de modo a agilizar ainda mais o processo de migração para o novo regime de contratações públicas.

5. DA EQUIPE TÉCNICA PRINCIPAL

IRIS TATIUSE SILVA RIBEIRO: Servidora pública do município de Salvador, mais de 13 anos de experiência na área de Licitações; Atuou como: Assessora Jurídica na SUCOM (SEDUR); Presidente da Comissão de Licitação e Pregoeira nos municípios de Lauro de Freitas e Salvador; Assessora do Gabinete da Secretaria da Educação de Salvador na Seção de Contratos. Atualmente faz parte da Comissão de Licitação da SECRETARIA DE PROMOÇÃO SOCIAL, COMBATE À POBREZA, ESPORTES E LAZER -SEMPRE. Atua, ainda, como Instrutora Interna da Secretaria de Gestão de Salvador, ministrando cursos de capacitação para os servidores e agentes públicos na área de licitações e contratos. Membro do Grupo de Trabalho Intersetorial para regulamentação e implementação da Lei nº 14.133/2021 no município de Salvador-BA.

ANNIE KELLY SANTANA NASCIMENTO FARIAS: Advogada atuante no ramo do Direito Público, com sólida experiência na área de Licitações Públicas e Contratos Administrativos. Especializada em Direito e Processo do Trabalho. Pós-graduanda em Licitações e Contratos Administrativos. Atuou como: Coordenadora do Setor de Auditoria Interna da SUCAB – Superintendência de Construções Administrativas da Bahia; Analista de Licitações da Diretoria de Infraestrutura; Assessora do Gabinete da Secretaria da Educação de Salvador/BA; Coordenadora do Núcleo de Contratos e instrumentos congêneres da Secretaria Municipal da Educação de Salvador/BA. Atualmente, atua como Analista e Consultora Jurídica da ASLIC – Assessoria de Licitações da Secretaria Municipal da Educação em Salvador/BA. Presta, ainda, consultoria nas áreas de licitações, contratos e convênios para órgãos públicos e privados.

6. DA FORMA DE EXECUÇÃO

6.1 REGIME DE EXECUÇÃO: Empreitada por preço global

6.2 PRAZO PARA RETIRADA DA NOTA DE EMPENHO: 10 dias Úteis, contados da convocação pelo Ministério Público, a ser formalizada preferencialmente por e-mail.

6.3 A CONTRATADA deverá iniciar os serviços em até 05 (cinco) dias úteis após o recebimento de autorização da prestação do serviço pelo setor requisitante.

6.4 O projeto de consultoria e assessoria será desenvolvido nas dependências do Órgão e através conferência online e todas as outras ferramentas disponibilizadas pela tecnologia, diretamente pelos profissionais da CONTRATADA.

7. DOS PRAZOS

7.1. O prazo para a execução do objeto será de 06 (seis) meses.

7.2. A vigência do contrato será de **08 (oito) meses**, a partir da sua assinatura, prorrogável de acordo com a necessidade da Contratante.

7.3. **Prazo para recebimento provisório: 10 dias corridos**

7.4. **Prazo para recebimento definitivo: 15 dias corridos**

7.5. **Prazo para adequação ou substituição de serviços(s) rejeitados(s): 15 DIAS Corridos**

8. DA OBRIGAÇÃO DAS PARTES:

8.1. A CONTRATANTE se obriga a:

- a) Efetuar os pagamentos devidos à CONTRATADA, nas condições estabelecidas no Termo de Referência;
- b) Exercer a fiscalização do contrato;
- c) Comunicar prontamente a CONTRATADA, qualquer anormalidade no objeto do contrato, caso não estejam de acordo com as especificações e condições estabelecidas no instrumento;
- d) Atestar as notas fiscais/faturas dos serviços prestados por meio de servidor, emitidas pela CONTRATADA, recusando-se quando inexatas ou incorretas, efetuando o pagamento depois de validadas nas condições pactuadas;
- e) Notificar previamente à CONTRATADA, quando da aplicação de penalidades.

8.2. A CONTRATADA se obriga a:

- a) Executar o objeto nas condições estabelecidas no termo de referência;
- b) Manter sigilo absoluto sobre informações, dados e documentos provenientes da execução do objeto e das demais informações internas da Contratante a que a Contratada tiver conhecimento;
- c) Entregar Nota Fiscal de Serviço - NFS;

- d) Responder, por quaisquer danos que venham a causar à União, Estado, Município ou a terceiros, em função do objeto do contrato firmado, bem como por todos os danos e prejuízos decorrentes do serviço, salvo na ocorrência de motivo de força maior, apurados na forma da legislação vigente, e desde que comunicados à CONTRATANTE no prazo de 48 horas do fato, ou da ordem expressa e escrita da CONTRATANTE;
- e) Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato;
- f) Planejar, conduzir e executar os serviços com integral observância às disposições contidas nos instrumentos pertinentes;
- g) Acatar as normas e condições deste instrumento e anexos que integram o contrato, independente de transcrição;
- h) Providenciar a imediata correção dos problemas apontados pela CONTRATANTE, relacionados com a execução do objeto contratado;
- i) Avocar para si os ônus decorrentes de todas as reclamações e/ou ações judiciais ou extrajudiciais, por culpa ou dolo, que possam eventualmente ser alegadas por terceiros, contra o CONTRATANTE, procedentes do objeto contratado;
- j) Obedecer à proibição disposta no Art. 7º, Inciso XXXIII, da CF/88, qual seja, não poderá empregar menores de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e, em qualquer trabalho, menores de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos.

9. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

9.1. O presente contrato terá seu valor estipulado em R\$25.000,00 (vinte e cinco mil reais), fixo e irrevogável, incluindo todas as despesas com encargos diretos e indiretos, na forma prevista nos instrumentos pertinentes.

9.2. O pagamento será efetuado em 06 (seis) parcelas no valor de R\$ 4.166,66 (quatro mil, cento e sessenta e seis mil reais e sessenta e seis centavos) cada, no prazo de até 20 (vinte) dias, contados a partir da apresentação, pela CONTRATADA, de Nota Fiscal, devidamente atestada pelo gestor da contratação.

9.3. Havendo irregularidade na Nota Fiscal apresentada ou nos serviços prestados, o prazo para pagamento será contado a partir da sua regularização.

10. DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

10.1 Na forma das disposições estabelecidas na Lei Federal nº 14.133/2021 e na Lei Estadual/BA nº 14.634/2023, o CONTRATANTE designará servidor(es), por meio de Portaria específica para tal fim, para a gestão e fiscalização deste contrato, tendo poderes, entre outros, para notificar a CONTRATADA sobre as irregularidades ou falhas que porventura venham a ser encontradas na execução deste instrumento.

10.2 Incumbe à fiscalização acompanhar e verificar a perfeita execução do contrato, em todas as suas fases, competindo-lhe, primordialmente.

10.2.1 Acompanhar o cumprimento dos prazos de execução descritos neste instrumento, e determinar as providências necessárias à correção de falhas, irregularidades e/ou defeitos;

10.2.2 Transmitir à CONTRATADA as instruções, e comunicar alterações de prazos ou roteiros, quando for o caso;

10.2.3 Promover, com a presença da CONTRATADA, a verificação dos serviços já efetuados, emitindo a competente habilitação para o recebimento de pagamentos;

10.2.4 Esclarecer as dúvidas da CONTRATADA, solicitando ao setor competente do CONTRATANTE, se necessário, parecer de especialistas;

10.2.5 O fiscal do contrato anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados;

10.2.6 O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei Estadual de nº14.634/23; art.12, §2º e Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2º).

10.3 A fiscalização, pelo CONTRATANTE, não desobriga a CONTRATADA de sua responsabilidade quanto à perfeita execução do objeto contratual.

10.3.1 A ausência de comunicação, por parte do CONTRATANTE, sobre irregularidades ou falhas, não exime a CONTRATADA das responsabilidades determinadas neste contrato.

10.4 O CONTRATANTE poderá recusar, sustar e/ou determinar o desfazimento/refazimento de serviços que não estejam sendo ou não tenham sido executados de acordo com as Normas Técnicas e/ou em conformidade com as condições deste contrato, ou ainda que atentem contra a segurança de terceiros ou de bens.

10.4.1 Qualquer serviço considerado não aceitável, no todo ou em parte, deverá ser refeito pela CONTRATADA, às suas expensas;

10.4.2 A não aceitação de algum serviço, no todo ou em parte, não implicará na dilação do prazo de execução, salvo expressa concordância do CONTRATANTE.

10.5 Para fins de fiscalização, o CONTRATANTE poderá solicitar à CONTRATADA, a qualquer tempo, os documentos relacionados com a execução do presente contrato.

10.6 A gestão e a fiscalização contratual observará, ainda, as normas e regulamentos internos do Ministério Público do Estado da Bahia disciplinadores da matéria.

11. DAS SANÇÕES/PENALIDADES

11.1. O fornecedor sujeitar-se-á, no caso de cometimento de infrações ou inadimplemento de suas obrigações, às penalidades previstas na legislação estadual, aplicando-se subsidiariamente, no que couberem, as disposições contidas na Lei nº 14.133/2021 e demais pertinentes.

11.2 Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, a CONTRATADA que:

11.2.1 Der causa à inexecução parcial do contrato;

11.2.2 Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

11.2.3 Der causa à inexecução total do contrato;

11.2.4 Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

11.2.5 Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

11.2.6 Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

11.2.7 Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

11.2.8 Praticar ato fraudulento na execução do contrato;

11.2.9 Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

11.2.10 Praticar ato lesivo previsto no art.5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013;

11.3 Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:

11.3.1 **Advertência**, quando a CONTRATADA der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei Federal nº 14.133/2021);

11.3.2 **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nos itens 11.2.2, a 11.2.4 acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §4º, da Lei Federal 14.133/2021);

11.3.3 **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nos itens 10.2.5 a 10.2.9, acima, bem

como nas alíneas 10.2.2 a 10.2.4, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei Federal nº 14.133/21);

11.3.4 Multa:

11.3.4.1 Moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

11.3.4.2 Compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, para as infrações descritas nas alíneas 11.2.6 a 11.2.10;

11.3.4.3 Compensatória de 15% (quinze por cento) sobre o valor total do contrato, para as infrações descritas na alínea 11.2.3 e 11.2.4;

11.3.4.4 Para as infrações constantes das alíneas 11.2.1, 11.2.2 e 11.2.5, a multa será de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato;

11.3.4.5 Será admitida medida cautelar destinada a garantir o resultado útil do processo administrativo sancionatório, de forma antecedente ou incidental à sua instauração, inclusive a retenção provisória do valor correspondente à estimativa da sanção de multa;

11.3.4.5.1 O valor da retenção provisória a que se refere o subitem anterior deste artigo não poderá exceder ao limite máximo estabelecido no §3º do art. 156 da Lei Federal nº 14.133, de 2021;

11.4 A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à CONTRATANTE;

11.5 Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa;

11.5.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação;

11.5.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pela CONTRATANTE à CONTRATADA, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente conforme o caso;

11.5.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 05 (cinco) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

11.6. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.7. Na aplicação das sanções serão considerados:

11.7.1 A natureza e a gravidade da infração cometida;

11.7.2 As peculiaridades do caso concreto;

11.7.3 As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

11.7.4 Os danos que dela provierem para o CONTRATANTE;

11.7.5 A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.8 Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, e na Lei Estadual nº 14.634/23, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei;

11.9 A personalidade jurídica do CONTRATADO poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

11.10 O CONTRATANTE deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

11.11 As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21 e da Lei Estadual de nº 14.634/23.

11.12 Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante

12. DOS CRITÉRIOS DE REAJUSTAMENTO

12.1 A concessão de reajustamento ocorrerá após o transcurso do prazo de 01 (um) ano da data do orçamento estimado pela Administração, qual seja, 19 de janeiro de 2024, mediante aplicação do INPC/IBGE relativo ao período decorrido entre a referida data e a data da efetiva concessão do reajuste;

12.1.1 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de 01 (um) ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste;

12.1.2 Os valores reajustados incidirão sobre as parcelas de serviços a serem executadas após o prazo de que cuida o item 7.1;

12.1.3 A variação do valor contratual para fazer face ao reajuste de preços será realizada por simples apostila, dispensando a celebração de aditamento;

13. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

13.1 Depois de verificada a existência da necessidade da contratação do serviço, devidamente justificada, e comprovada a inviabilidade de competição, entendemos que é plenamente cabível a formalização da inexigibilidade para o objeto em comento, pois ele atende a todos os requisitos do art. 74, Inciso III, alínea c, da Lei nº 14.133/2021.

13.2 O presente Termo de Referência foi elaborado pelo setor de Licitações, através da cooperação técnica da sua equipe, com contribuição dos setores técnicos, estando em consonância com as disposições legais e normativas aplicáveis e com interesse e conveniência da administração.

Salvador- Ba, 26 de janeiro de 2023.

Monica Fabiane da Silva Sobrinho

TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

1.1. Contratação de empresa para prestação de serviços especializados de consultoria e assessoria ao setor de compras, licitações e contratos administrativos do Ministério Público do Estado da Bahia, visando a revisão, readequação e padronização de documentos ao novo marco legal instituído pela Lei Federal nº 14.133/2021 e pela Lei Estadual 14.634/2023, por inexigibilidade de licitação, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Termo de Referência.

1.2. O objeto compreende suporte, manutenção, apoio técnico e consultoria para implantação eficiente da Lei Federal nº 14.133/2021, da Lei Estadual 14.634/2023 e demais normativos expedidos pelo Ministério Público do Estado da Bahia no decorrer da consultoria.

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

Considerando a complexidade e abrangência da Lei Federal nº 14.133/2021, que instituiu novo marco legal para as contratações públicas, e visando assegurar a correta aplicabilidade desta legislação no cotidiano, necessária se faz a contratação de empresa que forneça consultoria especializada posto que a referida lei trouxe alterações substanciais aos procedimentos licitatórios e contratuais e estas atualizações terão um grande impacto nos procedimentos laborais.

Com as diversas atualizações e mudanças nos procedimentos, faz-se necessária a disponibilização de artefatos relacionados à NLLC aos servidores que lidam diretamente com os trâmites em questão, buscando maior celeridade, economicidade, eficiência e segurança no gerenciamento dos processos licitatórios. Isto posto, merece ênfase o fato de a nova lei ter apresentado um cenário completamente novo e relativamente desconhecido dos agentes públicos, ao internalizar no regime geral de licitações instrumentos de planejamento e controle característicos de contratações tecnicamente complexas.

Por conseguinte, a pretensa contratação se justifica pela importância da necessidade de realizar diagnóstico, acompanhamento, personalizar e padronizar todos os documentos necessários para a operação e implantação da Lei Federal nº 14.133/2021 no âmbito do Ministério Público do Estado da Bahia, bem como, investir em um serviço de qualidade que contribua para o desenvolvimento dos servidores que atuam nas contratações públicas.

Outrossim, a contratação reveste-se de natureza predominantemente intelectual, subjetiva e que está levando em consideração a formação, a experiência e o conjunto de elementos intrínsecos da empresa a ser contratada.

Ademais, a contratação por meio inexigibilidade de licitação, fundamenta-se na singularidade do serviço a ser prestado e na expertise específica da empresa selecionada. A complexidade técnica e jurídica envolvida na interpretação e aplicação da nova legislação demanda conhecimentos especializados, os quais somente uma consultoria com experiência comprovada pode oferecer.

Nesse sentido, almeja-se uma consultoria que ofereça os serviços especializados de suporte, manutenção, apoio técnico e consultoria para implantação eficiente da Lei Federal nº 14.133/2021, proporcionando esclarecimentos e orientações, realizando a consultoria e assessoria completa e diferenciada, realizada por técnicos capacitados, evitando, assim, contratações mal conduzidas que resultem em prejuízo à Instituição e que possam resultar em apontamentos e penalizações por parte dos órgãos de controle, entre tanto outros.

3. DA CONTRATAÇÃO DIRETA – INEXIGIBILIDADE

3.1. DO ENQUADRAMENTO LEGAL

3.1.1 O objeto pretendido pela Administração e ora processado se caracteriza em hipótese inexigibilidade, amparado no art. 74, inciso III, alínea c, da Lei Federal nº 14.133/2021, pelos seguintes fundamentos:

3.1.2 Da análise de Lei de Licitações, verifica-se previsão no art. 74, Inciso III, alínea c, que autoriza a contratação direta por inexigibilidade de licitação nos casos de treinamento e aperfeiçoamento de pessoal, ao prescrever:

Art. 74. É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de:

(...)

III - contratação dos seguintes **serviços técnicos especializados** de natureza predominantemente intelectual com **profissionais ou empresas de notória especialização**, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação:

(...)

c) **assessorias ou consultorias técnicas** e auditorias financeiras ou tributárias;. (grifos nossos)

3.1.3 Por seu turno, convém destacar que § 3º do artigo 74 da Lei n.º 14.133/2021 traz o conceito legal de notória especialização, aduzindo que considerar-se-á detentor de notória especialização o profissional ou a empresa cujo conceito no campo de sua especialidade, decorrente de desempenho anterior, estudos, experiência, publicações, organização, aparelhamento, equipe técnica ou outros requisitos relacionados com suas atividades, permita inferir que o seu trabalho é essencial e reconhecidamente adequado à plena satisfação do objeto do contrato.

3.1.4 Ademais, o serviço a ser contratado é demasiadamente técnico e específico e possui a singularidade exigida para ser enquadrado como inexigível. Nesse sentido, resta inviável a licitação, porquanto os serviços a serem executados são ímpares, dependentes de alta especificidade técnica para executá-los, tornando-os, destarte, singulares, não permitindo, assim, comparações, por serem, também, individualizados e peculiarizados, de acordo com cada profissional, sendo que a empresa a ser contratada possui experiência na área, por já o ter realizado anteriormente, por diversas vezes, com resultados plenamente satisfatórios, comprovando a sua notória especialização.

3.1.5 *In casu*, nota-se que os requisitos se encontram atendidos quanto ao enquadramento do objeto pretendido como **serviço técnico especializado**, assim como quanto à **notória especialização** da empresa a ser contratada.

3.2. DA JUSTIFICATIVA DO PREÇO

3.2.1. O objeto deste instrumento perfaz o valor de R\$25.000,00 (vinte e cinco mil reais), fixo e irredutível, incluindo todas as despesas com encargos diretos e indiretos.

3.2.2. O valor foi definido de acordo com a relevância, o vulto, a complexidade e a dificuldade das questões versadas, o trabalho e o tempo necessário e o renome dos prestadores de serviços.

3.2.3. O valor cobrado é considerado justificável em relação aos valores praticados no mercado pela empresa a ser contratada, conforme apresentação das Notas Fiscais com valores compatíveis aos da proposta de preço.

3.3. DA ESCOLHA DO EXECUTANTE

3.3.1. A escolha do prestador do serviço em atendimento ao que preconiza o §3º, do art. 74 da Lei nº 14.133/2021, que respalda legalmente a contratação da **LICITAK CONSULTORIA, ASSESSORIA E GESTÃO LTDA** - CNPJ nº 36.598.253/0001-56, ofertante da consultoria em tela decorre da sua notória especialização nas matérias correlatadas, demonstrada mediante os documentos anexados, dos quais é possível inferir que o trabalho da empresa é essencial e indiscutivelmente o mais adequado à plena satisfação do objeto do contrato a ser firmado.

3.3.2. Ademais, a empresa **LICITAK CONSULTORIA** tem como principal escopo a prestação de serviços de capacitação, consultoria e assessoria em licitações e contratos administrativos, primando pela excelência de seus atos, buscando sempre a otimização de seus resultados com competência, eficiência e seriedade, levando orientação, esclarecimento e atualização aos agentes públicos, gestores e seu corpo técnico, garantindo uma maior segurança na condução dos processos de contratações públicas de modo preventivo e contínuo.

3.3.3. A **LICITAK CONSULTORIA** se diferencia no mercado por oferecer serviços multidisciplinares para a administração pública, possuindo em seu quadro profissionais que atuam há mais de 13 anos oferecendo serviços especializados para o setor público, sempre buscando inovação e aprimoramento da gestão, caminhando com seus clientes com foco em resultados.

3.3.4. Possui equipe é composta por técnicos altamente capacitados, com capital intelectual diferenciado e com vasta experiência prática na área pública, agrega conhecimentos jurídicos, gerenciais e administrativos que fazem a diferença em favor de seus clientes.

3.3.5. Nesse sentido, indicada a razão de escolha do prestador de serviços, encontra-se satisfeita a exigência prevista no artigo 72, VI da Lei nº 14.133/2021.

4. DAS ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO

4.1. O objeto tem por escopo a prestação de serviços especializados de consultoria ao setor de compras, licitações e contratos administrativos do Ministério Público do Estado da Bahia, visando a revisão, readaptação e padronização de documentos para utilização da Lei Federal nº 14.133/2021, compreendendo as seguintes atividades:

4.2. ETAPA 1 - Avaliação diagnóstica

- I. Análise da estrutura organizacional do contratante;
- II. Entrevistas com os principais atores dos processos de contratação;
- III. Emissão de relatório conclusivo com propostas de ações e intervenções.

4.3. ETAPA 2 - Análise, revisão e elaboração de artefatos customizados

4.3.1 Contempla análise e adequação dos documentos da instituição e a elaboração pela equipe de consultores da retromencionada empresa dos seguintes instrumentos, a serem entregues integralmente prontos para serem operacionalizados e utilizados pela instituição contratante, com base nos requisitos da Lei Federal nº 14.133/2021 e legislação estadual:

- I. Termos de Referências para modalidades licitatórias e contratações diretas;
- II. Minutas de Contratos;
- III. Minuta de Editais de pregão e concorrência para obras e serviços;
- IV. Modelo de Estudo Técnico Preliminar;
- V. Base de conhecimento;
 - a. Formulário - adequação orçamentária;
 - b. Formulário - Documento de Formalização da Demanda;
 - c. Formulário - Informações Orçamentárias;
 - d. Formulário - Solicitação de Autorização para Licitação;
 - e. Formulário - Tabela de Preços Referenciais;
 - f. Glossário;
 - g. Fluxos BPMU.

4.4. A adequação a ser realizada nas minutas dos editais englobarão todas as modalidades comumente utilizadas, tais como: pregão, concorrência, bem como contratações diretas.

4.5. As versões de documentos que serão apresentados e entregues pelos consultores abrangendo as principais contratações realizadas pela instituição, tais como, produtos, equipamentos, serviços comuns, serviços contínuos, obras e serviços de engenharia.

4.6. ETAPA 3 – Apresentação dos produtos entregues.

4.7. ETAPA 4 – Suporte técnico

4.8. Contempla o suporte técnico prestado pela equipe de consultores para esclarecimento de dúvidas, bem como adequação dos documentos produzidos aos regulamentos estaduais posteriormente publicados.

4.9. OBSERVAÇÕES:

4.9.1. O escopo dos serviços de consultoria proposto pode ser modificado para melhor aderência às necessidades do contratante. Neste sentido, itens podem ser modificados, inseridos ou excluídos.

4.9.2. A **ETAPA 3**, relativa à apresentação dos produtos, será realizada à medida que os artefatos forem entregues e poderá ser modificada / ajustada conforme a demanda da contratante.

4.9.3. As consultorias poderão ser presenciais ou à distância, por meio de videoconferências. Além disso, poderão ser formuladas consultas por e-mail ou aplicativos de mensagens de modo a agilizar ainda mais o processo de migração para o novo regime de contratações públicas.

5. DA EQUIPE TÉCNICA PRINCIPAL

IRIS TATIUSE SILVA RIBEIRO: Servidora pública do município de Salvador, mais de 13 anos de experiência na área de Licitações; Atuou como: Assessora Jurídica na SUCOM (SEDUR); Presidente da Comissão de Licitação e Pregoeira nos municípios de Lauro de Freitas e Salvador; Assessora do Gabinete da Secretaria

da Educação de Salvador na Seção de Contratos. Atualmente faz parte da Comissão de Licitação da SECRETARIA DE PROMOÇÃO SOCIAL, COMBATE À POBREZA, ESPORTES E LAZER -SEMPRE. Atua, ainda, como Instrutora Interna da Secretaria de Gestão de Salvador, ministrando cursos de capacitação para os servidores e agentes públicos na área de licitações e contratos. Membro do Grupo de Trabalho Intersectorial para regulamentação e implementação da Lei nº 14.133/2021 no município de Salvador-BA.

ANNIE KELLY SANTANA NASCIMENTO FARIAS: Advogada atuante no ramo do Direito Público, com sólida experiência na área de Licitações Públicas e Contratos Administrativos. Especializada em Direito e Processo do Trabalho. Pós-graduanda em Licitações e Contratos Administrativos. Atuou como: Coordenadora do Setor de Auditoria Interna da SUCAB – Superintendência de Construções Administrativas da Bahia; Analista de Licitações da Diretoria de Infraestrutura; Assessora do Gabinete da Secretaria da Educação de Salvador/BA; Coordenadora do Núcleo de Contratos e instrumentos congêneres da Secretaria Municipal da Educação de Salvador/BA. Atualmente, atua como Analista e Consultora Jurídica da ASLIC – Assessoria de Licitações da Secretaria Municipal da Educação em Salvador/BA. Presta, ainda, consultoria nas áreas de licitações, contratos e convênios para órgãos públicos e privados.

6. DA FORMA DE EXECUÇÃO

6.1 REGIME DE EXECUÇÃO: Empreitada por preço global

6.2 PRAZO PARA RETIRADA DA NOTA DE EMPENHO: 10 dias Úteis, contados da convocação pelo Ministério Público, a ser formalizada preferencialmente por e-mail.

6.3 A CONTRATADA deverá iniciar os serviços em até 05 (cinco) dias úteis após o recebimento de autorização da prestação do serviço pelo setor requisitante.

6.4 O projeto de consultoria e assessoria será desenvolvido nas dependências do Órgão e através conferência online e todas as outras ferramentas disponibilizadas pela tecnologia, diretamente pelos profissionais da CONTRATADA.

7. DOS PRAZOS

7.1. O prazo para a execução do objeto será de 06 (seis) meses.

7.2. A vigência do contrato será de **08 (oito) meses**, a partir da sua assinatura, prorrogável de acordo com a necessidade da Contratante.

7.3. Prazo para recebimento provisório: 10 dias corridos

7.4. Prazo para recebimento definitivo: 15 dias corridos

7.5. Prazo para adequação ou substituição de serviços(s) rejeitados(s): 15 DIAS Corridos

8. DA OBRIGAÇÃO DAS PARTES:

8.1. A CONTRATANTE se obriga a:

- a) Efetuar os pagamentos devidos à CONTRATADA, nas condições estabelecidas no Termo de Referência;
- b) Exercer a fiscalização do contrato;

- c) Comunicar prontamente a CONTRATADA, qualquer anormalidade no objeto do contrato, caso não estejam de acordo com as especificações e condições estabelecidas no instrumento;
- d) Atestar as notas fiscais/faturas dos serviços prestados por meio de servidor, emitidas pela CONTRATADA, recusando-se quando inexatas ou incorretas, efetuando o pagamento depois de validadas nas condições pactuadas;
- e) Notificar previamente à CONTRATADA, quando da aplicação de penalidades.

8.2. A CONTRATADA se obriga a:

- a) Executar o objeto nas condições estabelecidas no termo de referência;
- b) Manter sigilo absoluto sobre informações, dados e documentos provenientes da execução do objeto e das demais informações internas da Contratante a que a Contratada tiver conhecimento;
- c) Entregar Nota Fiscal de Serviço - NFS;
- d) Responder, por quaisquer danos que venham a causar à União, Estado, Município ou a terceiros, em função do objeto do contrato firmado, bem como por todos os danos e prejuízos decorrentes do serviço, salvo na ocorrência de motivo de força maior, apurados na forma da legislação vigente, e desde que comunicados à CONTRATANTE no prazo de 48 horas do fato, ou da ordem expressa e escrita da CONTRATANTE;
- e) Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato;
- f) Planejar, conduzir e executar os serviços com integral observância às disposições contidas nos instrumentos pertinentes;
- g) Acatar as normas e condições deste instrumento e anexos que integram o contrato, independente de transcrição;
- h) Providenciar a imediata correção dos problemas apontados pela CONTRATANTE, relacionados com a execução do objeto contratado;
- i) Avocar para si os ônus decorrentes de todas as reclamações e/ou ações judiciais ou extrajudiciais, por culpa ou dolo, que possam eventualmente ser alegadas por terceiros, contra o CONTRATANTE, procedentes do objeto contratado;
- j) Obedecer à proibição disposta no Art. 7º, Inciso XXXIII, da CF/88, qual seja, não poderá empregar menores de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e, em qualquer trabalho, menores de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos.

9. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

9.1. O presente contrato terá seu valor estipulado em R\$25.000,00 (vinte e cinco mil reais), fixo e irrevogável, incluindo todas as despesas com encargos diretos e indiretos, na forma prevista nos instrumentos pertinentes.

9.2. O pagamento será efetuado em 06 (seis) parcelas no valor de R\$ 4.166,66 (quatro mil, cento e sessenta e seis mil reais e sessenta e seis centavos) cada, no prazo de até 20 (vinte) dias, contados a partir da apresentação, pela CONTRATADA, de Nota Fiscal, devidamente atestada pelo gestor da contratação.

9.3. Havendo irregularidade na Nota Fiscal apresentada ou nos serviços prestados, o prazo para pagamento será contado a partir da sua regularização.

10. DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

10.1 Na forma das disposições estabelecidas na Lei Federal nº 14.133/2021 e na Lei Estadual/BA nº 14.634/2023, o CONTRATANTE designará servidor(es), por meio de Portaria específica para tal fim, para a gestão e fiscalização deste contrato, tendo poderes, entre outros, para notificar a CONTRATADA sobre as irregularidades ou falhas que porventura venham a ser encontradas na execução deste instrumento.

10.2 Incumbe à fiscalização acompanhar e verificar a perfeita execução do contrato, em todas as suas fases, competindo-lhe, primordialmente.

10.2.1 Acompanhar o cumprimento dos prazos de execução descritos neste instrumento, e determinar as providências necessárias à correção de falhas, irregularidades e/ou defeitos;

10.2.2 Transmitir à CONTRATADA as instruções, e comunicar alterações de prazos ou roteiros, quando for o caso;

10.2.3 Promover, com a presença da CONTRATADA, a verificação dos serviços já efetuados, emitindo a competente habilitação para o recebimento de pagamentos;

10.2.4 Esclarecer as dúvidas da CONTRATADA, solicitando ao setor competente do CONTRATANTE, se necessário, parecer de especialistas;

10.2.5 O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados;

10.2.6 O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei Estadual de nº14.634/23; art.12, §2º e Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2º).

10.3 A fiscalização, pelo CONTRATANTE, não desobriga a CONTRATADA de sua responsabilidade quanto à perfeita execução do objeto contratual.

10.3.1 A ausência de comunicação, por parte do CONTRATANTE, sobre irregularidades ou falhas, não exime a CONTRATADA das responsabilidades determinadas neste contrato.

10.4 O CONTRATANTE poderá recusar, sustar e/ou determinar o desfazimento/refazimento de serviços que não estejam sendo ou não tenham sido executados de acordo com as Normas Técnicas e/ou em conformidade com as condições deste contrato, ou ainda que atentem contra a segurança de terceiros ou de bens.

10.4.1 Qualquer serviço considerado não aceitável, no todo ou em parte, deverá ser refeito pela CONTRATADA, às suas expensas;

10.4.2 A não aceitação de algum serviço, no todo ou em parte, não implicará na dilação do prazo de execução, salvo expressa concordância do CONTRATANTE.

10.5 Para fins de fiscalização, o CONTRATANTE poderá solicitar à CONTRATADA, a qualquer tempo, os documentos relacionados com a execução do presente contrato.

10.6 A gestão e a fiscalização contratual observará, ainda, as normas e regulamentos internos do Ministério Público do Estado da Bahia disciplinadores da matéria.

11. DAS SANÇÕES/PENALIDADES

11.1.O fornecedor sujeitar-se-á, no caso de cometimento de infrações ou inadimplemento de suas obrigações, às penalidades previstas na legislação estadual, aplicando-se subsidiariamente, no que couberem, as disposições contidas na Lei nº 14.133/2021 e demais pertinentes.

11.2 Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, a CONTRATADA que:

11.2.1 Der causa à inexecução parcial do contrato;

11.2.2 Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

11.2.3 Der causa à inexecução total do contrato;

11.2.4 Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

11.2.5 Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

11.2.6 Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

11.2.7 Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

11.2.8 Praticar ato fraudulento na execução do contrato;

11.2.9 Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

11.2.10 Praticar ato lesivo previsto no art.5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013;

11.3 Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:

11.3.1 **Advertência**, quando a CONTRATADA der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei Federal nº 14.133/2021);

11.3.2 **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nos itens 11.2.2, a 11.2.4 acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §4º, da Lei Federal 14.133/2021);

11.3.3 **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nos itens 10.2.5 a 10.2.9, acima, bem como nas alíneas 10.2.2 a 10.2.4, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei Federal nº 14.133/21);

11.3.4 Multa:

11.3.4.1 Moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

11.3.4.2 Compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, para as infrações descritas nas alíneas 11.2.6 a 11.2.10;

11.3.4.3 Compensatória de 15% (quinze por cento) sobre o valor total do contrato, para as infrações descritas na alínea 11.2.3 e 11.2.4;

11.3.4.4 Para as infrações constantes das alíneas 11.2.1, 11.2.2 e 11.2.5, a multa será de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato;

11.3.4.5 Será admitida medida cautelar destinada a garantir o resultado útil do processo administrativo sancionatório, de forma antecedente ou incidental à sua instauração, inclusive a retenção provisória do valor correspondente à estimativa da sanção de multa;

11.3.4.5.1 O valor da retenção provisória a que se refere o subitem anterior deste artigo não poderá exceder ao limite máximo estabelecido no §3º do art. 156 da Lei Federal nº 14.133, de 2021;

11.4 A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à CONTRATANTE;

11.5 Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa;

11.5.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação;

11.5.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pela CONTRATANTE à CONTRATADA, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente conforme o caso;

11.5.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 05 (cinco) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

11.6. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.7. Na aplicação das sanções serão considerados:

11.7.1 A natureza e a gravidade da infração cometida;

11.7.2 As peculiaridades do caso concreto;

11.7.3 As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

11.7.4 Os danos que dela provierem para o CONTRATANTE;

11.7.5 A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.8 Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, e na Lei Estadual nº 14.634/23, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam

tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei;

11.9 A personalidade jurídica do CONTRATADO poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

11.10 O CONTRATANTE deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

11.11 As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21 e da Lei Estadual de nº 14.634/23.

11.12 Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante

12. DOS CRITÉRIOS DE REAJUSTAMENTO

12.1 A concessão de reajustamento ocorrerá após o transcurso do prazo de 01 (um) ano da data do orçamento estimado pela Administração, qual seja, 19 de janeiro de 2024, mediante aplicação do INPC/IBGE relativo ao período decorrido entre a referida data e a data da efetiva concessão do reajuste;

12.1.1 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de 01 (um) ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste;

12.1.2 Os valores reajustados incidirão sobre as parcelas de serviços a serem executadas após o prazo de que cuida o item 7.1;

12.1.3 A variação do valor contratual para fazer face ao reajuste de preços será realizada por simples apostila, dispensando a celebração de aditamento;

13. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

13.1 Depois de verificada a existência da necessidade da contratação do serviço, devidamente justificada, e comprovada a inviabilidade de competição, entendemos que é plenamente cabível a formalização da inexigibilidade para o objeto em comento, pois ele atende a todos os requisitos do art. 74, Inciso III, alínea c, da Lei nº 14.133/2021.

13.2 O presente Termo de Referência foi elaborado pelo setor de Licitações, através da cooperação técnica da sua equipe, com contribuição dos setores técnicos, estando em consonância com as disposições legais e normativas aplicáveis e com interesse e conveniência da administração.

Salvador- Ba, 26 de janeiro de 2023.

Monica Fabiane da Silva Sobrinho

TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

Contratação de empresa especializada na prestação de serviços técnicos de treinamento *In Company* visando a formação, desenvolvimento e capacitação teórico-prático de servidores envolvidos nos processos de contratações públicas do Ministério Público do Estado da Bahia de acordo com a Nova Lei Federal nº 14.133/2021 e com a Lei Estadual 14.634/2023, pontuando as alterações na instrução e condução dos processos licitatórios e contratos administrativos.

1.1. O objeto compreende treinamento para implantação eficiente da Lei Federal nº 14.133/2021, da Lei Estadual 14.634/2023, considerando os demais normativos expedidos pelo Ministério Público do Estado da Bahia para regulamentação dos referidos diplomas legais.

1.2. A capacitação terá caráter teórico-prático e contará com a realização de 03 (três) turmas com no máximo 40 (quarenta) servidores que atuem na área de licitações e contratos, bem como para servidores das unidades demandantes de processos de licitação.

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

Em abril de 2021, entrou em vigor o novo marco normativo das licitações e contratações públicas brasileiras, a Lei Federal nº 14.133. Concebida para conviver com legislações pré-existentes por 02 (dois) anos, a Nova Lei já registrava a futura revogação de diplomas consolidados como a Lei nº 8.666/93, Lei nº 10.520/2002 e Lei nº 12.411/2011.

Sendo assim, a Nova Lei de Licitações deu nova nomenclatura aos agentes que atuam nas licitações, criou e extinguiu modalidades de licitação, positivou entendimentos jurisprudenciais. Planejamento, governança, controle, resolução alternativa de conflitos, foram apenas alguns dos novos assuntos trazidos ao cenário legislativo das contratações pela Lei nº 14.133/21. Portanto, capacitar os servidores com teoria e prática vai ao encontro do interesse público, pois é fundamental que as atividades laborais sejam realizadas da maneira mais excelente possível.

A contratação engloba temas fundamentais no dia a dia de quem faz as contratações públicas, com destaque para as inovações e alterações da nova Lei de Licitações, o passo a passo de procedimentos e as boas práticas a serem adotadas.

Assim, por parte das divisões que integram o Ministério Público do Estado da Bahia, a necessidade é a de se manter atualizados os conhecimentos dos servidores que atuam nas fases interna e externa da contratação, sendo essa uma necessidade imperiosa de capacitação dos setores, permitindo a continuidade das contratações do órgão, com maior segurança jurídica e menor incidência de erros.

Cumpra salientar que essa contratação tem como objetivo capacitar, atualizar e preparar os profissionais e agentes atuantes em matéria de licitações e contratos, especialmente no que consiste em conhecer as alterações trazidas com a Lei nº 14.133/2021.

Outrossim, a contratação reveste-se de natureza predominantemente intelectual, subjetiva e que está levando em consideração a formação, a experiência e o conjunto de elementos intrínsecos da empresa a ser contratada.

Ademais, a contratação por meio inexigibilidade de licitação, fundamenta-se na singularidade do serviço a ser prestado e na expertise específica da empresa selecionada. A complexidade técnica e jurídica envolvida na interpretação e aplicação da nova legislação demanda conhecimentos especializados, os quais somente uma empresa com experiência comprovada pode oferecer.

Nesse sentido, a empresa escolhida oferece os serviços especializados de capacitação e treinamento para implantação eficiente da Lei Federal nº 14.133/2021, proporcionando esclarecimentos e orientações, através de técnicos capacitados, evitando, assim, contratações malconduzidas que resultem em prejuízo à Instituição e que possam resultar em apontamentos e penalizações por parte dos órgãos de controle, entre tanto outros.

Importante ressaltar ainda, que compete à Administração prover capacitações destinadas ao aperfeiçoamento dos seus servidores cujas atividades contemplem, além de outros aspectos, a qualificação/atualização da Administração Pública. A contínua formação dos servidores administrativos é imprescindível para que se possa prestar um serviço público adequado, preservar o Erário, bem como os interesses da coletividade. Neste sentido, inúmeras são as recomendações dos Tribunais de Contas quanto à necessidade de constante capacitação aos servidores, em especial, os que atuam nas diferentes fases dos processos licitatórios.

3. DA CONTRATAÇÃO DIRETA – INEXIGIBILIDADE

3.1. DO ENQUADRAMENTO LEGAL

3.1.1 O objeto pretendido pela Administração e ora processado se caracteriza em hipótese inexigibilidade, amparado no art. 74, inciso III, alínea c, da Lei Federal nº 14.133/2021, pelos seguintes fundamentos:

3.1.2 Da análise de Lei de Licitações, verifica-se previsão no art. 74, Inciso III, alínea c, que autoriza a contratação direta por inexigibilidade de licitação nos casos de treinamento e aperfeiçoamento de pessoal, ao prescrever:

Art. 74. É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de:

(...)

III - contratação dos seguintes **serviços técnicos especializados** de natureza predominantemente intelectual

com **profissionais ou empresas de notória especialização**, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação:

(...)

c) **assessorias ou consultorias técnicas** e auditorias financeiras ou tributárias;. (grifos nossos)

3.1.3 Por seu turno, convém destacar que § 3º do artigo 74 da Lei n.º 14.133/2021 traz o conceito legal de notória especialização, aduzindo que considerar-se-á detentor de notória especialização o profissional ou a empresa cujo conceito no campo de sua especialidade, decorrente de desempenho anterior, estudos, experiência, publicações, organização, aparelhamento, equipe técnica ou outros requisitos relacionados com suas atividades, permita inferir que o seu trabalho é essencial e reconhecidamente adequado à plena satisfação do objeto do contrato.

3.1.4 Ademais, o serviço a ser contratado é demasiadamente técnico e específico e possui a singularidade exigida para ser enquadrado como inexigível. Nesse sentido, resta inviável a licitação, porquanto os serviços a serem executados são ímpares, dependentes de alta especificidade técnica para executá-los, tornando-os, destarte, singulares, não permitindo, assim, comparações, por serem, também, individualizados e peculiarizados, de acordo com cada profissional, sendo que a empresa a ser contratada possui experiência na área, por já o ter realizado anteriormente, por diversas vezes, com resultados plenamente satisfatórios, comprovando a sua notória especialização.

3.1.5 *In casu*, nota-se que os requisitos se encontram atendidos quanto ao enquadramento do objeto pretendido como **serviço técnico especializado**, assim como quanto à **notória especialização** da empresa a ser contratada.

3.2. DA JUSTIFICATIVA DO PREÇO

3.2.1. O objeto deste instrumento perfaz o valor global de R\$15.000,00 (quinze e cinco mil reais), fixo e irrevogável, incluindo todas as despesas com encargos diretos e indiretos.

3.2.2. O valor foi definido de acordo com a relevância, o vulto, a complexidade e a dificuldade das questões versadas, o trabalho e o tempo necessário e o renome dos prestadores de serviços.

3.2.3. O valor cobrado é considerado justificável em relação aos valores praticados no mercado pela empresa a ser contratada, conforme apresentação das Notas Fiscais com valores compatíveis aos da proposta de preço.

3.3. DA ESCOLHA DO EXECUTANTE

3.3.1. A escolha do prestador do serviço em atendimento ao que preconiza a legislação vigente e que respalda legalmente a contratação da **LICITAK CONSULTORIA, ASSESSORIA E GESTAO LTDA** - CNPJ nº 36.598.253/0001-56, ofertante da capacitação e treinamento em tela decorre da sua notória especialização nas matérias relatadas, demonstrada mediante os documentos

anexados, dos quais é possível inferir que o trabalho da empresa é essencial e indiscutivelmente o mais adequado à plena satisfação do objeto do contrato a ser firmado.

3.3.2. Ademais, a empresa **LICITAK CONSULTORIA** tem como principal escopo a prestação de serviços de capacitação, consultoria e assessoria em licitações e contratos administrativos, primando pela excelência de seus atos, buscando sempre a otimização de seus resultados com competência, eficiência e seriedade, levando orientação, esclarecimento e atualização aos agentes públicos, gestores e seu corpo técnico, garantindo uma maior segurança na condução dos processos de contratações públicas de modo preventivo e contínuo.

3.3.3. A **LICITAK CONSULTORIA** se diferencia no mercado por oferecer serviços multidisciplinares para a administração pública, possuindo em seu quadro profissionais que atuam há mais de 13 anos oferecendo serviços especializados para o setor público, sempre buscando inovação e aprimoramento da gestão, caminhando com seus clientes com foco em resultados.

3.3.4. Possui equipe é composta por técnicos altamente capacitados, com capital intelectual diferenciado e com vasta experiência prática na área pública, agrega conhecimentos jurídicos, gerenciais e administrativos que fazem a diferença em favor de seus clientes.

3.3.5. Nesse sentido, indicada a razão de escolha do prestador de serviços, encontra-se satisfeita a exigência prevista no artigo 72, VI da Lei nº 14.133/2021.

4. ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO

4.1. O objeto tem por escopo a prestação de serviços de capacitação e treinamento de pessoal para utilização da Lei Federal nº 14.133/2021, compreendendo as seguintes atividades:

4.1.1. A capacitação terá caráter teórico-prático, contará com a realização de 03 (três) turmas dirigidas para servidores e empregados públicos que atuam na área de licitação e servidores das unidades demandantes de processos de licitação. O cronograma de aulas será decidido em reunião entre a Contratada e a Contratante.

4.1.2. O curso será ministrado presencialmente para 120 (cento e vinte) participantes, especificamente servidores que atuam diretamente nos processos licitatórios e de contratação.

4.1.3. A carga horária total do curso será de 16 horas para cada turma, sendo aulas expositivas e dialogadas, ministradas pelos técnicos especialistas da Contratada, onde cada aula será dividida em 04 módulos de 04 horas para cada uma das turmas.

4.1.3.1 A CONTRATANTE detém a prerrogativa de realizar ajustes e modificações, em colaboração com a CONTRATADA, na quantidade de aulas,

em conformidade com a temática a ser determinada, sem implicar prejuízo para a CONTRATANTE.

4.1.4. Todas as aulas serão ministradas presencialmente, em local a ser disponibilizado pela Contratante, com capacidade para até 40 alunos por turma.

4.1.5. Na abordagem dos itens do conteúdo programático específicos da Administração Pública Estadual, a Contratada deverá incluir também aspectos peculiares da Contratante, notadamente quanto aos documentos padronizados elaborados com base na Lei nº 14.133/2021.

4.1.6. Caberá à Contratada o fornecimento dos materiais didáticos digitais necessários e certificados de participação no curso.

4.1.7. A Contratada deverá ainda fornecer os arquivos eletrônicos contendo a apostila de legislação e os slides com a apresentação.

4.2. Após emissão da ordem de serviço, será agendada reunião com a equipe técnica do MP-BA para avaliação da regulamentação estadual e documentos já elaborados com base na Lei nº 14.133/2021 e definição do conteúdo programático a ser abordado nas capacitações a serem realizadas com as respectivas datas e horários.

4.3 Equipe técnica:

IRIS TATIUSE SILVA RIBEIRO: Advogada, inscrita na OAB/BA nº 26.850; Servidora pública do município de Salvador, mais de 13 anos de experiência na área de Licitações; Atuou como: Assessora Jurídica na SUCOM (SEDUR); Presidente da Comissão de Licitação e Pregoeira nos municípios de Lauro de Freitas e Salvador; Assessora do Gabinete da Secretaria da Educação de Salvador na Seção de Contratos. Atualmente faz parte da Comissão de Licitação da SECRETARIA DE PROMOÇÃO SOCIAL, COMBATE À POBREZA, ESPORTES E LAZER -SEMPRE. Atua, ainda, como Instrutora Interna da Secretaria de Gestão de Salvador, ministrando cursos de capacitação para os servidores e agentes públicos na área de licitações e contratos. Membro do Grupo de Trabalho Intersectorial para regulamentação e implementação da Lei nº 14.133/2021 no município de Salvador/BA.

ANNIE KELLY SANTANA DO NASCIMENTO FARIAS: Advogada, inscrita na OAB/BA nº 39.524, atuante no ramo do Direito Público, com sólida experiência na área de Licitações Públicas e Contratos Administrativos. Especializada em Direito e Processo do Trabalho. Pós-graduanda em Licitações e Contratos Administrativos. Atuou como: Coordenadora do Setor de Auditoria Interna da SUCAB – Superintendência de Construções Administrativas da Bahia; Analista de Licitações da Diretoria de Infraestrutura; Assessora do Gabinete da Secretaria da Educação de Salvador/BA; Coordenadora do Núcleo de Contratos e instrumentos congêneres da Secretaria Municipal da Educação de Salvador/BA. Atualmente, atua como Analista e Consultora Jurídica da ASLIC – Assessoria de Licitações da Secretaria Municipal da Educação em Salvador/BA. Presta, ainda, consultoria nas áreas de licitações, contratos e convênios para órgãos públicos e privados.

5. FORMA DE EXECUÇÃO

5.1 Regime de Execução: Empreitada por preço global

5.2 Prazo para retirada da nota de empenho: 10 dias Úteis, contados da convocação pelo Ministério Público, a ser formalizada preferencialmente por e-mail.

5.3 A CONTRATADA deverá iniciar os serviços em até 05 (cinco) dias úteis após o recebimento de autorização da prestação do serviço pelo setor requisitante.

5.4 As capacitações e treinamentos serão desenvolvidos nas dependências do Órgão Contratante diretamente pelos profissionais da CONTRATADA.

6. PRAZOS

6.1. O prazo para a execução do objeto será de 03 (três) meses.

6.2. A vigência do contrato será de 05 (cinco) meses, a partir da sua assinatura, prorrogável de acordo com a necessidade da Contratante.

6.3. **Prazo para recebimento provisório: 10 dias corridos**

6.4. **Prazo para recebimento definitivo: 15 dias corridos**

6.5. **Prazo para adequação ou substituição de serviços(s) rejeitados(s): 15 dias Corridos**

7. OBRIGAÇÃO DAS PARTES:

7.1. A CONTRATANTE se obriga a:

- a) Organizar as turmas e inscrever os participantes que lhes são vinculados;
- b) Aferir a frequência dos participantes, validando o certificado emitido pela empresa contratada, àqueles que participarem;
- c) Efetuar o pagamento em âmbito interno, em até 20 (vinte) dias úteis contados da certificação da nota fiscal/fatura, a qual deverá vir acompanhada com documentos que comprovam a prestação dos serviços.
- d) Efetuar os pagamentos devidos à CONTRATADA, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.
- e) Exercer a fiscalização do contrato.
- f) Comunicar prontamente a CONTRATADA, qualquer anormalidade no objeto do contrato, caso não estejam de acordo com as especificações e condições estabelecidas no instrumento.
- g) Atestar as notas fiscais/faturas dos serviços prestados por meio de servidor, emitidas pela CONTRATADA, recusando-se quando inexatas ou incorretas, efetuando o pagamento depois de validadas nas condições pactuadas.
- h) Notificar previamente à CONTRATADA, quando da aplicação de penalidades.

7.2. A CONTRATADA se obriga a:

- a) Cumprir todas as obrigações constantes neste Termo de Referência em sua proposta, assumindo como exclusivamente seus riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto;

- b) Ministrar o curso presencial com a carga horária definida e de acordo com os conteúdos definidos em reunião de alinhamento, no dia e horários estabelecidos;
- c) Emitir a nota fiscal/fatura após a execução dos serviços, bem como encaminhar as Certidões e demais documentos necessários à liquidação da despesa;
- d) Manter, durante toda a execução da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas neste Termo de Referência;
- e) Obedecer à programação enviada, pela CONTRATANTE;
- f) Providenciar para que os profissionais compareçam ao local do evento com, no mínimo, 30 (trinta) minutos de antecedência da realização das aulas;
- g) Garantir que o profissional que ministrará as aulas, porventura apresentada na proposta comercial, integrante do corpo técnico da empresa, realize pessoal e diretamente os serviços objeto deste instrumento contratual;
- h) Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATANTE;
- i) O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente.

8. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

8.1.O presente contrato tem seu valor estipulado em R\$15.000,00 (quinze mil reais), fixo e irrevogável, incluindo todas as despesas com encargos diretos e indiretos, na forma prevista nos instrumentos pertinentes.

8.2.O pagamento será efetuado em 03 (três) parcelas no valor de R\$5.000,00 (cinco mil reais) cada, no prazo de até 20 (vinte) dias, contados a partir da apresentação, pela CONTRATADA, de Nota Fiscal, devidamente atestada pelo gestor da contratação.

8.3.Havendo irregularidade na Nota Fiscal apresentada ou nos serviços prestados, o prazo para pagamento será contado a partir da sua regularização.

9. ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

9.1.Na forma das disposições estabelecidas na Lei Federal nº 14.133/2021 e na Lei Estadual/BA nº 14.634/2023, o CONTRATANTE designará servidor(es), por meio de Portaria específica para tal fim, para a gestão e fiscalização deste contrato, tendo poderes, entre outros, para notificar a CONTRATADA sobre as irregularidades ou falhas que porventura venham a ser encontradas na execução deste instrumento.

9.2. Incumbe à fiscalização acompanhar e verificar a perfeita execução do contrato, em todas as suas fases, competindo-lhe, primordialmente.

9.2.1 Acompanhar o cumprimento dos prazos de execução descritos neste instrumento, e determinar as providências necessárias à correção de falhas, irregularidades e/ou defeitos;

9.2.2 Transmitir à CONTRATADA as instruções, e comunicar alterações de prazos ou roteiros, quando for o caso;

9.2.3 Promover, com a presença da CONTRATADA, a verificação dos serviços já efetuados, emitindo a competente habilitação para o recebimento de pagamentos;

9.2.4 Esclarecer as dúvidas da CONTRATADA, solicitando ao setor competente do CONTRATANTE, se necessário, parecer de especialistas;

9.2.5 O fiscal do contrato anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados;

9.2.6 O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei Estadual de nº14.634/23; art.12, §2º e Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2º).

9.3 A fiscalização, pelo CONTRATANTE, não desobriga a CONTRATADA de sua responsabilidade quanto à perfeita execução do objeto contratual.

9.3.1 A ausência de comunicação, por parte do CONTRATANTE, sobre irregularidades ou falhas, não exime a CONTRATADA das responsabilidades determinadas neste contrato.

9.4 O CONTRATANTE poderá recusar, sustar e/ou determinar o desfazimento/refazimento de serviços que não estejam sendo ou não tenham sido executados de acordo com as Normas Técnicas e/ou em conformidade com as condições deste contrato, ou ainda que atentem contra a segurança de terceiros ou de bens.

9.4.1 Qualquer serviço considerado não aceitável, no todo ou em parte, deverá ser refeito pela CONTRATADA, às suas expensas;

9.4.2 A não aceitação de algum serviço, no todo ou em parte, não implicará na dilação do prazo de execução, salvo expressa concordância do CONTRATANTE.

9.5 Para fins de fiscalização, o CONTRATANTE poderá solicitar à CONTRATADA, a qualquer tempo, os documentos relacionados com a execução do presente contrato.

9.6 A gestão e a fiscalização contratual observará, ainda, as normas e regulamentos internos do Ministério Público do Estado da Bahia disciplinadores da matéria.

10. SANÇÕES/PENALIDADES

10.1. A CONTRATADA sujeitar-se-á às sanções administrativas previstas nas Leis Federal nº. 14.133/2021 e Estadual nº 14.634/23, as quais poderão vir a ser

aplicadas após o prévio e devido processo administrativo, assegurando-lhe, sempre, o contraditório e a ampla defesa.

10.2 Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, a CONTRATADA que:

10.2.1 Der causa à inexecução parcial do contrato;

10.2.2 Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

10.2.3 Der causa à inexecução total do contrato;

10.2.4 Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

10.2.5 Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

10.2.6 Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

10.2.7 Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

10.2.8 Praticar ato fraudulento na execução do contrato;

10.2.9 Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

10.2.10 Praticar ato lesivo previsto no art.5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013;

10.3 Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:

10.3.1 Advertência, quando a CONTRATADA der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei Federal nº 14.133/2021);

10.3.2 Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nos itens 10.2.2, a 10.2.4 acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §4º, da Lei Federal 14.133/2021);

10.3.3 Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nos itens 10.2.5 a 10.2.9, acima, bem como nas alíneas 10.2.2 a 10.2.4, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei Federal nº 14.133/21);

10.3.4 Multa:

10.3.4.1 Moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

10.3.4.2 Compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, para as infrações descritas nas alíneas 10.2.6 a 10.2.10;

10.3.4.3 Compensatória de 15% (quinze por cento) sobre o valor total do contrato, para as infrações descritas na alínea 10.2.3 e 10.2.4;

10.3.4.4 Para as infrações constantes das alíneas 10.2.1, 10.2.2 e 10.2.5, a multa será de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato;

10.3.4.5 Será admitida medida cautelar destinada a garantir o resultado útil do processo administrativo sancionatório, de forma antecedente ou incidental à sua instauração, inclusive a retenção provisória do valor correspondente à estimativa da sanção de multa;

10.3.4.5.1 O valor da retenção provisória a que se refere o subitem anterior deste artigo não poderá exceder ao limite máximo estabelecido no §3º do art. 156 da Lei Federal nº 14.133, de 2021;

10.4 A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à CONTRATANTE;

10.5 Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa;

10.5.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação;

10.5.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pela CONTRATANTE à CONTRATADA, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente conforme o caso;

10.5.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 05 (cinco) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

10.6. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

10.7. Na aplicação das sanções serão considerados:

10.7.1 A natureza e a gravidade da infração cometida;

10.7.2 As peculiaridades do caso concreto;

10.7.3 As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

10.7.4 Os danos que dela provierem para o CONTRATANTE;

10.7.5 A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

10.8 Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, e na Lei Estadual nº 14.634/23, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei;

10.9 A personalidade jurídica do CONTRATADO poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

10.10 O CONTRATANTE deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

10.11 As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21 e da Lei Estadual de nº 14.634/23.

10.12 Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante

11. DOS CRITÉRIOS DE REAJUSTAMENTO

11.1 A concessão de reajustamento ocorrerá após o transcurso do prazo de 01 (um) ano da data do orçamento estimado pela Administração, qual seja,

19 de janeiro de 2024, mediante aplicação do INPC/IBGE relativo ao período decorrido entre a referida data e a data da efetiva concessão do reajuste;

11.1.1 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de 01 (um) ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste;

11.1.2 Os valores reajustados incidirão sobre as parcelas de serviços a serem executadas após o prazo de que cuida o item 7.1;

11.1.3 A variação do valor contratual para fazer face ao reajuste de preços será realizada por simples apostila, dispensando a celebração de aditamento;

12. GESTÃO E FISCALIZAÇÃO CONTRATUAL

12.1 Na forma das disposições estabelecidas na Lei Federal nº 14.133/2021 e na Lei Estadual/BA nº 14.634/2023, o CONTRATANTE designará servidor(es), por meio de Portaria específica para tal fim, para a gestão e fiscalização deste contrato, tendo poderes, entre outros, para notificar a CONTRATADA sobre as irregularidades ou falhas que porventura venham a ser encontradas na execução deste instrumento.

12.2 Incumbe à fiscalização acompanhar e verificar a perfeita execução do contrato, em todas as suas fases, competindo-lhe, primordialmente:

12.2.1 Acompanhar o cumprimento dos prazos de execução descritos neste instrumento, e determinar as providências necessárias à correção de falhas, irregularidades e/ou defeitos, podendo ainda suspender-lhes a execução, sem prejuízos das sanções contratuais legais;

12.2.2 Transmitir à CONTRATADA as instruções, e comunicar alterações de prazos ou roteiros, quando for o caso;

12.2.3 Promover, com a presença da CONTRATADA, a verificação dos serviços já efetuados, emitindo a competente habilitação para o recebimento de pagamentos; 12.2.4 Esclarecer as dúvidas da CONTRATADA, solicitando ao setor competente do CONTRATANTE, se necessário, parecer de especialistas;

12.2.5 O fiscal do contrato anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados;

12.2.6 O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei Estadual de nº14.634/23; art.12, §2º e Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2º).

12.3 A fiscalização, pelo CONTRATANTE, não desobriga a CONTRATADA de sua responsabilidade quanto à perfeita execução do objeto contratual.

12.3.1 A ausência de comunicação, por parte do CONTRATANTE, sobre irregularidades ou falhas, não exime a CONTRATADA das responsabilidades determinadas neste contrato.

12.4 O CONTRATANTE poderá recusar, sustar e/ou determinar o desfazimento/refazimento de serviços que não estejam sendo ou não tenham sido executados de acordo com as Normas Técnicas e/ou em conformidade com as condições deste contrato, ou ainda que atentem contra a segurança de terceiros ou de bens.

12.4.1 Qualquer serviço considerado não aceitável, no todo ou em parte, deverá ser refeito pela CONTRATADA, às suas expensas;

12.4.2 A não aceitação de algum serviço, no todo ou em parte, não implicará na dilação do prazo de execução, salvo expressa concordância do CONTRATANTE.

12.5 Para fins de fiscalização, o CONTRATANTE poderá solicitar à CONTRATADA, a qualquer tempo, os documentos relacionados com a execução do presente contrato.

12.6 A gestão e a fiscalização contratual observará, ainda, as normas e regulamentos internos do Ministério Público do Estado da Bahia disciplinadores da matéria.

13.DISPOSIÇÕES FINAIS

13.1 Depois de verificada a existência da necessidade da contratação do serviço, devidamente justificada, e comprovada a inviabilidade de competição, entendemos que é plenamente cabível a formalização da inexigibilidade para o objeto em comento, pois ele atende a todos os requisitos do art. 74, inciso III, alínea c, da Lei Federal nº 14.133/2021.

13.2 O presente Termo de Referência foi elaborado pela Coordenação de Licitações, através da cooperação técnica da sua equipe, com contribuição dos setores técnicos, estando em consonância com as disposições legais e normativas aplicáveis e com interesse e conveniência da Administração.

Salvador- Ba, 26 de janeiro de 2024.

Monica Fabiane da Silva Sobrinho

TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

Contratação de empresa especializada na prestação de serviços técnicos de treinamento *In Company* visando a formação, desenvolvimento e capacitação teórico-prático de servidores envolvidos nos processos de contratações públicas do Ministério Público do Estado da Bahia de acordo com a Nova Lei Federal nº 14.133/2021 e com a Lei Estadual 14.634/2023, pontuando as alterações na instrução e condução dos processos licitatórios e contratos administrativos.

1.1. O objeto compreende treinamento para implantação eficiente da Lei Federal nº 14.133/2021, da Lei Estadual 14.634/2023, considerando os demais normativos expedidos pelo Ministério Público do Estado da Bahia para regulamentação dos referidos diplomas legais.

1.2. A capacitação terá caráter teórico-prático e contará com a realização de 03 (três) turmas com no máximo 40 (quarenta) servidores que atuem na área de licitações e contratos, bem como para servidores das unidades demandantes de processos de licitação.

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

Em abril de 2021, entrou em vigor o novo marco normativo das licitações e contratações públicas brasileiras, a Lei Federal nº 14.133. Concebida para conviver com legislações pré-existentes por 02 (dois) anos, a Nova Lei já registrava a futura revogação de diplomas consolidados como a Lei nº 8.666/93, Lei nº 10.520/2002 e Lei nº 12.411/2011.

Sendo assim, a Nova Lei de Licitações deu nova nomenclatura aos agentes que atuam nas licitações, criou e extinguiu modalidades de licitação, positivou entendimentos jurisprudenciais. Planejamento, governança, controle, resolução alternativa de conflitos, foram apenas alguns dos novos assuntos trazidos ao cenário legislativo das contratações pela Lei nº 14.133/21. Portanto, capacitar os servidores com teoria e prática vai ao encontro do interesse público, pois é fundamental que as atividades laborais sejam realizadas da maneira mais excelente possível.

A contratação engloba temas fundamentais no dia a dia de quem faz as contratações públicas, com destaque para as inovações e alterações da nova Lei de Licitações, o passo a passo de procedimentos e as boas práticas a serem adotadas.

Assim, por parte das divisões que integram o Ministério Público do Estado da Bahia, a necessidade é a de se manter atualizados os conhecimentos dos servidores que atuam nas fases interna e externa da contratação, sendo essa uma necessidade imperiosa de capacitação dos setores, permitindo a continuidade das contratações do órgão, com maior segurança jurídica e menor incidência de erros.

Cumprе salientar que essa contratação tem como objetivo capacitar, atualizar e preparar os profissionais e agentes atuantes em matéria de licitações e contratos, especialmente no que consiste em conhecer as alterações trazidas com a Lei nº 14.133/2021.

Outrossim, a contratação reveste-se de natureza predominantemente intelectual, subjetiva e que está levando em consideração a formação, a experiência e o conjunto de elementos intrínsecos da empresa a ser contratada.

Ademais, a contratação por meio inexigibilidade de licitação, fundamenta-se na singularidade do serviço a ser prestado e na expertise específica da empresa selecionada. A complexidade técnica e jurídica envolvida na interpretação e aplicação da nova legislação demanda conhecimentos especializados, os quais somente uma empresa com experiência comprovada pode oferecer.

Nesse sentido, a empresa escolhida oferece os serviços especializados de capacitação e treinamento para implantação eficiente da Lei Federal nº 14.133/2021, proporcionando esclarecimentos e orientações, através de técnicos capacitados, evitando, assim, contratações malconduzidas que resultem em prejuízo à Instituição e que possam resultar em apontamentos e penalizações por parte dos órgãos de controle, entre tanto outros.

Importante ressaltar ainda, que compete à Administração prover capacitações destinadas ao aperfeiçoamento dos seus servidores cujas atividades contemplem, além de outros aspectos, a qualificação/atualização da Administração Pública. A contínua formação dos servidores administrativos é imprescindível para que se possa prestar um serviço público adequado, preservar o Erário, bem como os interesses da coletividade. Neste sentido, inúmeras são as recomendações dos Tribunais de Contas quanto à necessidade de constante capacitação aos servidores, em especial, os que atuam nas diferentes fases dos processos licitatórios.

3. DA CONTRATAÇÃO DIRETA – INEXIGIBILIDADE

3.1. DO ENQUADRAMENTO LEGAL

3.1.1 O objeto pretendido pela Administração e ora processado se caracteriza em hipótese inexigibilidade, amparado no art. 74, inciso III, alínea c, da Lei Federal nº 14.133/2021, pelos seguintes fundamentos:

3.1.2 Da análise de Lei de Licitações, verifica-se previsão no art. 74, Inciso III, alínea c, que autoriza a contratação direta por inexigibilidade de licitação nos casos de treinamento e aperfeiçoamento de pessoal, ao prescrever:

Art. 74. É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de:

(...)

III - contratação dos seguintes **serviços técnicos especializados** de natureza predominantemente intelectual com **profissionais ou empresas de notória especialização**, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação:

(...)

c) **assessorias ou consultorias técnicas** e auditorias financeiras ou tributárias;. (grifos nossos)

3.1.3 Por seu turno, convém destacar que § 3º do artigo 74 da Lei n.º 14.133/2021 traz o conceito legal de notória especialização, aduzindo que considerar-se-á detentor de notória especialização o profissional ou a empresa cujo conceito no campo de sua especialidade, decorrente de desempenho anterior, estudos, experiência, publicações, organização, aparelhamento, equipe técnica ou outros requisitos relacionados

com suas atividades, permita inferir que o seu trabalho é essencial e reconhecidamente adequado à plena satisfação do objeto do contrato.

3.1.4 Ademais, o serviço a ser contratado é demasiadamente técnico e específico e possui a singularidade exigida para ser enquadrado como inexigível. Nesse sentido, resta inviável a licitação, porquanto os serviços a serem executados são ímpares, dependentes de alta especificidade técnica para executá-los, tornando-os, destarte, singulares, não permitindo, assim, comparações, por serem, também, individualizados e peculiarizados, de acordo com cada profissional, sendo que a empresa a ser contratada possui experiência na área, por já o ter realizado anteriormente, por diversas vezes, com resultados plenamente satisfatórios, comprovando a sua notória especialização.

3.1.5 *In casu*, nota-se que os requisitos se encontram atendidos quanto ao enquadramento do objeto pretendido como **serviço técnico especializado**, assim como quanto à **notória especialização** da empresa a ser contratada.

3.2. DA JUSTIFICATIVA DO PREÇO

3.2.1. O objeto deste instrumento perfaz o valor global de R\$15.000,00 (quinze e cinco mil reais), fixo e irrevogável, incluindo todas as despesas com encargos diretos e indiretos.

3.2.2. O valor foi definido de acordo com a relevância, o vulto, a complexidade e a dificuldade das questões versadas, o trabalho e o tempo necessário e o renome dos prestadores de serviços.

3.2.3. O valor cobrado é considerado justificável em relação aos valores praticados no mercado pela empresa a ser contratada, conforme apresentação das Notas Fiscais com valores compatíveis aos da proposta de preço.

3.3. DA ESCOLHA DO EXECUTANTE

3.3.1. A escolha do prestador do serviço em atendimento ao que preconiza a legislação vigente e que respalda legalmente a contratação da **LICITAK CONSULTORIA, ASSESSORIA E GESTAO LTDA** - CNPJ nº 36.598.253/0001-56, ofertante da capacitação e treinamento em tela decorre da sua notória especialização nas matérias relatadas, demonstrada mediante os documentos anexados, dos quais é possível inferir que o trabalho da empresa é essencial e indiscutivelmente o mais adequado à plena satisfação do objeto do contrato a ser firmado.

3.3.2. Ademais, a empresa **LICITAK CONSULTORIA** tem como principal escopo a prestação de serviços de capacitação, consultoria e assessoria em licitações e contratos administrativos, primando pela excelência de seus atos, buscando sempre a otimização de seus resultados com competência, eficiência e seriedade, levando orientação, esclarecimento e atualização aos agentes públicos, gestores e seu corpo técnico, garantindo uma maior segurança na condução dos processos de contratações públicas de modo preventivo e contínuo.

3.3.3. A **LICITAK CONSULTORIA** se diferencia no mercado por oferecer serviços multidisciplinares para a administração pública, possuindo em seu quadro profissionais que atuam há mais de 13 anos oferecendo serviços especializados para o setor público, sempre buscando inovação e aprimoramento da gestão, caminhando com seus clientes com foco em resultados.

3.3.4. Possui equipe é composta por técnicos altamente capacitados, com capital intelectual diferenciado e com vasta experiência prática na área pública, agrega conhecimentos jurídicos, gerenciais e administrativos que fazem a diferença em favor de seus clientes.

3.3.5. Nesse sentido, indicada a razão de escolha do prestador de serviços, encontra-se satisfeita a exigência prevista no artigo 72, VI da Lei nº 14.133/2021.

4. ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO

4.1. O objeto tem por escopo a prestação de serviços de capacitação e treinamento de pessoal para utilização da Lei Federal nº 14.133/2021, compreendendo as seguintes atividades:

4.1.1. A capacitação terá caráter teórico-prático, contará com a realização de 03 (três) turmas dirigidas para servidores e empregados públicos que atuam na área de licitação e servidores das unidades demandantes de processos de licitação. O cronograma de aulas será decidido em reunião entre a Contratada e a Contratante.

4.1.2. O curso será ministrado presencialmente para 120 (cento e vinte) participantes, especificamente servidores que atuam diretamente nos processos licitatórios e de contratação.

4.1.3. A carga horária total do curso será de 16 horas para cada turma, sendo aulas expositivas e dialogadas, ministradas pelos técnicos especialistas da Contratada, onde cada aula será dividida em 04 módulos de 04 horas para cada uma das turmas.

4.1.3.1 A CONTRATANTE detém a prerrogativa de realizar ajustes e modificações, em colaboração com a CONTRATADA, na quantidade de aulas, em conformidade com a temática a ser determinada, sem implicar prejuízo para a CONTRATANTE.

4.1.4. Todas as aulas serão ministradas presencialmente, em local a ser disponibilizado pela Contratante, com capacidade para até 40 alunos por turma.

4.1.5. Na abordagem dos itens do conteúdo programático específicos da Administração Pública Estadual, a Contratada deverá incluir também aspectos peculiares da Contratante, notadamente quanto aos documentos padronizados elaborados com base na Lei nº 14.133/2021.

4.1.6. Caberá à Contratada o fornecimento dos materiais didáticos digitais necessários e certificados de participação no curso.

4.1.7. A Contratada deverá ainda fornecer os arquivos eletrônicos contendo a apostila de legislação e os slides com a apresentação.

4.2. Após emissão da ordem de serviço, será agendada reunião com a equipe técnica do MP-BA para avaliação da regulamentação estadual e documentos já elaborados com base na Lei nº 14.133/2021 e definição do conteúdo programático a ser abordado nas capacitações a serem realizadas com as respectivas datas e horários.

4.3 Equipe técnica:

IRIS TATIUSE SILVA RIBEIRO: Advogada, inscrita na OAB/BA nº 26.850; Servidora pública do município de Salvador, mais de 13 anos de experiência na área de Licitações; Atuou como: Assessora Jurídica na SUCOM (SEDUR); Presidente da Comissão de Licitação e Pregoeira nos municípios de Lauro de Freitas e Salvador; Assessora do Gabinete da Secretaria da Educação de Salvador na Seção de Contratos. Atualmente faz parte da Comissão de Licitação da SECRETARIA DE PROMOÇÃO SOCIAL, COMBATE À POBREZA, ESPORTES

E LAZER -SEMPRE. Atua, ainda, como Instrutora Interna da Secretaria de Gestão de Salvador, ministrando cursos de capacitação para os servidores e agentes públicos na área de licitações e contratos. Membro do Grupo de Trabalho Intersetorial para regulamentação e implementação da Lei nº 14.133/2021 no município de Salvador/BA.

ANNIE KELLY SANTANA DO NASCIMENTO FARIAS: Advogada, inscrita na OAB/BA nº 39.524, atuante no ramo do Direito Público, com sólida experiência na área de Licitações Públicas e Contratos Administrativos. Especializada em Direito e Processo do Trabalho. Pós-graduanda em Licitações e Contratos Administrativos. Atuou como: Coordenadora do Setor de Auditoria Interna da SUCAB – Superintendência de Construções Administrativas da Bahia; Analista de Licitações da Diretoria de Infraestrutura; Assessora do Gabinete da Secretaria da Educação de Salvador/BA; Coordenadora do Núcleo de Contratos e instrumentos congêneres da Secretaria Municipal da Educação de Salvador/BA. Atualmente, atua como Analista e Consultora Jurídica da ASLIC – Assessoria de Licitações da Secretaria Municipal da Educação em Salvador/BA. Presta, ainda, consultoria nas áreas de licitações, contratos e convênios para órgãos públicos e privados.

5. FORMA DE EXECUÇÃO

5.1 Regime de Execução: Empreitada por preço global

5.2 Prazo para retirada da nota de empenho: 10 dias Úteis, contados da convocação pelo Ministério Público, a ser formalizada preferencialmente por e-mail.

5.3 A CONTRATADA deverá iniciar os serviços em até 05 (cinco) dias úteis após o recebimento de autorização da prestação do serviço pelo setor requisitante.

5.4 As capacitações e treinamentos serão desenvolvidos nas dependências do Órgão Contratante diretamente pelos profissionais da CONTRATADA.

6. PRAZOS

6.1. O prazo para a execução do objeto será de 03 (três) meses.

6.2. A vigência do contrato será de 05 (cinco) meses, a partir da sua assinatura, prorrogável de acordo com a necessidade da Contratante.

6.3. Prazo para recebimento provisório: 10 dias corridos

6.4. Prazo para recebimento definitivo: 15 dias corridos

6.5. Prazo para adequação ou substituição de serviços(s) rejeitados(s): 15 dias Corridos

7. OBRIGAÇÃO DAS PARTES:

7.1. A CONTRATANTE se obriga a:

- a) Organizar as turmas e inscrever os participantes que lhes são vinculados;
- b) Aferir a frequência dos participantes, validando o certificado emitido pela empresa contratada, àqueles que participarem;
- c) Efetuar o pagamento em âmbito interno, em até 20 (vinte) dias úteis contados da certificação da nota fiscal/fatura, a qual deverá vir acompanhada com documentos que comprovam a prestação dos serviços.

- d) Efetuar os pagamentos devidos à CONTRATADA, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.
- e) Exercer a fiscalização do contrato.
- f) Comunicar prontamente a CONTRATADA, qualquer anormalidade no objeto do contrato, caso não estejam de acordo com as especificações e condições estabelecidas no instrumento.
- g) Atestar as notas fiscais/faturas dos serviços prestados por meio de servidor, emitidas pela CONTRATADA, recusando-se quando inexatas ou incorretas, efetuando o pagamento depois de validadas nas condições pactuadas.
- h) Notificar previamente à CONTRATADA, quando da aplicação de penalidades.

7.2. A CONTRATADA se obriga a:

- a) Cumprir todas as obrigações constantes neste Termo de Referência em sua proposta, assumindo como exclusivamente seus riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto;
- b) Ministras o curso presencial com a carga horária definida e de acordo com os conteúdos definidos em reunião de alinhamento, no dia e horários estabelecidos;
- c) Emitir a nota fiscal/fatura após a execução dos serviços, bem como encaminhar as Certidões e demais documentos necessários à liquidação da despesa;
- d) Manter, durante toda a execução da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas neste Termo de Referência;
- e) Obedecer à programação enviada, pela CONTRATANTE;
- f) Providenciar para que os profissionais compareçam ao local do evento com, no mínimo, 30 (trinta) minutos de antecedência da realização das aulas;
- g) Garantir que o profissional que ministrará as aulas, porventura apresentada na proposta comercial, integrante do corpo técnico da empresa, realize pessoal e diretamente os serviços objeto deste instrumento contratual;
- h) Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATANTE;
- i) O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente.

8. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

8.1. O presente contrato tem seu valor estipulado em R\$15.000,00 (quinze mil reais), fixo e irrevogável, incluindo todas as despesas com encargos diretos e indiretos, na forma prevista nos instrumentos pertinentes.

8.2. O pagamento será efetuado em 03 (três) parcelas no valor de R\$5.000,00 (cinco mil reais) cada, no prazo de até 20 (vinte) dias, contados a partir da apresentação, pela CONTRATADA, de Nota Fiscal, devidamente atestada pelo gestor da contratação.

8.3. Havendo irregularidade na Nota Fiscal apresentada ou nos serviços prestados, o prazo para pagamento será contado a partir da sua regularização.

9. ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

9.1. Na forma das disposições estabelecidas na Lei Federal nº 14.133/2021 e na Lei Estadual/BA nº 14.634/2023, o CONTRATANTE designará servidor(es), por meio de Portaria específica para tal fim, para a gestão e fiscalização deste contrato, tendo poderes, entre outros, para notificar a CONTRATADA sobre as irregularidades ou falhas que porventura venham a ser encontradas na execução deste instrumento.

9.2. Incumbe à fiscalização acompanhar e verificar a perfeita execução do contrato, em todas as suas fases, competindo-lhe, primordialmente.

9.2.1 Acompanhar o cumprimento dos prazos de execução descritos neste instrumento, e determinar as providências necessárias à correção de falhas, irregularidades e/ou defeitos;

9.2.2 Transmitir à CONTRATADA as instruções, e comunicar alterações de prazos ou roteiros, quando for o caso;

9.2.3 Promover, com a presença da CONTRATADA, a verificação dos serviços já efetuados, emitindo a competente habilitação para o recebimento de pagamentos;

9.2.4 Esclarecer as dúvidas da CONTRATADA, solicitando ao setor competente do CONTRATANTE, se necessário, parecer de especialistas;

9.2.5 O fiscal do contrato anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados;

9.2.6 O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei Estadual de nº14.634/23; art.12, §2º e Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2º).

9.3 A fiscalização, pelo CONTRATANTE, não desobriga a CONTRATADA de sua responsabilidade quanto à perfeita execução do objeto contratual.

9.3.1 A ausência de comunicação, por parte do CONTRATANTE, sobre irregularidades ou falhas, não exime a CONTRATADA das responsabilidades determinadas neste contrato.

9.4 O CONTRATANTE poderá recusar, sustar e/ou determinar o desfazimento/refazimento de serviços que não estejam sendo ou não tenham sido executados de acordo com as Normas Técnicas e/ou em conformidade com as condições deste contrato, ou ainda que atentem contra a segurança de terceiros ou de bens.

9.4.1 Qualquer serviço considerado não aceitável, no todo ou em parte, deverá ser refeito pela CONTRATADA, às suas expensas;

9.4.2 A não aceitação de algum serviço, no todo ou em parte, não implicará na dilação do prazo de execução, salvo expressa concordância do CONTRATANTE.

9.5 Para fins de fiscalização, o CONTRATANTE poderá solicitar à CONTRATADA, a qualquer tempo, os documentos relacionados com a execução do presente contrato.

9.6 A gestão e a fiscalização contratual observará, ainda, as normas e regulamentos internos do Ministério Público do Estado da Bahia disciplinadores da matéria.

10. SANÇÕES/PENALIDADES

10.1. A CONTRATADA sujeitar-se-á às sanções administrativas previstas nas Leis Federal nº. 14.133/2021 e Estadual nº 14.634/23, as quais poderão vir a ser aplicadas após o prévio e devido processo administrativo, assegurando-lhe, sempre, o contraditório e a ampla defesa.

10.2 Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, a CONTRATADA que:

10.2.1 Der causa à inexecução parcial do contrato;

10.2.2 Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

10.2.3 Der causa à inexecução total do contrato;

10.2.4 Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

10.2.5 Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

10.2.6 Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

10.2.7 Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

10.2.8 Praticar ato fraudulento na execução do contrato;

10.2.9 Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

10.2.10 Praticar ato lesivo previsto no art.5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013;

10.3 Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:

10.3.1 Advertência, quando a CONTRATADA der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei Federal nº 14.133/2021);

10.3.2 Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nos itens 10.2.2, a 10.2.4 acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §4º, da Lei Federal 14.133/2021);

10.3.3 Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nos itens 10.2.5 a 10.2.9, acima, bem como nas alíneas 10.2.2 a 10.2.4, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei Federal nº 14.133/21);

10.3.4 Multa:

10.3.4.1 Moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

10.3.4.2 Compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, para as infrações descritas nas alíneas 10.2.6 a 10.2.10;

10.3.4.3 Compensatória de 15% (quinze por cento) sobre o valor total do contrato, para as infrações descritas na alínea 10.2.3 e 10.2.4;

10.3.4.4 Para as infrações constantes das alíneas 10.2.1, 10.2.2 e 10.2.5, a multa será de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato;

10.3.4.5 Será admitida medida cautelar destinada a garantir o resultado útil do processo administrativo sancionatório, de forma antecedente ou incidental à sua instauração, inclusive a retenção provisória do valor correspondente à estimativa da sanção de multa;

10.3.4.5.1 O valor da retenção provisória a que se refere o subitem anterior deste artigo não poderá exceder ao limite máximo estabelecido no §3º do art. 156 da Lei Federal nº 14.133, de 2021;

10.4 A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à CONTRATANTE;

10.5 Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa;

10.5.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação;

10.5.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pela CONTRATANTE à CONTRATADA, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente conforme o caso;

10.5.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 05 (cinco) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

10.6. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

10.7. Na aplicação das sanções serão considerados:

10.7.1 A natureza e a gravidade da infração cometida;

10.7.2 As peculiaridades do caso concreto;

10.7.3 As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

10.7.4 Os danos que dela provierem para o CONTRATANTE;

10.7.5 A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

10.8 Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, e na Lei Estadual nº 14.634/23, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei;

10.9 A personalidade jurídica do CONTRATADO poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

10.10 O CONTRATANTE deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

10.11 As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21 e da Lei Estadual de nº 14.634/23.

10.12 Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante

11. DOS CRITÉRIOS DE REAJUSTAMENTO

11.1 A concessão de reajustamento ocorrerá após o transcurso do prazo de 01 (um) ano da data do orçamento estimado pela Administração, qual seja, 19 de janeiro de 2024, mediante aplicação do INPC/IBGE relativo ao período decorrido entre a referida data e a data da efetiva concessão do reajuste;

11.1.1 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de 01 (um) ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste;

11.1.2 Os valores reajustados incidirão sobre as parcelas de serviços a serem executadas após o prazo de que cuida o item 7.1;

11.1.3 A variação do valor contratual para fazer face ao reajuste de preços será realizada por simples apostila, dispensando a celebração de aditamento;

12. GESTÃO E FISCALIZAÇÃO CONTRATUAL

12.1 Na forma das disposições estabelecidas na Lei Federal nº 14.133/2021 e na Lei Estadual/BA nº 14.634/2023, o CONTRATANTE designará servidor(es), por meio de Portaria específica para tal fim, para

a gestão e fiscalização deste contrato, tendo poderes, entre outros, para notificar a CONTRATADA sobre as irregularidades ou falhas que porventura venham a ser encontradas na execução deste instrumento.

12.2 Incumbe à fiscalização acompanhar e verificar a perfeita execução do contrato, em todas as suas fases, competindo-lhe, primordialmente:

12.2.1 Acompanhar o cumprimento dos prazos de execução descritos neste instrumento, e determinar as providências necessárias à correção de falhas, irregularidades e/ou defeitos, podendo ainda suspender-lhes a execução, sem prejuízos das sanções contratuais legais;

12.2.2 Transmitir à CONTRATADA as instruções, e comunicar alterações de prazos ou roteiros, quando for o caso;

12.2.3 Promover, com a presença da CONTRATADA, a verificação dos serviços já efetuados, emitindo a competente habilitação para o recebimento de pagamentos; 12.2.4 Esclarecer as dúvidas da CONTRATADA, solicitando ao setor competente do CONTRATANTE, se necessário, parecer de especialistas;

12.2.5 O fiscal do contrato anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados;

12.2.6 O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei Estadual de nº14.634/23; art.12, §2º e Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2º).

12.3 A fiscalização, pelo CONTRATANTE, não desobriga a CONTRATADA de sua responsabilidade quanto à perfeita execução do objeto contratual.

12.3.1 A ausência de comunicação, por parte do CONTRATANTE, sobre irregularidades ou falhas, não exime a CONTRATADA das responsabilidades determinadas neste contrato.

12.4 O CONTRATANTE poderá recusar, sustar e/ou determinar o desfazimento/refazimento de serviços que não estejam sendo ou não tenham sido executados de acordo com as Normas Técnicas e/ou em conformidade com as condições deste contrato, ou ainda que atentem contra a segurança de terceiros ou de bens.

12.4.1 Qualquer serviço considerado não aceitável, no todo ou em parte, deverá ser refeito pela CONTRATADA, às suas expensas;

12.4.2 A não aceitação de algum serviço, no todo ou em parte, não implicará na dilação do prazo de execução, salvo expressa concordância do CONTRATANTE.

12.5 Para fins de fiscalização, o CONTRATANTE poderá solicitar à CONTRATADA, a qualquer tempo, os documentos relacionados com a execução do presente contrato.

12.6 A gestão e a fiscalização contratual observará, ainda, as normas e regulamentos internos do Ministério Público do Estado da Bahia disciplinadores da matéria.

13.DISPOSIÇÕES FINAIS

13.1 Depois de verificada a existência da necessidade da contratação do serviço, devidamente justificada, e comprovada a inviabilidade de competição, entendemos que é plenamente cabível a formalização da inexigibilidade para o objeto em comento, pois ele atende a todos os requisitos do art. 74, inciso III, alínea c, da Lei Federal nº 14.133/2021.

13.2 O presente Termo de Referência foi elaborado pela Coordenação de Licitações, através da cooperação técnica da sua equipe, com contribuição dos setores técnicos, estando em consonância com as disposições legais e normativas aplicáveis e com interesse e conveniência da Administração.

Salvador- Ba, 26 de janeiro de 2024.

Monica Fabiane da Silva Sobrinho



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

MANIFESTAÇÃO

Em razão da necessidade de correção dos documentos 0952349 e 0952354, junto ao procedimento novas versões dos termos de referências com os devidos ajustes.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Monica Fabiane da Silva Sobrinho** em 17/71/171024s , à:172conforme Ato Normativo n° 7052de , à de Dezembro de 1717 - Ministério Público do Estado da Bahia.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=7 informando o código verificador **0963860** e o código CRC **1CDD3525**.



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

MANIFESTAÇÃO

Certifico, para os devidos fins, que procedemos à consulta da situação da empresa pretensa contratada, **LICITAK CONSULTORIA, ASSESSORIA E GESTÃO LTDA**, CNPJ **36.598.253/0001-56**, e de seus respectivos sócios, no que diz respeito à eventual aplicação de sanção administrativa de impedimento ou suspensão do direito de contratar com a Administração Pública (docs anexos - 0964078), não tendo sido encontrados registros neste sentido. Ressaltamos, no que diz respeito a sanções eventualmente aplicadas por este Ministério Público Estadual, que após consulta à publicação relativa a fornecedores sancionados através do link <https://www.mpba.mp.br/area/licitacao/biblioteca/1732>, igualmente não foram encontradas restrições à referida empresa.

Paula Souza de Paula Marques
Coordenadora-Administrativa
Coordenação de Elaboração e Acompanhamento de Contratos e Convênios
Diretoria de Contratos, Convênios e Licitações
Matrícula 353.433



Documento assinado eletronicamente por **Paula Souza de Paula** em 06/06/2024, às 17:04, com o certificado digital nº 62° 4 de 5 de Dezembro de 2006 - Ministério Público do Estado da Bahia.



A autenticidade do documento pode ser verificada no site https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=6 informando o código Neri3cador **0964074** e o código CRC **896B7871**.



TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica

Este relatório tem por objetivo apresentar os resultados consolidados de consultas eletrônicas realizadas diretamente nos bancos de dados dos respectivos cadastros. A responsabilidade pela veracidade do resultado da consulta é do Órgão gestor de cada cadastro consultado. A informação relativa à razão social da Pessoa Jurídica é extraída do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, mantido pela Receita Federal do Brasil.

Consulta realizada em: 20/02/2024 16:17:26

Informações da Pessoa Jurídica:

Razão Social: **LICITAK CONSULTORIA, ASSESSORIA E GESTAO LTDA**
CNPJ: **36.598.253/0001-56**

Resultados da Consulta Eletrônica:

Órgão Gestor: **TCU**
Cadastro: **Licitantes Inidôneos**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique [AQUI](#).

Órgão Gestor: **CNJ**
Cadastro: **CNIA - Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique [AQUI](#).

Órgão Gestor: **Portal da Transparência**
Cadastro: **Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique [AQUI](#).

Órgão Gestor: **Portal da Transparência**
Cadastro: **CNEP - Cadastro Nacional de Empresas Punidas**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique [AQUI](#).

Obs: A consulta consolidada de pessoa jurídica visa atender aos princípios de simplificação e racionalização de serviços públicos digitais. Fundamento legal: Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014, Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017, Lei nº 13.726, de 8 de outubro de 2018, Decreto nº 8.638 de 15, de janeiro de 2016.

Comprasnet.Ba

Relação de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar

Natureza Jurídica: Pessoa Jurídica
CPF/CNPJ: 36598253000156
Tipo de Suspensao: Todas

Razão Social	CNPJ/CPF	Portaria	Prazo	Expiração
--------------	----------	----------	-------	-----------

Voltar





TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

CERTIDÃO NEGATIVA

DE

LICITANTES INIDÔNEOS

(Válida somente com a apresentação do CPF)

Nome completo: **IRIS TATIUSE SILVA RIBEIRO**

CPF/CNPJ:



O Tribunal de Contas da União CERTIFICA que, na presente data, o (a) requerente acima identificado(a) NÃO CONSTA da relação de responsáveis inidôneos para participar de licitação na administração pública federal, por decisão deste Tribunal, nos termos do art. 46 da Lei nº 8.443/92 (Lei Orgânica do TCU).

Não constam da relação consultada para emissão desta certidão os responsáveis ainda não notificados do teor dos acórdãos condenatórios, aqueles cujas condenações tenham tido seu prazo de vigência expirado, bem como aqueles cujas apreciações estejam suspensas em razão de interposição de recurso com efeito suspensivo ou de decisão judicial.

Certidão emitida às 16:05:31 do dia 20/02/2024, com validade de trinta dias a contar da emissão.

A veracidade das informações aqui prestadas podem ser confirmadas no sítio <https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=INABILITADO:5>

Código de controle da certidão: 1HK6200224160531

Atenção: qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO
CERTIDÃO NEGATIVA
DE
LICITANTES INIDÔNEOS

(Válida somente com a apresentação do CPF)

Nome completo: **ANNIE KELLY SANTANA DO NASCIMENTO FARIAS**

CPF/CNPJ: [REDACTED]

O Tribunal de Contas da União CERTIFICA que, na presente data, o (a) requerente acima identificado(a) NÃO CONSTA da relação de responsáveis inidôneos para participar de licitação na administração pública federal, por decisão deste Tribunal, nos termos do art. 46 da Lei nº 8.443/92 (Lei Orgânica do TCU).

Não constam da relação consultada para emissão desta certidão os responsáveis ainda não notificados do teor dos acórdãos condenatórios, aqueles cujas condenações tenham tido seu prazo de vigência expirado, bem como aqueles cujas apreciações estejam suspensas em razão de interposição de recurso com efeito suspensivo ou de decisão judicial.

Certidão emitida às 16:04:26 do dia 20/02/2024, com validade de trinta dias a contar da emissão.

A veracidade das informações aqui prestadas podem ser confirmadas no sítio <https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=INABILITADO:5>

Código de controle da certidão: TTGU200224160426

Atenção: qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



Improbidade Administrativa e Inelegibilidade

Certidão Negativa

Certifico que nesta data (20/02/2024 às 16:06) NÃO CONSTA no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade registros de condenação com trânsito em julgado ou sanção ativa quanto ao CPF nº [REDACTED].

A condenação por atos de improbidade administrativa não implica automático e necessário reconhecimento da inelegibilidade do condenado.

Para consultas sobre inelegibilidade acesse portal do TSE em <http://divulgacandcontas.tse.jus.br/>

Esta certidão é expedida gratuitamente. Sua autenticidade pode ser por meio do número de controle 65D4.F835.965B.B989 no seguinte endereço: https://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/autenticar_certidao.php



Improbidade Administrativa e Inelegibilidade

Certidão Negativa

Certifico que nesta data (20/02/2024 às 16:01) NÃO CONSTA no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade registros de condenação com trânsito em julgado ou sanção ativa quanto ao CNPJ nº 36.598.253/0001-56.

A condenação por atos de improbidade administrativa não implica automático e necessário reconhecimento da inelegibilidade do condenado.

Para consultas sobre inelegibilidade acesse portal do TSE em <http://divulgacandcontas.tse.jus.br/>

Esta certidão é expedida gratuitamente. Sua autenticidade pode ser por meio do número de controle 65D4.F723.B68B.3715 no seguinte endereço: https://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/autenticar_certidao.php

FILTROS APLICADOS:

CPF / CNPJ sancionado: [REDACTED]

LIMPAR

Data da consulta: 20/02/2024 16:07:54
Data da última atualização: 02/2024 (Sistema Integrado de Registro do CEIS/CNEP - CEIS), 02/2024 (Sistema Integrado de Registro do CEIS/CNEP - Acordos de Leniência), 02/2024 (Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI) - CEPIM), 02/2024 (Diário Oficial da União - CEAF), 02/2024 (Sistema Integrado de Registro do CEIS/CNEP - CNEP)

DETALHAR	CADASTRO	CNPJ/CPF SANCIONADO	NOME SANCIONADO	UF SANCIONADO	ÓRGÃO/ENTIDADE SANCIONADORA	CATEGORIA SANÇÃO	DATA DE PUBLICAÇÃO DA SANÇÃO	VALOR DA MULTA	QUANTIDADE
Nenhum registro encontrado									

Comprasnet.Ba

Relação de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar

Natureza Juridica: Pessoa Física
CPF/CNPJ: XXXXXXXXXX
Tipo de Suspensao: Todas

Razão Social	CNPJ/CPF	Portaria	Prazo	Expiração
--------------	----------	----------	-------	-----------

Voltar



Comprasnet.Ba

Relação de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar

Natureza Juridica: Pessoa Física
CPF/CNPJ: XXXXXXXXXX
Tipo de Suspensao: Todas

Razão Social	CNPJ/CPF	Portaria	Prazo	Expiração
--------------	----------	----------	-------	-----------

Voltar





MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

DESPACHO

Tendo em vista as atualizações propostas pela unidade demandante, anexamos aos autos a minuta de contrato atualizada para validação.

No ensejo, anexamos também as certidões de FGTS, da Fazenda Estadual/BA e negativa de falência, devidamente atualizadas.

Estando a minuta validada, solicitamos o encaminhamento do expediente à Unidade Gestora para indicação de Gestor contratual para autorização da contratação e indicação dos servidores que exercerão a gestão e fiscalização do contrato.

Registre-se, ademais, a necessidade de indicação do CPF do gestor, para que, uma vez autorizada a inexigibilidade, possamos elaborar a portaria de fiscal e suplente e proceder ao lançamento no Comprasgov e PNCP.

Por fim, observamos que a empresa pretensa contratada não está cadastrada no SICAFI, o que inviabiliza a publicação da contratação no ComprasGov e, conseqüentemente, no PNCP. Deste modo, solicita-se da unidade demandante que diligencie junto à pretensa contratada o respectivo cadastro, por meio dos links abaixo disponibilizados:

Página do fornecedor:

<https://www.gov.br/compras/pt-br/fornecedor>

Guia (passo a passo) para o fornecedor:

<https://www.gov.br/compras/pt-br/fornecedor/guia-para-fornecedores.pdf>

Página de cadastro:

<https://www.gov.br/pt-br/servicos/efetuar-cadastro-de-fornecedores>

Efetuar cadastro de fornecedores (APS S.A.)

Após, não havendo necessidade de ajustes no instrumento de contrato, o procedimento deve ser direcionado para análise da Assessoria Jurídica da Superintendência de Gestão Administrativa.

Paula Souza de Paula Marques

Gerente

Coordenação de Elaboração e Acompanhamento de Contratos e Convênios

Diretoria de Contratos, Convênios e Licitações

Matrícula 353.433



Documento assinado eletronicamente por **Paula Souza de Paula** em 20/02/2024, às 16:38, conforme Ato Normativo nº 047, de 15 de Dezembro de 2020 - Ministério Público do Estado da Bahia.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0964079** e o código CRC **B11B6932**.

[Voltar](#)[Imprimir](#)

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 36.598.253/0001-56
Razão Social: LICITAK CONSULTORIA E ASSESSORIA E GESTA
Endereço: R EWERTON VISCO 290 / CAMINHO DAS ARVORES / SALVADOR / BA / 41820-022

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 09/02/2024 a 09/03/2024

Certificação Número: 2024020919335172906973

Informação obtida em 20/02/2024 15:56:51

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br



PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado da Bahia



CERTIDÃO ESTADUAL
CONCORDATA, FALÊNCIA, RECUPERAÇÃO JUDICIAL E EXTRAJUDICIAL - 1º GRAU

CERTIDÃO Nº: 00380737E

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada pela internet no site do Tribunal de Justiça (<https://portalcertidoes.tjba.jus.br/#/primeirograu>).

CERTIFICO que, pesquisando os registros de distribuição de feitos cíveis do Estado da Bahia, anteriores à data de 20/02/2024, verifiquei **NADA CONSTAR** em nome da parte abaixo indicada:

Razão Social: LICITAK CONSULTORIA, ASSESSORIA E GESTAO LTDA

CNPJ: 36.598.253/0001-56

Endereço: Rua Ewerton Visco, 290, Edf. Boulevard Side, 1901, Caminho das Árvores, Salvador, Bahia

Esta certidão abrange as ações das Varas de Família, incluindo as que versam sobre Tutela e Curatela, Varas de Registro Público, Varas de Acidentes de Trabalho, Varas da Fazenda Pública Municipal e Estadual.

Em caso de inconformidade entrar com contato com o SEDEC através do e-mail sedec@tjba.jus.br.

Não existe conexão com qualquer outra base de dados de instituição pública ou com a Receita Federal que verifique a identidade da RAZÃO SOCIAL com o CNPJ. Os dados informados são de responsabilidade do solicitante, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e/ou destinatário.

Certidão emitida de acordo com a lei nº 11.971, de 06/07/2009 e com o §1º do art. 8º da resolução 121/2010 do CNJ, que impede emissão de certidão positiva quando constar a distribuição de termo circunstanciado, inquérito ou processo em tramitação sem sentença condenatória transitada em julgado. A pessoa prejudicada pela disponibilização de informação na rede mundial de computadores poderá solicitar a retificação ao órgão jurisdicional responsável.

Certifico, finalmente, que esta certidão é sem custas.

Esta certidão tem validade de 30 dias a partir da data de sua emissão. Após esta data será necessário a emissão de uma nova certidão.



PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado da Bahia



Salvador, terça-feira, 20 de fevereiro de 2024



Certidão Negativa de Débitos Tributários

(Emitida para os efeitos dos arts. 113 e 114 da Lei 3.956 de 11 de dezembro de 1981 - Código Tributário do Estado da Bahia)

Certidão Nº: 20240761748

RAZÃO SOCIAL	
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	
INSCRIÇÃO ESTADUAL	CNPJ
	36.598.253/0001-56

Fica certificado que não constam, até a presente data, pendências de responsabilidade da pessoa física ou jurídica acima identificada, relativas aos tributos administrados por esta Secretaria.

Esta certidão engloba todos os seus estabelecimentos quanto à inexistência de débitos, inclusive os inscritos na Dívida Ativa, de competência da Procuradoria Geral do Estado, ressalvado o direito da Fazenda Pública do Estado da Bahia cobrar quaisquer débitos que vierem a ser apurados posteriormente.

Emitida em 20/02/2024, conforme Portaria nº 918/99, sendo válida por 60 dias, contados a partir da data de sua emissão.

**AUTENTICIDADE DESTE DOCUMENTO PODE SER COMPROVADA NAS INSPETORIAS FAZENDÁRIAS
OU VIA INTERNET, NO ENDEREÇO <http://www.sefaz.ba.gov.br>**

Válida com a apresentação conjunta do cartão original de inscrição no CPF ou no CNPJ da
Secretaria da Receita Federal do Ministério da Fazenda.

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS QUE, ENTRE SI, CELEBRAM O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA E A EMPRESA LICITAK CONSULTORIA, ASSESSORIA E GESTÃO LTDA, NA FORMA ABAIXO:

CONTRATO Nº XXX/20Xx - SGA

O **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA**, CNPJ nº 04.142.491/0001-66, com sede situada à 5ª Avenida, 750, Centro Administrativo da Bahia - CAB, Salvador - BA, neste ato representado, mediante Ato de Delegação nº 70/2014, pelo Superintendente de Gestão Administrativa **André Luis Sant'Ana Ribeiro**, doravante denominado **CONTRATANTE**, e a Empresa **LICITAK CONSULTORIA, ASSESSORIA E GESTÃO LTDA**, CNPJ nº 39.598.253/0001-56, estabelecida à Rua Ewerton Visco, 290, Edf. Boulevard Side Empresarial, sala 1901, Caminho das Árvores, Salvador/BA, representada por sua sócia-administradora, Sra. **Annie Kelly Santa do Nascimento Farias**, CPF/MF nº [REDACTED], doravante denominada **CONTRATADA**, com supedâneo no quanto disposto na Lei Federal nº 14.133/2021 e na Lei Estadual/BA nº 14.634/2023, e, ainda, observado o constante no procedimento administrativo de Inexigibilidade de Licitação nº xxx/2024 - DADM, protocolado sob o nº 19.09.02330.0000248/2024-75, o qual integra este instrumento independentemente de transcrição, **CELEBRAM** o presente Contrato, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 O presente instrumento tem por objeto contratação de empresa para prestação de serviços especializados de consultoria e assessoria ao setor de compras, licitações e contratos administrativos do Ministério Público do Estado da Bahia, englobando, ainda, a prestação de serviços técnicos especializados de treinamento *in company* para a formação, desenvolvimento e capacitação teórico-prático de servidores envolvidos nos processos de contratações públicas do Ministério Público do Estado da Bahia, de acordo com a Lei Federal nº 14.133/2021 e com a Lei Estadual/BA nº 14.634/2023.

1.2 A execução dos serviços objeto deste contrato englobará, ainda:

1.2.1 A revisão, readequação e padronização de documentos ao novo marco legal instituído pela Lei Federal 14.133/2021 e pela Lei Estadual/BA nº 14.634/2023;

1.2.2 Suporte, manutenção, apoio técnico e consultoria para a implantação eficiente das legislações aplicáveis (a incluir tanto os diplomas legais referidos no item 1.1 quanto os Atos Normativos internos expedidos pelo Ministério Público do Estado da Bahia no decorrer da consultoria;

1.2.3 Capacitação acerca das alterações na instrução e na condução dos processos licitatórios e contratos administrativos;

1.3 A assinatura do presente instrumento contratual, pela **CONTRATADA**, importa na presunção de plena ciência e aquiescência com o seu conteúdo, inclusive quanto aos documentos anexos.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VINCULAÇÃO À CONTRATAÇÃO DIRETA

Integram o presente contrato, vinculando esta contratação, independentemente de transcrição: o termo de referência, a proposta da contratada e eventuais anexos dos documentos supracitados, além das condições estabelecidas no ato de autorização da Inexigibilidade de Licitação que o originou, referido no preâmbulo deste instrumento.

CLÁUSULA TERCEIRA- DA DURAÇÃO DO CONTRATO

3.1 O prazo de vigência do presente Contrato é de 08 (oito) meses, a contar da data da última assinatura pelas partes, admitindo-se a sua prorrogação por sucessivos períodos, limitados a 10 (dez) anos, nos termos dos artigos 106 e 107 c/c artigo 6º, XV da Lei Federal nº 14.133/2021, e será formalizada por termo aditivo;

3.1.1 A prorrogação de que trata este dispositivo é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com a **CONTRATADA**;

CLÁUSULA QUARTA - DO REGIME, DA FORMA DE EXECUÇÃO E DOS PRAZOS PARA EXECUÇÃO

4.1 O Regime de execução do presente Contrato é de Execução Indireta, na modalidade Empreitada por Preço Global;

4.2 O **CONTRATANTE** convocará a **CONTRATADA** para retirar a nota de empenho no prazo de até 10 (dez) dias úteis contado a partir da notificação pela Administração, que ocorrerá, preferencialmente, através de envio de e-mail para o endereço indicado na proposta de preços;

4.2.1 As comprovações da convocação e da entrega/retirada da nota de empenho poderão ocorrer por quaisquer dos seguintes meios: por meio eletrônico (através de confirmação de recebimento de e-mail), aposição de assinatura (para retirada presencial) ou por Aviso de Recebimento dos correios (quando a entrega for via postal).

4.2.2 A **CONTRATADA** poderá solicitar a prorrogação do prazo para retirada/recebimento da nota de empenho, por igual período ao original, por motivo justo e aceito pela Administração.

4.3 Os serviços relativos à **consultoria e assessoria** compreendem deverão observar as seguintes etapas e regras:

4.3.1 ETAPA 1: Avaliação diagnóstica:

4.3.1.1 Análise da estrutura organizacional do **CONTRATANTE**;

4.3.1.2 Entrevistas com os principais atores dos processos de contratação;

4.3.1.3 Emissão de relatório conclusivo com propostas de ações e intervenções;

4.3.2 ETAPA 2: Análise, revisão e elaboração de artefatos customizados:

4.3.2.1 Contempla análise e adequação dos documentos da instituição e a elaboração, pela equipe de consultores da **CONTRATADA**, dos seguintes instrumentos, a serem entregues integralmente prontos para serem operacionalizados e utilizados pela **CONTRATANTE**, com base nos requisitos da Lei Federal nº 14.133/2021 e na Lei Estadual/BA nº 14.634/2023:

4.3.2.1.1 Termos de Referências para modalidades licitatórias e contratações diretas;

4.3.2.1.2 Minutas de contratos;

4.3.2.1.3 Minuta de Editais de pregão e concorrência para obras e serviços;

4.3.2.1.4 Modelo de Estudo Técnico Preliminar;

4.3.2.1.5 Base de conhecimento de procedimentos internos:

- a) Formulário- adequação orçamentária;
- b) Formulário – Documento de Formalização da demanda;
- c) Formulário – Informações Orçamentárias;
- d) Formulário – Solicitação de Autorização para Licitação;
- e) Formulário – Tabela de preços referenciais;
- f) Glossário;
- g) Fluxos BPMU

4.3.2.2 A adequação a ser realizada nas minutas dos editais englobarão todas as modalidades comumente utilizadas, tais como: pregão, concorrência, bem como contratações diretas;

4.3.2.3 As versões de documentos que serão apresentados e entregues pelos consultores abrangendo as principais contratações realizadas pela instituição, tais como, produtos, equipamentos, serviços comuns, serviços contínuos, obras e serviços de engenharia;

4.3.3 **ETAPA 3:** Apresentação dos produtos entregues.

4.3.3.1 Esta etapa será realizada à medida que os artefatos forem entregues e poderá ser modificada/ajustada conforme a demanda do **CONTRATANTE**;

4.3.4 **ETAPA 4:** Suporte técnico:

4.3.4.1 Contempla o suporte técnico prestado pela equipe de consultores para esclarecimento de dúvidas, vem como adequação dos documentos produzidos aos regulamentos estaduais posteriormente publicados.

4.3.4.2 O escopo dos serviços de consultoria proposto pode ser modificado par melhor aderência às necessidades do **CONTRATANTE**;

4.3.5 Do escopo dos serviços de consultoria e assessoria: O escopo dos serviços de consultoria pode ser modificado para melhor aderência às necessidades do **CONTRATANTE**. Itens podem ser modificados, inseridos ou excluídos;

4.3.5.1 Os serviços que compõem a consultoria poderão ser realizados presencialmente ou à distância, por meio de videoconferências.

4.3.5.2 Poderão ser formuladas consultas por e-mail ou por aplicativos de mensagens de modo a agilizar ainda mais o processo de migração para o novo regime de contratações públicas;

4.3.6 A **CONTRATADA** deverá iniciar os serviços em até 05 (cinco) dias úteis, após o recebimento da autorização da prestação de serviços, ou do empenho, acompanhado do instrumento contratual assinado pelas partes e devidamente publicado nos meios oficiais de divulgação;

4.3.7 Os serviços, quando prestados de maneira presencial, ocorrerão nas dependências do **CONTRATANTE**. Quando prestados “à distância” serão utilizadas ferramentas tecnológicas que viabilizem a conferência on line, diretamente pela equipe técnica da **CONTRATADA**, conforme indicado no **item 4.5** deste instrumento;

4.3.8 A execução dos serviços perdurará por 06 (seis) meses, contados do recebimento do empenho pela empresa **CONTRATADA**;

4.4 A execução dos serviços de treinamento *in company* para a formação, desenvolvimento e capacitação teórico-prático de servidores envolvidos nos processos de contratação observará o seguinte regramento:

4.4.1 A capacitação terá caráter teórico-prático e contará com a realização de 03 (três) turmas com no máximo 40 (quarenta) servidores que atuem na área de licitações e contratos, bem como para servidores das unidades demandantes de processos de licitação, com cronograma a ser definido em reunião entre a **CONTRATADA** e o **CONTRATANTE**.

4.4.2 O curso será ministrado presencialmente para até 120 (cento e vinte) participantes, especificamente servidores que atuam diretamente nos processos licitatórios e de contratação;

4.4.3 A carga horária total do curso será de 16 horas para cada turma, sendo aulas expositivas e dialogadas, ministradas pelos técnicos especialistas da **CONTRATADA**;

4.1.3.1 O **CONTRATANTE** detém a prerrogativa de realizar ajustes e modificações, acerca do processo de capacitação, em colaboração com a **CONTRATADA**, na quantidade de aulas, em conformidade com a temática a ser determinada, sem implicar prejuízo para o **CONTRATANTE**.

4.4.5 Todas as aulas serão ministradas presencialmente, em local a ser disponibilizado pelo **CONTRATANTE**, com capacidade para até 40 (quarenta) alunos por turma;

4.4.6 Na abordagem dos itens do conteúdo programático específicos da Administração Pública Estadual, a **CONTRATADA** deverá incluir também aspectos peculiares do **CONTRATANTE**, notadamente quanto aos documentos padronizados elaborados com base na Lei 14.133/2021;

4.4.7 Caberá à **CONTRATADA** o fornecimento dos materiais didáticos digitais necessários e certificados de participação no curso;

4.4.8 A **CONTRATADA** deverá ainda fornecer os arquivos eletrônicos contendo a apostila de legislação e os slides com a apresentação;

4.4.9 Após a emissão da ordem de serviço ou da nota de empenho, será agendada reunião com a equipe técnica do MPBA para avaliação da regulamentação estadual e documentos já elaborados com base na Lei 14.133/2021 e definição do conteúdo programático a ser abordado nas capacitações a serem realizadas com as respectivas datas e horários;

4.4.10 A **CONTRATADA** iniciará a execução dos serviços em até 05 (cinco) dias úteis após o recebimento da autorização de prestação de serviços ou do empenho emitido pelo **CONTRATANTE**;

4.4.11 As capacitações e treinamentos serão desenvolvidos nas dependências do **CONTRATANTE**, diretamente pelos profissionais que compõem a equipe técnica da **CONTRATADA**, conforme definido no **item 4.5** deste instrumento;

4.4.12 O prazo de execução dos serviços de capacitação e treinamento será de 3 (três) meses;

4.5 A Equipe técnica da **CONTRATADA** que prestará os serviços contratados é formada pelas seguintes profissionais:

4.5.1 **IRIS TATIUSE SILVA RIBEIRO**: Servidora pública do município de Salvador, mais de 13 (treze) anos de experiência na área de Licitações; Atuou como: Assessora Jurídica na SUCOM (SEDUR); Presidente da Comissão de Licitação e Pregoeira nos municípios de Lauro de Freitas e Salvador; Assessora do Gabinete da Secretaria da Educação de Salvador na Seção de Contratos. Atualmente faz parte da Comissão de Licitação da SECRETARIA DE PROMOÇÃO SOCIAL, COMBATE À POBREZA, ESPORTES E LAZER -SEMPRE. Atua, ainda, como Instrutora Interna da Secretaria de Gestão de Salvador, ministrando cursos de capacitação para os servidores e agentes públicos na área de licitações e contratos. Membro do Grupo de Trabalho Intersetorial para regulamentação e implementação da Lei nº 14.133/2021 no município de Salvador-BA;

4.5.2 **ANNIE KELLY SANTANA NASCIMENTO FARIAS**: Advogada atuante no ramo do Direito Público, com sólida experiência na área de Licitações Públicas e Contratos Administrativos. Especializada em Direito e Processo do Trabalho. Pós-graduanda em Licitações e Contratos Administrativos. Atuou como: Coordenadora do Setor de Auditoria Interna da SUCAB – Superintendência de Construções Administrativas da Bahia; Analista de Licitações da Diretoria de Infraestrutura; Assessora do Gabinete da Secretaria da Educação de Salvador/BA; Coordenadora do Núcleo de Contratos e instrumentos congêneres da Secretaria Municipal da Educação de Salvador/BA. Atualmente, atua como Analista e Consultora Jurídica da ASLIC – Assessoria de Licitações da Secretaria Municipal da Educação em Salvador/BA. Presta, ainda, consultoria nas áreas de licitações, contratos e convênios para órgãos públicos e privados.

CLÁUSULA QUINTA – DO RECEBIMENTO DO OBJETO CONTRATUAL

5.1 O recebimento provisório dos serviços realizados ficará sob a incumbência do fiscal do contrato - responsável pela habilitação para pagamentos, e se dará mediante termo, no prazo de 10 (dez) dias corridos, contados da finalização dos serviços, com a discriminação dos serviços efetivamente realizados;

5.2 O **CONTRATANTE** rejeitará, no todo ou em parte, o objeto contratual em desacordo com as condições pactuadas, podendo, entretanto, se lhe convier, decidir pelo recebimento, neste caso com as deduções cabíveis;

5.2.1 Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste instrumento, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo 15 (quinze) dias corridos, a contar da notificação da CONTRATADA, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades;

5.2.2 Em caso de recusa, no todo ou em parte, do objeto contratado, fica a CONTRATADA obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar o recebimento dos serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório;

5.3 O recebimento definitivo do objeto deste contrato será concretizado depois de adotados, pelo CONTRATANTE, todos os procedimentos cabíveis do art. 140 da Lei Federal nº 14.133/2021 e, no que couber, da Lei Estadual de nº 14.634/2023, devendo ocorrer no prazo de até 15 (quinze) dias corridos, contados do recebimento provisório;

5.4 O aceite ou aprovação do objeto pelo CONTRATANTE não exclui a responsabilidade da CONTRATADA por vícios, defeitos ou disparidades com as especificações estabelecidas neste Contrato e no processo de Dispensa de Licitação que o originou, verificadas posteriormente, garantindo-se ao CONTRATANTE, inclusive, as faculdades previstas na Lei Federal n.º 10.078/90 – Código de Defesa do Consumidor.

CLÁUSULA SEXTA – DO PREÇO

6.1 O valor global do contrato é de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais), conforme abaixo discriminado:

Item (descrição)	Qtd total	Valor mensal total
Serviços de consultoria e assessoria técnica	01	R\$ 25.000,00
Serviço de capacitação e treinamento	01	R\$ 15.000,00
Total		R\$ 40.000,00

6.2 Nos preços computados neste Contrato estão inclusos todos e quaisquer custos necessários ao fiel cumprimento deste instrumento, inclusive todos aqueles relativos a remunerações, encargos sociais, previdenciários e trabalhistas de todo o pessoal da CONTRATADA envolvido na execução do objeto, materiais, administração, tributos e emolumentos.

CLÁUSULA SÉTIMA- DO PAGAMENTO E DA ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA

7.1 Os pagamentos serão processados conforme ordem cronológica de pagamento, nos termos disciplinados no art.141 da Lei Federal de nº14.133/21.

7.2 O pagamento será processado mediante apresentação, pela CONTRATADA, de fatura, Nota Fiscal relativa à prestação dos serviços e certidões de regularidade cabíveis, bem como consulta à situação de idoneidade da CONTRATADA, documentação que deverá estar devidamente acompanhada do TERMO DE RECEBIMENTO pelo CONTRATANTE;

7.3 O faturamento referente ao objeto deste contrato será efetuado parceladamente, conforme valor baixo definido:

7.3.1 Seis parcelas no montante de R\$ 4.166,66 (quatro mil, cento e sessenta e seis reais e sessenta e seis centavos), relativamente aos serviços de consultoria e assessoria técnica;

7.3.2 Três parcelas no montante de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), relativamente aos serviços de capacitação e treinamento;

7.4 Os pagamentos serão processados no prazo de até 20 (vinte) dias, a contar da data de apresentação da documentação indicada no **item 7.2**, desde que não haja pendência a ser regularizada;

7.4.1 Verificando-se qualquer pendência impeditiva do pagamento, será considerada data da apresentação da documentação aquela na qual foi realizada a respectiva regularização;

7.4.2 No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto a dimensão, qualidade e quantidade, a parcela incontroversa deverá ser liberada no prazo previsto para pagamento;

7.5 As faturas far-se-ão acompanhar da documentação probatória relativa ao recolhimento dos tributos que tenham como fato gerador o objeto consignado na **Cláusula Primeira**;

7.6 O **CONTRATANTE** realizará a retenção de impostos ou outras obrigações de natureza tributária, de acordo com a legislação vigente;

7.7 Os pagamentos serão efetuados através de ordem bancária, para crédito em conta corrente e agência indicadas pela **CONTRATADA**, preferencialmente em banco de movimentação oficial de recursos do Estado da Bahia;

7.8 A atualização monetária dos pagamentos devidos pelo **CONTRATANTE**, em caso de mora, será calculada considerando a data do vencimento da obrigação e do seu efetivo pagamento, de acordo com a variação do INPC do IBGE *pro rata tempore*, observado, sempre, o disposto nos **itens 7.4 e 7.4.1**.

7.8.1 Para efeito de caracterização de mora imputável ao **CONTRATANTE**, não serão considerados eventuais atrasos de pagamento no período de fechamento do exercício financeiro do Estado da Bahia, compreendido entre o final do mês de dezembro e o mês de janeiro do exercício subsequente, decorrentes de circunstâncias alheias à vontade das partes, isto é, por força de bloqueio de rotinas no sistema estadual obrigatoriamente utilizado para a execução dos pagamentos devidos pelo **CONTRATANTE**.

7.9 No ato de liquidação da despesa, os serviços de contabilidade comunicarão aos órgãos da administração tributária as características da despesa e os valores pagos, conforme o disposto no [art. 63 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964](#).

CLÁUSULA OITAVA - DA MANUTENÇÃO DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO- FINANCEIRO DO CONTRATO

8.1 A concessão de reajustamento ocorrerá após o transcurso do prazo de 01 (um) ano da data do orçamento estimado pela Administração, qual seja, 19 de janeiro de 2024, mediante aplicação do INPC/IBGE relativo ao período decorrido entre a referida data e a data da efetiva concessão do reajuste;

8.1.1 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de 01 (um) ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste;

8.1.2 Os valores reajustados incidirão sobre as parcelas de serviços a serem executadas após o prazo de que cuida o item 8.1;

8.1.3 A variação do valor contratual para fazer face ao reajuste de preços será realizada por simples apostila, dispensando a celebração de aditamento;

8.2. O reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro dependerá de requerimento da Contratada quando visar recompor o preço que se tornou insuficiente, devendo ser instruído com a documentação que comprove o desequilíbrio econômico-financeiro do contrato;

8.2.1. O requerimento de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, nas hipóteses do art. 124, II, “d”, ou do art. 135 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, deverá ser formulado pelo interessado no prazo máximo de um ano do fato que o ensejou, sob pena de decadência, em consonância com o art. 211 da Lei Federal nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002.

8.2.2. Na hipótese de contratos de fornecimento contínuos, o requerimento de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro deverá ser formulado durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação nos termos do art. 131, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021, sob pena de preclusão;

8.2.2.1. Fica convencionado que, nos casos de contrato de fornecimento contínuos com prazo de vigência superior a 1 (um) ano, o requerimento de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do contrato deverá observar a disposição do subitem 8.2.1;

8.3 **O CONTRATANTE**, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, prorrogável por igual período mediante justificativa, responderá a eventuais pedidos de manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do Contrato apresentado pela Contratada (art. 92, inciso XI, c/c 123, parágrafo único da Lei nº 14.133, de 2021);

8.4 O processo de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro em favor do Contratante deverá ser instaurado quando possível a redução do preço ajustado para compatibilizá-lo ao valor de mercado ou quando houver diminuição, devidamente comprovada, dos preços dos insumos básicos utilizados no Contrato.

CLÁUSULA NONA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas para o pagamento deste contrato correrão por conta da Dotação Orçamentária a seguir especificada:

Código Orçamentária/Gestora	Unidade	Ação (P/A/OE)	Região	Destinação de Recursos (Fonte)	Natureza da Despesa
-----------------------------	---------	---------------	--------	--------------------------------	---------------------

40.101/0003	2000	9900	1.500.0.100.00000 0.00.00.00	33.90.39.000
-------------	------	------	---------------------------------	--------------

CLÁUSULA DÉCIMA - DO MODELO DE GESTÃO E FISCALIZAÇÃO CONTRATUAL

10.1 Na forma das disposições estabelecidas na Lei Federal nº 14.133/2021 e na Lei Estadual/BA nº 14.634/2023, o **CONTRATANTE** designará servidor(es), por meio de Portaria específica para tal fim, para a gestão e fiscalização deste contrato, tendo poderes, entre outros, para notificar a **CONTRATADA** sobre as irregularidades ou falhas que porventura venham a ser encontradas na execução deste instrumento;

10.2 Incumbe à fiscalização acompanhar e verificar a perfeita execução do contrato, em todas as suas fases, competindo-lhe, primordialmente:

10.2.1 Acompanhar o cumprimento dos prazos de execução descritos neste instrumento, e determinar as providências necessárias à correção de falhas, irregularidades e/ou defeitos;

10.2.2 Transmitir à **CONTRATADA** as instruções, e comunicar alterações de prazos ou roteiros, quando for o caso;

10.2.3 Promover, com a presença da **CONTRATADA**, a verificação dos serviços já efetuados, emitindo a competente habilitação para o recebimento de pagamentos;

10.2.4 Esclarecer as dúvidas da **CONTRATADA**, solicitando ao setor competente do **CONTRATANTE**, se necessário, parecer de especialistas;

10.2.5 Manter anotação em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados;

10.2.6 Informar aos seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei Estadual de nº14.634/23; art.12, §2º e Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2º);

10.3 A fiscalização, pelo **CONTRATANTE**, não desobriga a **CONTRATADA** de sua responsabilidade quanto à perfeita execução do objeto contratual.

10.3.1 A ausência de comunicação, por parte do **CONTRATANTE**, sobre irregularidades ou falhas, não exime a **CONTRATADA** das responsabilidades determinadas neste contrato.

10.4 O **CONTRATANTE** poderá recusar, sustar e/ou determinar o desfazimento/refazimento de serviços que não estejam sendo ou não tenham sido executados de acordo com as Normas Técnicas e/ou em conformidade com as condições deste contrato, ou ainda que atentem contra a segurança de terceiros ou de bens.

10.4.1 Qualquer serviço considerado não aceitável, no todo ou em parte, deverá ser refeito pela **CONTRATADA**, às suas expensas;

10.4.2 A não aceitação de algum serviço, no todo ou em parte, não implicará na dilação do

prazo de execução, salvo expressa concordância do **CONTRATANTE**.

10.5 Para fins de fiscalização, o **CONTRATANTE** poderá solicitar à **CONTRATADA**, a qualquer tempo, os documentos relacionados com a execução do presente contrato.

10.6 A gestão e a fiscalização contratual observará, ainda, as normas e regulamentos internos do Ministério Público do Estado da Bahia disciplinadores da matéria.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

11.1 Além das determinações contidas na Cláusula **QUARTA - do Regime e da forma de execução** deste contrato e no processo de Dispensa de Licitação que o originou – que aqui se consideram literalmente transcritas, bem como daquelas decorrentes de lei, a **CONTRATADA**, obriga-se a:

11.2 Promover a execução contratual de acordo com as especificações técnicas e exigências constantes no presente contrato, nos locais determinados, nos dias e nos turnos e horários de expediente do **CONTRATANTE**, não podendo eximir-se da obrigação, ainda que parcialmente, atribuindo quaisquer falhas, defeitos ou falta de pessoal e/ou material;

11.2.1 A **CONTRATADA** deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto;

11.3 Prestar diretamente os serviços ora contratados, não os transferindo a outrem, no todo ou em parte, sendo vedada a subcontratação, ainda que parcial, do objeto contratado;

11.4 Dispor de toda mão de obra, veículos, transportes, insumos e materiais necessários à execução e aos fornecimentos objeto deste instrumento;

11.5 Manter sob sua exclusiva responsabilidade toda a supervisão e direção da mão de obra necessária para a completa e eficiente execução dos serviços objeto deste contrato;

11.6 Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para a contratação;

11.7 Assegurar que os serviços objeto deste contrato não sofram solução de continuidade durante todo o prazo da sua vigência;

11.8 Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao **CONTRATANTE**;

11.8.1 A eventual retenção de tributos pelo **CONTRATANTE** não implicará na responsabilização deste, em hipótese alguma, por quaisquer penalidades ou gravames futuros, decorrentes de inadimplemento(s) de tributos pela **CONTRATADA**;

11.9 Emitir notas fiscais/faturas de acordo com a legislação, contendo descrição dos serviços, indicação de quantidades, preços unitários e valor total, observando-se, ainda, o quanto disposto nas **cláusulas quinta e sexta deste instrumento**;

11.10 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo **CONTRATANTE**, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

11.11 Providenciar e manter atualizadas todas as licenças e alvarás junto às repartições competentes que, porventura, sejam necessários à execução do contrato;

11.12 Atender, nos prazos consignados neste instrumento, às recusas ou determinações, pelo **CONTRATANTE**, de refazimento de serviços que não estejam sendo ou não tenham sido executados de acordo com as Normas Técnicas e/ou em conformidade com as condições deste contrato ou do processo de dispensa de licitação que o originou, providenciando sua imediata correção ou realização, sem ônus para o **CONTRATANTE**;

11.13 Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços;

11.14 Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo **CONTRATANTE** ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do serviço;

11.15 Paralisar, por determinação do **CONTRATANTE**, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

11.16 Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

11.17 Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do **CONTRATANTE**, ou do fiscal ou do gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei 14.133/2021;

11.18 Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

11.19 Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do **CONTRATANTE**;

11.20 Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;

11.21 Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;

11.22 Permitir e oferecer condições para a mais ampla e completa fiscalização durante a vigência deste contrato, fornecendo informações, propiciando o acesso à documentação pertinente e à execução contratual, e atendendo às observações e exigências apresentadas pela fiscalização;

11.23 Ministrar curso presencial com a carga horária definida e de acordo com os conteúdos definidos em reunião de alinhamento, no dia e horários estabelecidos;

11.24 Obedecer à programação enviada pelo **CONTRATANTE**;

11.25 Providenciar para que os profissionais compareçam ao local do evento com, no mínimo, 30 (trinta) minutos de antecedência da realização das aulas;

11.26 Garantir que o profissional que ministrará as aulas porventura apresentada na proposta comercial, integrante do corpo técnico da empresa, realiza pessoal e diretamente os serviços objeto deste instrumento;

11.27 Avocar para si os ônus decorrentes de todas as reclamações e/ou ações judiciais ou extrajudiciais, por culpa ou dolo, que possam eventualmente ser alegadas por terceiros contra o **CONTRATANTE**, procedentes do objeto contratado.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

12.1 O **CONTRATANTE**, além das obrigações contidas neste contrato por determinação legal, obriga-se a:

12.2 Fornecer as informações necessárias para que a **CONTRATADA** possa executar plenamente o objeto contratado;

12.3 Realizar os pagamentos devidos pela execução do contrato, nos termos e condições previstos na **cláusula sexta**;

12.4 Permitir o acesso da **CONTRATADA** às instalações físicas do **CONTRATANTE**, nos locais e na forma eventualmente necessários para a execução dos serviços;

12.5 Acompanhar e fiscalizar o fiel cumprimento dos prazos e das condições de realização do presente contrato, notificando a **CONTRATADA**, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas na execução do objeto, para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias;

12.6 Fornecer à **CONTRATADA**, mediante solicitação, atestado de capacidade técnica, quando o fornecimento do objeto atender satisfatoriamente os prazos de entrega, qualidade e demais condições previstas neste Contrato.

12.7 Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste, observando os seguintes prazos:

12.7.1 A administração terá o prazo de até 60 (sessenta) ~~30 (trinta)~~ dias, a contar da data do protocolo do requerimento sobre o qual deverá se manifestar, admitida a prorrogação motivada, por igual período;

12.7.2 A administração terá o prazo de até 60 (sessenta) ~~30 (trinta)~~ dias, a contar da data do requerimento, para responder a eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do contrato;

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO CUMPRIMENTO DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS - LEI N. 13.709/2018

13.1 É vedado às partes a utilização de todo e qualquer dado pessoal repassado em decorrência da execução contratual para finalidade distinta daquela do objeto da contratação, mantendo-se sigilo e confidencialidade, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal.

13.2 A **CONTRATADA** declara que tem ciência da existência da Lei Geral de Proteção de Dados e se compromete a adequar todos os procedimentos internos ao disposto na legislação com o intuito de proteger os dados pessoais repassados pelo **CONTRATANTE**.

13.3 A **CONTRATADA** fica obrigada a comunicar ao **Ministério Público do Estado da Bahia**, em até 24 (vinte e quatro) horas do conhecimento, qualquer incidente de acessos não autorizados aos dados pessoais, situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito, bem como adotar as providências dispostas no art. 48 da LGPD.

13.4 A **CONTRATADA** cooperará com a **CONTRATANTE** no cumprimento das obrigações referentes ao exercício dos direitos dos titulares previstos na LGPD e nas Leis e Regulamentos de Proteção de Dados em vigor e também no atendimento de requisições e determinações do Poder Judiciário, Ministério Público, ANPD e Órgãos de controle administrativo em geral;

13.5 Eventuais responsabilidades das partes serão apuradas conforme estabelecido neste contrato e também de acordo com o que dispõe a Seção III, Capítulo VI da LGPD.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA GARANTIA DA EXECUÇÃO

Não será exigida garantia da execução contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS INFRAÇÕES E DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

15.1 A **CONTRATADA** sujeitar-se-á às sanções administrativas previstas nas Leis Federal nº. 14.133/2021 e Estadual nº 14.634/23, as quais poderão vir a ser aplicadas após o prévio e devido processo administrativo, assegurando-lhe, sempre, o contraditório e a ampla defesa.

15.2 Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, a **CONTRATADA** que:

15.2.1 Der causa à inexecução parcial do contrato;

15.2.2 Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

15.2.3 Der causa à inexecução total do contrato;

15.2.4 Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

15.2.5 Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

15.2.6 Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

15.2.7 Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

15.2.8 Praticar ato fraudulento na execução do contrato;

15.2.9 Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

15.2.10 Praticar ato lesivo previsto no art.5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013;

15.3 Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:

15.3.1 **Advertência**, quando a **CONTRATADA** der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei Federal nº 14.133/2021);

15.3.2 **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nos itens 15.2.2, a 15.2.4 acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §4º, da Lei Federal 14.133/2021);

15.3.3 **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nos itens 15.2.5 a 15.2.9, acima, bem como nas alíneas 15.2.2 a 15.2.4, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei Federal nº 14.133/21);

15.3.4 Multa:

15.3.4.1 Moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

15.3.4.2 Compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, para as infrações descritas nas alíneas 15.2.6 a 15.2.10;

15.3.4.3 Compensatória de 15% (quinze por cento) sobre o valor total do contrato, para as infrações descritas na alínea 15.2.3 e 15.2.4;

15.3.4.4 Para as infrações constantes das alíneas 15.2.1, 15.2.2 e 15.2.5, a multa será de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato;

15.3.4.5 Será admitida medida cautelar destinada a garantir o resultado útil do processo administrativo sancionatório, de forma antecedente ou incidental à sua instauração, inclusive a retenção provisória do valor correspondente à estimativa da sanção de multa;

15.3.4.5.1 O valor da retenção provisória a que se refere o subitem anterior deste artigo não poderá exceder ao limite máximo estabelecido no §3º do art. 156 da Lei Federal nº 14.133, de 2021;

15.4 A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à **CONTRATANTE**;

15.5 Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa;

15.5.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de **15 (quinze) dias úteis**, contado da data de sua intimação;

15.5.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pela **CONTRATANTE** à **CONTRATADA**, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente, conforme o caso;

15.5.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 05 (cinco) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

15.6. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa à **CONTRATADA**, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

15.7. Na aplicação das sanções serão considerados:

15.7.1 A natureza e a gravidade da infração cometida;

15.7.2 As peculiaridades do caso concreto;

15.7.3 As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

15.7.4 Os danos que dela provierem para o **CONTRATANTE**;

15.7.5 A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

15.8 Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, e na Lei Estadual nº 14.634/23, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei;

15.9 A personalidade jurídica do **CONTRATADO** poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

15.10 O **CONTRATANTE** deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela

aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

15.11 As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21 e da Lei Estadual de nº 14.634/23.

15.12 Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

16.1 Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021 e da Lei Estadual de nº 14.634/23;

16.2 **O CONTRATADO** é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato;

16.3 As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia análise da Assessoria Jurídica do **CONTRATANTE**, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

16.4 Registros que não caracterizem alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração do termo aditivo, na forma do artigo 136, da Lei 14.133, de 2021 ~~e conforme o disposto na Lei Estadual de nº 14.634/23.~~

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA ~~QUINTA~~ – DA EXTINÇÃO DO CONTRATO

17.1 O contrato se extingue quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes;

17.1.1. O contrato pode ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o **CONTRATANTE**, quando este não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem;

17.1.1.2. A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo **CONTRATANTE** nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia;

17.1.1.3. Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

17.2 O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei Federal nº

14.133/2021, bem como de forma consensual ~~amigavelmente~~, assegurados o contraditório e a ampla defesa;

17.2.1 A extinção do contrato poderá ser:

- a) determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta (arts. 138, inciso I, da Lei nº 14.133, de 2021);
- b) consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração (art. 138, inciso II, da Lei nº 14.133, de 2021);
- c) determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial (art. 138, inciso III, da Lei nº 14.133, de 2021);

17.2.1 Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 Lei Federal nº 14.133/2021;

17.2.2 A alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato;

17.2.2.1 Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica **CONTRATADA**, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva;

17.3 O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido de:

17.3.1 Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

17.3.2 Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

17.3.3 Indenizações e multas.

17.4 O contrato poderá ser extinto, ainda:

17.4.1 Caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade **CONTRATANTE** ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação no processo de contratação direta ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

17.4.2 Caso se constate que a pessoa jurídica **CONTRATADA** possui administrador ou sócio com poder de direção, familiar de detentor de cargo em comissão ou função de confiança que atue na área responsável pela demanda ou contratação ou de autoridade a ele hierarquicamente superior no âmbito do órgão **CONTRATANTE**.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA AUSÊNCIA DE VÍNCULO EMPREGATÍCIO

18.1 A utilização de mão de obra, pela **CONTRATADA**, para execução dos serviços objeto do presente contrato não ensejará, em nenhuma hipótese, vínculo empregatício com o **CONTRATANTE**;

18.2 São vedadas à **CONTRATADA** a subcontratação de mão de obra e a transferência a terceiros da execução dos serviços objeto do presente instrumento;

18.2.1 Fica garantido o direito de regresso do **CONTRATANTE**, perante a **CONTRATADA**, para ressarcimento de toda e qualquer despesa trabalhista, previdenciária ou de cunho indenizatório que venha a ser condenado a pagar, na eventual hipótese de vir a ser demandado judicialmente, relativamente à execução do objeto contratual, por qualquer empregado ou subcontratado da **CONTRATADA** ou por qualquer pessoa que, ainda que irregularmente, execute o objeto contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA– DA PUBLICIDADE

O CONTRATANTE será responsável pela publicação deste instrumento nos termos e condições previstas na Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DO FORO

Fica eleito o Foro da Cidade do **Salvador-Bahia**, que prevalecerá sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente Contrato.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

21.1 **O CONTRATANTE** não responderá por quaisquer compromissos assumidos perante terceiros pela **CONTRATADA**, ou seus prepostos, ainda que vinculados à execução do presente Contrato;

21.2 A inadimplência da **CONTRATADA**, com relação a quaisquer custos, despesas, tributos, exigências ou encargos, não transfere ao **CONTRATANTE** a responsabilidade pelo seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do contrato.

21.3 Os casos omissos serão decididos pelo **CONTRATANTE**, segundo as disposições contidas na Lei Federal nº 14.133, de 2021 e Estadual nº 14.634 de 2023 e demais normas federais e estaduais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 12.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos;

21.4 Fica assegurado ao **CONTRATANTE** o direito de alterar unilateralmente o Contrato, mediante justificativa expressa, nas hipóteses previstas na Lei Federal 14.133/21 e na forma de Lei Estadual de nº 14.634/23 para melhor adequação às finalidades de interesse público, desde que mantido o equilíbrio econômico-financeiro original do contrato e respeitados os demais direitos da **CONTRATADA**;

21.5 Não caracterizam novação eventuais variações do valor contratual resultantes de reajustamento/revisão de preços, de compensações financeiras decorrentes das condições de pagamento nele previstas ou, ainda, de alterações de valor em razão da aplicação de penalidades;

21.6 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela **CONTRATADA** com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da **CONTRATADA**, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

21.7 O presente contrato regula-se pelas suas cláusulas e pelos preceitos de direito público, aplicando-se, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado;

E, por assim estarem justos e acordados, assinam o presente Contrato para que produza seus efeitos legais.

Salvador, 20xx.

Licitak Consultoria, Assessoria e Gestão Ltda
Annie Kelly Santana do Nascimento Farias
Sócia-Administradora

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA
André Luis Sant'Ana Ribeiro
Superintendente de Gestão Administrativa

(Assinado e datado eletronicamente/digitalmente)

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS QUE, ENTRE SI, CELEBRAM O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA E A EMPRESA LICITAK CONSULTORIA, ASSESSORIA E GESTÃO LTDA, NA FORMA ABAIXO:

CONTRATO Nº XXX/20Xx - SGA

O **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA**, CNPJ nº 04.142.491/0001-66, com sede situada à 5ª Avenida, 750, Centro Administrativo da Bahia - CAB, Salvador - BA, neste ato representado, mediante Ato de Delegação nº 70/2014, pelo Superintendente de Gestão Administrativa **André Luis Sant'Ana Ribeiro**, doravante denominado **CONTRATANTE**, e a Empresa **LICITAK CONSULTORIA, ASSESSORIA E GESTÃO LTDA**, CNPJ nº 39.598.253/0001-56, estabelecida à Rua Ewerton Visco, 290, Edf. Boulevard Side Empresarial, sala 1901, Caminho das Árvores, Salvador/BA, representada por sua sócia-administradora, Sra. **Annie Kelly Santa do Nascimento Farias**, CPF/MF nº [REDACTED], doravante denominada **CONTRATADA**, com supedâneo no quanto disposto na Lei Federal nº 14.133/2021 e na Lei Estadual/BA nº 14.634/2023, e, ainda, observado o constante no procedimento administrativo de Inexigibilidade de Licitação nº xxx/2024 - DADM, protocolado sob o nº 19.09.02330.0000248/2024-75, o qual integra este instrumento independentemente de transcrição, **CELEBRAM** o presente Contrato, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 O presente instrumento tem por objeto contratação de empresa para prestação de serviços especializados de consultoria e assessoria ao setor de compras, licitações e contratos administrativos do Ministério Público do Estado da Bahia, englobando, ainda, a prestação de serviços técnicos especializados de treinamento *in company* para a formação, desenvolvimento e capacitação teórico-prático de servidores envolvidos nos processos de contratações públicas do Ministério Público do Estado da Bahia, de acordo com a Lei Federal nº 14.133/2021 e com a Lei Estadual/BA nº 14.634/2023.

1.2 A execução dos serviços objeto deste contrato englobará, ainda:

1.2.1 A revisão, readequação e padronização de documentos ao novo marco legal instituído pela Lei Federal 14.133/2021 e pela Lei Estadual/BA nº 14.634/2023;

1.2.2 Suporte, manutenção, apoio técnico e consultoria para a implantação eficiente das legislações aplicáveis (a incluir tanto os diplomas legais referidos no item 1.1 quanto os Atos Normativos internos expedidos pelo Ministério Público do Estado da Bahia no decorrer da consultoria;

1.2.3 Capacitação acerca das alterações na instrução e na condução dos processos licitatórios e contratos administrativos;

1.3 A assinatura do presente instrumento contratual, pela **CONTRATADA**, importa na presunção de plena ciência e aquiescência com o seu conteúdo, inclusive quanto aos documentos anexos.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VINCULAÇÃO À CONTRATAÇÃO DIRETA

Integram o presente contrato, vinculando esta contratação, independentemente de transcrição: o termo de referência, a proposta da contratada e eventuais anexos dos documentos supracitados, além das condições estabelecidas no ato de autorização da Inexigibilidade de Licitação que o originou, referido no preâmbulo deste instrumento.

CLÁUSULA TERCEIRA- DA DURAÇÃO DO CONTRATO

3.1 O prazo de vigência do presente Contrato é de 08 (oito) meses, a contar da data da última assinatura pelas partes, admitindo-se a sua prorrogação por sucessivos períodos, limitados a 10 (dez) anos, nos termos dos artigos 106 e 107 c/c artigo 6º, XV da Lei Federal nº 14.133/2021, e será formalizada por termo aditivo;

3.1.1 A prorrogação de que trata este dispositivo é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com a **CONTRATADA**;

CLÁUSULA QUARTA - DO REGIME, DA FORMA DE EXECUÇÃO E DOS PRAZOS PARA EXECUÇÃO

4.1 O Regime de execução do presente Contrato é de Execução Indireta, na modalidade Empreitada por Preço Global;

4.2 O **CONTRATANTE** convocará a **CONTRATADA** para retirar a nota de empenho no prazo de até 10 (dez) dias úteis contado a partir da notificação pela Administração, que ocorrerá, preferencialmente, através de envio de e-mail para o endereço indicado na proposta de preços;

4.2.1 As comprovações da convocação e da entrega/retirada da nota de empenho poderão ocorrer por quaisquer dos seguintes meios: por meio eletrônico (através de confirmação de recebimento de e-mail), aposição de assinatura (para retirada presencial) ou por Aviso de Recebimento dos correios (quando a entrega for via postal).

4.2.2 A **CONTRATADA** poderá solicitar a prorrogação do prazo para retirada/recebimento da nota de empenho, por igual período ao original, por motivo justo e aceito pela Administração.

4.3 Os serviços relativos à **consultoria e assessoria** compreendem deverão observar as seguintes etapas e regras:

4.3.1 ETAPA 1: Avaliação diagnóstica:

4.3.1.1 Análise da estrutura organizacional do **CONTRATANTE**;

4.3.1.2 Entrevistas com os principais atores dos processos de contratação;

4.3.1.3 Emissão de relatório conclusivo com propostas de ações e intervenções;

4.3.2 ETAPA 2: Análise, revisão e elaboração de artefatos customizados:

4.3.2.1 Contempla análise e adequação dos documentos da instituição e a elaboração, pela equipe de consultores da **CONTRATADA**, dos seguintes instrumentos, a serem entregues integralmente prontos para serem operacionalizados e utilizados pela **CONTRATANTE**, com base nos requisitos da Lei Federal nº 14.133/2021 e na Lei Estadual/BA nº 14.634/2023:

4.3.2.1.1 Termos de Referências para modalidades licitatórias e contratações diretas;

4.3.2.1.2 Minutas de contratos;

4.3.2.1.3 Minuta de Editais de pregão e concorrência para obras e serviços;

4.3.2.1.4 Modelo de Estudo Técnico Preliminar;

4.3.2.1.5 Base de conhecimento de procedimentos internos:

- a) Formulário- adequação orçamentária;
- b) Formulário – Documento de Formalização da demanda;
- c) Formulário – Informações Orçamentárias;
- d) Formulário – Solicitação de Autorização para Licitação;
- e) Formulário – Tabela de preços referenciais;
- f) Glossário;
- g) Fluxos BPMU

4.3.2.2 A adequação a ser realizada nas minutas dos editais englobarão todas as modalidades comumente utilizadas, tais como: pregão, concorrência, bem como contratações diretas;

4.3.2.3 As versões de documentos que serão apresentados e entregues pelos consultores abrangendo as principais contratações realizadas pela instituição, tais como, produtos, equipamentos, serviços comuns, serviços contínuos, obras e serviços de engenharia;

4.3.3 **ETAPA 3:** Apresentação dos produtos entregues.

4.3.3.1 Esta etapa será realizada à medida que os artefatos forem entregues e poderá ser modificada/ajustada conforme a demanda do **CONTRATANTE**;

4.3.4 **ETAPA 4:** Suporte técnico:

4.3.4.1 Contempla o suporte técnico prestado pela equipe de consultores para esclarecimento de dúvidas, vem como adequação dos documentos produzidos aos regulamentos estaduais posteriormente publicados.

4.3.4.2 O escopo dos serviços de consultoria proposto pode ser modificado par melhor aderência às necessidades do **CONTRATANTE**;

4.3.5 Do escopo dos serviços de consultoria e assessoria: O escopo dos serviços de consultoria pode ser modificado para melhor aderência às necessidades do **CONTRATANTE**. Itens podem ser modificados, inseridos ou excluídos;

4.3.5.1 Os serviços que compõem a consultoria poderão ser realizados presencialmente ou à distância, por meio de videoconferências.

4.3.5.2 Poderão ser formuladas consultas por e-mail ou por aplicativos de mensagens de modo a agilizar ainda mais o processo de migração para o novo regime de contratações públicas;

4.3.6 A **CONTRATADA** deverá iniciar os serviços em até 05 (cinco) dias úteis, após o recebimento da autorização da prestação de serviços, ou do empenho, acompanhado do instrumento contratual assinado pelas partes e devidamente publicado nos meios oficiais de divulgação;

4.3.7 Os serviços, quando prestados de maneira presencial, ocorrerão nas dependências do **CONTRATANTE**. Quando prestados “à distância” serão utilizadas ferramentas tecnológicas que viabilizem a conferência on line, diretamente pela equipe técnica da **CONTRATADA**, conforme indicado no **item 4.5** deste instrumento;

4.3.8 A execução dos serviços perdurará por 06 (seis) meses, contados do recebimento do empenho pela empresa **CONTRATADA**;

4.4 A execução dos serviços de treinamento *in company* para a formação, desenvolvimento e capacitação teórico-prático de servidores envolvidos nos processos de contratação observará o seguinte regramento:

4.4.1 A capacitação terá caráter teórico-prático e contará com a realização de 03 (três) turmas com no máximo 40 (quarenta) servidores que atuem na área de licitações e contratos, bem como para servidores das unidades demandantes de processos de licitação, com cronograma a ser definido em reunião entre a **CONTRATADA** e o **CONTRATANTE**.

4.4.2 O curso será ministrado presencialmente para até 120 (cento e vinte) participantes, especificamente servidores que atuam diretamente nos processos licitatórios e de contratação;

4.4.3 A carga horária total do curso será de 16 horas para cada turma, sendo aulas expositivas e dialogadas, ministradas pelos técnicos especialistas da **CONTRATADA**;

4.1.3.1 O **CONTRATANTE** detém a prerrogativa de realizar ajustes e modificações, acerca do processo de capacitação, em colaboração com a **CONTRATADA**, na quantidade de aulas, em conformidade com a temática a ser determinada, sem implicar prejuízo para o **CONTRATANTE**.

4.4.5 Todas as aulas serão ministradas presencialmente, em local a ser disponibilizado pelo **CONTRATANTE**, com capacidade para até 40 (quarenta) alunos por turma;

4.4.6 Na abordagem dos itens do conteúdo programático específicos da Administração Pública Estadual, a **CONTRATADA** deverá incluir também aspectos peculiares do **CONTRATANTE**, notadamente quanto aos documentos padronizados elaborados com base na Lei 14.133/2021;

4.4.7 Caberá à **CONTRATADA** o fornecimento dos materiais didáticos digitais necessários e certificados de participação no curso;

4.4.8 A **CONTRATADA** deverá ainda fornecer os arquivos eletrônicos contendo a apostila de legislação e os slides com a apresentação;

4.4.9 Após a emissão da ordem de serviço ou da nota de empenho, será agendada reunião com a equipe técnica do MPBA para avaliação da regulamentação estadual e documentos já elaborados com base na Lei 14.133/2021 e definição do conteúdo programático a ser abordado nas capacitações a serem realizadas com as respectivas datas e horários;

4.4.10 A **CONTRATADA** iniciará a execução dos serviços em até 05 (cinco) dias úteis após o recebimento da autorização de prestação de serviços ou do empenho emitido pelo **CONTRATANTE**;

4.4.11 As capacitações e treinamentos serão desenvolvidos nas dependências do **CONTRATANTE**, diretamente pelos profissionais que compõem a equipe técnica da **CONTRATADA**, conforme definido no **item 4.5** deste instrumento;

4.4.12 O prazo de execução dos serviços de capacitação e treinamento será de 3 (três) meses;

4.5 A Equipe técnica da **CONTRATADA** que prestará os serviços contratados é formada pelas seguintes profissionais:

4.5.1 **IRIS TATIUSE SILVA RIBEIRO**: Servidora pública do município de Salvador, mais de 13 (treze) anos de experiência na área de Licitações; Atuou como: Assessora Jurídica na SUCOM (SEDUR); Presidente da Comissão de Licitação e Pregoeira nos municípios de Lauro de Freitas e Salvador; Assessora do Gabinete da Secretaria da Educação de Salvador na Seção de Contratos. Atualmente faz parte da Comissão de Licitação da SECRETARIA DE PROMOÇÃO SOCIAL, COMBATE À POBREZA, ESPORTES E LAZER -SEMPRE. Atua, ainda, como Instrutora Interna da Secretaria de Gestão de Salvador, ministrando cursos de capacitação para os servidores e agentes públicos na área de licitações e contratos. Membro do Grupo de Trabalho Intersetorial para regulamentação e implementação da Lei nº 14.133/2021 no município de Salvador-BA;

4.5.2 **ANNIE KELLY SANTANA NASCIMENTO FARIAS**: Advogada atuante no ramo do Direito Público, com sólida experiência na área de Licitações Públicas e Contratos Administrativos. Especializada em Direito e Processo do Trabalho. Pós-graduanda em Licitações e Contratos Administrativos. Atuou como: Coordenadora do Setor de Auditoria Interna da SUCAB – Superintendência de Construções Administrativas da Bahia; Analista de Licitações da Diretoria de Infraestrutura; Assessora do Gabinete da Secretaria da Educação de Salvador/BA; Coordenadora do Núcleo de Contratos e instrumentos congêneres da Secretaria Municipal da Educação de Salvador/BA. Atualmente, atua como Analista e Consultora Jurídica da ASLIC – Assessoria de Licitações da Secretaria Municipal da Educação em Salvador/BA. Presta, ainda, consultoria nas áreas de licitações, contratos e convênios para órgãos públicos e privados.

CLÁUSULA QUINTA – DO RECEBIMENTO DO OBJETO CONTRATUAL

5.1 O recebimento provisório dos serviços realizados ficará sob a incumbência do fiscal do contrato - responsável pela habilitação para pagamentos, e se dará mediante termo, no prazo de 10 (dez) dias corridos, contados da finalização dos serviços, com a discriminação dos serviços efetivamente realizados;

5.2 O **CONTRATANTE** rejeitará, no todo ou em parte, o objeto contratual em desacordo com as condições pactuadas, podendo, entretanto, se lhe convier, decidir pelo recebimento, neste caso com as deduções cabíveis;

5.2.1 Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste instrumento, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo 15 (quinze) dias corridos, a contar da notificação da CONTRATADA, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades;

5.2.2 Em caso de recusa, no todo ou em parte, do objeto contratado, fica a CONTRATADA obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar o recebimento dos serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório;

5.3 O recebimento definitivo do objeto deste contrato será concretizado depois de adotados, pelo CONTRATANTE, todos os procedimentos cabíveis do art. 140 da Lei Federal nº 14.133/2021 e, no que couber, da Lei Estadual de nº 14.634/2023, devendo ocorrer no prazo de até 15 (quinze) dias corridos, contados do recebimento provisório;

5.4 O aceite ou aprovação do objeto pelo CONTRATANTE não exclui a responsabilidade da CONTRATADA por vícios, defeitos ou disparidades com as especificações estabelecidas neste Contrato e no processo de Dispensa de Licitação que o originou, verificadas posteriormente, garantindo-se ao CONTRATANTE, inclusive, as faculdades previstas na Lei Federal n.º 10.078/90 – Código de Defesa do Consumidor.

CLÁUSULA SEXTA – DO PREÇO

6.1 O valor global do contrato é de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais), conforme abaixo discriminado:

Item (descrição)	Qtd total	Valor mensal total
Serviços de consultoria e assessoria técnica	01	R\$ 25.000,00
Serviço de capacitação e treinamento	01	R\$ 15.000,00
Total		R\$ 40.000,00

6.2 Nos preços computados neste Contrato estão inclusos todos e quaisquer custos necessários ao fiel cumprimento deste instrumento, inclusive todos aqueles relativos a remunerações, encargos sociais, previdenciários e trabalhistas de todo o pessoal da CONTRATADA envolvido na execução do objeto, materiais, administração, tributos e emolumentos.

CLÁUSULA SÉTIMA- DO PAGAMENTO E DA ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA

7.1 Os pagamentos serão processados conforme ordem cronológica de pagamento, nos termos disciplinados no art.141 da Lei Federal de nº14.133/21.

7.2 O pagamento será processado mediante apresentação, pela CONTRATADA, de fatura, Nota Fiscal relativa à prestação dos serviços e certidões de regularidade cabíveis, bem como consulta à situação de idoneidade da CONTRATADA, documentação que deverá estar devidamente acompanhada do TERMO DE RECEBIMENTO pelo CONTRATANTE;

7.3 O faturamento referente ao objeto deste contrato será efetuado parceladamente, conforme valor baixo definido:

7.3.1 Seis parcelas no montante de R\$ 4.166,66 (quatro mil, cento e sessenta e seis reais e sessenta e seis centavos), relativamente aos serviços de consultoria e assessoria técnica;

7.3.2 Três parcelas no montante de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), relativamente aos serviços de capacitação e treinamento;

7.4 Os pagamentos serão processados no prazo de até 20 (vinte) dias, a contar da data de apresentação da documentação indicada no **item 7.2**, desde que não haja pendência a ser regularizada;

7.4.1 Verificando-se qualquer pendência impeditiva do pagamento, será considerada data da apresentação da documentação aquela na qual foi realizada a respectiva regularização;

7.4.2 No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto a dimensão, qualidade e quantidade, a parcela incontroversa deverá ser liberada no prazo previsto para pagamento;

7.5 As faturas far-se-ão acompanhar da documentação probatória relativa ao recolhimento dos tributos que tenham como fato gerador o objeto consignado na **Cláusula Primeira**;

7.6 O **CONTRATANTE** realizará a retenção de impostos ou outras obrigações de natureza tributária, de acordo com a legislação vigente;

7.7 Os pagamentos serão efetuados através de ordem bancária, para crédito em conta corrente e agência indicadas pela **CONTRATADA**, preferencialmente em banco de movimentação oficial de recursos do Estado da Bahia;

7.8 A atualização monetária dos pagamentos devidos pelo **CONTRATANTE**, em caso de mora, será calculada considerando a data do vencimento da obrigação e do seu efetivo pagamento, de acordo com a variação do INPC do IBGE *pro rata tempore*, observado, sempre, o disposto nos **itens 7.4 e 7.4.1**.

7.8.1 Para efeito de caracterização de mora imputável ao **CONTRATANTE**, não serão considerados eventuais atrasos de pagamento no período de fechamento do exercício financeiro do Estado da Bahia, compreendido entre o final do mês de dezembro e o mês de janeiro do exercício subsequente, decorrentes de circunstâncias alheias à vontade das partes, isto é, por força de bloqueio de rotinas no sistema estadual obrigatoriamente utilizado para a execução dos pagamentos devidos pelo **CONTRATANTE**.

7.9 No ato de liquidação da despesa, os serviços de contabilidade comunicarão aos órgãos da administração tributária as características da despesa e os valores pagos, conforme o disposto no [art. 63 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964](#).

CLÁUSULA OITAVA - DA MANUTENÇÃO DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO- FINANCEIRO DO CONTRATO

8.1 A concessão de reajustamento ocorrerá após o transcurso do prazo de 01 (um) ano da data do orçamento estimado pela Administração, qual seja, 19 de janeiro de 2024, mediante aplicação do INPC/IBGE relativo ao período decorrido entre a referida data e a data da efetiva concessão do reajuste;

8.1.1 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de 01 (um) ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste;

8.1.2 Os valores reajustados incidirão sobre as parcelas de serviços a serem executadas após o prazo de que cuida o item 8.1;

8.1.3 A variação do valor contratual para fazer face ao reajuste de preços será realizada por simples apostila, dispensando a celebração de aditamento;

8.2. O reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro dependerá de requerimento da Contratada quando visar recompor o preço que se tornou insuficiente, devendo ser instruído com a documentação que comprove o desequilíbrio econômico-financeiro do contrato;

8.2.1. O requerimento de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, nas hipóteses do art. 124, II, “d”, ou do art. 135 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, deverá ser formulado pelo interessado no prazo máximo de um ano do fato que o ensejou, sob pena de decadência, em consonância com o art. 211 da Lei Federal nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002.

8.2.2. Na hipótese de contratos de fornecimento contínuos, o requerimento de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro deverá ser formulado durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação nos termos do art. 131, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021, sob pena de preclusão;

8.2.2.1. Fica convencionado que, nos casos de contrato de fornecimento contínuos com prazo de vigência superior a 1 (um) ano, o requerimento de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do contrato deverá observar a disposição do subitem 8.2.1;

8.3 **O CONTRATANTE**, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, prorrogável por igual período mediante justificativa, responderá a eventuais pedidos de manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do Contrato apresentado pela Contratada (art. 92, inciso XI, c/c 123, parágrafo único da Lei nº 14.133, de 2021);

8.4 O processo de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro em favor do Contratante deverá ser instaurado quando possível a redução do preço ajustado para compatibilizá-lo ao valor de mercado ou quando houver diminuição, devidamente comprovada, dos preços dos insumos básicos utilizados no Contrato.

CLÁUSULA NONA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas para o pagamento deste contrato correrão por conta da Dotação Orçamentária a seguir especificada:

Código Orçamentária/Gestora	Unidade	Ação (P/A/OE)	Região	Destinação de Recursos (Fonte)	Natureza da Despesa
-----------------------------	---------	---------------	--------	--------------------------------	---------------------

40.101/0003	2000	9900	1.500.0.100.00000 0.00.00.00	33.90.39.000
-------------	------	------	---------------------------------	--------------

CLÁUSULA DÉCIMA - DO MODELO DE GESTÃO E FISCALIZAÇÃO CONTRATUAL

10.1 Na forma das disposições estabelecidas na Lei Federal nº 14.133/2021 e na Lei Estadual/BA nº 14.634/2023, o **CONTRATANTE** designará servidor(es), por meio de Portaria específica para tal fim, para a gestão e fiscalização deste contrato, tendo poderes, entre outros, para notificar a **CONTRATADA** sobre as irregularidades ou falhas que porventura venham a ser encontradas na execução deste instrumento;

10.2 Incumbe à fiscalização acompanhar e verificar a perfeita execução do contrato, em todas as suas fases, competindo-lhe, primordialmente:

10.2.1 Acompanhar o cumprimento dos prazos de execução descritos neste instrumento, e determinar as providências necessárias à correção de falhas, irregularidades e/ou defeitos;

10.2.2 Transmitir à **CONTRATADA** as instruções, e comunicar alterações de prazos ou roteiros, quando for o caso;

10.2.3 Promover, com a presença da **CONTRATADA**, a verificação dos serviços já efetuados, emitindo a competente habilitação para o recebimento de pagamentos;

10.2.4 Esclarecer as dúvidas da **CONTRATADA**, solicitando ao setor competente do **CONTRATANTE**, se necessário, parecer de especialistas;

10.2.5 Manter anotação em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados;

10.2.6 Informar aos seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei Estadual de nº14.634/23; art.12, §2º e Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2º);

10.3 A fiscalização, pelo **CONTRATANTE**, não desobriga a **CONTRATADA** de sua responsabilidade quanto à perfeita execução do objeto contratual.

10.3.1 A ausência de comunicação, por parte do **CONTRATANTE**, sobre irregularidades ou falhas, não exime a **CONTRATADA** das responsabilidades determinadas neste contrato.

10.4 O **CONTRATANTE** poderá recusar, sustar e/ou determinar o desfazimento/refazimento de serviços que não estejam sendo ou não tenham sido executados de acordo com as Normas Técnicas e/ou em conformidade com as condições deste contrato, ou ainda que atentem contra a segurança de terceiros ou de bens.

10.4.1 Qualquer serviço considerado não aceitável, no todo ou em parte, deverá ser refeito pela **CONTRATADA**, às suas expensas;

10.4.2 A não aceitação de algum serviço, no todo ou em parte, não implicará na dilação do

prazo de execução, salvo expressa concordância do **CONTRATANTE**.

10.5 Para fins de fiscalização, o **CONTRATANTE** poderá solicitar à **CONTRATADA**, a qualquer tempo, os documentos relacionados com a execução do presente contrato.

10.6 A gestão e a fiscalização contratual observará, ainda, as normas e regulamentos internos do Ministério Público do Estado da Bahia disciplinadores da matéria.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

11.1 Além das determinações contidas na Cláusula **QUARTA - do Regime e da forma de execução** deste contrato e no processo de Dispensa de Licitação que o originou – que aqui se consideram literalmente transcritas, bem como daquelas decorrentes de lei, a **CONTRATADA**, obriga-se a:

11.2 Promover a execução contratual de acordo com as especificações técnicas e exigências constantes no presente contrato, nos locais determinados, nos dias e nos turnos e horários de expediente do **CONTRATANTE**, não podendo eximir-se da obrigação, ainda que parcialmente, atribuindo quaisquer falhas, defeitos ou falta de pessoal e/ou material;

11.2.1 A **CONTRATADA** deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto;

11.3 Prestar diretamente os serviços ora contratados, não os transferindo a outrem, no todo ou em parte, sendo vedada a subcontratação, ainda que parcial, do objeto contratado;

11.4 Dispor de toda mão de obra, veículos, transportes, insumos e materiais necessários à execução e aos fornecimentos objeto deste instrumento;

11.5 Manter sob sua exclusiva responsabilidade toda a supervisão e direção da mão de obra necessária para a completa e eficiente execução dos serviços objeto deste contrato;

11.6 Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para a contratação;

11.7 Assegurar que os serviços objeto deste contrato não sofram solução de continuidade durante todo o prazo da sua vigência;

11.8 Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao **CONTRATANTE**;

11.8.1 A eventual retenção de tributos pelo **CONTRATANTE** não implicará na responsabilização deste, em hipótese alguma, por quaisquer penalidades ou gravames futuros, decorrentes de inadimplemento(s) de tributos pela **CONTRATADA**;

11.9 Emitir notas fiscais/faturas de acordo com a legislação, contendo descrição dos serviços, indicação de quantidades, preços unitários e valor total, observando-se, ainda, o quanto disposto nas **cláusulas quinta e sexta deste instrumento**;

11.10 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo **CONTRATANTE**, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

11.11 Providenciar e manter atualizadas todas as licenças e alvarás junto às repartições competentes que, porventura, sejam necessários à execução do contrato;

11.12 Atender, nos prazos consignados neste instrumento, às recusas ou determinações, pelo **CONTRATANTE**, de refazimento de serviços que não estejam sendo ou não tenham sido executados de acordo com as Normas Técnicas e/ou em conformidade com as condições deste contrato ou do processo de dispensa de licitação que o originou, providenciando sua imediata correção ou realização, sem ônus para o **CONTRATANTE**;

11.13 Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços;

11.14 Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo **CONTRATANTE** ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do serviço;

11.15 Paralisar, por determinação do **CONTRATANTE**, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

11.16 Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

11.17 Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do **CONTRATANTE**, ou do fiscal ou do gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei 14.133/2021;

11.18 Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

11.19 Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do **CONTRATANTE**;

11.20 Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;

11.21 Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;

11.22 Permitir e oferecer condições para a mais ampla e completa fiscalização durante a vigência deste contrato, fornecendo informações, propiciando o acesso à documentação pertinente e à execução contratual, e atendendo às observações e exigências apresentadas pela fiscalização;

11.23 Ministrar curso presencial com a carga horária definida e de acordo com os conteúdos definidos em reunião de alinhamento, no dia e horários estabelecidos;

11.24 Obedecer à programação enviada pelo **CONTRATANTE**;

11.25 Providenciar para que os profissionais compareçam ao local do evento com, no mínimo, 30 (trinta) minutos de antecedência da realização das aulas;

11.26 Garantir que o profissional que ministrará as aulas porventura apresentada na proposta comercial, integrante do corpo técnico da empresa, realiza pessoal e diretamente os serviços objeto deste instrumento;

11.27 Avocar para si os ônus decorrentes de todas as reclamações e/ou ações judiciais ou extrajudiciais, por culpa ou dolo, que possam eventualmente ser alegadas por terceiros contra o **CONTRATANTE**, procedentes do objeto contratado.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

12.1 O **CONTRATANTE**, além das obrigações contidas neste contrato por determinação legal, obriga-se a:

12.2 Fornecer as informações necessárias para que a **CONTRATADA** possa executar plenamente o objeto contratado;

12.3 Realizar os pagamentos devidos pela execução do contrato, nos termos e condições previstos na **cláusula sexta**;

12.4 Permitir o acesso da **CONTRATADA** às instalações físicas do **CONTRATANTE**, nos locais e na forma eventualmente necessários para a execução dos serviços;

12.5 Acompanhar e fiscalizar o fiel cumprimento dos prazos e das condições de realização do presente contrato, notificando a **CONTRATADA**, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas na execução do objeto, para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias;

12.6 Fornecer à **CONTRATADA**, mediante solicitação, atestado de capacidade técnica, quando o fornecimento do objeto atender satisfatoriamente os prazos de entrega, qualidade e demais condições previstas neste Contrato.

12.7 Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste, observando os seguintes prazos:

12.7.1 A administração terá o prazo de até 60 (sessenta) ~~30 (trinta)~~ dias, a contar da data do protocolo do requerimento sobre o qual deverá se manifestar, admitida a prorrogação motivada, por igual período;

12.7.2 A administração terá o prazo de até 60 (sessenta) ~~30 (trinta)~~ dias, a contar da data do requerimento, para responder a eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do contrato;

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO CUMPRIMENTO DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS - LEI N. 13.709/2018

13.1 É vedado às partes a utilização de todo e qualquer dado pessoal repassado em decorrência da execução contratual para finalidade distinta daquela do objeto da contratação, mantendo-se sigilo e confidencialidade, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal.

13.2 A **CONTRATADA** declara que tem ciência da existência da Lei Geral de Proteção de Dados e se compromete a adequar todos os procedimentos internos ao disposto na legislação com o intuito de proteger os dados pessoais repassados pelo **CONTRATANTE**.

13.3 A **CONTRATADA** fica obrigada a comunicar ao **Ministério Público do Estado da Bahia**, em até 24 (vinte e quatro) horas do conhecimento, qualquer incidente de acessos não autorizados aos dados pessoais, situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito, bem como adotar as providências dispostas no art. 48 da LGPD.

13.4 A **CONTRATADA** cooperará com a **CONTRATANTE** no cumprimento das obrigações referentes ao exercício dos direitos dos titulares previstos na LGPD e nas Leis e Regulamentos de Proteção de Dados em vigor e também no atendimento de requisições e determinações do Poder Judiciário, Ministério Público, ANPD e Órgãos de controle administrativo em geral;

13.5 Eventuais responsabilidades das partes serão apuradas conforme estabelecido neste contrato e também de acordo com o que dispõe a Seção III, Capítulo VI da LGPD.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA GARANTIA DA EXECUÇÃO

Não será exigida garantia da execução contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS INFRAÇÕES E DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

15.1 A **CONTRATADA** sujeitar-se-á às sanções administrativas previstas nas Leis Federal nº. 14.133/2021 e Estadual nº 14.634/23, as quais poderão vir a ser aplicadas após o prévio e devido processo administrativo, assegurando-lhe, sempre, o contraditório e a ampla defesa.

15.2 Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, a **CONTRATADA** que:

15.2.1 Der causa à inexecução parcial do contrato;

15.2.2 Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

15.2.3 Der causa à inexecução total do contrato;

15.2.4 Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

15.2.5 Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

15.2.6 Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

15.2.7 Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

15.2.8 Praticar ato fraudulento na execução do contrato;

15.2.9 Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

15.2.10 Praticar ato lesivo previsto no art.5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013;

15.3 Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:

15.3.1 **Advertência**, quando a **CONTRATADA** der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei Federal nº 14.133/2021);

15.3.2 **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nos itens 15.2.2, a 15.2.4 acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §4º, da Lei Federal 14.133/2021);

15.3.3 **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nos itens 15.2.5 a 15.2.9, acima, bem como nas alíneas 15.2.2 a 15.2.4, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei Federal nº 14.133/21);

15.3.4 Multa:

15.3.4.1 Moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

15.3.4.2 Compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, para as infrações descritas nas alíneas 15.2.6 a 15.2.10;

15.3.4.3 Compensatória de 15% (quinze por cento) sobre o valor total do contrato, para as infrações descritas na alínea 15.2.3 e 15.2.4;

15.3.4.4 Para as infrações constantes das alíneas 15.2.1, 15.2.2 e 15.2.5, a multa será de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato;

15.3.4.5 Será admitida medida cautelar destinada a garantir o resultado útil do processo administrativo sancionatório, de forma antecedente ou incidental à sua instauração, inclusive a retenção provisória do valor correspondente à estimativa da sanção de multa;

15.3.4.5.1 O valor da retenção provisória a que se refere o subitem anterior deste artigo não poderá exceder ao limite máximo estabelecido no §3º do art. 156 da Lei Federal nº 14.133, de 2021;

15.4 A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à **CONTRATANTE**;

15.5 Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa;

15.5.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de **15 (quinze) dias úteis**, contado da data de sua intimação;

15.5.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pela **CONTRATANTE** à **CONTRATADA**, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente, conforme o caso;

15.5.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 05 (cinco) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

15.6. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa à **CONTRATADA**, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

15.7. Na aplicação das sanções serão considerados:

15.7.1 A natureza e a gravidade da infração cometida;

15.7.2 As peculiaridades do caso concreto;

15.7.3 As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

15.7.4 Os danos que dela provierem para o **CONTRATANTE**;

15.7.5 A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

15.8 Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, e na Lei Estadual nº 14.634/23, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei;

15.9 A personalidade jurídica do **CONTRATADO** poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

15.10 O **CONTRATANTE** deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela

aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

15.11 As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21 e da Lei Estadual de nº 14.634/23.

15.12 Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

16.1 Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021 e da Lei Estadual de nº 14.634/23;

16.2 **O CONTRATADO** é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato;

16.3 As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia análise da Assessoria Jurídica do **CONTRATANTE**, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

16.4 Registros que não caracterizem alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração do termo aditivo, na forma do artigo 136, da Lei 14.133, de 2021 ~~e conforme o disposto na Lei Estadual de nº 14.634/23.~~

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA ~~QUINTA~~ – DA EXTINÇÃO DO CONTRATO

17.1 O contrato se extingue quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes;

17.1.1. O contrato pode ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o **CONTRATANTE**, quando este não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem;

17.1.1.2. A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo **CONTRATANTE** nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia;

17.1.1.3. Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

17.2 O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei Federal nº

14.133/2021, bem como de forma consensual ~~amigavelmente~~, assegurados o contraditório e a ampla defesa;

17.2.1 A extinção do contrato poderá ser:

- a) determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta (arts. 138, inciso I, da Lei nº 14.133, de 2021);
- b) consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração (art. 138, inciso II, da Lei nº 14.133, de 2021);
- c) determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial (art. 138, inciso III, da Lei nº 14.133, de 2021);

17.2.1 Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 Lei Federal nº 14.133/2021;

17.2.2 A alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato;

17.2.2.1 Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica **CONTRATADA**, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva;

17.3 O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido de:

17.3.1 Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

17.3.2 Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

17.3.3 Indenizações e multas.

17.4 O contrato poderá ser extinto, ainda:

17.4.1 Caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade **CONTRATANTE** ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação no processo de contratação direta ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

17.4.2 Caso se constate que a pessoa jurídica **CONTRATADA** possui administrador ou sócio com poder de direção, familiar de detentor de cargo em comissão ou função de confiança que atue na área responsável pela demanda ou contratação ou de autoridade a ele hierarquicamente superior no âmbito do órgão **CONTRATANTE**.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA AUSÊNCIA DE VÍNCULO EMPREGATÍCIO

18.1 A utilização de mão de obra, pela **CONTRATADA**, para execução dos serviços objeto do presente contrato não ensejará, em nenhuma hipótese, vínculo empregatício com o **CONTRATANTE**;

18.2 São vedadas à **CONTRATADA** a subcontratação de mão de obra e a transferência a terceiros da execução dos serviços objeto do presente instrumento;

18.2.1 Fica garantido o direito de regresso do **CONTRATANTE**, perante a **CONTRATADA**, para ressarcimento de toda e qualquer despesa trabalhista, previdenciária ou de cunho indenizatório que venha a ser condenado a pagar, na eventual hipótese de vir a ser demandado judicialmente, relativamente à execução do objeto contratual, por qualquer empregado ou subcontratado da **CONTRATADA** ou por qualquer pessoa que, ainda que irregularmente, execute o objeto contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA– DA PUBLICIDADE

O CONTRATANTE será responsável pela publicação deste instrumento nos termos e condições previstas na Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DO FORO

Fica eleito o Foro da Cidade do **Salvador-Bahia**, que prevalecerá sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente Contrato.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

21.1 **O CONTRATANTE** não responderá por quaisquer compromissos assumidos perante terceiros pela **CONTRATADA**, ou seus prepostos, ainda que vinculados à execução do presente Contrato;

21.2 A inadimplência da **CONTRATADA**, com relação a quaisquer custos, despesas, tributos, exigências ou encargos, não transfere ao **CONTRATANTE** a responsabilidade pelo seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do contrato.

21.3 Os casos omissos serão decididos pelo **CONTRATANTE**, segundo as disposições contidas na Lei Federal nº 14.133, de 2021 e Estadual nº 14.634 de 2023 e demais normas federais e estaduais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 12.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos;

21.4 Fica assegurado ao **CONTRATANTE** o direito de alterar unilateralmente o Contrato, mediante justificativa expressa, nas hipóteses previstas na Lei Federal 14.133/21 e na forma de Lei Estadual de nº 14.634/23 para melhor adequação às finalidades de interesse público, desde que mantido o equilíbrio econômico-financeiro original do contrato e respeitados os demais direitos da **CONTRATADA**;

21.5 Não caracterizam novação eventuais variações do valor contratual resultantes de reajustamento/revisão de preços, de compensações financeiras decorrentes das condições de pagamento nele previstas ou, ainda, de alterações de valor em razão da aplicação de penalidades;

21.6 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela **CONTRATADA** com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da **CONTRATADA**, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

21.7 O presente contrato regula-se pelas suas cláusulas e pelos preceitos de direito público, aplicando-se, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado;

E, por assim estarem justos e acordados, assinam o presente Contrato para que produza seus efeitos legais.

Salvador, 20xx.

Licitak Consultoria, Assessoria e Gestão Ltda
Annie Kelly Santana do Nascimento Farias
Sócia-Administradora

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA
André Luis Sant'Ana Ribeiro
Superintendente de Gestão Administrativa

(Assinado e datado eletronicamente/digitalmente)



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

MANIFESTAÇÃO

Junta-se a seguir o Sicaf da empresa Licitak.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Monica Fabiane da Silva Sobrinho** em 17/01/2024, às 14h22, conforme o Ato Normativo nº 024 de 75 de Dezembro de 2010 - Ministério Público do Estado da Bahia.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código Verificador **0965775** e o código CRC **9F47144E**.



Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Declaração

Declaramos para os fins previstos na Lei nº 8.666, de 1993, conforme documentação registrada no SICAF, que a situação do fornecedor no momento é a seguinte:

Dados do Fornecedor

CNPJ: 36.598.253/0001-56 DUNS®: 928295210
Razão Social: LICITAK CONSULTORIA, ASSESSORIA E GESTAO LTDA
Nome Fantasia: LICITAK CONSULTORIA
Situação do Fornecedor: Credenciado Data de Vencimento do Cadastro: 19/02/2025
Natureza Jurídica: SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA
MEI: Não
Porte da Empresa: Micro Empresa

Ocorrências e Impedimentos

Ocorrência: Nada Consta
Impedimento de Licitar: Nada Consta
Ocorrências Impeditivas indiretas: Nada Consta
Vínculo com "Serviço Público": Nada Consta

Níveis cadastrados:

Fornecedor possui alguma pendência no Nível de Cadastramento indicado. Verifique mais informações sobre pendências nas funcionalidades de consulta.

I - Credenciamento

II - Habilitação Jurídica (Possui Pendência)

Emitido em: 21/02/2024 12:30

CPF: 672.XXX.XXX-20 Nome: MONICA FABIANE DA SILVA SOBRINHO

Ass: _____

1 de 1



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

DESPACHO

À

Coordenação de Elaboração e Acompanhamento de Contratos e Convênios.

Solicitamos os seguintes ajustes na minuta de contrato:

1. No item 4.3.4.2 ajustar a palavra "para" que ficou sem a letra "a".
2. Nas cláusulas décima segunda (12.7.1 e 12.7.2), décima sexta e décima sétima, excluir os textos que ficaram tachados.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Monica Fabiane da Silva Sobrinho** em 17/71/171024s , à:002conforme Ato Normativo nº 70à2de , 5 de Dezembro de 1717 - Ministério Público do Estado da Bahia.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=7 informando o código verificador **0964372** e o código CRC **51AD2603**.



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

DESPACHO

Realizados os ajuste solicitados pela Unidade demandante, encaminhamos o expediente para a DADM para atendimento aos demais itens do despacho doc 0964079.

Paula Souza de Paula Marques
Gerente

Coordenação de Elaboração e Acompanhamento de Contratos e Convênios
Diretoria de Contratos, Convênios e Licitações
Matrícula 353.433



Documento assinado eletronicamente por **Paula Souza de Paula** em 17/01/10124, s 7à:f 14conArme Nto v ormati° o n502à4de 7f de Dezembro de 1010 - Ministério Público do Estado da Bahia.



Na autenticidade do documento pode ser conArida no site https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conArir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código °eriAcador **0966540** e o código CRC **8B330227**.

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS QUE, ENTRE SI, CELEBRAM O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA E A EMPRESA LICITAK CONSULTORIA, ASSESSORIA E GESTÃO LTDA, NA FORMA ABAIXO:

CONTRATO Nº XXX/20Xx - SGA

O **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA**, CNPJ nº 04.142.491/0001-66, com sede situada à 5ª Avenida, 750, Centro Administrativo da Bahia - CAB, Salvador - BA, neste ato representado, mediante Ato de Delegação nº 70/2014, pelo Superintendente de Gestão Administrativa **André Luis Sant'Ana Ribeiro**, doravante denominado **CONTRATANTE**, e a Empresa **LICITAK CONSULTORIA, ASSESSORIA E GESTÃO LTDA**, CNPJ nº 39.598.253/0001-56, estabelecida à Rua Ewerton Visco, 290, Edf. Boulevard Side Empresarial, sala 1901, Caminho das Árvores, Salvador/BA, representada por sua sócia-administradora, Sra. **Annie Kelly Santa do Nascimento Farias**, CPF/MF nº [REDACTED], doravante denominada **CONTRATADA**, com supedâneo no quanto disposto na Lei Federal nº 14.133/2021 e na Lei Estadual/BA nº 14.634/2023, e, ainda, observado o constante no procedimento administrativo de Inexigibilidade de Licitação nº xxx/2024 - DADM, protocolado sob o nº 19.09.02330.0000248/2024-75, o qual integra este instrumento independentemente de transcrição, **CELEBRAM** o presente Contrato, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 O presente instrumento tem por objeto contratação de empresa para prestação de serviços especializados de consultoria e assessoria ao setor de compras, licitações e contratos administrativos do Ministério Público do Estado da Bahia, englobando, ainda, a prestação de serviços técnicos especializados de treinamento *in company* para a formação, desenvolvimento e capacitação teórico-prático de servidores envolvidos nos processos de contratações públicas do Ministério Público do Estado da Bahia, de acordo com a Lei Federal nº 14.133/2021 e com a Lei Estadual/BA nº 14.634/2023.

1.2 A execução dos serviços objeto deste contrato englobará, ainda:

1.2.1 A revisão, readequação e padronização de documentos ao novo marco legal instituído pela Lei Federal 14.133/2021 e pela Lei Estadual/BA nº 14.634/2023;

1.2.2 Suporte, manutenção, apoio técnico e consultoria para a implantação eficiente das legislações aplicáveis (a incluir tanto os diplomas legais referidos no item 1.1 quanto os Atos Normativos internos expedidos pelo Ministério Público do Estado da Bahia no decorrer da consultoria;

1.2.3 Capacitação acerca das alterações na instrução e na condução dos processos licitatórios e contratos administrativos;

1.3 A assinatura do presente instrumento contratual, pela **CONTRATADA**, importa na presunção de plena ciência e aquiescência com o seu conteúdo, inclusive quanto aos documentos anexos.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VINCULAÇÃO À CONTRATAÇÃO DIRETA

Integram o presente contrato, vinculando esta contratação, independentemente de transcrição: o termo de referência, a proposta da contratada e eventuais anexos dos documentos supracitados, além das condições estabelecidas no ato de autorização da Inexigibilidade de Licitação que o originou, referido no preâmbulo deste instrumento.

CLÁUSULA TERCEIRA- DA DURAÇÃO DO CONTRATO

3.1 O prazo de vigência do presente Contrato é de 08 (oito) meses, a contar da data da última assinatura pelas partes, admitindo-se a sua prorrogação por sucessivos períodos, limitados a 10 (dez) anos, nos termos dos artigos 106 e 107 c/c artigo 6º, XV da Lei Federal nº 14.133/2021, e será formalizada por termo aditivo;

3.1.1 A prorrogação de que trata este dispositivo é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com a **CONTRATADA**;

CLÁUSULA QUARTA - DO REGIME, DA FORMA DE EXECUÇÃO E DOS PRAZOS PARA EXECUÇÃO

4.1 O Regime de execução do presente Contrato é de Execução Indireta, na modalidade Empreitada por Preço Global;

4.2 O **CONTRATANTE** convocará a **CONTRATADA** para retirar a nota de empenho no prazo de até 10 (dez) dias úteis contado a partir da notificação pela Administração, que ocorrerá, preferencialmente, através de envio de e-mail para o endereço indicado na proposta de preços;

4.2.1 As comprovações da convocação e da entrega/retirada da nota de empenho poderão ocorrer por quaisquer dos seguintes meios: por meio eletrônico (através de confirmação de recebimento de e-mail), aposição de assinatura (para retirada presencial) ou por Aviso de Recebimento dos correios (quando a entrega for via postal).

4.2.2 A **CONTRATADA** poderá solicitar a prorrogação do prazo para retirada/recebimento da nota de empenho, por igual período ao original, por motivo justo e aceito pela Administração.

4.3 Os serviços relativos à **consultoria e assessoria** compreendem deverão observar as seguintes etapas e regras:

4.3.1 ETAPA 1: Avaliação diagnóstica:

4.3.1.1 Análise da estrutura organizacional do **CONTRATANTE**;

4.3.1.2 Entrevistas com os principais atores dos processos de contratação;

4.3.1.3 Emissão de relatório conclusivo com propostas de ações e intervenções;

4.3.2 ETAPA 2: Análise, revisão e elaboração de artefatos customizados:

4.3.2.1 Contempla análise e adequação dos documentos da instituição e a elaboração, pela equipe de consultores da **CONTRATADA**, dos seguintes instrumentos, a serem entregues integralmente prontos para serem operacionalizados e utilizados pela **CONTRATANTE**, com base nos requisitos da Lei Federal nº 14.133/2021 e na Lei Estadual/BA nº 14.634/2023:

4.3.2.1.1 Termos de Referências para modalidades licitatórias e contratações diretas;

4.3.2.1.2 Minutas de contratos;

4.3.2.1.3 Minuta de Editais de pregão e concorrência para obras e serviços;

4.3.2.1.4 Modelo de Estudo Técnico Preliminar;

4.3.2.1.5 Base de conhecimento de procedimentos internos:

- a) Formulário- adequação orçamentária;
- b) Formulário – Documento de Formalização da demanda;
- c) Formulário – Informações Orçamentárias;
- d) Formulário – Solicitação de Autorização para Licitação;
- e) Formulário – Tabela de preços referenciais;
- f) Glossário;
- g) Fluxos BPMU

4.3.2.2 A adequação a ser realizada nas minutas dos editais englobarão todas as modalidades comumente utilizadas, tais como: pregão, concorrência, bem como contratações diretas;

4.3.2.3 As versões de documentos que serão apresentados e entregues pelos consultores abrangendo as principais contratações realizadas pela instituição, tais como, produtos, equipamentos, serviços comuns, serviços contínuos, obras e serviços de engenharia;

4.3.3 **ETAPA 3:** Apresentação dos produtos entregues.

4.3.3.1 Esta etapa será realizada à medida que os artefatos forem entregues e poderá ser modificada/ajustada conforme a demanda do **CONTRATANTE**;

4.3.4 **ETAPA 4:** Suporte técnico:

4.3.4.1 Contempla o suporte técnico prestado pela equipe de consultores para esclarecimento de dúvidas, vem como adequação dos documentos produzidos aos regulamentos estaduais posteriormente publicados.

4.3.4.2 O escopo dos serviços de consultoria proposto pode ser modificado para melhor aderência às necessidades do **CONTRATANTE**;

4.3.5 Do escopo dos serviços de consultoria e assessoria: O escopo dos serviços de consultoria pode ser modificado para melhor aderência às necessidades do **CONTRATANTE**. Itens podem ser modificados, inseridos ou excluídos;

4.3.5.1 Os serviços que compõem a consultoria poderão ser realizados presencialmente ou à distância, por meio de videoconferências.

4.3.5.2 Poderão ser formuladas consultas por e-mail ou por aplicativos de mensagens de modo a agilizar ainda mais o processo de migração para o novo regime de contratações públicas;

4.3.6 A **CONTRATADA** deverá iniciar os serviços em até 05 (cinco) dias úteis, após o recebimento da autorização da prestação de serviços, ou do empenho, acompanhado do instrumento contratual assinado pelas partes e devidamente publicado nos meios oficiais de divulgação;

4.3.7 Os serviços, quando prestados de maneira presencial, ocorrerão nas dependências do **CONTRATANTE**. Quando prestados “à distância” serão utilizadas ferramentas tecnológicas que viabilizem a conferência on line, diretamente pela equipe técnica da **CONTRATADA**, conforme indicado no **item 4.5** deste instrumento;

4.3.8 A execução dos serviços perdurará por 06 (seis) meses, contados do recebimento do empenho pela empresa **CONTRATADA**;

4.4 A execução dos serviços de treinamento *in company* para a formação, desenvolvimento e capacitação teórico-prático de servidores envolvidos nos processos de contratação observará o seguinte regramento:

4.4.1 A capacitação terá caráter teórico-prático e contará com a realização de 03 (três) turmas com no máximo 40 (quarenta) servidores que atuem na área de licitações e contratos, bem como para servidores das unidades demandantes de processos de licitação, com cronograma a ser definido em reunião entre a **CONTRATADA** e o **CONTRATANTE**.

4.4.2 O curso será ministrado presencialmente para até 120 (cento e vinte) participantes, especificamente servidores que atuam diretamente nos processos licitatórios e de contratação;

4.4.3 A carga horária total do curso será de 16 horas para cada turma, sendo aulas expositivas e dialogadas, ministradas pelos técnicos especialistas da **CONTRATADA**;

4.1.3.1 O **CONTRATANTE** detém a prerrogativa de realizar ajustes e modificações, acerca do processo de capacitação, em colaboração com a **CONTRATADA**, na quantidade de aulas, em conformidade com a temática a ser determinada, sem implicar prejuízo para o **CONTRATANTE**.

4.4.5 Todas as aulas serão ministradas presencialmente, em local a ser disponibilizado pelo **CONTRATANTE**, com capacidade para até 40 (quarenta) alunos por turma;

4.4.6 Na abordagem dos itens do conteúdo programático específicos da Administração Pública Estadual, a **CONTRATADA** deverá incluir também aspectos peculiares do **CONTRATANTE**, notadamente quanto aos documentos padronizados elaborados com base na Lei 14.133/2021;

4.4.7 Caberá à **CONTRATADA** o fornecimento dos materiais didáticos digitais necessários e certificados de participação no curso;

4.4.8 A **CONTRATADA** deverá ainda fornecer os arquivos eletrônicos contendo a apostila de legislação e os slides com a apresentação;

4.4.9 Após a emissão da ordem de serviço ou da nota de empenho, será agendada reunião com a equipe técnica do MPBA para avaliação da regulamentação estadual e documentos já elaborados com base na Lei 14.133/2021 e definição do conteúdo programático a ser abordado nas capacitações a serem realizadas com as respectivas datas e horários;

4.4.10 A **CONTRATADA** iniciará a execução dos serviços em até 05 (cinco) dias úteis após o recebimento da autorização de prestação de serviços ou do empenho emitido pelo **CONTRATANTE**;

4.4.11 As capacitações e treinamentos serão desenvolvidos nas dependências do **CONTRATANTE**, diretamente pelos profissionais que compõem a equipe técnica da **CONTRATADA**, conforme definido no **item 4.5** deste instrumento;

4.4.12 O prazo de execução dos serviços de capacitação e treinamento será de 3 (três) meses;

4.5 A Equipe técnica da **CONTRATADA** que prestará os serviços contratados é formada pelas seguintes profissionais:

4.5.1 **IRIS TATIUSE SILVA RIBEIRO**: Servidora pública do município de Salvador, mais de 13 (treze) anos de experiência na área de Licitações; Atuou como: Assessora Jurídica na SUCOM (SEDUR); Presidente da Comissão de Licitação e Pregoeira nos municípios de Lauro de Freitas e Salvador; Assessora do Gabinete da Secretaria da Educação de Salvador na Seção de Contratos. Atualmente faz parte da Comissão de Licitação da SECRETARIA DE PROMOÇÃO SOCIAL, COMBATE À POBREZA, ESPORTES E LAZER -SEMPRE. Atua, ainda, como Instrutora Interna da Secretaria de Gestão de Salvador, ministrando cursos de capacitação para os servidores e agentes públicos na área de licitações e contratos. Membro do Grupo de Trabalho Intersetorial para regulamentação e implementação da Lei nº 14.133/2021 no município de Salvador-BA;

4.5.2 **ANNIE KELLY SANTANA NASCIMENTO FARIAS**: Advogada atuante no ramo do Direito Público, com sólida experiência na área de Licitações Públicas e Contratos Administrativos. Especializada em Direito e Processo do Trabalho. Pós-graduanda em Licitações e Contratos Administrativos. Atuou como: Coordenadora do Setor de Auditoria Interna da SUCAB – Superintendência de Construções Administrativas da Bahia; Analista de Licitações da Diretoria de Infraestrutura; Assessora do Gabinete da Secretaria da Educação de Salvador/BA; Coordenadora do Núcleo de Contratos e instrumentos congêneres da Secretaria Municipal da Educação de Salvador/BA. Atualmente, atua como Analista e Consultora Jurídica da ASLIC – Assessoria de Licitações da Secretaria Municipal da Educação em Salvador/BA. Presta, ainda, consultoria nas áreas de licitações, contratos e convênios para órgãos públicos e privados.

CLÁUSULA QUINTA – DO RECEBIMENTO DO OBJETO CONTRATUAL

5.1 O recebimento provisório dos serviços realizados ficará sob a incumbência do fiscal do contrato - responsável pela habilitação para pagamentos, e se dará mediante termo, no prazo de 10 (dez) dias corridos, contados da finalização dos serviços, com a discriminação dos serviços efetivamente realizados;

5.2 O **CONTRATANTE** rejeitará, no todo ou em parte, o objeto contratual em desacordo com as condições pactuadas, podendo, entretanto, se lhe convier, decidir pelo recebimento, neste caso com as deduções cabíveis;

5.2.1 Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste instrumento, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo 15 (quinze) dias corridos, a contar da notificação da CONTRATADA, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades;

5.2.2 Em caso de recusa, no todo ou em parte, do objeto contratado, fica a CONTRATADA obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar o recebimento dos serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório;

5.3 O recebimento definitivo do objeto deste contrato será concretizado depois de adotados, pelo CONTRATANTE, todos os procedimentos cabíveis do art. 140 da Lei Federal nº 14.133/2021 e, no que couber, da Lei Estadual de nº 14.634/2023, devendo ocorrer no prazo de até 15 (quinze) dias corridos, contados do recebimento provisório;

5.4 O aceite ou aprovação do objeto pelo CONTRATANTE não exclui a responsabilidade da CONTRATADA por vícios, defeitos ou disparidades com as especificações estabelecidas neste Contrato e no processo de Dispensa de Licitação que o originou, verificadas posteriormente, garantindo-se ao CONTRATANTE, inclusive, as faculdades previstas na Lei Federal n.º 10.078/90 – Código de Defesa do Consumidor.

CLÁUSULA SEXTA – DO PREÇO

6.1 O valor global do contrato é de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais), conforme abaixo discriminado:

Item (descrição)	Qtd total	Valor mensal total
Serviços de consultoria e assessoria técnica	01	R\$ 25.000,00
Serviço de capacitação e treinamento	01	R\$ 15.000,00
Total		R\$ 40.000,00

6.2 Nos preços computados neste Contrato estão inclusos todos e quaisquer custos necessários ao fiel cumprimento deste instrumento, inclusive todos aqueles relativos a remunerações, encargos sociais, previdenciários e trabalhistas de todo o pessoal da CONTRATADA envolvido na execução do objeto, materiais, administração, tributos e emolumentos.

CLÁUSULA SÉTIMA- DO PAGAMENTO E DA ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA

7.1 Os pagamentos serão processados conforme ordem cronológica de pagamento, nos termos disciplinados no art.141 da Lei Federal de nº14.133/21.

7.2 O pagamento será processado mediante apresentação, pela CONTRATADA, de fatura, Nota Fiscal relativa à prestação dos serviços e certidões de regularidade cabíveis, bem como consulta à situação de idoneidade da CONTRATADA, documentação que deverá estar devidamente acompanhada do TERMO DE RECEBIMENTO pelo CONTRATANTE;

7.3 O faturamento referente ao objeto deste contrato será efetuado parceladamente, conforme valor baixo definido:

7.3.1 Seis parcelas no montante de R\$ 4.166,66 (quatro mil, cento e sessenta e seis reais e sessenta e seis centavos), relativamente aos serviços de consultoria e assessoria técnica;

7.3.2 Três parcelas no montante de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), relativamente aos serviços de capacitação e treinamento;

7.4 Os pagamentos serão processados no prazo de até 20 (vinte) dias, a contar da data de apresentação da documentação indicada no **item 7.2**, desde que não haja pendência a ser regularizada;

7.4.1 Verificando-se qualquer pendência impeditiva do pagamento, será considerada data da apresentação da documentação aquela na qual foi realizada a respectiva regularização;

7.4.2 No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto a dimensão, qualidade e quantidade, a parcela incontroversa deverá ser liberada no prazo previsto para pagamento;

7.5 As faturas far-se-ão acompanhar da documentação probatória relativa ao recolhimento dos tributos que tenham como fato gerador o objeto consignado na **Cláusula Primeira**;

7.6 O **CONTRATANTE** realizará a retenção de impostos ou outras obrigações de natureza tributária, de acordo com a legislação vigente;

7.7 Os pagamentos serão efetuados através de ordem bancária, para crédito em conta corrente e agência indicadas pela **CONTRATADA**, preferencialmente em banco de movimentação oficial de recursos do Estado da Bahia;

7.8 A atualização monetária dos pagamentos devidos pelo **CONTRATANTE**, em caso de mora, será calculada considerando a data do vencimento da obrigação e do seu efetivo pagamento, de acordo com a variação do INPC do IBGE *pro rata tempore*, observado, sempre, o disposto nos **itens 7.4 e 7.4.1**.

7.8.1 Para efeito de caracterização de mora imputável ao **CONTRATANTE**, não serão considerados eventuais atrasos de pagamento no período de fechamento do exercício financeiro do Estado da Bahia, compreendido entre o final do mês de dezembro e o mês de janeiro do exercício subsequente, decorrentes de circunstâncias alheias à vontade das partes, isto é, por força de bloqueio de rotinas no sistema estadual obrigatoriamente utilizado para a execução dos pagamentos devidos pelo **CONTRATANTE**.

7.9 No ato de liquidação da despesa, os serviços de contabilidade comunicarão aos órgãos da administração tributária as características da despesa e os valores pagos, conforme o disposto no [art. 63 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964](#).

CLÁUSULA OITAVA - DA MANUTENÇÃO DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO- FINANCEIRO DO CONTRATO

8.1 A concessão de reajustamento ocorrerá após o transcurso do prazo de 01 (um) ano da data do orçamento estimado pela Administração, qual seja, 19 de janeiro de 2024, mediante aplicação do INPC/IBGE relativo ao período decorrido entre a referida data e a data da efetiva concessão do reajuste;

8.1.1 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de 01 (um) ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste;

8.1.2 Os valores reajustados incidirão sobre as parcelas de serviços a serem executadas após o prazo de que cuida o item 8.1;

8.1.3 A variação do valor contratual para fazer face ao reajuste de preços será realizada por simples apostila, dispensando a celebração de aditamento;

8.2. O reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro dependerá de requerimento da Contratada quando visar recompor o preço que se tornou insuficiente, devendo ser instruído com a documentação que comprove o desequilíbrio econômico-financeiro do contrato;

8.2.1. O requerimento de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, nas hipóteses do art. 124, II, “d”, ou do art. 135 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, deverá ser formulado pelo interessado no prazo máximo de um ano do fato que o ensejou, sob pena de decadência, em consonância com o art. 211 da Lei Federal nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002.

8.2.2. Na hipótese de contratos de fornecimento contínuos, o requerimento de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro deverá ser formulado durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação nos termos do art. 131, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021, sob pena de preclusão;

8.2.2.1. Fica convencionado que, nos casos de contrato de fornecimento contínuos com prazo de vigência superior a 1 (um) ano, o requerimento de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do contrato deverá observar a disposição do subitem 8.2.1;

8.3 **O CONTRATANTE**, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, prorrogável por igual período mediante justificativa, responderá a eventuais pedidos de manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do Contrato apresentado pela Contratada (art. 92, inciso XI, c/c 123, parágrafo único da Lei nº 14.133, de 2021);

8.4 O processo de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro em favor do Contratante deverá ser instaurado quando possível a redução do preço ajustado para compatibilizá-lo ao valor de mercado ou quando houver diminuição, devidamente comprovada, dos preços dos insumos básicos utilizados no Contrato.

CLÁUSULA NONA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas para o pagamento deste contrato correrão por conta da Dotação Orçamentária a seguir especificada:

Código Orçamentária/Gestora	Unidade	Ação (P/A/OE)	Região	Destinação de Recursos (Fonte)	Natureza da Despesa
-----------------------------	---------	---------------	--------	--------------------------------	---------------------

40.101/0003	2000	9900	1.500.0.100.00000 0.00.00.00	33.90.39.000
-------------	------	------	---------------------------------	--------------

CLÁUSULA DÉCIMA - DO MODELO DE GESTÃO E FISCALIZAÇÃO CONTRATUAL

10.1 Na forma das disposições estabelecidas na Lei Federal nº 14.133/2021 e na Lei Estadual/BA nº 14.634/2023, o **CONTRATANTE** designará servidor(es), por meio de Portaria específica para tal fim, para a gestão e fiscalização deste contrato, tendo poderes, entre outros, para notificar a **CONTRATADA** sobre as irregularidades ou falhas que porventura venham a ser encontradas na execução deste instrumento;

10.2 Incumbe à fiscalização acompanhar e verificar a perfeita execução do contrato, em todas as suas fases, competindo-lhe, primordialmente:

10.2.1 Acompanhar o cumprimento dos prazos de execução descritos neste instrumento, e determinar as providências necessárias à correção de falhas, irregularidades e/ou defeitos;

10.2.2 Transmitir à **CONTRATADA** as instruções, e comunicar alterações de prazos ou roteiros, quando for o caso;

10.2.3 Promover, com a presença da **CONTRATADA**, a verificação dos serviços já efetuados, emitindo a competente habilitação para o recebimento de pagamentos;

10.2.4 Esclarecer as dúvidas da **CONTRATADA**, solicitando ao setor competente do **CONTRATANTE**, se necessário, parecer de especialistas;

10.2.5 Manter anotação em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados;

10.2.6 Informar aos seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei Estadual de nº14.634/23; art.12, §2º e Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2º);

10.3 A fiscalização, pelo **CONTRATANTE**, não desobriga a **CONTRATADA** de sua responsabilidade quanto à perfeita execução do objeto contratual.

10.3.1 A ausência de comunicação, por parte do **CONTRATANTE**, sobre irregularidades ou falhas, não exime a **CONTRATADA** das responsabilidades determinadas neste contrato.

10.4 O **CONTRATANTE** poderá recusar, sustar e/ou determinar o desfazimento/refazimento de serviços que não estejam sendo ou não tenham sido executados de acordo com as Normas Técnicas e/ou em conformidade com as condições deste contrato, ou ainda que atentem contra a segurança de terceiros ou de bens.

10.4.1 Qualquer serviço considerado não aceitável, no todo ou em parte, deverá ser refeito pela **CONTRATADA**, às suas expensas;

10.4.2 A não aceitação de algum serviço, no todo ou em parte, não implicará na dilação do

prazo de execução, salvo expressa concordância do **CONTRATANTE**.

10.5 Para fins de fiscalização, o **CONTRATANTE** poderá solicitar à **CONTRATADA**, a qualquer tempo, os documentos relacionados com a execução do presente contrato.

10.6 A gestão e a fiscalização contratual observará, ainda, as normas e regulamentos internos do Ministério Público do Estado da Bahia disciplinadores da matéria.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

11.1 Além das determinações contidas na Cláusula **QUARTA - do Regime e da forma de execução** deste contrato e no processo de Dispensa de Licitação que o originou – que aqui se consideram literalmente transcritas, bem como daquelas decorrentes de lei, a **CONTRATADA**, obriga-se a:

11.2 Promover a execução contratual de acordo com as especificações técnicas e exigências constantes no presente contrato, nos locais determinados, nos dias e nos turnos e horários de expediente do **CONTRATANTE**, não podendo eximir-se da obrigação, ainda que parcialmente, atribuindo quaisquer falhas, defeitos ou falta de pessoal e/ou material;

11.2.1 A **CONTRATADA** deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto;

11.3 Prestar diretamente os serviços ora contratados, não os transferindo a outrem, no todo ou em parte, sendo vedada a subcontratação, ainda que parcial, do objeto contratado;

11.4 Dispor de toda mão de obra, veículos, transportes, insumos e materiais necessários à execução e aos fornecimentos objeto deste instrumento;

11.5 Manter sob sua exclusiva responsabilidade toda a supervisão e direção da mão de obra necessária para a completa e eficiente execução dos serviços objeto deste contrato;

11.6 Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para a contratação;

11.7 Assegurar que os serviços objeto deste contrato não sofram solução de continuidade durante todo o prazo da sua vigência;

11.8 Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao **CONTRATANTE**;

11.8.1 A eventual retenção de tributos pelo **CONTRATANTE** não implicará na responsabilização deste, em hipótese alguma, por quaisquer penalidades ou gravames futuros, decorrentes de inadimplemento(s) de tributos pela **CONTRATADA**;

11.9 Emitir notas fiscais/faturas de acordo com a legislação, contendo descrição dos serviços, indicação de quantidades, preços unitários e valor total, observando-se, ainda, o quanto disposto nas **cláusulas quinta e sexta deste instrumento**;

11.10 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo **CONTRATANTE**, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

11.11 Providenciar e manter atualizadas todas as licenças e alvarás junto às repartições competentes que, porventura, sejam necessários à execução do contrato;

11.12 Atender, nos prazos consignados neste instrumento, às recusas ou determinações, pelo **CONTRATANTE**, de refazimento de serviços que não estejam sendo ou não tenham sido executados de acordo com as Normas Técnicas e/ou em conformidade com as condições deste contrato ou do processo de dispensa de licitação que o originou, providenciando sua imediata correção ou realização, sem ônus para o **CONTRATANTE**;

11.13 Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços;

11.14 Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo **CONTRATANTE** ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do serviço;

11.15 Paralisar, por determinação do **CONTRATANTE**, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

11.16 Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

11.17 Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do **CONTRATANTE**, ou do fiscal ou do gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei 14.133/2021;

11.18 Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

11.19 Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do **CONTRATANTE**;

11.20 Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;

11.21 Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;

11.22 Permitir e oferecer condições para a mais ampla e completa fiscalização durante a vigência deste contrato, fornecendo informações, propiciando o acesso à documentação pertinente e à execução contratual, e atendendo às observações e exigências apresentadas pela fiscalização;

11.23 Ministar curso presencial com a carga horária definida e de acordo com os conteúdos definidos em reunião de alinhamento, no dia e horários estabelecidos;

11.24 Obedecer à programação enviada pelo **CONTRATANTE**;

11.25 Providenciar para que os profissionais compareçam ao local do evento com, no mínimo, 30 (trinta) minutos de antecedência da realização das aulas;

11.26 Garantir que o profissional que ministrará as aulas porventura apresentada na proposta comercial, integrante do corpo técnico da empresa, realiza pessoal e diretamente os serviços objeto deste instrumento;

11.27 Avocar para si os ônus decorrentes de todas as reclamações e/ou ações judiciais ou extrajudiciais, por culpa ou dolo, que possam eventualmente ser alegadas por terceiros contra o **CONTRATANTE**, procedentes do objeto contratado.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

12.1 O **CONTRATANTE**, além das obrigações contidas neste contrato por determinação legal, obriga-se a:

12.2 Fornecer as informações necessárias para que a **CONTRATADA** possa executar plenamente o objeto contratado;

12.3 Realizar os pagamentos devidos pela execução do contrato, nos termos e condições previstos na **cláusula sexta**;

12.4 Permitir o acesso da **CONTRATADA** às instalações físicas do **CONTRATANTE**, nos locais e na forma eventualmente necessários para a execução dos serviços;

12.5 Acompanhar e fiscalizar o fiel cumprimento dos prazos e das condições de realização do presente contrato, notificando a **CONTRATADA**, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas na execução do objeto, para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias;

12.6 Fornecer à **CONTRATADA**, mediante solicitação, atestado de capacidade técnica, quando o fornecimento do objeto atender satisfatoriamente os prazos de entrega, qualidade e demais condições previstas neste Contrato.

12.7 Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste, observando os seguintes prazos:

12.7.1 A administração terá o prazo de até 60 (sessenta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento sobre o qual deverá se manifestar, admitida a prorrogação motivada, por igual período;

12.7.2 A administração terá o prazo de até 60 (sessenta) dias, a contar da data do requerimento, para responder a eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do contrato;

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO CUMPRIMENTO DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS - LEI N. 13.709/2018

13.1 É vedado às partes a utilização de todo e qualquer dado pessoal repassado em decorrência da execução contratual para finalidade distinta daquela do objeto da contratação, mantendo-se sigilo e confidencialidade, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal.

13.2 A **CONTRATADA** declara que tem ciência da existência da Lei Geral de Proteção de Dados e se compromete a adequar todos os procedimentos internos ao disposto na legislação com o intuito de proteger os dados pessoais repassados pelo **CONTRATANTE**.

13.3 A **CONTRATADA** fica obrigada a comunicar ao **Ministério Público do Estado da Bahia**, em até 24 (vinte e quatro) horas do conhecimento, qualquer incidente de acessos não autorizados aos dados pessoais, situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito, bem como adotar as providências dispostas no art. 48 da LGPD.

13.4 A **CONTRATADA** cooperará com a **CONTRATANTE** no cumprimento das obrigações referentes ao exercício dos direitos dos titulares previstos na LGPD e nas Leis e Regulamentos de Proteção de Dados em vigor e também no atendimento de requisições e determinações do Poder Judiciário, Ministério Público, ANPD e Órgãos de controle administrativo em geral;

13.5 Eventuais responsabilidades das partes serão apuradas conforme estabelecido neste contrato e também de acordo com o que dispõe a Seção III, Capítulo VI da LGPD.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA GARANTIA DA EXECUÇÃO

Não será exigida garantia da execução contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS INFRAÇÕES E DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

15.1 A **CONTRATADA** sujeitar-se-á às sanções administrativas previstas nas Leis Federal nº. 14.133/2021 e Estadual nº 14.634/23, as quais poderão vir a ser aplicadas após o prévio e devido processo administrativo, assegurando-lhe, sempre, o contraditório e a ampla defesa.

15.2 Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, a **CONTRATADA** que:

15.2.1 Der causa à inexecução parcial do contrato;

15.2.2 Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

15.2.3 Der causa à inexecução total do contrato;

15.2.4 Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

15.2.5 Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

15.2.6 Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

15.2.7 Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

15.2.8 Praticar ato fraudulento na execução do contrato;

15.2.9 Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

15.2.10 Praticar ato lesivo previsto no art.5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013;

15.3 Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:

15.3.1 **Advertência**, quando a **CONTRATADA** der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei Federal nº 14.133/2021);

15.3.2 **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nos itens 15.2.2, a 15.2.4 acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §4º, da Lei Federal 14.133/2021);

15.3.3 **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nos itens 15.2.5 a 15.2.9, acima, bem como nas alíneas 15.2.2 a 15.2.4, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei Federal nº 14.133/21);

15.3.4 Multa:

15.3.4.1 Moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

15.3.4.2 Compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, para as infrações descritas nas alíneas 15.2.6 a 15.2.10;

15.3.4.3 Compensatória de 15% (quinze por cento) sobre o valor total do contrato, para as infrações descritas na alínea 15.2.3 e 15.2.4;

15.3.4.4 Para as infrações constantes das alíneas 15.2.1, 15.2.2 e 15.2.5, a multa será de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato;

15.3.4.5 Será admitida medida cautelar destinada a garantir o resultado útil do processo administrativo sancionatório, de forma antecedente ou incidental à sua instauração, inclusive a retenção provisória do valor correspondente à estimativa da sanção de multa;

15.3.4.5.1 O valor da retenção provisória a que se refere o subitem anterior deste artigo não poderá exceder ao limite máximo estabelecido no §3º do art. 156 da Lei Federal nº 14.133, de 2021;

15.4 A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à **CONTRATANTE**;

15.5 Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa;

15.5.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de **15 (quinze) dias úteis**, contado da data de sua intimação;

15.5.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pela **CONTRATANTE** à **CONTRATADA**, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente, conforme o caso;

15.5.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 05 (cinco) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

15.6. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa à **CONTRATADA**, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

15.7. Na aplicação das sanções serão considerados:

15.7.1 A natureza e a gravidade da infração cometida;

15.7.2 As peculiaridades do caso concreto;

15.7.3 As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

15.7.4 Os danos que dela provierem para o **CONTRATANTE**;

15.7.5 A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

15.8 Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, e na Lei Estadual nº 14.634/23, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei;

15.9 A personalidade jurídica do **CONTRATADO** poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

15.10 O **CONTRATANTE** deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela

aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

15.11 As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21 e da Lei Estadual de nº 14.634/23.

15.12 Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

16.1 Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021 e da Lei Estadual de nº 14.634/23;

16.2 **O CONTRATADO** é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato;

16.3 As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia análise da Assessoria Jurídica do **CONTRATANTE**, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

16.4 Registros que não caracterizem alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração do termo aditivo, na forma do artigo 136, da Lei 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA EXTINÇÃO DO CONTRATO

17.1 O contrato se extingue quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes;

17.1.1. O contrato pode ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o **CONTRATANTE**, quando este não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem;

17.1.1.2. A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo **CONTRATANTE** nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia;

17.1.1.3. Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

17.2 O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei Federal nº

14.133/2021, bem como de forma consensual ~~amigavelmente~~, assegurados o contraditório e a ampla defesa;

17.2.1 A extinção do contrato poderá ser:

- a) determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta (arts. 138, inciso I, da Lei nº 14.133, de 2021);
- b) consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração (art. 138, inciso II, da Lei nº 14.133, de 2021);
- c) determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial (art. 138, inciso III, da Lei nº 14.133, de 2021);

17.2.1 Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 Lei Federal nº 14.133/2021;

17.2.2 A alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato;

17.2.2.1 Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica **CONTRATADA**, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva;

17.3 O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido de:

17.3.1 Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

17.3.2 Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

17.3.3 Indenizações e multas.

17.4 O contrato poderá ser extinto, ainda:

17.4.1 Caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade **CONTRATANTE** ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação no processo de contratação direta ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

17.4.2 Caso se constate que a pessoa jurídica **CONTRATADA** possui administrador ou sócio com poder de direção, familiar de detentor de cargo em comissão ou função de confiança que atue na área responsável pela demanda ou contratação ou de autoridade a ele hierarquicamente superior no âmbito do órgão **CONTRATANTE**.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA AUSÊNCIA DE VÍNCULO EMPREGATÍCIO

18.1 A utilização de mão de obra, pela **CONTRATADA**, para execução dos serviços objeto do presente contrato não ensejará, em nenhuma hipótese, vínculo empregatício com o **CONTRATANTE**;

18.2 São vedadas à **CONTRATADA** a subcontratação de mão de obra e a transferência a terceiros da execução dos serviços objeto do presente instrumento;

18.2.1 Fica garantido o direito de regresso do **CONTRATANTE**, perante a **CONTRATADA**, para ressarcimento de toda e qualquer despesa trabalhista, previdenciária ou de cunho indenizatório que venha a ser condenado a pagar, na eventual hipótese de vir a ser demandado judicialmente, relativamente à execução do objeto contratual, por qualquer empregado ou subcontratado da **CONTRATADA** ou por qualquer pessoa que, ainda que irregularmente, execute o objeto contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA– DA PUBLICIDADE

O CONTRATANTE será responsável pela publicação deste instrumento nos termos e condições previstas na Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DO FORO

Fica eleito o Foro da Cidade do **Salvador-Bahia**, que prevalecerá sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente Contrato.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

21.1 **O CONTRATANTE** não responderá por quaisquer compromissos assumidos perante terceiros pela **CONTRATADA**, ou seus prepostos, ainda que vinculados à execução do presente Contrato;

21.2 A inadimplência da **CONTRATADA**, com relação a quaisquer custos, despesas, tributos, exigências ou encargos, não transfere ao **CONTRATANTE** a responsabilidade pelo seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do contrato.

21.3 Os casos omissos serão decididos pelo **CONTRATANTE**, segundo as disposições contidas na Lei Federal nº 14.133, de 2021 e Estadual nº 14.634 de 2023 e demais normas federais e estaduais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 12.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos;

21.4 Fica assegurado ao **CONTRATANTE** o direito de alterar unilateralmente o Contrato, mediante justificativa expressa, nas hipóteses previstas na Lei Federal 14.133/21 e na forma de Lei Estadual de nº 14.634/23 para melhor adequação às finalidades de interesse público, desde que mantido o equilíbrio econômico-financeiro original do contrato e respeitados os demais direitos da **CONTRATADA**;

21.5 Não caracterizam novação eventuais variações do valor contratual resultantes de reajustamento/revisão de preços, de compensações financeiras decorrentes das condições de pagamento nele previstas ou, ainda, de alterações de valor em razão da aplicação de penalidades;

21.6 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela **CONTRATADA** com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por

qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da **CONTRATADA**, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

21.7 O presente contrato regula-se pelas suas cláusulas e pelos preceitos de direito público, aplicando-se, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado;

E, por assim estarem justos e acordados, assinam o presente Contrato para que produza seus efeitos legais.

Salvador, 20xx.

Licitak Consultoria, Assessoria e Gestão Ltda
Annie Kelly Santana do Nascimento Farias
Sócia-Administradora

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA
André Luis Sant'Ana Ribeiro
Superintendente de Gestão Administrativa

(Assinado e datado eletronicamente/digitalmente)

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS QUE, ENTRE SI, CELEBRAM O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA E A EMPRESA LICITAK CONSULTORIA, ASSESSORIA E GESTÃO LTDA, NA FORMA ABAIXO:

CONTRATO Nº XXX/20Xx - SGA

O **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA**, CNPJ nº 04.142.491/0001-66, com sede situada à 5ª Avenida, 750, Centro Administrativo da Bahia - CAB, Salvador - BA, neste ato representado, mediante Ato de Delegação nº 70/2014, pelo Superintendente de Gestão Administrativa **André Luis Sant'Ana Ribeiro**, doravante denominado **CONTRATANTE**, e a Empresa **LICITAK CONSULTORIA, ASSESSORIA E GESTÃO LTDA**, CNPJ nº 39.598.253/0001-56, estabelecida à Rua Ewerton Visco, 290, Edf. Boulevard Side Empresarial, sala 1901, Caminho das Árvores, Salvador/BA, representada por sua sócia-administradora, Sra. **Annie Kelly Santa do Nascimento Farias**, CPF/MF nº [REDACTED], doravante denominada **CONTRATADA**, com supedâneo no quanto disposto na Lei Federal nº 14.133/2021 e na Lei Estadual/BA nº 14.634/2023, e, ainda, observado o constante no procedimento administrativo de Inexigibilidade de Licitação nº xxx/2024 - DADM, protocolado sob o nº 19.09.02330.0000248/2024-75, o qual integra este instrumento independentemente de transcrição, **CELEBRAM** o presente Contrato, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 O presente instrumento tem por objeto contratação de empresa para prestação de serviços especializados de consultoria e assessoria ao setor de compras, licitações e contratos administrativos do Ministério Público do Estado da Bahia, englobando, ainda, a prestação de serviços técnicos especializados de treinamento *in company* para a formação, desenvolvimento e capacitação teórico-prático de servidores envolvidos nos processos de contratações públicas do Ministério Público do Estado da Bahia, de acordo com a Lei Federal nº 14.133/2021 e com a Lei Estadual/BA nº 14.634/2023.

1.2 A execução dos serviços objeto deste contrato englobará, ainda:

1.2.1 A revisão, readequação e padronização de documentos ao novo marco legal instituído pela Lei Federal 14.133/2021 e pela Lei Estadual/BA nº 14.634/2023;

1.2.2 Suporte, manutenção, apoio técnico e consultoria para a implantação eficiente das legislações aplicáveis (a incluir tanto os diplomas legais

referidos no item 1.1 quanto os Atos Normativos internos expedidos pelo Ministério Público do Estado da Bahia no decorrer da consultoria;

1.2.3 Capacitação acerca das alterações na instrução e na condução dos processos licitatórios e contratos administrativos;

1.3 A assinatura do presente instrumento contratual, pela **CONTRATADA**, importa na presunção de plena ciência e aquiescência com o seu conteúdo, inclusive quanto aos documentos anexos.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VINCULAÇÃO À CONTRATAÇÃO DIRETA

Integram o presente contrato, vinculando esta contratação, independentemente de transcrição: o termo de referência, a proposta da contratada e eventuais anexos dos documentos supracitados, além das condições estabelecidas no ato de autorização da Inexigibilidade de Licitação que o originou, referido no preâmbulo deste instrumento.

CLÁUSULA TERCEIRA- DA DURAÇÃO DO CONTRATO

3.1 O prazo de vigência do presente Contrato é de 08 (oito) meses, a contar da data da última assinatura pelas partes, admitindo-se a sua prorrogação por sucessivos períodos, limitados a 10 (dez) anos, nos termos dos artigos 106 e 107 c/c artigo 6º, XV da Lei Federal nº 14.133/2021, e será formalizada por termo aditivo;

3.1.1 A prorrogação de que trata este dispositivo é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com a **CONTRATADA**;

CLÁUSULA QUARTA - DO REGIME, DA FORMA DE EXECUÇÃO E DOS PRAZOS PARA EXECUÇÃO

4.1 O Regime de execução do presente Contrato é de Execução Indireta, na modalidade Empreitada por Preço Global;

4.2 O **CONTRATANTE** convocará a **CONTRATADA** para retirar a nota de empenho no prazo de até 10 (dez) dias úteis contado a partir da notificação pela Administração, que ocorrerá, preferencialmente, através de envio de e-mail para o endereço indicado na proposta de preços;

4.2.1 As comprovações da convocação e da entrega/retirada da nota de empenho poderão ocorrer por quaisquer dos seguintes meios: por meio eletrônico (através de confirmação de recebimento de e-mail), aposição de assinatura (para retirada presencial) ou por Aviso de Recebimento dos correios (quando a entrega for via postal).

4.2.2 A **CONTRATADA** poderá solicitar a prorrogação do prazo para retirada/recebimento da nota de empenho, por igual período ao original, por motivo justo e aceito pela Administração.

4.3 Os serviços relativos à **consultoria e assessoria** compreendem deverão observar as seguintes etapas e regras:

4.3.1 ETAPA 1: Avaliação diagnóstica:

4.3.1.1 Análise da estrutura organizacional do **CONTRATANTE**;

4.3.1.2 Entrevistas com os principais atores dos processos de contratação;

4.3.1.3 Emissão de relatório conclusivo com propostas de ações e intervenções;

4.3.2 ETAPA 2: Análise, revisão e elaboração de artefatos customizados:

4.3.2.1 Contempla análise e adequação dos documentos da instituição e a elaboração, pela equipe de consultores da **CONTRATADA**, dos seguintes instrumentos, a serem entregues integralmente prontos para serem operacionalizados e utilizados pela **CONTRATANTE**, com base nos requisitos da Lei Federal nº 14.133/2021 e na Lei Estadual/BA nº 14.634/2023:

4.3.2.1.1 Termos de Referências para modalidades licitatórias e contratações diretas;

4.3.2.1.2 Minutas de contratos;

4.3.2.1.3 Minuta de Editais de pregão e concorrência para obras e serviços;

4.3.2.1.4 Modelo de Estudo Técnico Preliminar;

4.3.2.1.5 Base de conhecimento de procedimentos internos:

- a) Formulário- adequação orçamentária;
- b) Formulário – Documento de Formalização da demanda;
- c) Formulário – Informações Orçamentárias;
- d) Formulário – Solicitação de Autorização para Licitação;
- e) Formulário – Tabela de preços referenciais;
- f) Glossário;
- g) Fluxos BPMU

4.3.2.2 A adequação a ser realizada nas minutas dos editais englobarão todas as modalidades comumente utilizadas, tais como: pregão, concorrência, bem como contratações diretas;

4.3.2.3 As versões de documentos que serão apresentados e entregues pelos consultores abrangendo as principais contratações realizadas pela instituição, tais como, produtos, equipamentos, serviços comuns, serviços contínuos, obras e serviços de engenharia;

4.3.3 **ETAPA 3:** Apresentação dos produtos entregues.

4.3.3.1 Esta etapa será realizada à medida que os artefatos forem entregues e poderá ser modificada/ajustada conforme a demanda do **CONTRATANTE**;

4.3.4 **ETAPA 4:** Suporte técnico:

4.3.4.1 Contempla o suporte técnico prestado pela equipe de consultores para esclarecimento de dúvidas, vem como adequação dos documentos produzidos aos regulamentos estaduais posteriormente publicados.

4.3.4.2 O escopo dos serviços de consultoria proposto pode ser modificado para melhor aderência às necessidades do **CONTRATANTE**;

4.3.5 Do escopo dos serviços de consultoria e assessoria: O escopo dos serviços de consultoria pode ser modificado para melhor aderência às necessidades do **CONTRATANTE**. Itens podem ser modificados, inseridos ou excluídos;

4.3.5.1 Os serviços que compõem a consultoria poderão ser realizados presencialmente ou à distância, por meio de videoconferências.

4.3.5.2 Poderão ser formuladas consultas por e-mail ou por aplicativos de mensagens de modo a agilizar ainda mais o processo de migração para o novo regime de contratações públicas;

4.3.6 A **CONTRATADA** deverá iniciar os serviços em até 05 (cinco) dias úteis, após o recebimento da autorização da prestação de serviços, ou do empenho, acompanhado do instrumento contratual assinado pelas partes e devidamente publicado nos meios oficiais de divulgação;

4.3.7 Os serviços, quando prestados de maneira presencial, ocorrerão nas dependências do **CONTRATANTE**. Quando prestados "à distância" serão utilizadas ferramentas tecnológicas que viabilizem a conferência on line, diretamente pela equipe técnica da **CONTRATADA**, conforme indicado no **item 4.5** deste instrumento;

4.3.8 A execução dos serviços perdurará por 06 (seis) meses, contados do recebimento do empenho pela empresa **CONTRATADA**;

4.4 A execução dos serviços de treinamento *in company* para a formação, desenvolvimento e capacitação teórico-prático de servidores envolvidos nos processos de contratação observará o seguinte regramento:

4.4.1 A capacitação terá caráter teórico-prático e contará com a realização de 03 (três) turmas com no máximo 40 (quarenta) servidores que atuem na área de licitações e contratos, bem como para servidores

das unidades demandantes de processos de licitação, com cronograma a ser definido em reunião entre a **CONTRATADA** e o **CONTRATANTE**.

4.4.2 O curso será ministrado presencialmente para até 120 (cento e vinte) participantes, especificamente servidores que atuam diretamente nos processos licitatórios e de contratação;

4.4.3 A carga horária total do curso será de 16 horas para cada turma, sendo aulas expositivas e dialogadas, ministradas pelos técnicos especialistas da **CONTRATADA**;

4.1.3.1 **O CONTRATANTE** detém a prerrogativa de realizar ajustes e modificações, acerca do processo de capacitação, em colaboração com a **CONTRATADA**, na quantidade de aulas, em conformidade com a temática a ser determinada, sem implicar prejuízo para o **CONTRATANTE**.

4.4.5 Todas as aulas serão ministradas presencialmente, em local a ser disponibilizado pelo **CONTRATANTE**, com capacidade para até 40 (quarenta) alunos por turma;

4.4.6 Na abordagem dos itens do conteúdo programático específicos da Administração Pública Estadual, a **CONTRATADA** deverá incluir também aspectos peculiares do **CONTRATANTE**, notadamente quanto aos documentos padronizados elaborados com base na Lei 14.133/2021;

4.4.7 Caberá à **CONTRATADA** o fornecimento dos materiais didáticos digitais necessários e certificados de participação no curso;

4.4.8 A **CONTRATADA** deverá ainda fornecer os arquivos eletrônicos contendo a apostila de legislação e os slides com a apresentação;

4.4.9 Após a emissão da ordem de serviço ou da nota de empenho, será agendada reunião com a equipe técnica do MPBA para avaliação da regulamentação estadual e documentos já elaborados com base na Lei 14.133/2021 e definição do conteúdo programático a ser abordado nas capacitações a serem realizadas com as respectivas datas e horários;

4.4.10 A **CONTRATADA** iniciará a execução dos serviços em até 05 (cinco) dias úteis após o recebimento da autorização de prestação de serviços ou do empenho emitido pelo **CONTRATANTE**;

4.4.11 As capacitações e treinamentos serão desenvolvidos nas dependências do **CONTRATANTE**, diretamente pelos profissionais que compõem a equipe técnica da **CONTRATADA**, conforme definido no **item 4.5** deste instrumento;

4.4.12 O prazo de execução dos serviços de capacitação e treinamento será de 3 (três) meses;

4.5 A Equipe técnica da **CONTRATADA** que prestará os serviços contratados é formada pelas seguintes profissionais:

4.5.1 **IRIS TATIUSE SILVA RIBEIRO**: Servidora pública do município de Salvador, mais de 13 (treze) anos de experiência na área de Licitações; Atuou como: Assessora Jurídica na SUCOM (SEDUR); Presidente da Comissão de Licitação e Pregoeira nos municípios de Lauro de Freitas e Salvador; Assessora do Gabinete da Secretaria da Educação de Salvador na Seção de Contratos. Atualmente faz parte da Comissão de Licitação da SECRETARIA DE PROMOÇÃO SOCIAL, COMBATE À POBREZA, ESPORTES E LAZER -SEMPRE. Atua, ainda, como Instrutora Interna da Secretaria de Gestão de Salvador, ministrando cursos de capacitação para os servidores e agentes públicos na área de licitações e contratos. Membro do Grupo de Trabalho Intersectorial para regulamentação e implementação da Lei nº 14.133/2021 no município de Salvador-BA;

4.5.2 **ANNIE KELLY SANTANA NASCIMENTO FARIAS**: Advogada atuante no ramo do Direito Público, com sólida experiência na área de Licitações Públicas e Contratos Administrativos. Especializada em Direito e Processo do Trabalho. Pós-graduanda em Licitações e Contratos Administrativos. Atuou como: Coordenadora do Setor de Auditoria Interna da SUCAB – Superintendência de Construções Administrativas da Bahia; Analista de Licitações da Diretoria de Infraestrutura; Assessora do Gabinete da Secretaria da Educação de Salvador/BA; Coordenadora do Núcleo de Contratos e instrumentos congêneres da Secretaria Municipal da Educação de Salvador/BA. Atualmente, atua como Analista e Consultora Jurídica da ASLIC – Assessoria de Licitações da Secretaria Municipal da Educação em Salvador/BA. Presta, ainda, consultoria nas áreas de licitações, contratos e convênios para órgãos públicos e privados.

CLÁUSULA QUINTA – DO RECEBIMENTO DO OBJETO CONTRATUAL

5.1 O recebimento provisório dos serviços realizados ficará sob a incumbência do fiscal do contrato - responsável pela habilitação para pagamentos, e se dará mediante termo, no prazo de 10 (dez) dias corridos, contados da finalização dos serviços, com a discriminação dos serviços efetivamente realizados;

5.2 **O CONTRATANTE** rejeitará, no todo ou em parte, o objeto contratual em desacordo com as condições pactuadas, podendo, entretanto, se lhe convier, decidir pelo recebimento, neste caso com as deduções cabíveis;

5.2.1 Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste instrumento, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo 15 (quinze) dias corridos, a contar da notificação da **CONTRATADA**, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades;

5.2.2 Em caso de recusa, no todo ou em parte, do objeto contratado, fica a **CONTRATADA** obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou

materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar o recebimento dos serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório;

5.3 O recebimento definitivo do objeto deste contrato será concretizado depois de adotados, pelo **CONTRATANTE**, todos os procedimentos cabíveis do art. 140 da Lei Federal nº 14.133/2021 e, no que couber, da Lei Estadual de nº 14.634/2023, devendo ocorrer no prazo de até 15 (quinze) dias corridos, contados do recebimento provisório;

5.4 O aceite ou aprovação do objeto pelo **CONTRATANTE** não exclui a responsabilidade da **CONTRATADA** por vícios, defeitos ou disparidades com as especificações estabelecidas neste Contrato e no processo de Dispensa de Licitação que o originou, verificadas posteriormente, garantindo-se ao **CONTRATANTE**, inclusive, as faculdades previstas na Lei Federal n.º 10.078/90 – Código de Defesa do Consumidor.

CLÁUSULA SEXTA – DO PREÇO

6.1 O valor global do contrato é de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais), conforme abaixo discriminado:

Item (descrição)	Qtd total	Valor mensal total
Serviços de consultoria e assessoria técnica	01	R\$ 25.000,00
Serviço de capacitação e treinamento	01	R\$ 15.000,00
Total		R\$ 40.000,00

6.2 Nos preços computados neste Contrato estão inclusos todos e quaisquer custos necessários ao fiel cumprimento deste instrumento, inclusive todos aqueles relativos a remunerações, encargos sociais, previdenciários e trabalhistas de todo o pessoal da **CONTRATADA** envolvido na execução do objeto, materiais, administração, tributos e emolumentos.

CLÁUSULA SÉTIMA- DO PAGAMENTO E DA ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA

7.1 Os pagamentos serão processados conforme ordem cronológica de pagamento, nos termos disciplinados no art.141 da Lei Federal de nº14.133/21.

7.2 O pagamento será processado mediante apresentação, pela **CONTRATADA**, de fatura, Nota Fiscal relativa à prestação dos serviços e certidões de regularidade cabíveis, bem como consulta à situação de idoneidade da **CONTRATADA**, documentação que deverá estar devidamente acompanhada do **TERMO DE RECEBIMENTO** pelo **CONTRATANTE**;

7.3 O faturamento referente ao objeto deste contrato será efetuado parceladamente, conforme valor baixo definido:

7.3.1 Seis parcelas no montante de R\$ 4.166,66 (quatro mil, cento e sessenta e seis reais e sessenta e seis centavos), relativamente aos serviços de consultoria e assessoria técnica;

7.3.2 Três parcelas no montante de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), relativamente aos serviços de capacitação e treinamento;

7.4 Os pagamentos serão processados no prazo de até 20 (vinte) dias, a contar da data de apresentação da documentação indicada no **item 7.2**, desde que não haja pendência a ser regularizada;

7.4.1 Verificando-se qualquer pendência impeditiva do pagamento, será considerada data da apresentação da documentação aquela na qual foi realizada a respectiva regularização;

7.4.2 No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto a dimensão, qualidade e quantidade, a parcela incontroversa deverá ser liberada no prazo previsto para pagamento;

7.5 As faturas far-se-ão acompanhar da documentação probatória relativa ao recolhimento dos tributos que tenham como fato gerador o objeto consignado na **Cláusula Primeira**;

7.6 O **CONTRATANTE** realizará a retenção de impostos ou outras obrigações de natureza tributária, de acordo com a legislação vigente;

7.7 Os pagamentos serão efetuados através de ordem bancária, para crédito em conta corrente e agência indicadas pela **CONTRATADA**, preferencialmente em banco de movimentação oficial de recursos do Estado da Bahia;

7.8 A atualização monetária dos pagamentos devidos pelo **CONTRATANTE**, em caso de mora, será calculada considerando a data do vencimento da obrigação e do seu efetivo pagamento, de acordo com a variação do INPC do IBGE *pro rata tempore*, observado, sempre, o disposto nos **itens 7.4 e 7.4.1**.

7.8.1 Para efeito de caracterização de mora imputável ao **CONTRATANTE**, não serão considerados eventuais atrasos de pagamento no período de fechamento do exercício financeiro do Estado da Bahia, compreendido entre o final do mês de dezembro e o mês de janeiro do exercício subsequente, decorrentes de circunstâncias alheias à vontade das partes, isto é, por força de bloqueio de rotinas no sistema estadual obrigatoriamente utilizado para a execução dos pagamentos devidos pelo **CONTRATANTE**.

7.9 No ato de liquidação da despesa, os serviços de contabilidade comunicarão aos órgãos da administração tributária as características da

despesa e os valores pagos, conforme o disposto no [art. 63 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964](#).

CLÁUSULA OITAVA - DA MANUTENÇÃO DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO- FINANCEIRO DO CONTRATO

8.1 A concessão de reajustamento ocorrerá após o transcurso do prazo de 01 (um) ano da data do orçamento estimado pela Administração, qual seja, 19 de janeiro de 2024, mediante aplicação do INPC/IBGE relativo ao período decorrido entre a referida data e a data da efetiva concessão do reajuste;

8.1.1 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de 01 (um) ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste;

8.1.2 Os valores reajustados incidirão sobre as parcelas de serviços a serem executadas após o prazo de que cuida o item 8.1;

8.1.3 A variação do valor contratual para fazer face ao reajuste de preços será realizada por simples apostila, dispensando a celebração de aditamento;

8.2. O reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro dependerá de requerimento da Contratada quando visar recompor o preço que se tornou insuficiente, devendo ser instruído com a documentação que comprove o desequilíbrio econômico-financeiro do contrato;

8.2.1. O requerimento de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, nas hipóteses do art. 124, II, "d", ou do art. 135 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, deverá ser formulado pelo interessado no prazo máximo de um ano do fato que o ensejou, sob pena de decadência, em consonância com o art. 211 da Lei Federal nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002.

8.2.2. Na hipótese de contratos de fornecimento contínuos, o requerimento de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro deverá ser formulado durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação nos termos do art. 131, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021, sob pena de preclusão;

8.2.2.1. Fica convencionado que, nos casos de contrato de fornecimento contínuos com prazo de vigência superior a 1 (um) ano, o requerimento de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do contrato deverá observar a disposição do subitem 8.2.1;

8.3 **O CONTRATANTE**, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, prorrogável por igual período mediante justificativa, responderá a eventuais pedidos de manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do Contrato apresentado pela Contratada (art. 92, inciso XI, c/c 123, parágrafo único da Lei nº 14.133, de 2021);

8.4 O processo de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro em favor do Contratante deverá ser instaurado quando possível a redução do preço ajustado para compatibilizá-lo ao valor de mercado ou quando houver diminuição, devidamente comprovada, dos preços dos insumos básicos utilizados no Contrato.

CLÁUSULA NONA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas para o pagamento deste contrato correrão por conta da Dotação Orçamentária a seguir especificada:

Código Orçamentária/Ge stora	Unidade	Ação (P/A/ OE)	Região	Destinação de Recursos (Fonte)	Natureza da Despesa
40.101/0003		2000	9900	1.500.0.100.0 00000.00.00.0 0	33.90.39.00 0

CLÁUSULA DÉCIMA - DO MODELO DE GESTÃO E FISCALIZAÇÃO CONTRATUAL

10.1 Na forma das disposições estabelecidas na Lei Federal nº 14.133/2021 e na Lei Estadual/BA nº 14.634/2023, o **CONTRATANTE** designará servidor(es), por meio de Portaria específica para tal fim, para a gestão e fiscalização deste contrato, tendo poderes, entre outros, para notificar a **CONTRATADA** sobre as irregularidades ou falhas que porventura venham a ser encontradas na execução deste instrumento;

10.2 Incumbe à fiscalização acompanhar e verificar a perfeita execução do contrato, em todas as suas fases, competindo-lhe, primordialmente:

10.2.1 Acompanhar o cumprimento dos prazos de execução descritos neste instrumento, e determinar as providências necessárias à correção de falhas, irregularidades e/ou defeitos;

10.2.2 Transmitir à **CONTRATADA** as instruções, e comunicar alterações de prazos ou roteiros, quando for o caso;

10.2.3 Promover, com a presença da **CONTRATADA**, a verificação dos serviços já efetuados, emitindo a competente habilitação para o recebimento de pagamentos;

10.2.4 Esclarecer as dúvidas da **CONTRATADA**, solicitando ao setor competente do **CONTRATANTE**, se necessário, parecer de especialistas;

10.2.5 Manter anotação em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário

para a regularização das faltas ou dos defeitos observados;

10.2.6 Informar aos seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei Estadual de nº14.634/23; art.12, §2º e Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2º);

10.3 A fiscalização, pelo **CONTRATANTE**, não desobriga a **CONTRATADA** de sua responsabilidade quanto à perfeita execução do objeto contratual.

10.3.1 A ausência de comunicação, por parte do **CONTRATANTE**, sobre irregularidades ou falhas, não exime a **CONTRATADA** das responsabilidades determinadas neste contrato.

10.4 **O CONTRATANTE** poderá recusar, sustar e/ou determinar o desfazimento/refazimento de serviços que não estejam sendo ou não tenham sido executados de acordo com as Normas Técnicas e/ou em conformidade com as condições deste contrato, ou ainda que atentem contra a segurança de terceiros ou de bens.

10.4.1 Qualquer serviço considerado não aceitável, no todo ou em parte, deverá ser refeito pela **CONTRATADA**, às suas expensas;

10.4.2 A não aceitação de algum serviço, no todo ou em parte, não implicará na dilação do prazo de execução, salvo expressa concordância do **CONTRATANTE**.

10.5 Para fins de fiscalização, o **CONTRATANTE** poderá solicitar à **CONTRATADA**, a qualquer tempo, os documentos relacionados com a execução do presente contrato.

10.6 A gestão e a fiscalização contratual observará, ainda, as normas e regulamentos internos do Ministério Público do Estado da Bahia disciplinadores da matéria.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

11.1 Além das determinações contidas na Cláusula **QUARTA - do Regime e da forma de execução** deste contrato e no processo de Dispensa de Licitação que o originou – que aqui se consideram literalmente transcritas, bem como daquelas decorrentes de lei, a **CONTRATADA**, obriga-se a:

10.2 Promover a execução contratual de acordo com as especificações técnicas e exigências constantes no presente contrato, nos locais determinados, nos dias e nos turnos e horários de expediente do **CONTRATANTE**, não podendo eximir-se da obrigação, ainda que parcialmente, atribuindo quaisquer falhas, defeitos ou falta de pessoal e/ou material;

11.2.1 A **CONTRATADA** deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus

os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto;

11.3 Prestar diretamente os serviços ora contratados, não os transferindo a outrem, no todo ou em parte, sendo vedada a subcontratação, ainda que parcial, do objeto contratado;

11.4 Dispor de toda mão de obra, veículos, transportes, insumos e materiais necessários à execução e aos fornecimentos objeto deste instrumento;

11.5 Manter sob sua exclusiva responsabilidade toda a supervisão e direção da mão de obra necessária para a completa e eficiente execução dos serviços objeto deste contrato;

11.6 Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para a contratação;

11.7 Assegurar que os serviços objeto deste contrato não sofram solução de continuidade durante todo o prazo da sua vigência;

11.8 Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao **CONTRATANTE**;

11.8.1 A eventual retenção de tributos pelo **CONTRATANTE** não implicará na responsabilização deste, em hipótese alguma, por quaisquer penalidades ou gravames futuros, decorrentes de inadimplemento(s) de tributos pela **CONTRATADA**;

11.9 Emitir notas fiscais/faturas de acordo com a legislação, contendo descrição dos serviços, indicação de quantidades, preços unitários e valor total, observando-se, ainda, o quanto disposto nas **cláusulas quinta e sexta deste instrumento**;

11.10 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo **CONTRATANTE**, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

11.11 Providenciar e manter atualizadas todas as licenças e alvarás junto às repartições competentes que, porventura, sejam necessários à execução do contrato;

11.12 Atender, nos prazos consignados neste instrumento, às recusas ou determinações, pelo **CONTRATANTE**, de refazimento de serviços que não estejam sendo ou não tenham sido executados de acordo com as Normas Técnicas e/ou em conformidade com as condições deste contrato ou do

processo de dispensa de licitação que o originou, providenciando sua imediata correção ou realização, sem ônus para o **CONTRATANTE**;

11.13 Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços;

11.14 Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo **CONTRATANTE** ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do serviço;

11.15 Paralisar, por determinação do **CONTRATANTE**, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

11.16 Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

11.17 Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do **CONTRATANTE**, ou do fiscal ou do gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei 14.133/2021;

11.18 Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

11.19 Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do **CONTRATANTE**;

11.20 Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;

11.21 Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;

11.22 Permitir e oferecer condições para a mais ampla e completa fiscalização durante a vigência deste contrato, fornecendo informações, propiciando o acesso à documentação pertinente e à execução contratual, e atendendo às observações e exigências apresentadas pela fiscalização;

11.23 Ministras curso presencial com a carga horária definida e de acordo com os conteúdos definidos em reunião de alinhamento, no dia e horários estabelecidos;

11.24 Obedecer à programação enviada pelo **CONTRATANTE**;

11.25 Providenciar para que os profissionais compareçam ao local do evento com, no mínimo, 30 (trinta) minutos de antecedência da realização das aulas;

11.26 Garantir que o profissional que ministrará as aulas porventura apresentada na proposta comercial, integrante do corpo técnico da empresa, realiza pessoal e diretamente os serviços objeto deste instrumento;

11.27 Avocar para si os ônus decorrentes de todas as reclamações e/ou ações judiciais ou extrajudiciais, por culpa ou dolo, que possam eventualmente ser alegadas por terceiros contra o **CONTRATANTE**, procedentes do objeto contratado.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

12.1 **O CONTRATANTE**, além das obrigações contidas neste contrato por determinação legal, obriga-se a:

12.2 Fornecer as informações necessárias para que a **CONTRATADA** possa executar plenamente o objeto contratado;

12.3 Realizar os pagamentos devidos pela execução do contrato, nos termos e condições previstos na **cláusula sexta**;

12.4 Permitir o acesso da **CONTRATADA** às instalações físicas do **CONTRATANTE**, nos locais e na forma eventualmente necessários para a execução dos serviços;

12.5 Acompanhar e fiscalizar o fiel cumprimento dos prazos e das condições de realização do presente contrato, notificando a **CONTRATADA**, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas na execução do objeto, para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias;

12.6 Fornecer à **CONTRATADA**, mediante solicitação, atestado de capacidade técnica, quando o fornecimento do objeto atender satisfatoriamente os prazos de entrega, qualidade e demais condições previstas neste Contrato.

12.7 Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste, observando os seguintes prazos:

12.7.1 A administração terá o prazo de até 60 (sessenta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento sobre o qual deverá se manifestar, admitida a prorrogação motivada, por igual período;

12.7.2 A administração terá o prazo de até 60 (sessenta) dias, a contar da data do requerimento, para responder a eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do contrato;

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO CUMPRIMENTO DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS - LEI N. 13.709/2018

13.1 É vedado às partes a utilização de todo e qualquer dado pessoal repassado em decorrência da execução contratual para finalidade distinta daquela do objeto da contratação, mantendo-se sigilo e confidencialidade, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal.

13.2 A **CONTRATADA** declara que tem ciência da existência da Lei Geral de Proteção de Dados e se compromete a adequar todos os procedimentos internos ao disposto na legislação com o intuito de proteger os dados pessoais repassados pelo **CONTRATANTE**.

13.3 A **CONTRATADA** fica obrigada a comunicar ao **Ministério Público do Estado da Bahia**, em até 24 (vinte e quatro) horas do conhecimento, qualquer incidente de acessos não autorizados aos dados pessoais, situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito, bem como adotar as providências dispostas no art. 48 da LGPD.

13.4 A **CONTRATADA** cooperará com a **CONTRATANTE** no cumprimento das obrigações referentes ao exercício dos direitos dos titulares previstos na LGPD e nas Leis e Regulamentos de Proteção de Dados em vigor e também no atendimento de requisições e determinações do Poder Judiciário, Ministério Público, ANPD e Órgãos de controle administrativo em geral;

13.5 Eventuais responsabilidades das partes serão apuradas conforme estabelecido neste contrato e também de acordo com o que dispõe a Seção III, Capítulo VI da LGPD.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA GARANTIA DA EXECUÇÃO

Não será exigida garantia da execução contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS INFRAÇÕES E DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

15.1 A **CONTRATADA** sujeitar-se-á às sanções administrativas previstas nas Leis Federal nº. 14.133/2021 e Estadual nº 14.634/23, as quais poderão vir a ser aplicadas após o prévio e devido processo administrativo, assegurando-lhe, sempre, o contraditório e a ampla defesa.

15.2 Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, a **CONTRATADA** que:

15.2.1 Der causa à inexecução parcial do contrato;

15.2.2 Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

15.2.3 Der causa à inexecução total do contrato;

15.2.4 Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

15.2.5 Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

15.2.6 Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

15.2.7 Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

15.2.8 Praticar ato fraudulento na execução do contrato;

15.2.9 Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

15.2.10 Praticar ato lesivo previsto no art.5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013;

15.3 Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:

15.3.1 **Advertência**, quando a **CONTRATADA** der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei Federal nº 14.133/2021);

15.3.2 **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nos itens 15.2.2, a 15.2.4 acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §4º, da Lei Federal 14.133/2021);

15.3.3 **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nos itens 15.2.5 a 15.2.9, acima, bem como nas alíneas 15.2.2 a 15.2.4, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei Federal nº 14.133/21);

15.3.4 Multa:

15.3.4.1 Moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

15.3.4.2 Compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, para as infrações descritas nas alíneas 15.2.6 a 15.2.10;

15.3.4.3 Compensatória de 15% (quinze por cento) sobre o valor total do contrato, para as infrações descritas na alínea 15.2.3 e 15.2.4;

15.3.4.4 Para as infrações constantes das alíneas 15.2.1, 15.2.2 e 15.2.5, a multa será de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato;

15.3.4.5 Será admitida medida cautelar destinada a garantir o resultado útil do processo administrativo sancionatório, de forma antecedente ou incidental à sua instauração, inclusive a retenção provisória do valor correspondente à estimativa da sanção de multa;

15.3.4.5.1 O valor da retenção provisória a que se refere o subitem anterior deste artigo não poderá exceder ao limite máximo estabelecido no §3º do art. 156 da Lei Federal nº 14.133, de 2021;

15.4 A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à **CONTRATANTE**;

15.5 Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa;

15.5.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de **15 (quinze) dias úteis**, contado da data de sua intimação;

15.5.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pela **CONTRATANTE** à **CONTRATADA**, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente, conforme o caso;

15.5.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 05 (cinco) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

15.6. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa à **CONTRATADA**, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

15.7. Na aplicação das sanções serão considerados:

15.7.1 A natureza e a gravidade da infração cometida;

15.7.2 As peculiaridades do caso concreto;

15.7.3 As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

15.7.4 Os danos que dela provierem para o **CONTRATANTE**;

15.7.5 A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

15.8 Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, e na Lei Estadual nº 14.634/23, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei;

15.9 A personalidade jurídica do **CONTRATADO** poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

15.10 **O CONTRATANTE** deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

15.11 As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21 e da Lei Estadual de nº 14.634/23.

15.12 Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

16.1 Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021 e da Lei Estadual de nº 14.634/23;

16.2 **O CONTRATADO** é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato;

16.3 As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia análise da Assessoria Jurídica do **CONTRATANTE**, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

16.4 Registros que não caracterizem alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração do termo aditivo, na forma do artigo 136, da Lei 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA EXTINÇÃO DO CONTRATO

17.1 O contrato se extingue quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes;

17.1.1. O contrato pode ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o **CONTRATANTE**, quando este não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem;

17.1.1.2. A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo **CONTRATANTE** nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia;

17.1.1.3. Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

17.2 O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como de forma consensual amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa;

17.2.1 A extinção do contrato poderá ser:

a) determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta (arts. 138, inciso I, da Lei nº 14.133, de 2021);

b) consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração (art. 138, inciso II, da Lei nº 14.133, de 2021);

c) determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial (art. 138, inciso III, da Lei nº 14.133, de 2021);

17.2.1 Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 Lei Federal nº 14.133/2021;

17.2.2 A alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato;

17.2.2.1 Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica **CONTRATADA**, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva;

17.3 O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido de:

17.3.1 Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

17.3.2 Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

17.3.3 Indenizações e multas.

17.4 O contrato poderá ser extinto, ainda:

17.4.1 Caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade **CONTRATANTE** ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação no processo de contratação direta ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

17.4.2 Caso se constate que a pessoa jurídica **CONTRATADA** possui administrador ou sócio com poder de direção, familiar de detentor de cargo em comissão ou função de confiança que atue na área responsável pela demanda ou contratação ou de autoridade a ele hierarquicamente superior no âmbito do órgão **CONTRATANTE**.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA AUSÊNCIA DE VÍNCULO EMPREGATÍCIO

18.1 A utilização de mão de obra, pela **CONTRATADA**, para execução dos serviços objeto do presente contrato não ensejará, em nenhuma hipótese, vínculo empregatício com o **CONTRATANTE**;

18.2 São vedadas à **CONTRATADA** a subcontratação de mão de obra e a transferência a terceiros da execução dos serviços objeto do presente instrumento;

18.2.1 Fica garantido o direito de regresso do **CONTRATANTE**, perante a **CONTRATADA**, para ressarcimento de toda e qualquer despesa trabalhista, previdenciária ou de cunho indenizatório que venha a ser condenado a pagar, na eventual hipótese de vir a ser demandado judicialmente, relativamente à execução do objeto contratual, por qualquer empregado ou subcontratado da **CONTRATADA** ou por qualquer pessoa que, ainda que irregularmente, execute o objeto contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA– DA PUBLICIDADE

O CONTRATANTE será responsável pela publicação deste instrumento nos termos e condições previstas na Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DO FORO

Fica eleito o Foro da Cidade do **Salvador-Bahia**, que prevalecerá sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente Contrato.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

21.1 **O CONTRATANTE** não responderá por quaisquer compromissos assumidos perante terceiros pela **CONTRATADA**, ou seus prepostos, ainda que vinculados à execução do presente Contrato;

21.2 A inadimplência da **CONTRATADA**, com relação a quaisquer custos, despesas, tributos, exigências ou encargos, não transfere ao **CONTRATANTE** a responsabilidade pelo seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do contrato.

21.3 Os casos omissos serão decididos pelo **CONTRATANTE**, segundo as disposições contidas na Lei Federal nº 14.133, de 2021 e Estadual nº 14.634 de 2023 e demais normas federais e estaduais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 12.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos;

21.4 Fica assegurado ao **CONTRATANTE** o direito de alterar unilateralmente o Contrato, mediante justificativa expressa, nas hipóteses previstas na Lei Federal 14.133/21 e na forma de Lei Estadual de nº 14.634/23 para melhor adequação às finalidades de interesse público, desde que mantido o equilíbrio econômico-financeiro original do contrato e respeitados os demais direitos da **CONTRATADA**;

21.5 Não caracterizam novação eventuais variações do valor contratual resultantes de reajustamento/revisão de preços, de compensações financeiras decorrentes das condições de pagamento nele previstas ou, ainda, de alterações de valor em razão da aplicação de penalidades;

21.6 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela **CONTRATADA** com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da **CONTRATADA**, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

21.7 O presente contrato regula-se pelas suas cláusulas e pelos preceitos de direito público, aplicando-se, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado;

E, por assim estarem justos e acordados, assinam o presente Contrato para que produza seus efeitos legais.

Salvador, 20xx.

Licitak Consultoria, Assessoria e Gestão Ltda
Annie Kelly Santana do Nascimento Farias
Sócia-Administradora

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA
André Luis Sant'Ana Ribeiro
Superintendente de Gestão Administrativa

(Assinado e datado eletronicamente/digitalmente)

**MANIFESTAÇÃO**

Autorizo a realização da despesa, mediante contratação por inexigibilidade de licitação.

Declaro, para os devidos fins, nos termos dos artigos 15 a 17 da Lei de Responsabilidade Fiscal, que a despesa com a contratação em curso, no(s) valor(es) abaixo descrito(s), tem adequação orçamentária e financeira com a Lei Orçamentária Anual e compatibilidade com o Plano Plurianual e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Descrição do Item	Valor previsto nesta inexigibilidade
Contratação de empresa para prestação de serviços especializados de consultoria e capacitação referente ao novo marco legal instituído pela Lei Federal nº 14.133/2021.	R\$ 40.000,00

Indico os seguintes servidores para exercerem, respectivamente, as atribuições de gestão e fiscalização da contratação *2:

	NOME COMPLETO	MATRÍCULA
GESTOR DE CONTRATO	Monica Fabiane da Silva Sobrinho	351.906
FISCAL ADMINISTRATIVO	Paula Souza de Paula	353.433
SUPLENTE	Carlos Bastos Stucki	353.936
FISCAL TÉCNICO	Carina dos Santos Pereira	352.528
SUPLENTE	Christian Heberth Silva Borges	353.486

**2 Havendo designação de auxiliares de fiscalização, indicar por meio de anexo ao presente formulário*

Por fim, informo o CPF do Gestor de Contrato, conforme segue: **672.738.235-20**.

Ante o exposto, encaminhe-se o presente procedimento aos servidores suprarrelacionados, para manifestação formal sobre a indicação, no prazo de 02 (dois) dias úteis.

DADOS DO GESTOR ORÇAMENTÁRIO

Matrícula: 351.470	Nome Completo: Maria Amalia Borges Franco	Cargo/Função: Diretora Administrativa
Unidade Administrativa: SGA/Diretoria Administrativa	MARIA AMALIA BORGES FRANCO Assinado de forma digital por MARIA AMALIA BORGES FRANCO	

ATENÇÃO: Este documento deverá ser, **obrigatoriamente**, assinado digitalmente pelo Gestor orçamentário (responsável pelo preenchimento das informações orçamentárias)



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

DESPACHO

Conforme solicitado no Despacho CEACC (0964079), encaminhe-se à Diretoria de Contratos, Convênios e Licitações após juntada da Manifestação Gestor Orçamentário (0967598).

Milena de Carvalho Oliveira Côrtes
Apoio Técnico Administrativo
Diretoria Administrativa



Documento assinado eletronicamente por **Milena de Carvalho Oliveira Côrtes** em 11/12/2024 às 10:24, conforme Ato Normativo nº 02 de 5 de Dezembro de 2011 - Ministério Público do Estado da Bahia.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=/ informando o código verificador **0967600** e o código CRC **1831525A**.



MANIFESTAÇÃO

Os servidores abaixo indicados manifestam ciência acerca da designação constante do doc 0967598.

	NOME COMPLETO	MATRÍCULA
GESTOR DE CONTRATO	Monica Fabiane da Silva Sobrinho	351.906
FISCAL ADMINISTRATIVO	Paula Souza de Paula Marques	353.433
SUPLENTE	Carlos Bastos Stucki	353.936
FISCAL TÉCNICO	Carina dos Santos Pereira	352.528
SUPLENTE	Christian Herbert Silva Borges	353.486



Documento assinado eletronicamente por **Carlos Bastos Stucki** em 22/02/24, às 14h:02, com base no formato n° 4v, de 1° de Dezembro de 2021 - Lei nº 15.512 do Estado da Bahia



Documento assinado eletronicamente por **Carina dos Santos Pereira** em 22/02/24, às 14h:04, com base no formato n° 4v, de 1° de Dezembro de 2021 - Lei nº 15.512 do Estado da Bahia



Documento assinado eletronicamente por **Christian Heberth Silva Borges** em 22/02/24, às 14h:04, com base no formato n° 4v, de 1° de Dezembro de 2021 - Lei nº 15.512 do Estado da Bahia



Documento assinado eletronicamente por **Monica Fabiane da Silva Sobrinho** em 22/02/24, às 14h:04, com base no formato n° 4v, de 1° de Dezembro de 2021 - Lei nº 15.512 do Estado da Bahia



Documento assinado eletronicamente por **Paula Souza de Paula** em 22/02/24, às 14h:04, com base no formato n° 4v, de 1° de Dezembro de 2021 - Lei nº 15.512 do Estado da Bahia



8 a autenticidade do documento pode ser conhecida no site https://seisistemas5a5r0seilcontrolador_externo5Ep?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=/ informando o código Aeri3cador **0967651** e o código CRC **18112568B**



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

DESPACHO

Encaminhamos o expediente para análise e manifestação da Assessoria Jurídica.

Paula Souza de Paula Marques

Gerente

Coordenação de Elaboração e Acompanhamento de Contratos e Convênios

Diretoria de Contratos, Convênios e Licitações

Matrícula 353.433



Documento assinado eletronicamente por **Paula Souza de Paula** em 11/12/2024 às 10:24s, OAB nº 2 conforme Ato Normativo nº 0/2024 de 5 de Dezembro de 2024 - Ministério Público do Estado da Bahia.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=/ informando o código verificador **0967735** e o código CRC **CFB760C9**.



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

PARECER

Procedimento n.º:	19.09.02330.0000248/2024-75
Interessado(a):	Diretoria de Contratos, Convênios e Licitações
Espécie:	Inexigibilidade de licitação

EMENTA: LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS. CONTRATAÇÃO DIRETA. ART. 37, XXI, DA CF/88. FORMALIZAÇÃO. ART. 72, DA LEI N.º 14.133/2021. INEXIGIBILIDADE. CONSULTORIA E CAPACITAÇÃO NA LEI N.º 14.133/2021. TREINAMENTO E APERFEIÇOAMENTO. ART. 74, III, LEI 14.133/2021. NOTÓRIA ESPECIALIZAÇÃO. RECOMENDAÇÕES. 1. A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, em seu art. 37, inciso XXI, autoriza, de forma excepcional, a contratação direta. 2. Tratando-se de serviço técnico especializado, com profissionais ou empresas de notória especialização, resta inviável a competição. 3. Recomendações.

PARECER N.º. 98/2024

I – RELATÓRIO

A **Diretoria de Contratos, Convênios e Licitações (DCCL)** requer autorização para realização de contratação direta, mediante inexigibilidade de licitação, do serviço de consultoria e capacitação referente ao novo marco legal instituído pela Lei n.º 14.133/2021, no valor de **R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais)**.

Instrui o expediente o formulário de solicitação, comunicação interna, autorização do Superintendente de Gestão Administrativa, proposta comercial, qualificação das profissionais, atestados de capacidade técnica, termo de referência, minuta contratual, certidões de regularidade, informações orçamentárias, dentre outros.

É o breve relatório.

II – DOS FUNDAMENTOS JURÍDICOS

Inicialmente, cumpre esclarecer que o presente opinativo se enquadra na classificação de "parecer obrigatório", em decorrência do que estabelece o art. 53 da Lei n.º 14.133/2021 e art. 19 da Lei Estadual n.º 14.634/2023.

Cumpre ressaltar, também, em caráter preliminar, que o órgão de assessoramento jurídico não pratica ato de gestão, nem aprecia elementos pertinentes à discricionariedade do gestor, não adentrando à conveniência e à oportunidade dos atos, assim como não interfere em aspectos técnicos do objeto sob responsabilidade de outros agentes e setores da Administração.

Ainda de modo preliminar, é oportuno destacar que o art. 193, II, da Lei n.º 14.133/2021, revogou, em 30 de dezembro de 2023, as Leis de n.º 8.666/93 e 10.520/2000, bem como os arts. 1º a 47 da Lei n.º 12.462/2011. De igual modo, o art. 79 da Lei Estadual n.º 14.634/2023 revogou a Lei Estadual n.º 9.433/2005 no dia 30 de dezembro de 2023. Dessa forma, a presente contratação é regida pela Lei n.º 14.133/2021 e, no que couber, pela Lei Estadual n.º 14.634/2023.

A legislação atual exige, de forma expressa, ato da autoridade máxima para que seja dispensada a análise jurídica. Vejamos o que dispõe a Lei n.º 14.133/2021:

Art. 53.

§ 5º É dispensável a análise jurídica nas hipóteses **previamente definidas em ato da autoridade jurídica máxima competente**, que deverá considerar o baixo valor, a baixa complexidade da contratação, a entrega imediata do bem ou a utilização de minutas de editais e instrumentos de contrato, convênio ou outros ajustes previamente padronizados pelo órgão de assessoramento jurídico.

A seu turno, vejamos a Lei Estadual n.º 14.634/2023:

Art. 19.....

§ 1º - Poderá ser dispensada a análise jurídica individualizada nas hipóteses **previamente definidas em ato da autoridade jurídica máxima competente**, conforme os seguintes critérios:

I - o baixo valor;

II - a baixa complexidade da contratação;

III - a entrega imediata do bem;

IV - a utilização de minutas e modelos de editais e instrumentos de contrato, de acordos, termos de cooperação, convênios, ajustes e instrumentos congêneres previamente padronizados pelo órgão de assessoramento jurídico;

V - a existência de orientações jurídicas referenciais formalmente qualificadas.

hipótese: No dia 23/01/2024 foi publicado o Ato Normativo n.º 004/2024, pela Procuradora-Geral de Justiça, dispensando a análise jurídica na seguinte

Art. 18. Será dispensável a análise jurídica dos procedimentos de contratação direta nas seguintes hipóteses:

II – inexigibilidades fundadas no art. 74 da Lei Federal nº 14.133/21, relacionadas às demandas de treinamento e aperfeiçoamento de pessoal e assinaturas de jornais, revistas e/ou periódicos especializados, em formato impresso ou digital, além de ferramentas de pesquisas, tais como plataformas de banco de preços, catálogos de materiais, doutrina jurídica, entre outros, desde que seus valores não ultrapassem os limites previstos no art. 75, inciso II, salvo se houver celebração de contrato não padronizado, ou nas hipóteses em que o gestor tenha suscitado dúvida a respeito da legalidade do procedimento.

O caso concreto se amolda à hipótese de treinamento e aperfeiçoamento de pessoal e o valor da contratação não ultrapassa o limite previsto no art. 75, II, da Lei n.º 14.133/2021 que, atualmente, é de R\$ 59.906,02 (cinquenta e nove mil novecentos e seis reais e dois centavos). Nada obstante, a unidade gestora optou pela formalização do instrumento contratual, o que atrai a análise pelo órgão de assessoramento jurídico.

II.I Da previsão constitucional da contratação direta

A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 determina que, em regra, as contratações firmadas pela Administração Pública serão objeto de prévia licitação, como forma de garantir a efetivação dos princípios da isonomia, legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, competição, vantajosidade, dentre outros. Nesse sentido é o que dispõe o art. 37, inciso XXI:

Art. 37.

XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.

Como se pode observar no referido dispositivo, a Carta Magna de 1988 faz uma ressalva quanto aos casos especificados na legislação, possibilitando a contratação direta, mediante dispensa ou inexigibilidade, em situações excepcionais. Esse é também o escólio da doutrina:

A obrigatoriedade de licitação pública encontra limites, porque há casos em que ela não poderia se desenvolver regularmente. Eis as hipóteses de *inexigibilidade* de licitação pública, ou seja, hipóteses em que não se poderia exigir que se procedesse à licitação pública, uma vez que, mesmo se a Administração quisesse realizá-la, tal empreendimento estaria fadado ao insucesso por força da inviabilidade de competição. (NIEBUHR, Joel de Menezes. *Licitação pública e contrato administrativo*. 5 ed. Belo Horizonte: Fórum, 2022, p. 125).

Constata-se, portanto, que o próprio constituinte autorizou o legislador infraconstitucional a excepcionar a realização do procedimento licitatório, permitindo, assim, a contratação direta, mediante dispensa ou inexigibilidade de licitação, sem olvidar da necessidade de prévio procedimento formal.

II.II Das formalidades legais e regulamentares do processo de contratação direta

A Lei n.º 14.133/2021 impõe que o processo de contratação direta seja instruído com os seguintes documentos:

Art. 72. O processo de contratação direta, que compreende os casos de inexigibilidade e de dispensa de licitação, deverá ser instruído com os seguintes documentos:

I - documento de formalização de demanda e, se for o caso, estudo técnico preliminar, análise de riscos, termo de referência, projeto básico ou projeto executivo;

II - estimativa de despesa, que deverá ser calculada na forma estabelecida no [art. 23 desta Lei](#);

III - parecer jurídico e pareceres técnicos, se for o caso, que demonstrem o atendimento dos requisitos exigidos;

IV - demonstração da compatibilidade da previsão de recursos orçamentários com o compromisso a ser assumido;

V - comprovação de que o contratado preenche os requisitos de habilitação e qualificação mínima necessária;

VI - razão da escolha do contratado;

VII - justificativa de preço;

VIII - autorização da autoridade competente.

Parágrafo único. O ato que autoriza a contratação direta ou o extrato decorrente do contrato deverá ser divulgado e mantido à disposição do público em sítio eletrônico oficial.

O primeiro documento exigido é o documento de formalização de demanda. De acordo o enunciado n.º 40 do Conselho da Justiça Federal:

Enunc. 40/2023, CJF: O Documento de Formalização de Demanda (DFD) deve ser o primeiro documento para instrução do processo, tanto em licitações quanto em contratações diretas para aquisição de bens, prestação de serviços e realização de obras.

O art. 12 da Lei n.º 14.133/2021, ainda que trate do processo licitatório (e não da contratação direta), assim menciona:

Art. 12. No processo licitatório, observar-se-á o seguinte:

VII - a partir de **documentos de formalização de demandas**, os órgãos responsáveis pelo planejamento de cada ente federativo poderão, na forma de regulamento, elaborar plano de contratações anual, com o objetivo de racionalizar as contratações dos órgãos e entidades sob sua competência, garantir o alinhamento com o seu planejamento estratégico e subsidiar a elaboração das respectivas leis orçamentárias.

Um dos principais objetivos do documento de formalização de demanda, portanto, é o de servir de parâmetro para a elaboração do plano de contratações anual (PCA). Considerando que a Lei n.º 14.133/2021 não traz o conceito, bem como o fato de que o legislador delegou o tema ao âmbito regulamentar, o Decreto Federal n.º 10.947/2022 assim conceitua o documento:

Art. 2º Para fins do disposto neste Decreto, considera-se:

IV - documento de formalização de demanda - documento que fundamenta o plano de contratações anual, em que a área requisitante evidencia e detalha a necessidade de contratação;

Nos parece, assim, que o documento de formalização de demanda servirá para ambas as finalidades: 1) fundamentar a elaboração do plano de contratações anual; 2) iniciar a contratação no respectivo exercício financeiro. De acordo com o art. 8º do Decreto Federal n.º 10.947/2022, o documento de formalização de demanda deve conter:

Art. 8º Para elaboração do plano de contratações anual, o requisitante preencherá o documento de formalização de demanda no PGC com as seguintes informações:

I - justificativa da necessidade da contratação;

II - descrição sucinta do objeto;

III - quantidade a ser contratada, quando couber, considerada a expectativa de consumo anual;

IV - estimativa preliminar do valor da contratação, por meio de procedimento simplificado, de acordo com as orientações da Secretaria de Gestão da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia;

V - indicação da data pretendida para a conclusão da contratação, a fim de não gerar prejuízos ou descontinuidade das atividades do órgão ou da entidade;

VI - grau de prioridade da compra ou da contratação em baixo, médio ou alto, de acordo com a metodologia estabelecida pelo órgão ou pela entidade contratante;

VII - indicação de vinculação ou dependência com o objeto de outro documento de formalização de demanda para a sua execução, com vistas a determinar a sequência em que as contratações serão realizadas; e

VIII - nome da área requisitante ou técnica com a identificação do responsável.

Parágrafo único. Para cumprimento do disposto no caput, os órgãos e as entidades observarão, no mínimo, o nível referente à classe dos materiais ou ao grupo dos serviços e das obras dos Sistemas de Catalogação de Material, de Serviços ou de Obras do Governo federal.

No caso concreto, não foi possível identificar, nos autos, o referido documento. Não nos parece que o referido documento seja facultativo, tendo em vista que a expressão "*se for o caso*" somente foi utilizada pelo legislador posteriormente à indicação do documento de formalização de demanda, razão pela qual somente os documentos posteriores podem ser dispensados, conforme o caso. **Nessa esteira, recomenda-se a juntada aos autos do documento de formalização de demanda.**

O segundo documento exigido é a estimativa da despesa, na forma estabelecida no art. 23 da Lei n.º 14.133/2021, que assim dispõe:

Art. 23. O valor previamente estimado da contratação deverá ser compatível com os valores praticados pelo mercado, considerados os preços constantes de bancos de dados públicos e as quantidades a serem contratadas, observadas a potencial economia de escala e as peculiaridades do local de execução do objeto.

§ 1º No processo licitatório para aquisição de bens e contratação de serviços em geral, conforme regulamento, o valor estimado será definido com base no melhor preço aferido por meio da utilização dos seguintes parâmetros, adotados de forma combinada ou não:

I - composição de custos unitários menores ou iguais à mediana do item correspondente no painel para consulta de preços ou no banco de preços em saúde disponíveis no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP);

II - contratações similares feitas pela Administração Pública, em execução ou concluídas no período de 1 (um) ano anterior à data da pesquisa de preços, inclusive mediante sistema de registro de preços, observado o índice de atualização de preços correspondente;

III - utilização de dados de pesquisa publicada em mídia especializada, de tabela de referência formalmente aprovada pelo Poder Executivo federal e de sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que contenham a data e hora de acesso;

IV - pesquisa direta com no mínimo 3 (três) fornecedores, mediante solicitação formal de cotação, desde que seja apresentada justificativa da escolha desses fornecedores e que não tenham sido obtidos os orçamentos com mais de 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital;

V - pesquisa na base nacional de notas fiscais eletrônicas, na forma de regulamento.

§ 2º No processo licitatório para contratação de obras e serviços de engenharia, conforme regulamento, o valor estimado, acrescido do percentual de Benefícios e Despesas Indiretas (BDI) de referência e dos Encargos Sociais (ES) cabíveis, será definido por meio da utilização de parâmetros na seguinte ordem:

I - composição de custos unitários menores ou iguais à mediana do item correspondente do Sistema de Custos Referenciais de Obras (Sicro), para serviços e obras de infraestrutura de transportes, ou do Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices de Construção Civil (Sinapi), para as demais obras e serviços de engenharia;

II - utilização de dados de pesquisa publicada em mídia especializada, de tabela de referência formalmente aprovada pelo Poder Executivo federal e de sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que contenham a data e a hora de acesso;

III - contratações similares feitas pela Administração Pública, em execução ou concluídas no período de 1 (um) ano anterior à data da pesquisa de preços, observado o índice de atualização de preços correspondente;

IV - pesquisa na base nacional de notas fiscais eletrônicas, na forma de regulamento.

§ 3º Nas contratações realizadas por Municípios, Estados e Distrito Federal, desde que não envolvam recursos da União, o valor previamente estimado da contratação, a que se refere o caput deste artigo, poderá ser definido por meio da utilização de outros sistemas de custos adotados pelo respectivo ente federativo.

§ 4º Nas contratações diretas por inexigibilidade ou por dispensa, quando não for possível estimar o valor do objeto na forma estabelecida nos §§ 1º, 2º e 3º deste artigo, o contratado deverá comprovar previamente que os preços estão em conformidade com os praticados em contratações semelhantes de objetos de mesma natureza, por meio da apresentação de notas fiscais emitidas para outros contratantes no período de até 1 (um) ano anterior à data da contratação pela Administração, ou por outro meio idôneo.

§ 5º No processo licitatório para contratação de obras e serviços de engenharia sob os regimes de contratação integrada ou semi-integrada, o valor estimado da contratação será calculado nos termos do § 2º deste artigo, acrescido ou não de parcela referente à remuneração do risco, e, sempre que necessário e o anteprojeto o permitir, a estimativa de preço será baseada em orçamento sintético, balizado em sistema de custo definido no inciso I do § 2º deste artigo, devendo a utilização de metodologia expedita ou paramétrica e de avaliação aproximada baseada em outras contratações similares ser reservada às frações do empreendimento não suficientemente detalhadas no anteprojeto.

§ 6º Na hipótese do § 5º deste artigo, será exigido dos licitantes ou contratados, no orçamento que compuser suas respectivas propostas, no mínimo, o mesmo nível de detalhamento do orçamento sintético referido no mencionado parágrafo.

Consta dos autos 03 (três) propostas comerciais da mesma empresa, cuja razão social é **Licitak Consultoria, Assessoria e Gestão LTDA**. Na primeira proposta comercial (ID 0924907), datada de 08/01/2024, o prazo de execução indicado é o seguinte:

O prazo para execução dos serviços propostos é de 06 (seis) meses, prorrogáveis de acordo com as necessidades do contratante.

O valor indicado é o seguinte:

O valor mensal para prestação dos serviços é de R\$ 4.166,66 (quatro mil, cento e sessenta e seis mil reais e sessenta e seis centavos), **totalizando o valor de R\$25.000,00 (vinte e cinco mil reais)**, já inclusos todos os custos diretos e indiretos para sua execução.

Na segunda proposta comercial apresentada pela mesma empresa (ID 0924909) consta a mesma data e as mesmas informações. Na terceira proposta comercial apresentada pela mesma empresa (ID 0924913), datada de 27/12/2023, consta o seguinte:

O prazo para execução dos serviços propostos é de **03 (três) meses**, prorrogáveis por igual período, de acordo com as necessidades do contratante.

5. VALOR DOS SERVIÇOS O valor mensal para prestação dos serviços é de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), totalizando o valor de **R\$15.000,00 (quinze mil reais)**, já inclusos todos os custos diretos e indiretos para sua execução.

A seu turno, no formulário de solicitação da contratação há indicação do valor de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais), valor também indicado na minuta contratual.

Considerando que esta Assessoria Técnico-Jurídica não identificou a proposta com o valor supramencionado, **opina-se no sentido de que seja realizada diligência junto à empresa para que atualize a proposta de preços.**

O terceiro documento é o parecer jurídico e o parecer técnico, quando for o caso. O parecer jurídico é o documento ora elaborado por este órgão de assessoramento jurídico, não havendo notícia da necessidade de parecer técnico.

O quarto documento é a demonstração da compatibilidade de recursos orçamentários com o compromisso a ser assumido. Consta dos autos que as despesas correrão por conta do projeto/atividade **2000**, elemento **3.3.90.39**, cujo saldo é de **R\$ 8.122.695,85 (oito milhões, cento e vinte e dois mil seiscentos e noventa e cinco reais e oitenta e cinco centavos)**.

O quinto documento é o preenchimento dos requisitos de habilitação e qualificação mínima necessária. Analisando os autos, em especial o termo de referência, não é possível identificar quais os documentos exigidos pela Administração. Em tal situação, nos parece aplicável o regramento geral previsto no Ato Normativo n.º 004/2024:

Art. 17.....

§ 5º Sem prejuízo à inclusão de outros documentos específicos legalmente admitidos, a demonstração de habilitação e qualificação do pretenso contratado deverá ser composta por, no mínimo:

I – ato constitutivo, estatuto ou contrato social da empresa, inscrição de empresário individual ou registro de microempreendedor individual (MEI), se pessoa jurídica;

II – comprovante de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas – CPF/MF ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ/MF;

III – prova de regularidade perante a Fazenda Federal, inclusive INSS;

IV – prova de regularidade perante a Fazenda Estadual e Municipal, relativas ao seu domicílio;

V – prova de regularidade perante a Fazenda do Estado da Bahia;

VI – prova de regularidade para com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), se pessoa jurídica;

VII – prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho;

VIII – declaração do cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal;

IX – declaração de adequação à Resolução Nº 37/2009 do CNMP.

§ 6º Os documentos exigidos no parágrafo anterior poderão ser substituídos, no todo ou em parte, por comprovante de registro cadastral emitido junto ao PNCP, SICAF ou SAF/SAEB, desde que acompanhado por extrato que ateste a regularidade daqueles.

§ 7º O rol de documentos inicialmente exigido no § 5º deste artigo, caso necessário, deverá ser complementado pela unidade requisitante indicando o diploma normativo correspondente.

Não foi possível identificar nos autos os documentos previstos nos incisos VIII e IX do § 5º do art. 17 do Ato Normativo n.º 004/2024, motivo pelo qual recomenda-se a juntada aos autos.

É possível verificar do termo de referência a justificativa da escolha do contratado. Não foi possível verificar nos autos a justificativa do preço (art. 72, VII). Com efeito, no termo de referência, consta o seguinte:

- 3.2.1. O objeto deste instrumento perfaz o valor global de R\$15.000,00 (quinze e cinco mil reais), fixo e irrevogável, incluindo todas as despesas com encargos diretos e indiretos.
- 3.2.2. O valor foi definido de acordo com a relevância, o vulto, a complexidade e a dificuldade das questões versadas, o trabalho e o tempo necessário e o renome dos prestadores de serviços.
- 3.2.3. O valor cobrado é considerado justificável em relação aos valores praticados no mercado pela empresa a ser contratada, conforme apresentação das Notas Fiscais com valores compatíveis aos da proposta de preço.

Consoante afirmado alhures, há indicação nos autos e na minuta contratual do valor de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais), enquanto que as propostas colacionadas aos autos não apresentam tal montante, mas, apenas, o montante de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais) por 03 (três) meses ou R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais) por 06 (seis) meses.

Em geral, a Administração justifica o preço através de pesquisa de mercado. Como decorrência do requisito da parametrização, a pesquisa de mercado pressupõe a existência de um objeto que possa ser comparável, vale dizer, a pesquisa de mercado exige bens ou serviços comuns.

Ocorre que, nas hipóteses de inexigibilidade de licitação, que pressupõem a inviabilidade de competição, não há como, a rigor, se comparar preços, seja em razão da exclusividade, seja em razão da especialização do serviço. Nesse sentido:

A realização de cotação de preços junto a potenciais prestadores dos serviços demandados, a fim de justificar que os preços contratados estão compatíveis com os praticados no mercado, afasta a hipótese de inexigibilidade de licitação, por restar caracterizada a viabilidade de competição. Acórdão 2280/2019 Primeira Câmara (Pedido de Reexame, Relator Ministro Benjamin Zymler)

Tal fato, contudo, não significa que a Administração possa contratar qualquer objeto com qualquer preço, sob pena de mácula ao princípio da economicidade, moralidade e da boa administração, que se impõem à Administração.

Com efeito, incumbe à Administração sempre verificar se os valores ofertados são razoáveis, uma vez que - não se pode olvidar - a Administração lida com recursos públicos. Nessa esteira, a forma de se aferir a razoabilidade dos preços é destacada pela jurisprudência e pela Advocacia-Geral da União, respectivamente:

A justificativa de preço em contratação decorrente de inexigibilidade de licitação (art. 26, parágrafo único, inciso III, da Lei 8.666/1993) pode ser feita mediante a comparação do valor ofertado com aqueles praticados pelo contratado junto a outros entes públicos ou privados, em avenças envolvendo o mesmo objeto ou objeto similar. Acórdão 2993/2018 Plenário (Denúncia, Relator Ministro Bruno Dantas)

Orientação Normativa nº 17 da AGU: a razoabilidade do valor das contratações decorrentes de inexigibilidade de licitação poderá ser aferida por meio da comparação da proposta apresentada com os preços praticados pela futura contratada junto a outros entes públicos e/ou privados, ou outros meios igualmente idôneos. (Alterada pela Portaria AGU nº 572/2011, publicada no DOU 14.12.2011)

Inclusive, na Lei nº. 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações), o art. 23, § 4º, dispõe que, quando não for possível, nas contratações diretas por inexigibilidade ou por dispensa, estimar o objeto na forma regular, ou seja, mediante pesquisa de mercado, a Administração deverá verificar se os preços propostos estão em conformidade com os praticados em contratações semelhantes de objetos de mesma natureza, por meio da apresentação de notas fiscais emitidas para outros contratantes no período de até 01 (um) ano anterior à data da contratação pela Administração, ou por outro meio idôneo.

Nesse sentido, opina-se que a unidade gestora justifique o preço indicado.

II.III Do enquadramento do objeto à hipótese de inexigibilidade de licitação

A inexigibilidade de licitação ocorre quando há inviabilidade de competição. Na situação sob exame, objeto a ser contratado consiste em serviço de consultoria e capacitação referente ao novo marco legal instituído pela Lei nº 14.133/2021, hipótese que se amolda ao seguinte dispositivo da Lei nº 14.133/2021:

Art. 74. É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de:

III - contratação dos seguintes serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação:

- a) estudos técnicos, planejamentos, projetos básicos ou projetos executivos;
 - b) pareceres, perícias e avaliações em geral;
 - c) assessorias ou consultorias técnicas e auditorias financeiras ou tributárias;
 - d) fiscalização, supervisão ou gerenciamento de obras ou serviços;
 - e) patrocínio ou defesa de causas judiciais ou administrativas;
 - f) treinamento e aperfeiçoamento de pessoal;**
 - g) restauração de obras de arte e de bens de valor histórico;
 - h) controles de qualidade e tecnológico, análises, testes e ensaios de campo e laboratoriais, instrumentação e monitoramento de parâmetros específicos de obras e do meio ambiente e demais serviços de engenharia que se enquadrem no disposto neste inciso;
- IV - objetos que devam ou possam ser contratados por meio de credenciamento;
- V - aquisição ou locação de imóvel cujas características de instalações e de localização tornem necessária sua escolha.

Especificamente em relação ao “*treinamento e aperfeiçoamento de pessoal*”, a Egrégia Corte de Contas federal possui entendimento pacificado quanto ao enquadramento na hipótese de inexigibilidade de licitação:

As contratações de professores, conferencistas ou instrutores para ministrar cursos de treinamento ou aperfeiçoamento de pessoal enquadram-se na hipótese de inexigibilidade de licitação. Acórdão 1915/2003-Plenário | Relator: ADYLSO MOTA

As contratações de professores, conferencistas ou instrutores para ministrar cursos de treinamento ou aperfeiçoamento de pessoal enquadram-se na

Em relação à notória especialização, o § 3º do art. 74 da Lei n.º 14.133/2021 dispõe que:

Art. 74.....

§ 3º Para fins do disposto no inciso III do **caput** deste artigo, considera-se de notória especialização o profissional ou a empresa cujo conceito no campo de sua especialidade, decorrente de desempenho anterior, estudos, experiência, publicações, organização, aparelhamento, equipe técnica ou outros requisitos relacionados com suas atividades, permita inferir que o seu trabalho é essencial e reconhecidamente adequado à plena satisfação do objeto do contrato.

Nesse sentido, os documentos de qualificação profissional, bem como os atestados de capacidade técnica colacionados aos autos permitem inferir que o referido requisito resta preenchido no caso concreto. É oportuno destacar que a notória especialização dos profissionais indicados impede a subcontratação:

Art. 74.....

§ 4º Nas contratações com fundamento no inciso III do **caput** deste artigo, é vedada a subcontratação de empresas ou a atuação de profissionais distintos daqueles que tenham justificado a inexigibilidade.

Tal requisito deve constar do termo de referência ou minuta contratual.

II.IV Da minuta contratual:

Inicialmente, é oportuno destacar que algumas recomendações feitas anteriormente impactam na minuta contratual, a exemplo do preço, motivo pelo qual, se for o caso, deve ser objeto de revisão pelo setor competente.

A cláusula 3.1 da minuta contratual está assim redigida:

3.1 O prazo de vigência do presente Contrato é de 08 (oito) meses, a contar da data da última assinatura pelas partes, **admitindo-se a sua prorrogação por sucessivos períodos, limitados a 10 (dez) anos, nos termos dos artigos 106 e 107 c/c artigo 6º, XV da Lei Federal nº 14.133/2021**, e será formalizada por termo aditivo;

3.1.1 A prorrogação de que trata este dispositivo é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com a CONTRATADA;

Os arts. 106 e 107 da Lei n.º 14.133/2021 dizem respeito às hipóteses de serviço ou fornecimento contínuo, o que não parece ser o caso da presente contratação, pois se trata de serviço de consultoria e capacitação com escopo predefinido. Nesse caso, deve ser aplicado o seguinte dispositivo da Lei n.º 14.133/2021:

Art. 111. Na contratação que previr a conclusão de escopo predefinido, o prazo de vigência será automaticamente prorrogado quando seu objeto não for concluído no período firmado no contrato.

Nesse diapasão, recomenda-se a alteração da cláusula 3.1. De igual modo, sugere-se revisão da cláusula 4.3, em razão das expressões "*compreendem*" e "*deverão*" estarem sem sentido na redação.

III – CONCLUSÃO

Ante o exposto, esta Assessoria Técnico-Jurídica opina:

1) pela juntada, aos autos, do documento de formalização de demanda;

2) no sentido de que a unidade gestora confirme o valor da contratação, uma vez que há indicação, nos autos, do valor de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais), mas as propostas de preço apresentam valores de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais) e R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais). Caso o valor correto seja de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais), recomenda-se atualização da proposta de preços, bem como revisão do termo de referência;

3) pela juntada, aos autos, dos documentos previstos nos incisos VIII e IX do § 5º do art. 17 do Ato Normativo nº. 004/2024;

4) no sentido de que a unidade gestora justifique o preço da contratação, conforme parâmetros previstos no art. 23 da Lei n.º 14.133/2021;

5) pela alteração da cláusula 3.1 da minuta contratual, uma vez que o objeto possui a natureza de serviço por escopo predefinido (e não serviço ou fornecimento contínuo), motivo pelo qual aplica-se a regra prevista no art. 111 da Lei n.º 14.133/2021;

6) pela revisão da cláusula 4.3 da minuta contratual, em razão das expressões "*compreendem*" e "*deverão*" estarem sem sentido na redação.

É o parecer, s.m.j. Encaminhe-se à Superintendência de Gestão Administrativa para deliberação.

Salvador, data da assinatura eletrônica.

Belª. Maria Paula Simões Silva

Assessora de Gabinete/SGA

Matrícula nº. 355.047

Bel. Eduardo Loula Novais de Paula

Analista Técnico-Jurídico/SGA

Matrícula nº. 353.707



Documento assinado eletronicamente por **Maria Paula Simoes Silva** em 1/ 02/2024, às : 43:14, conforme Ato Normativo nº 247, de : 5 de Dezembro de 2024 - Ministério Público do Estado da Bahia.



Documento assinado eletronicamente por **Eduardo Loula Novais De Paula** em 1/ 02/2024, às : 43:11, conforme Ato Normativo nº 247, de : 5 de Dezembro de 2024 - Ministério Público do Estado da Bahia.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=2 informando o código verificador **0967902** e o código CRC **A9B6EE19**.



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

DESPACHO

Acolho o Parecer nº 98/2024 da Assessoria Técnico-Jurídica pelos seus fundamentos, relativo ao pleito formulado pela DCCL/Coordenação de Licitações, no qual requer autorização para contratação direta, mediante inexigibilidade de licitação, do serviço de consultoria e capacitação referente ao novo marco legal instituído pela Lei n.º 14.133/2021, no valor de **R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais)**.

À DCCL/Coordenação de Elaboração e Acompanhamento de Contratos, Convênios e Licitações para conhecimento e adoção de providências pertinentes, relativas aos itens "1"; "2"; "3"; "4"; "5" e "6" do citado opinativo.

ANDRÉ LUÍS SANT'ANA RIBEIRO
Superintendente de Gestão Administrativa



Documento assinado eletronicamente por **André Luis Sant Ana Ribeiro** em 1/ 02/2024, às 11:13, conforme Ato Normativo nº 247, de 35 de Dezembro de 2012 - Ministério Público do Estado da Bahia.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=2 informando o código verificador **0969794** e o código CRC **4F8E55AD**.



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

DESPACHO

Considerando que as alterações pontuadas pela Assessoria Jurídica nos itens 1, 2, 3 e 4 devem ser adotadas pela Unidade demandante/Gestora, anexamos aos autos a minuta de contrato ajustada nos termos dos itens 5 e 6 e remetemos à demandante para adoção das demais providências pertinentes.

Paula Souza de Paula Marques

Gerente

Coordenação de Elaboração e Acompanhamento de Contratos e Convênios
Diretoria de Contratos, Convênios e Licitações

Matrícula 353.433



Documento assinado eletronicamente por **Paula Souza de Paula** em 06/20/2024, às 12:41:17, conforme o Ato Normativo nº 24, de 15 de Dezembro de 2022 - Ministério Público do Estado da Bahia.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=2 informando o código Verificador **0970566** e o código CRC **8B441758**.

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS QUE, ENTRE SI, CELEBRAM O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA E A EMPRESA LICITAK CONSULTORIA, ASSESSORIA E GESTÃO LTDA, NA FORMA ABAIXO:

CONTRATO Nº XXX/20Xx - SGA

O **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA**, CNPJ nº 04.142.491/0001-66, com sede situada à 5ª Avenida, 750, Centro Administrativo da Bahia - CAB, Salvador - BA, neste ato representado, mediante Ato de Delegação nº 70/2014, pelo Superintendente de Gestão Administrativa **André Luis Sant'Ana Ribeiro**, doravante denominado **CONTRATANTE**, e a Empresa **LICITAK CONSULTORIA, ASSESSORIA E GESTÃO LTDA**, CNPJ nº 39.598.253/0001-56, estabelecida à Rua Ewerton Visco, 290, Edf. Boulevard Side Empresarial, sala 1901, Caminho das Árvores, Salvador/BA, representada por sua sócia-administradora, Sra. **Annie Kelly Santa do Nascimento Farias**, CPF/MF nº [REDACTED] doravante denominada **CONTRATADA**, com supedâneo no quanto disposto na Lei Federal nº 14.133/2021 e na Lei Estadual/BA nº 14.634/2023, e, ainda, observado o constante no procedimento administrativo de Inexigibilidade de Licitação nº xxx/2024 - DADM, protocolado sob o nº 19.09.02330.0000248/2024-75, o qual integra este instrumento independentemente de transcrição, **CELEBRAM** o presente Contrato, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 O presente instrumento tem por objeto contratação de empresa para prestação de serviços especializados de consultoria e assessoria ao setor de compras, licitações e contratos administrativos do Ministério Público do Estado da Bahia, englobando, ainda, a prestação de serviços técnicos especializados de treinamento *in company* para a formação, desenvolvimento e capacitação teórico-prático de servidores envolvidos nos processos de contratações públicas do Ministério Público do Estado da Bahia, de acordo com a Lei Federal nº 14.133/2021 e com a Lei Estadual/BA nº 14.634/2023.

1.2 A execução dos serviços objeto deste contrato englobará, ainda:

1.2.1 A revisão, readequação e padronização de documentos ao novo marco legal instituído pela Lei Federal 14.133/2021 e pela Lei Estadual/BA nº 14.634/2023;

1.2.2 Suporte, manutenção, apoio técnico e consultoria para a implantação eficiente das legislações aplicáveis (a incluir tanto os diplomas legais referidos no item 1.1 quanto os Atos Normativos internos expedidos pelo Ministério Público do Estado da Bahia no decorrer da consultoria;

1.2.3 Capacitação acerca das alterações na instrução e na condução dos processos licitatórios e contratos administrativos;

1.3 A assinatura do presente instrumento contratual, pela **CONTRATADA**, importa na presunção de plena ciência e aquiescência com o seu conteúdo, inclusive quanto aos documentos anexos.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VINCULAÇÃO À CONTRATAÇÃO DIRETA

Integram o presente contrato, vinculando esta contratação, independentemente de transcrição: o termo de referência, a proposta da contratada e eventuais anexos dos documentos supracitados, além das condições estabelecidas no ato de autorização da Inexigibilidade de Licitação que o originou, referido no preâmbulo deste instrumento.

CLÁUSULA TERCEIRA- DA DURAÇÃO DO CONTRATO

3.1 O prazo de vigência do presente Contrato é de 08 (oito) meses, a contar da data da última assinatura pelas partes, admitindo-se a sua prorrogação, automaticamente, quando seu objeto não for concluído no período firmado no contrato;

CLÁUSULA QUARTA - DO REGIME, DA FORMA DE EXECUÇÃO E DOS PRAZOS PARA EXECUÇÃO

4.1 O Regime de execução do presente Contrato é de Execução Indireta, na modalidade Empreitada por Preço Global;

4.2 O **CONTRATANTE** convocará a **CONTRATADA** para retirar a nota de empenho no prazo de até 10 (dez) dias úteis contado a partir da notificação pela Administração, que ocorrerá, preferencialmente, através de envio de e-mail para o endereço indicado na proposta de preços;

4.2.1 As comprovações da convocação e da entrega/retirada da nota de empenho poderão ocorrer por quaisquer dos seguintes meios: por meio eletrônico (através de confirmação de recebimento de e-mail), aposição de assinatura (para retirada presencial) ou por Aviso de Recebimento dos correios (quando a entrega for via postal).

4.2.2 A **CONTRATADA** poderá solicitar a prorrogação do prazo para retirada/recebimento da nota de empenho, por igual período ao original, por motivo justo e aceito pela Administração.

4.3 Os serviços relativos à **consultoria e assessoria** deverão observar as seguintes etapas e regras:

4.3.1 ETAPA 1: Avaliação diagnóstica:

4.3.1.1 Análise da estrutura organizacional do **CONTRATANTE**;

4.3.1.2 Entrevistas com os principais atores dos processos de contratação;

4.3.1.3 Emissão de relatório conclusivo com propostas de ações e intervenções;

4.3.2 ETAPA 2: Análise, revisão e elaboração de artefatos customizados:

4.3.2.1 Contempla análise e adequação dos documentos da instituição e a elaboração, pela equipe de consultores da **CONTRATADA**, dos seguintes instrumentos, a serem entregues integralmente prontos para serem operacionalizados e utilizados pela **CONTRATANTE**, com base nos requisitos da Lei Federal nº 14.133/2021 e na Lei Estadual/BA nº 14.634/2023:

4.3.2.1.1 Termos de Referências para modalidades licitatórias e contratações diretas;

4.3.2.1.2 Minutas de contratos;

4.3.2.1.3 Minuta de Editais de pregão e concorrência para obras e serviços;

4.3.2.1.4 Modelo de Estudo Técnico Preliminar;

4.3.2.1.5 Base de conhecimento de procedimentos internos:

- a) Formulário- adequação orçamentária;
- b) Formulário – Documento de Formalização da demanda;
- c) Formulário – Informações Orçamentárias;
- d) Formulário – Solicitação de Autorização para Licitação;
- e) Formulário – Tabela de preços referenciais;
- f) Glossário;
- g) Fluxos BPMU

4.3.2.2 A adequação a ser realizada nas minutas dos editais englobarão todas as modalidades comumente utilizadas, tais como: pregão, concorrência, bem como contratações diretas;

4.3.2.3 As versões de documentos que serão apresentados e entregues pelos consultores abrangendo as principais contratações realizadas pela instituição, tais como, produtos, equipamentos, serviços comuns, serviços contínuos, obras e serviços de engenharia;

4.3.3 **ETAPA 3:** Apresentação dos produtos entregues.

4.3.3.1 Esta etapa será realizada à medida que os artefatos forem entregues e poderá ser modificada/ajustada conforme a demanda do **CONTRATANTE**;

4.3.4 **ETAPA 4:** Suporte técnico:

4.3.4.1 Contempla o suporte técnico prestado pela equipe de consultores para esclarecimento de dúvidas, vem como adequação dos documentos produzidos aos regulamentos estaduais posteriormente publicados.

4.3.4.2 O escopo dos serviços de consultoria proposto pode ser modificado para melhor aderência às necessidades do **CONTRATANTE**;

4.3.5 Do escopo dos serviços de consultoria e assessoria: O escopo dos serviços de consultoria pode ser modificado para melhor aderência às necessidades do **CONTRATANTE**. Itens podem ser modificados, inseridos ou excluídos;

4.3.5.1 Os serviços que compõem a consultoria poderão ser realizados presencialmente ou à distância, por meio de videoconferências.

4.3.5.2 Poderão ser formuladas consultas por e-mail ou por aplicativos de mensagens de modo a agilizar ainda mais o processo de migração para o novo regime de contratações públicas;

4.3.6 A **CONTRATADA** deverá iniciar os serviços em até 05 (cinco) dias úteis, após o recebimento da autorização da prestação de serviços, ou do empenho, acompanhado do

instrumento contratual assinado pelas partes e devidamente publicado nos meios oficiais de divulgação;

4.3.7 Os serviços, quando prestados de maneira presencial, ocorrerão nas dependências do **CONTRATANTE**. Quando prestados “à distância” serão utilizadas ferramentas tecnológicas que viabilizem a conferência on line, diretamente pela equipe técnica da **CONTRATADA**, conforme indicado no **item 4.5** deste instrumento;

4.3.8 A execução dos serviços perdurará por 06 (seis) meses, contados do recebimento do empenho pela empresa **CONTRATADA**;

4.4 A execução dos serviços de treinamento *in company* para a formação, desenvolvimento e capacitação teórico-prático de servidores envolvidos nos processos de contratação observará o seguinte regramento:

4.4.1 A capacitação terá caráter teórico-prático e contará com a realização de 03 (três) turmas com no máximo 40 (quarenta) servidores que atuem na área de licitações e contratos, bem como para servidores das unidades demandantes de processos de licitação, com cronograma a ser definido em reunião entre a **CONTRATADA** e o **CONTRATANTE**.

4.4.2 O curso será ministrado presencialmente para até 120 (cento e vinte) participantes, especificamente servidores que atuam diretamente nos processos licitatórios e de contratação;

4.4.3 A carga horária total do curso será de 16 horas para cada turma, sendo aulas expositivas e dialogadas, ministradas pelos técnicos especialistas da **CONTRATADA**;

4.1.3.1 O **CONTRATANTE** detém a prerrogativa de realizar ajustes e modificações, acerca do processo de capacitação, em colaboração com a **CONTRATADA**, na quantidade de aulas, em conformidade com a temática a ser determinada, sem implicar prejuízo para o **CONTRATANTE**.

4.4.5 Todas as aulas serão ministradas presencialmente, em local a ser disponibilizado pelo **CONTRATANTE**, com capacidade para até 40 (quarenta) alunos por turma;

4.4.6 Na abordagem dos itens do conteúdo programático específicos da Administração Pública Estadual, a **CONTRATADA** deverá incluir também aspectos peculiares do **CONTRATANTE**, notadamente quanto aos documentos padronizados elaborados com base na Lei 14.133/2021;

4.4.7 Caberá à **CONTRATADA** o fornecimento dos materiais didáticos digitais necessários e certificados de participação no curso;

4.4.8 A **CONTRATADA** deverá ainda fornecer os arquivos eletrônicos contendo a apostila de legislação e os slides com a apresentação;

4.4.9 Após a emissão da ordem de serviço ou da nota de empenho, será agendada reunião com a equipe técnica do MPBA para avaliação da regulamentação estadual e documentos já elaborados com base na Lei 14.133/2021 e definição do conteúdo programático a ser abordado nas capacitações a serem realizadas com as respectivas datas e horários;

4.4.10 A **CONTRATADA** iniciará a execução dos serviços em até 05 (cinco) dias úteis após o recebimento da autorização de prestação de serviços ou do empenho emitido pelo **CONTRATANTE**;

4.4.11 As capacitações e treinamentos serão desenvolvidos nas dependências do **CONTRATANTE**, diretamente pelos profissionais que compõem a equipe técnica da **CONTRATADA**, conforme definido no **item 4.5** deste instrumento;

4.4.12 O prazo de execução dos serviços de capacitação e treinamento será de 3 (três) meses;

4.5 A Equipe técnica da **CONTRATADA** que prestará os serviços contratados é formada pelas seguintes profissionais:

4.5.1 **IRIS TATIUSE SILVA RIBEIRO**: Servidora pública do município de Salvador, mais de 13 (treze) anos de experiência na área de Licitações; Atuou como: Assessora Jurídica na SUCOM (SEDUR); Presidente da Comissão de Licitação e Pregoeira nos municípios de Lauro de Freitas e Salvador; Assessora do Gabinete da Secretaria da Educação de Salvador na Seção de Contratos. Atualmente faz parte da Comissão de Licitação da SECRETARIA DE PROMOÇÃO SOCIAL, COMBATE À POBREZA, ESPORTES E LAZER -SEMPRE. Atua, ainda, como Instrutora Interna da Secretaria de Gestão de Salvador, ministrando cursos de capacitação para os servidores e agentes públicos na área de licitações e contratos. Membro do Grupo de Trabalho Intersetorial para regulamentação e implementação da Lei nº 14.133/2021 no município de Salvador-BA;

4.5.2 **ANNIE KELLY SANTANA NASCIMENTO FARIAS**: Advogada atuante no ramo do Direito Público, com sólida experiência na área de Licitações Públicas e Contratos Administrativos. Especializada em Direito e Processo do Trabalho. Pós-graduanda em Licitações e Contratos Administrativos. Atuou como: Coordenadora do Setor de Auditoria Interna da SUCAB – Superintendência de Construções Administrativas da Bahia; Analista de Licitações da Diretoria de Infraestrutura; Assessora do Gabinete da Secretaria da Educação de Salvador/BA; Coordenadora do Núcleo de Contratos e instrumentos congêneres da Secretaria Municipal da Educação de Salvador/BA. Atualmente, atua como Analista e Consultora Jurídica da ASLIC – Assessoria de Licitações da Secretaria Municipal da Educação em Salvador/BA. Presta, ainda, consultoria nas áreas de licitações, contratos e convênios para órgãos públicos e privados.

CLÁUSULA QUINTA – DO RECEBIMENTO DO OBJETO CONTRATUAL

5.1 O recebimento provisório dos serviços realizados ficará sob a incumbência do fiscal do contrato - responsável pela habilitação para pagamentos, e se dará mediante termo, no prazo de 10 (dez) dias corridos, contados da finalização dos serviços, com a discriminação dos serviços efetivamente realizados;

5.2 O **CONTRATANTE** rejeitará, no todo ou em parte, o objeto contratual em desacordo com as condições pactuadas, podendo, entretanto, se lhe convier, decidir pelo recebimento, neste caso com as deduções cabíveis;

5.2.1 Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste instrumento, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo 15 (quinze) dias corridos, a contar da notificação da **CONTRATADA**, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades;

5.2.2 Em caso de recusa, no todo ou em parte, do objeto contratado, fica a **CONTRATADA** obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar o recebimento dos serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório;

5.3 O recebimento definitivo do objeto deste contrato será concretizado depois de adotados, pelo **CONTRATANTE**, todos os procedimentos cabíveis do art. 140 da Lei Federal nº 14.133/2021 e, no que couber, da Lei Estadual de nº 14.634/2023, devendo ocorrer no prazo de até 15 (quinze) dias corridos, contados do recebimento provisório;

5.4 O aceite ou aprovação do objeto pelo **CONTRATANTE** não exclui a responsabilidade da **CONTRATADA** por vícios, defeitos ou disparidades com as especificações estabelecidas neste Contrato e no processo de Dispensa de Licitação que o originou, verificadas posteriormente, garantindo-se ao **CONTRATANTE**, inclusive, as faculdades previstas na Lei Federal n.º 10.078/90 – Código de Defesa do Consumidor.

CLÁUSULA SEXTA – DO PREÇO

6.1 O valor global do contrato é de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais), conforme abaixo discriminado:

Item (descrição)	Qtd total	Valor mensal total
Serviços de consultoria e assessoria técnica	01	R\$ 25.000,00
Serviço de capacitação e treinamento	01	R\$ 15.000,00
Total		R\$ 40.000,00

6.2 Nos preços computados neste Contrato estão inclusos todos e quaisquer custos necessários ao fiel cumprimento deste instrumento, inclusive todos aqueles relativos a remunerações, encargos sociais, previdenciários e trabalhistas de todo o pessoal da **CONTRATADA** envolvido na execução do objeto, materiais, administração, tributos e emolumentos.

CLÁUSULA SÉTIMA- DO PAGAMENTO E DA ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA

7.1 Os pagamentos serão processados conforme ordem cronológica de pagamento, nos termos disciplinados no art.141 da Lei Federal de nº14.133/21.

7.2 O pagamento será processado mediante apresentação, pela **CONTRATADA**, de fatura, Nota Fiscal relativa à prestação dos serviços e certidões de regularidade cabíveis, bem como consulta à situação de idoneidade da **CONTRATADA**, documentação que deverá estar devidamente acompanhada do **TERMO DE RECEBIMENTO** pelo **CONTRATANTE**;

7.3 O faturamento referente ao objeto deste contrato será efetuado parceladamente, conforme valor baixo definido:

7.3.1 Seis parcelas no montante de R\$ 4.166,66 (quatro mil, cento e sessenta e seis reais e sessenta e seis centavos), relativamente aos serviços de consultoria e assessoria técnica;

7.3.2 Três parcelas no montante de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), relativamente aos serviços de capacitação e treinamento;

7.4 Os pagamentos serão processados no prazo de até 20 (vinte) dias, a contar da data de apresentação da documentação indicada no **item 7.2**, desde que não haja pendência a ser regularizada;

7.4.1 Verificando-se qualquer pendência impeditiva do pagamento, será considerada data da apresentação da documentação aquela na qual foi realizada a respectiva regularização;

7.4.2 No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto a dimensão, qualidade e quantidade, a parcela incontroversa deverá ser liberada no prazo previsto para pagamento;

7.5 As faturas far-se-ão acompanhar da documentação probatória relativa ao recolhimento dos tributos que tenham como fato gerador o objeto consignado na **Cláusula Primeira**;

7.6 O **CONTRATANTE** realizará a retenção de impostos ou outras obrigações de natureza tributária, de acordo com a legislação vigente;

7.7 Os pagamentos serão efetuados através de ordem bancária, para crédito em conta corrente e agência indicadas pela **CONTRATADA**, preferencialmente em banco de movimentação oficial de recursos do Estado da Bahia;

7.8 A atualização monetária dos pagamentos devidos pelo **CONTRATANTE**, em caso de mora, será calculada considerando a data do vencimento da obrigação e do seu efetivo pagamento, de acordo com a variação do INPC do IBGE *pro rata tempore*, observado, sempre, o disposto nos **itens 7.4 e 7.4.1**.

7.8.1 Para efeito de caracterização de mora imputável ao **CONTRATANTE**, não serão considerados eventuais atrasos de pagamento no período de fechamento do exercício financeiro do Estado da Bahia, compreendido entre o final do mês de dezembro e o mês de janeiro do exercício subsequente, decorrentes de circunstâncias alheias à vontade das partes, isto é, por força de bloqueio de rotinas no sistema estadual obrigatoriamente utilizado para a execução dos pagamentos devidos pelo **CONTRATANTE**.

7.9 No ato de liquidação da despesa, os serviços de contabilidade comunicarão aos órgãos da administração tributária as características da despesa e os valores pagos, conforme o disposto no [art. 63 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964](#).

CLÁUSULA OITAVA - DA MANUTENÇÃO DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO- FINANCEIRO DO CONTRATO

8.1 A concessão de reajustamento ocorrerá após o transcurso do prazo de 01 (um) ano da data do orçamento estimado pela Administração, qual seja, 19 de janeiro de 2024, mediante aplicação do INPC/IBGE relativo ao período decorrido entre a referida data e a data da efetiva concessão do reajuste;

8.1.1 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de 01 (um) ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste;

8.1.2 Os valores reajustados incidirão sobre as parcelas de serviços a serem executadas após

o prazo de que cuida o item 8.1;

8.1.3 A variação do valor contratual para fazer face ao reajuste de preços será realizada por simples apostila, dispensando a celebração de aditamento;

8.2. O reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro dependerá de requerimento da Contratada quando visar recompor o preço que se tornou insuficiente, devendo ser instruído com a documentação que comprove o desequilíbrio econômico-financeiro do contrato;

8.2.1. O requerimento de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, nas hipóteses do art. 124, II, “d”, ou do art. 135 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, deverá ser formulado pelo interessado no prazo máximo de um ano do fato que o ensejou, sob pena de decadência, em consonância com o art. 211 da Lei Federal nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002.

8.2.2. Na hipótese de contratos de fornecimento contínuos, o requerimento de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro deverá ser formulado durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação nos termos do art. 131, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021, sob pena de preclusão;

8.2.2.1. Fica convencionado que, nos casos de contrato de fornecimento contínuos com prazo de vigência superior a 1 (um) ano, o requerimento de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do contrato deverá observar a disposição do subitem 8.2.1;

8.3 **O CONTRATANTE**, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, prorrogável por igual período mediante justificativa, responderá a eventuais pedidos de manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do Contrato apresentado pela Contratada (art. 92, inciso XI, c/c 123, parágrafo único da Lei nº 14.133, de 2021);

8.4 O processo de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro em favor do Contratante deverá ser instaurado quando possível a redução do preço ajustado para compatibilizá-lo ao valor de mercado ou quando houver diminuição, devidamente comprovada, dos preços dos insumos básicos utilizados no Contrato.

CLÁUSULA NONA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas para o pagamento deste contrato correrão por conta da Dotação Orçamentária a seguir especificada:

Código Orçamentária/Gestora	Unidade Ação (P/A/OE)	Região	Destinação de Recursos (Fonte)	Natureza da Despesa
40.101/0003	2000	9900	1.500.0.100.00000 0.00.00.00	33.90.39.000

CLÁUSULA DÉCIMA - DO MODELO DE GESTÃO E FISCALIZAÇÃO CONTRATUAL

10.1 Na forma das disposições estabelecidas na Lei Federal nº 14.133/2021 e na Lei Estadual/BA nº 14.634/2023, o **CONTRATANTE** designará servidor(es), por meio de Portaria específica para tal fim, para a gestão e fiscalização deste contrato, tendo poderes, entre outros, para notificar a **CONTRATADA** sobre as irregularidades ou falhas que porventura venham a ser encontradas na execução deste instrumento;

10.2 Incumbe à fiscalização acompanhar e verificar a perfeita execução do contrato, em todas as suas fases, competindo-lhe, primordialmente:

10.2.1 Acompanhar o cumprimento dos prazos de execução descritos neste instrumento, e determinar as providências necessárias à correção de falhas, irregularidades e/ou defeitos;

10.2.2 Transmitir à **CONTRATADA** as instruções, e comunicar alterações de prazos ou roteiros, quando for o caso;

10.2.3 Promover, com a presença da **CONTRATADA**, a verificação dos serviços já efetuados, emitindo a competente habilitação para o recebimento de pagamentos;

10.2.4 Esclarecer as dúvidas da **CONTRATADA**, solicitando ao setor competente do **CONTRATANTE**, se necessário, parecer de especialistas;

10.2.5 Manter anotação em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados;

10.2.6 Informar aos seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei Estadual de nº14.634/23; art.12, §2º e Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2º);

10.3 A fiscalização, pelo **CONTRATANTE**, não desobriga a **CONTRATADA** de sua responsabilidade quanto à perfeita execução do objeto contratual.

10.3.1 A ausência de comunicação, por parte do **CONTRATANTE**, sobre irregularidades ou falhas, não exime a **CONTRATADA** das responsabilidades determinadas neste contrato.

10.4 O **CONTRATANTE** poderá recusar, sustar e/ou determinar o desfazimento/refazimento de serviços que não estejam sendo ou não tenham sido executados de acordo com as Normas Técnicas e/ou em conformidade com as condições deste contrato, ou ainda que atentem contra a segurança de terceiros ou de bens.

10.4.1 Qualquer serviço considerado não aceitável, no todo ou em parte, deverá ser refeito pela **CONTRATADA**, às suas expensas;

10.4.2 A não aceitação de algum serviço, no todo ou em parte, não implicará na dilação do prazo de execução, salvo expressa concordância do **CONTRATANTE**.

10.5 Para fins de fiscalização, o **CONTRATANTE** poderá solicitar à **CONTRATADA**, a qualquer tempo, os documentos relacionados com a execução do presente contrato.

10.6 A gestão e a fiscalização contratual observará, ainda, as normas e regulamentos internos do Ministério Público do Estado da Bahia disciplinadores da matéria.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

11.1 Além das determinações contidas na Cláusula **QUARTA - do Regime e da forma de execução** deste contrato e no processo de Dispensa de Licitação que o originou – que aqui se consideram literalmente transcritas, bem como daquelas decorrentes de lei, a **CONTRATADA**, obriga-se a:

10.2 Promover a execução contratual de acordo com as especificações técnicas e exigências constantes no presente contrato, nos locais determinados, nos dias e nos turnos e horários de expediente do **CONTRATANTE**, não podendo eximir-se da obrigação, ainda que parcialmente, atribuindo quaisquer falhas, defeitos ou falta de pessoal e/ou material;

11.2.1 A **CONTRATADA** deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto;

11.3 Prestar diretamente os serviços ora contratados, não os transferindo a outrem, no todo ou em parte, sendo vedada a subcontratação, ainda que parcial, do objeto contratado;

11.4 Dispor de toda mão de obra, veículos, transportes, insumos e materiais necessários à execução e aos fornecimentos objeto deste instrumento;

11.5 Manter sob sua exclusiva responsabilidade toda a supervisão e direção da mão de obra necessária para a completa e eficiente execução dos serviços objeto deste contrato;

11.6 Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para a contratação;

11.7 Assegurar que os serviços objeto deste contrato não sofram solução de continuidade durante todo o prazo da sua vigência;

11.8 Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao **CONTRATANTE**;

11.8.1 A eventual retenção de tributos pelo **CONTRATANTE** não implicará na responsabilização deste, em hipótese alguma, por quaisquer penalidades ou gravames futuros, decorrentes de inadimplemento(s) de tributos pela **CONTRATADA**;

11.9 Emitir notas fiscais/faturas de acordo com a legislação, contendo descrição dos serviços, indicação de quantidades, preços unitários e valor total, observando-se, ainda, o quanto disposto nas **cláusulas quinta e sexta deste instrumento**;

11.10 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo **CONTRATANTE**, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

11.11 Providenciar e manter atualizadas todas as licenças e alvarás junto às repartições competentes que, porventura, sejam necessários à execução do contrato;

11.12 Atender, nos prazos consignados neste instrumento, às recusas ou determinações, pelo **CONTRATANTE**, de refazimento de serviços que não estejam sendo ou não tenham sido executados de acordo com as Normas Técnicas e/ou em conformidade com as condições deste contrato ou do processo de dispensa de licitação que o originou, providenciando sua imediata correção ou realização, sem ônus para o **CONTRATANTE**;

11.13 Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços;

11.14 Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo **CONTRATANTE** ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do serviço;

11.15 Paralisar, por determinação do **CONTRATANTE**, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

11.16 Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

11.17 Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do **CONTRATANTE**, ou do fiscal ou do gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei 14.133/2021;

11.18 Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

11.19 Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do **CONTRATANTE**;

11.20 Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;

11.21 Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;

11.22 Permitir e oferecer condições para a mais ampla e completa fiscalização durante a vigência deste contrato, fornecendo informações, propiciando o acesso à documentação pertinente e à execução contratual, e atendendo às observações e exigências apresentadas pela fiscalização;

11.23 Ministras curso presencial com a carga horária definida e de acordo com os conteúdos definidos em reunião de alinhamento, no dia e horários estabelecidos;

11.24 Obedecer à programação enviada pelo **CONTRATANTE**;

11.25 Providenciar para que os profissionais compareçam ao local do evento com, no mínimo, 30 (trinta) minutos de antecedência da realização das aulas;

11.26 Garantir que o profissional que ministrará as aulas porventura apresentada na proposta comercial, integrante do corpo técnico da empresa, realiza pessoal e diretamente os serviços objeto deste instrumento;

11.27 Avocar para si os ônus decorrentes de todas as reclamações e/ou ações judiciais ou extrajudiciais, por culpa ou dolo, que possam eventualmente ser alegadas por terceiros contra o **CONTRATANTE**, procedentes do objeto contratado.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

12.1 O **CONTRATANTE**, além das obrigações contidas neste contrato por determinação legal, obriga-se a:

12.2 Fornecer as informações necessárias para que a **CONTRATADA** possa executar plenamente o objeto contratado;

12.3 Realizar os pagamentos devidos pela execução do contrato, nos termos e condições previstos na **cláusula sexta**;

12.4 Permitir o acesso da **CONTRATADA** às instalações físicas do **CONTRATANTE**, nos locais e na forma eventualmente necessários para a execução dos serviços;

12.5 Acompanhar e fiscalizar o fiel cumprimento dos prazos e das condições de realização do presente contrato, notificando a **CONTRATADA**, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas na execução do objeto, para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias;

12.6 Fornecer à **CONTRATADA**, mediante solicitação, atestado de capacidade técnica, quando o fornecimento do objeto atender satisfatoriamente os prazos de entrega, qualidade e demais condições previstas neste Contrato.

12.7 Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste, observando os seguintes prazos:

12.7.1 A administração terá o prazo de até 60 (sessenta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento sobre o qual deverá se manifestar, admitida a prorrogação motivada, por igual período;

12.7.2 A administração terá o prazo de até 60 (sessenta) dias, a contar da data do requerimento, para responder a eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do contrato;

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO CUMPRIMENTO DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS - LEI N. 13.709/2018

13.1 É vedado às partes a utilização de todo e qualquer dado pessoal repassado em decorrência da execução contratual para finalidade distinta daquela do objeto da contratação, mantendo-se sigilo e confidencialidade, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal.

13.2 A **CONTRATADA** declara que tem ciência da existência da Lei Geral de Proteção de Dados e se compromete a adequar todos os procedimentos internos ao disposto na legislação com o intuito de proteger os dados pessoais repassados pelo **CONTRATANTE**.

13.3 A **CONTRATADA** fica obrigada a comunicar ao **Ministério Público do Estado da Bahia**, em até 24 (vinte e quatro) horas do conhecimento, qualquer incidente de acessos não autorizados aos dados pessoais, situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito, bem como adotar as providências dispostas no art. 48 da LGPD.

13.4 A **CONTRATADA** cooperará com a **CONTRATANTE** no cumprimento das obrigações referentes ao exercício dos direitos dos titulares previstos na LGPD e nas Leis e Regulamentos de Proteção de Dados em vigor e também no atendimento de requisições e determinações do Poder Judiciário, Ministério Público, ANPD e Órgãos de controle administrativo em geral;

13.5 Eventuais responsabilidades das partes serão apuradas conforme estabelecido neste contrato e também de acordo com o que dispõe a Seção III, Capítulo VI da LGPD.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA GARANTIA DA EXECUÇÃO

Não será exigida garantia da execução contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS INFRAÇÕES E DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

15.1 A **CONTRATADA** sujeitar-se-á às sanções administrativas previstas nas Leis Federal nº. 14.133/2021 e Estadual nº 14.634/23, as quais poderão vir a ser aplicadas após o prévio e devido processo administrativo, assegurando-lhe, sempre, o contraditório e a ampla defesa.

15.2 Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, a **CONTRATADA** que:

15.2.1 Der causa à inexecução parcial do contrato;

15.2.2 Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

15.2.3 Der causa à inexecução total do contrato;

15.2.4 Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

15.2.5 Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

15.2.6 Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

15.2.7 Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

15.2.8 Praticar ato fraudulento na execução do contrato;

15.2.9 Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

15.2.10 Praticar ato lesivo previsto no art.5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013;

15.3 Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:

15.3.1 **Advertência**, quando a **CONTRATADA** der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei Federal nº 14.133/2021);

15.3.2 **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nos itens 15.2.2, a 15.2.4 acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §4º, da Lei Federal 14.133/2021);

15.3.3 **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nos itens 15.2.5 a 15.2.9, acima, bem como nas alíneas 15.2.2 a 15.2.4, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei Federal nº 14.133/21);

15.3.4 Multa:

15.3.4.1 Moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

15.3.4.2 Compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, para as infrações descritas nas alíneas 15.2.6 a 15.2.10;

15.3.4.3 Compensatória de 15% (quinze por cento) sobre o valor total do contrato, para as infrações descritas na alínea 15.2.3 e 15.2.4;

15.3.4.4 Para as infrações constantes das alíneas 15.2.1, 15.2.2 e 15.2.5, a multa será de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato;

15.3.4.5 Será admitida medida cautelar destinada a garantir o resultado útil do processo administrativo sancionatório, de forma antecedente ou incidental à sua instauração, inclusive a retenção provisória do valor correspondente à estimativa da sanção de multa;

15.3.4.5.1 O valor da retenção provisória a que se refere o subitem anterior deste artigo não poderá exceder ao limite máximo estabelecido no §3º do art. 156 da Lei Federal nº 14.133, de 2021;

15.4 A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à **CONTRATANTE**;

15.5 Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa;

15.5.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de **15 (quinze) dias úteis**, contado da data de sua intimação;

15.5.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pela **CONTRATANTE** à **CONTRATADA**, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente, conforme o caso;

15.5.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 05 (cinco) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

15.6. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa à **CONTRATADA**, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

15.7. Na aplicação das sanções serão considerados:

15.7.1 A natureza e a gravidade da infração cometida;

15.7.2 As peculiaridades do caso concreto;

15.7.3 As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

15.7.4 Os danos que dela provierem para o **CONTRATANTE**;

15.7.5 A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

15.8 Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, e na Lei Estadual nº 14.634/23, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei;

15.9 A personalidade jurídica do **CONTRATADO** poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

15.10 O **CONTRATANTE** deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

15.11 As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21 e da Lei Estadual de nº 14.634/23.

15.12 Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

16.1 Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021 e da Lei Estadual de nº 14.634/23;

16.2 **O CONTRATADO** é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato;

16.3 As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia análise da Assessoria Jurídica do **CONTRATANTE**, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

16.4 Registros que não caracterizem alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração do termo aditivo, na forma do artigo 136, da Lei 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA EXTINÇÃO DO CONTRATO

17.1 O contrato se extingue quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes;

17.1.1. O contrato pode ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o **CONTRATANTE**, quando este não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem;

17.1.1.2. A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo **CONTRATANTE** nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia;

17.1.1.3. Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

17.2 O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como de forma consensual ~~amigavelmente~~, assegurados o contraditório e a ampla defesa;

17.2.1 A extinção do contrato poderá ser:

- a) determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta (arts. 138, inciso I, da Lei nº 14.133, de 2021);
- b) consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração (art. 138, inciso II, da Lei nº 14.133, de 2021);
- c) determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial (art. 138, inciso III, da Lei nº 14.133, de 2021);

17.2.1 Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 Lei Federal nº 14.133/2021;

17.2.2 A alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato;

17.2.2.1 Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica **CONTRATADA**, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva;

17.3 O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido de:

17.3.1 Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

17.3.2 Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

17.3.3 Indenizações e multas.

17.4 O contrato poderá ser extinto, ainda:

17.4.1 Caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade **CONTRATANTE** ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação no processo de contratação direta ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

17.4.2 Caso se constate que a pessoa jurídica **CONTRATADA** possui administrador ou sócio com poder de direção, familiar de detentor de cargo em comissão ou função de confiança que atue na área responsável pela demanda ou contratação ou de autoridade a ele hierarquicamente superior no âmbito do órgão **CONTRATANTE**.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA AUSÊNCIA DE VÍNCULO EMPREGATÍCIO

18.1 A utilização de mão de obra, pela **CONTRATADA**, para execução dos serviços objeto do presente contrato não ensejará, em nenhuma hipótese, vínculo empregatício com o **CONTRATANTE**;

18.2 São vedadas à **CONTRATADA** a subcontratação de mão de obra e a transferência a terceiros da execução dos serviços objeto do presente instrumento;

18.2.1 Fica garantido o direito de regresso do **CONTRATANTE**, perante a **CONTRATADA**, para ressarcimento de toda e qualquer despesa trabalhista, previdenciária ou de cunho

indenizatório que venha a ser condenado a pagar, na eventual hipótese de vir a ser demandado judicialmente, relativamente à execução do objeto contratual, por qualquer empregado ou subcontratado da **CONTRATADA** ou por qualquer pessoa que, ainda que irregularmente, execute o objeto contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA– DA PUBLICIDADE

O CONTRATANTE será responsável pela publicação deste instrumento nos termos e condições previstas na Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DO FORO

Fica eleito o Foro da Cidade do **Salvador-Bahia**, que prevalecerá sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente Contrato.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

21.1 **O CONTRATANTE** não responderá por quaisquer compromissos assumidos perante terceiros pela **CONTRATADA**, ou seus prepostos, ainda que vinculados à execução do presente Contrato;

21.2 A inadimplência da **CONTRATADA**, com relação a quaisquer custos, despesas, tributos, exigências ou encargos, não transfere ao **CONTRATANTE** a responsabilidade pelo seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do contrato.

21.3 Os casos omissos serão decididos pelo **CONTRATANTE**, segundo as disposições contidas na Lei Federal nº 14.133, de 2021 e Estadual nº 14.634 de 2023 e demais normas federais e estaduais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 12.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos;

21.4 Fica assegurado ao **CONTRATANTE** o direito de alterar unilateralmente o Contrato, mediante justificativa expressa, nas hipóteses previstas na Lei Federal 14.133/21 e na forma de Lei Estadual de nº 14.634/23 para melhor adequação às finalidades de interesse público, desde que mantido o equilíbrio econômico-financeiro original do contrato e respeitados os demais direitos da **CONTRATADA**;

21.5 Não caracterizam novação eventuais variações do valor contratual resultantes de reajustamento/revisão de preços, de compensações financeiras decorrentes das condições de pagamento nele previstas ou, ainda, de alterações de valor em razão da aplicação de penalidades;

21.6 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela **CONTRATADA** com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da **CONTRATADA**, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

21.7 O presente contrato regula-se pelas suas cláusulas e pelos preceitos de direito público, aplicando-se, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado;

E, por assim estarem justos e acordados, assinam o presente Contrato para que produza seus efeitos legais.

Salvador, 20xx.

Licitak Consultoria, Assessoria e Gestão Ltda
Annie Kelly Santana do Nascimento Farias
Sócia-Administradora

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA
André Luis Sant'Ana Ribeiro
Superintendente de Gestão Administrativa

(Assinado e datado eletronicamente/digitalmente)

DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DE DEMANDAS (D.F.D)
INEXIGIBILIDADE

Documento de Formalização de Demanda (DFD) necessário à instauração de processo de contratação conforme parâmetros básicos elencados no presente documento, a serem complementados por Termo de Referência (TR). Ressalte-se que a presente contratação deve constar do Plano de Contratação Anual (PCA) na forma do Ato Normativo interno que regulamenta a matéria.

DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DE DEMANDA (DFD)
<p>1. Identificação da necessidade:</p> <p>Compete à Administração prover capacitações destinadas ao aperfeiçoamento dos seus servidores cujas atividades contemplem, além de outros aspectos, a qualificação/atualização da Administração Pública. A contínua formação dos servidores administrativos é imprescindível para que se possa prestar um serviço público adequado, preservar o Erário, bem como os interesses da coletividade. Neste sentido, inúmeras são as recomendações dos Tribunais de Contas quanto à necessidade de constante capacitação aos servidores, em especial, os que atuam nas diferentes fases dos processos licitatórios.</p> <p>Considerando a complexidade e abrangência da Lei Federal nº 14.133/2021, que instituiu novo marco legal para as contratações públicas, e visando assegurar a correta aplicabilidade desta legislação no cotidiano, necessária se faz a contratação de empresa que forneça consultoria especializada posto que a referida lei trouxe alterações substanciais aos procedimentos licitatórios e contratuais e estas atualizações terão um grande impacto nos procedimentos laborais.</p> <p>Por conseguinte, a pretensa contratação se justifica pela importância da necessidade de realizar diagnóstico, acompanhamento, personalizar e padronizar todos os documentos necessários para a operação e implantação da Lei Federal nº 14.133/2021 no âmbito do Ministério Público do Estado da Bahia, bem como, na necessidade de capacitar os servidores contribuindo para o desenvolvimento daqueles que atuam nas contratações públicas.</p>
<p>2. Fundamentação legal da aquisição/ contratação na forma de inexigibilidade:</p> <p>Artigo 74, inciso III, alínea c, da Lei Federal de nº 14.133/21.</p>
<p>3. Objeto da contratação:</p> <p>Contratação de empresa especializada na prestação dos seguintes serviços técnicos e especializados:</p> <p>a) treinamento <i>In Company</i> visando a formação, desenvolvimento e capacitação teórico-prático de servidores envolvidos nos processos de contratações públicas do Ministério Público do Estado da Bahia de acordo com a Nova Lei Federal nº 14.133/2021 e com a Lei Estadual 14.634/2023, pontuando as alterações na instrução e condução dos processos licitatórios e contratos administrativos; e</p> <p>b) consultoria e assessoria ao setor de compras, licitações e contratos administrativos do Ministério Público do Estado da Bahia, visando a revisão, readequação e padronização de documentos ao novo marco legal instituído pela Lei Federal nº 14.133/2021 e pela Lei Estadual 14.634/2023.</p>
<p>4. Justificativa para o processo de inexigibilidade</p> <p>Em abril de 2021, entrou em vigor o novo marco normativo das licitações e contratações públicas brasileiras, a Lei Federal nº 14.133. Concebida para conviver com legislações pré-existentes por 02 (dois) anos, a Nova Lei já registrava a futura revogação de diplomas consolidados como a Lei nº 8.666/93, Lei nº 10.520/2002 e Lei nº 12.411/2011.</p> <p>Sendo assim, a Nova Lei de Licitações deu nova nomenclatura aos agentes que atuam nas licitações, criou e extinguiu modalidades de licitação, positivou entendimentos jurisprudenciais. Planejamento, governança, controle, resolução alternativa de conflitos, foram apenas alguns dos novos assuntos trazidos ao cenário legislativo das contratações pela Lei nº 14.133/21. Portanto, capacitar os servidores com teoria e prática vai</p>

ao encontro do interesse público, pois é fundamental que as atividades laborais sejam realizadas da maneira mais excelente possível.

A contratação engloba temas fundamentais no dia a dia de quem faz as contratações públicas, com destaque para as inovações e alterações da nova Lei de Licitações, o passo a passo de procedimentos e as boas práticas a serem adotadas.

Assim, por parte das divisões que integram o Ministério Público do Estado da Bahia, a necessidade é a de se manter atualizados os conhecimentos dos servidores que atuam nas fases interna e externa da contratação, sendo essa uma necessidade imperiosa de capacitação dos setores, permitindo a continuidade das contratações do órgão, com maior segurança jurídica e menor incidência de erros.

Com as diversas atualizações e mudanças nos procedimentos, faz-se necessária, ainda, a disponibilização de artefatos relacionados à NLLC aos servidores que lidam diretamente com os trâmites em questão, buscando maior celeridade, economicidade, eficiência e segurança no gerenciamento dos processos licitatórios. Isto posto, merece ênfase o fato de a nova lei ter apresentado um cenário completamente novo e relativamente desconhecido dos agentes públicos, ao internalizar no regime geral de licitações instrumentos de planejamento e controle característicos de contratações tecnicamente complexas.

Por conseguinte, a pretensa contratação se justifica pela importância da necessidade de realizar diagnóstico, acompanhamento, personalizar e padronizar todos os documentos necessários para a operação e implantação da Lei Federal nº 14.133/2021 no âmbito do Ministério Público do Estado da Bahia, bem como, investir em um serviço de qualidade que contribua para o desenvolvimento dos servidores que atuam nas contratações públicas.

Portanto, essa contratação tem como objetivo capacitar, atualizar, preparar os profissionais e agentes atuantes em matéria de licitações e contratos, dar suporte, manutenção, apoio técnico e consultoria especialmente no que consiste em as alterações trazidas com a Lei nº 14.133/2021, proporcionando esclarecimentos e orientações.

Ademais, a contratação por meio inexigibilidade de licitação, fundamenta-se na singularidade do serviço a ser prestado e na expertise específica da empresa selecionada. A complexidade técnica e jurídica envolvida na interpretação e aplicação da nova legislação demanda conhecimentos especializados, os quais somente uma consultoria com experiência comprovada pode oferecer.

5. Tipo de objeto:

- (X) serviço não continuado
() Serviço continuado SEM dedicação exclusiva de mão de obra
() Serviço continuado COM dedicação exclusiva de mão de obra
() Aquisição imediata
() Fornecimento contínuo

6. Contratação Prevista no Plano de Contratações Anual (PCA):

- (X) Sim
() Não*

7. Valor previsto no Plano de Contratação Anual: R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais), sendo R\$ 15.000,00 (quinze mil reais) para a capacitação e R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais) para a consultoria.



8. Dados da contratação anterior: (X) NÃO SE APLICA (NÃO HOUVE CONTRATAÇÃO ANTERIOR DO MESMO OBJETO) - considerar o período de até 1 ano anterior () APLICA-SE: NÚMERO DO CONTRATO ANTERIOR: _____ VALOR GLOBAL DA CONTRATAÇÃO: _____ PERCENTUAL DE AUMENTO: _____	
9. Origem do recurso: (X) RECURSOS PRÓPRIOS - Orçamento do MPBA () RECURSOS ORIUNDOS DE CONVÊNIO ESTADUAL () RECURSOS ORIUNDOS DE CONVÊNIO FEDERAL	CONCEDENTE E NÚMERO DO CONVÊNIO (Se aplicável):
10. Formalização da contratação: () Por empenho e AFM (X) Por instrumento formal de contrato	
11. Grau de prioridade da contratação: (X) Alta () Média () Baixa	
12. Unidade responsável pela instrução do processo: <i>Coordenação de Licitações</i>	
13. Unidade demandante: <i>Coordenação de Licitações</i>	
14. Unidade Gestora dos recursos (nome e código) Diretoria Administrativa da Superintendência de Gestão Administrativa (Código Orçamentário 40.101/0003)	
RESPONSÁVEL PELO PREENCHIMENTO DESTE DOCUMENTO	
Nome Completo: Monica Fabiane da Silva Sobrinho	
Matrícula: 351.906	
Unidade Administrativa (unidade de lotação do servidor responsável pelo preenchimento do formulário): <i>Coordenação de Licitações</i>	
IDENTIFICAÇÃO DO SUPERIOR IMEDIATO	
Nome Completo: CARLOS BASTOS STUCKI	



Matrícula:

353.936

Órgão/ Unidade:

DCCL- DIRETORIA DE CONTRATOS, CONVÊNIOS E LICITAÇÕES

ATENÇÃO: Este documento deverá ser, obrigatoriamente, assinado digitalmente pelo servidor responsável pelo preenchimento do mesmo e pelo superior imediato.

MONICA FABIANE
DA SILVA
SOBRINHO: [REDACTED]
[REDACTED]


Assinado de forma digital
por MONICA FABIANE DA
SILVA

SOBRINHO: [REDACTED]
Dados: 2024.02.26 17:55:17
-03'00'

DECLARAÇÃO DE REGULARIDADE – RESOLUÇÃO CNMP Nº 37/2009

LICITAK CONSULTORIA, ASSESSORIA E GESTÃO LTDA, sediada à Rua Ewerton Visco, nº 290, Edf. Boulevard Side Empresarial, sala 1901, Caminho das Árvores, Salvador/BA, CEP 41.820-022, inscrita no CNPJ sob o número 36.598.253/0001-56, **DECLARA**, nos termos da Resolução nº. 37/2009 do Conselho Nacional do Ministério Público, para fins de contratação para prestação de serviços especializados de consultoria e assessoria ao setor de compras, licitações e contratos administrativos do Ministério Público do Estado da Bahia, englobando, ainda, a prestação de serviços técnicos especializados de treinamento *in company* para a formação, desenvolvimento e capacitação teórico-prático de servidores envolvidos nos processos de contratações públicas do Ministério Público do Estado da Bahia, de acordo com a Lei Federal nº 14.133/2023, atual/BA nº 14.133/2023, fonte de Inexigibilidade de Licitação, que não há em seu quadro societário cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, dos membros ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento do Ministério Público do Estado da Bahia, vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação. Declara também estar ciente de que a referida vedação compreende o interregno entre a deflagração do procedimento de contratação e o período até 6 (seis) meses após a desincompatibilização do exercício dos respectivos cargos e funções, consoante Resolução nº. 37/2009 do Conselho Nacional do Ministério Público-CNMP

Salvador, 24 de fevereiro de 2024.

Documento assinado digitalmente
 ANNIE KELLY SANTANA DO NASCIMENTO FARIA
Data: 24/02/2024 08:20:21-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

ANNIE KELLY SANTANA DO NASCIMENTO FARIAS
Sócia-Administradora



(71) 3480-8171
(71) 99287-7942
(71) 9 9196-1088



licitakconsultoria@gmail.com



Licitak Consultoria & Gestão



@licitakconsultoria

DECLARAÇÃO QUE NÃO EMPREGA MENOR DE IDADE, SALVO NA CONDIÇÃO DE APRENDIZ

LICITAK CONSULTORIA, ASSESSORIA E GESTÃO LTDA, sediada à Rua Ewerton Visco, nº 290, Edf. Boulevard Side Empresarial, sala 1901, Caminho das Árvores, Salvador/BA, CEP 41.820-022, inscrita no CNPJ sob o número 36.598.253/0001-56, por intermédio de sua representante legal, Sra. **ANNIE KELLY SANTANA DO NASCIMENTO FARIAS**, portadora da Carteira de Identidade nº [REDACTED] e do C.P.F nº [REDACTED], **DECLARA**, para fins de cumprimento do disposto no inciso XXXIII do Art. 7º da Constituição Federal, que não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e que não emprega menor de 16 (dezesesseis) anos, salvo maior de 14 (quatorze) anos, na condição de menor aprendiz.

Salvador, 24 de fevereiro de 2024.

Documento assinado digitalmente
gov.br ANNIE KELLY SANTANA DO NASCIMENTO FARIA
Data: 24/02/2024 08:20:21-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

ANNIE KELLY SANTANA DO NASCIMENTO FARIAS
Representante Legal



(71) 3480-8171
(71) 99287-7942
(71) 9 9196-1088



licitakconsultoria@gmail.com



Licitak Consultoria & Gestão



@licitakconsultoria

QUALIFICAÇÃO **TÉCNICA** OPERACIONAL

LICITAK CONSULTORIA, ASSESSORIA E GESTÃO



(71) 3480-8171
(71) 99287-7942
(71) 9 9196-1088



licitakconsultoria@gmail.com



Licitak Consultoria & Gestão



@licitakconsultoria



PREFEITURA MUNICIPAL DE VÁRZEA NOVA

ESTADO DA BAHIA

CNPJ: 13.231.006/0001-11

Praça José Araujo Silva - s/nº - CEP: 44690-000

TELEFONE/FAX: (74) 3659-2125/2102

CONTRATO Nº 054/2021

Inexigibilidade de Licitação nº 004/2021

Processo Administrativo nº 044/2021

**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO
TÉCNICO PROFISSIONAL CELEBRADO ENTRE O
MUNICÍPIO DE VÁRZEA NOVA, ESTADO DA
BAHIA, E A LICITAK CONSULTORIA, ASSESSORIA
E GESTÃO LTDA.**

O MUNICÍPIO DE VÁRZEA NOVA, Estado da Bahia, inscrito no CNPJ sob o nº 13.231.006/0001-11, com sede localizada na Praça José Araujo Silva, s/nº, Centro, CEP 44690-000, legalmente representado pelo seu Prefeito, o Sr. **JOÃO HEBERT ARAUJO DA SILVA**, inscrito no CPF sob o [REDACTED] doravante denominado **CONTRATANTE** e a **LICITAK CONSULTORIA, ASSESSORIA E GESTÃO LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrito no CNPJ sob nº 36.598.253/0001-56, com endereço profissional localizado à Rua Ewerton Visco, nº 290, Sala 1901/ Caminho das Árvores, Salvador Bahia, Tel/Fax (71) 99196-1088, neste ato representada por **ANNIE KELLY SANTANA DO NASCIMENTO FARIAS**, CPF nº [REDACTED] e OAB/BA nº 39.524, doravante denominada **CONTRATADA**, celebram entre si o presente contrato, obedecendo as cláusulas a seguir delincadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O objeto do presente contrato é a contratação dos serviços técnicos especializados de consultoria e assessoria em matéria administrativa e jurídica, visando a implantação, gerenciamento e operacionalização do Pregão Eletrônico, incluindo treinamento e acompanhamento dos servidores públicos que integram a Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Várzea Nova, conforme a Inexigibilidade de Licitação nº. 004/2021 e especificações descritas no Termo de Referência e Proposta.

Parágrafo único: O Município se reserva ao direito de acrescentar ou suprimir a execução dos serviços em até vinte e cinco por cento do valor global inicial atualizado deste Contrato, mantendo as mesmas condições contratuais, conforme o disposto no § 1º do art. 65 da Lei Federal nº 8.666/93.



PREFEITURA MUNICIPAL DE VÁRZEA NOVA

ESTADO DA BAHIA

CNPJ: 13.231.006/0001-11

Praça José Araujo Silva - s/nº - CEP: 44690-000

TELEFONE/FAX: (74) 3659-2125/2102

CLÁUSULA SEGUNDA: O prazo de vigência do presente contrato terá início em 14 de abril de 2021 e findar-se-á em 31 de dezembro de 2021.

Parágrafo único: Este prazo poderá ser prorrogado, a critério do Contratante, mantidos todos os direitos, obrigações e responsabilidades, desde que ocorra qualquer um dos motivos relacionados no art. 57 da Lei nº 8.666/93, prorrogação essa que deverá ser devidamente justificada e instrumentalizada por termo aditivo.

CLÁUSULA TERCEIRA: O Contratante pagará a Contratada, pelos serviços a serem prestados no exercício de 2021, a quantia de R\$ 90.000,00 (noventa mil reais), em 09 (nove) parcelas mensais e iguais no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), cada, com vencimento no dia 30 (trinta) de cada mês, tendo início em abril de 2021.

CLÁUSULA QUARTA: O valor a que se refere à cláusula anterior, uma vez abatidos os impostos, será depositado integralmente na conta corrente nº 117299995, agência 0001, Banco do Inter (077), de titularidade da Contratada.

CLÁUSULA QUINTA: Não serão de responsabilidade da Contratada quaisquer atos praticados pela Prefeitura Municipal e/ou seus auxiliares, que venham ocasionar prejuízo à Administração Municipal, caso esses sejam engendrados sem o prévio parecer jurídico exarado por aquele, de forma escrita.

CLÁUSULA SEXTA: Este contrato poderá ser aditado a qualquer tempo, desde que haja necessidade de mudança em qualquer das cláusulas, visando o interesse dos Contratantes.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato poderá ser rescindido nas seguintes hipóteses:

- I) Pelo seu termo;
- II) Pelo inadimplemento por parte de qualquer dos Contratantes;
- III) Por infração ao art. 78, em especial, bem como a qualquer dispositivo que rege a matéria, da Lei 8.666/93.



PREFEITURA MUNICIPAL DE VÁRZEA NOVA

ESTADO DA BAHIA

CNPJ: 13.231.006/0001-11

Praça José Araujo Silva - s/nº - CEP: 44690-000

TELEFONE/FAX: (74) 3659-2125/2102

CLÁUSULA OITAVA: O presente Contrato origina-se da prestação de serviços técnicos profissionais de notória especialização, conforme elencados no artigo 13, inciso V, da Lei 8.666/93, cujo processo de inexigibilidade foi instruído na forma do art. 25, inciso II, da referida Lei.

CLÁUSULA NONA: As despesas deste contrato correrão a cargo da seguinte dotação orçamentária:

Unidade – Secretaria de Administração;

Projeto Atividade – 2201 - Gestão das Ações e Atividades da secretaria de Administração;

Elemento de Despesa – 33903900 - Outros serviços terceiros pessoa jurídica;

Fonte – 00

CLAUSULA DÉCIMA: Sem prejuízo de outros encargos decorrentes da Lei, constituem obrigações da Contratada na execução do objeto deste contrato:

- a) Cumprir rigorosamente com as especificações dos serviços e com a observância às condições indicadas na proposta apresentada;
- b) Ficar responsável, perante o Contratante, pela exatidão dos prazos e pela correta observância das especificações e demais normas aplicáveis;
- c) Reconhecer os direitos da Administração em caso de rescisão administrativa, prevista nos artigos 77, 78 e 79 da Lei 8.666/93;
- d) Manter durante toda execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- e) Não utilizar este contrato, como garantia de qualquer operação financeira, a exemplo de empréstimos bancários ou descontos de duplicatas;

CLAUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: Constituem obrigações do Contratante, na execução do objeto deste contrato:

- a) Cumprir com a forma de pagamento acordada, bem como todas as outras deste contrato;
- b) Comunicar por escrito a Contratada, quanto a fatos supervenientes encontradas na execução dos serviços.



PREFEITURA MUNICIPAL DE VÁRZEA NOVA

ESTADO DA BAHIA

CNPJ: 13.231.006/0001-11

Praça José Araujo Silva - s/nº - CEP: 44690-000

TELEFONE/FAX: (74) 3659-2125/2102

c) Colocar à disposição da Contratada, às suas custas, todos os documentos, servidores, equipamentos, programas e material necessários à execução dos serviços, no prazo solicitado;

d) Implementar as sugestões e determinações da Contratada, no prazo indicado pela mesma.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: Os serviços serão fiscalizados por pessoa credenciada do Contratante, com poderes para verificar o fiel cumprimento deste em todos os termos e condições, sendo que sua eventual omissão não eximirá a Contratada dos compromissos e obrigações assumidos perante o Contratante.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: Os preços contratuais, a princípio, são fixos e só reajustáveis na forma da lei.

Parágrafo Primeiro: Caso a execução do objeto contratual se estenda por mais de doze meses, contados da data da apresentação da proposta, sem que a Contratada tenha dado causa a dilação, será deferido o reajustamento dos preços contratuais pelo índice legalmente previsto à época.

Parágrafo Segundo: Em caso de novo reajustamento, a periodicidade será contada a partir da data do último reajustamento concedido.

Parágrafo Terceiro: São nulos de pleno direito quaisquer expedientes que, na apuração de índice de reajuste, produza efeitos financeiros equivalentes aos de reajuste com periodicidade inferior a anual.

Parágrafo Quarto: Na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou, ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual, o contrato poderá sofrer revisão de preço.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: Fica eleito o Foro da Comarca de Jacobina, para dirimir eventuais dúvidas oriundas deste contrato;



PREFEITURA MUNICIPAL DE VÁRZEA NOVA

ESTADO DA BAHIA

CNPJ: 13.231.006/0001-11

Praça José Araújo Silva - s/nº - CEP: 44690-000


TELEFONE/FAX: (74) 3659-2125/2102

E, por estarem acordes, Contratante e Contratada assinam este instrumento, em 02 (duas) vias de igual teor, juntamente com (02) duas testemunhas presenciais, para que gere seus jurídicos e legais efeitos.

Várzea Nova, Bahia, 15 de abril 2021.



JOÃO HEBERT ARAUJO DA SILVA
PREFEITO MUNICIPAL
CONTRATANTE



LICITAK CONSULTORIA, ASSESSORIA E GESTÃO LTDA.
Annie-Kelly Santana do Nascimento Farias
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1)  _____
2)  _____

PREFEITURA MUNICIPAL DE VÁRZEA NOVA - BA
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº. 004/2021

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS DE CONSULTORIA E ASSESSORIA EM MATÉRIA ADMINISTRATIVA JURÍDICA, VISANDO À IMPLANTAÇÃO, GERENCIAMENTO E OPERACIONALIZAÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO, INCLUINDO TREINAMENTO E ACOMPANHAMENTO DOS SERVIDORES PÚBLICOS QUE INTEGRAM A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES DA PREFEITURA MUNICIPAL.

CONTRATADO: LICITAK CONSULTORIA, ASSESSORIA E GESTÃO LTDA.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE VÁRZEA NOVA - BA

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Artigo 25, inciso II da Lei Federal nº 8.666/1993 e suas alterações posteriores.

VALOR DA INEXIGIBILIDADE: R\$ 90.000,00 (noventa mil reais).

Várzea Nova - BA, 14 de Abril de 2020.

Leonardo Rocha Araújo
Presidente da CPL

PREFEITURA MUNICIPAL DE VÁRZEA NOVA
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº. 0054/2020
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 0044/2020

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS DE CONSULTORIA E ASSESSORIA EM MATÉRIA ADMINISTRATIVA JURÍDICA, VISANDO À IMPLANTAÇÃO, GERENCIAMENTO E OPERACIONALIZAÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO, INCLUINDO TREINAMENTO E ACOMPANHAMENTO DOS SERVIDORES PÚBLICOS QUE INTEGRAM A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES DA PREFEITURA MUNICIPAL.

MODALIDADE LICITATÓRIA: Inexigibilidade de Licitação nº. 004/2021

VALOR DO CONTRATO: R\$ 90.000,00 (noventa mil reais).

INICIO DO CONTRATO: 14 de Abril de 2021.

FIM DO CONTRATO: 31 de Dezembro de 2021.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE VÁRZEA NOVA - BA

CONTRATADO: LICITAK CONSULTORIA, ASSESSORIA E GESTÃO LTDA.

CERTIFICAÇÃO DIGITAL: FSFTXEL+L8IEPMNKNCDZSW

Esta edição encontra-se no site oficial deste ente.



Prefeitura Municipal de Várzea Nova

≡ Detalhes do Contrato

Nesta seção você encontrará as obrigações exigidas pela Lei de Acesso à Informação e Legislação correlatas.

Formato

Em TELA



Pesquisar

Contratado : LICITAK CONSULTORIA, ASSESSORIA E GESTAO LTDA

CNPJ : 36.598.253/0001-56

Nº do Contrato : 054/2021

Número Processo Administrativo : 0044/2021

Número Processo Licitatorio : 004/2021

Valor : R\$ 90.000,00

Tipo / Natureza : CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Data de Assinatura : 15/04/2021

Data de Início da Vigência : 14/04/2021

Data Fim da Vigência : 31/12/2021

Objeto : Contratação de serviços técnicos especializados de consultoria e assessoria em matéria administrativa jurídica, visando à implantação, gerenciamento e operacionalização do pregão eletrônico, incluindo treinamento e acompanhamento dos servidores públi

Fundamento Legal :

Relacionado ao COVID-19 : Não

Possui Aditivo : Não

Arquivo : [CT Nº 054 INEXI Nº 004-2021.pdf](#) (518 KB)



**PREFEITURA MUNICIPAL DE VÁRZEA NOVA
EXTRATO DE ADITIVO**

TERMO ADITIVO Nº 001/2022, AO CONTRATO 040/2021, COM OBJETO CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM CONSTRUÇÃO CIVIL PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA RECUPERAÇÃO DE PAVIMENTO EM PARALELEPÍPEDO E REFORMA GERAL DO MESMO NAS DIVERSAS RUAS DO MUNICÍPIO, ORIGINÁRIO DO PROCESSO DE LICITAÇÃO NA MODALIDADE CARTA CONVITE 001/2021, COM A EMPRESA CONSTRUÇÃO E SERVIÇOS DE TRANSPORTES BARRETO EIRELI, INSCRITO NO CNPJ Nº 34.862.869/0001-67. OBJETIVO DO ADITIVO: ALTERAÇÃO DO PRAZO DE EXECUÇÃO CONTRATUAL PREVISTA NO CONTRATO Nº 040/2021, O QUAL FOI POSTERGADO ATÉ 31 DE DEZEMBRO DE 2023.

VÁRZEA NOVA – BA, 29 DE DEZEMBRO DE 2022.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE VÁRZEA NOVA
EXTRATO DE ADITIVO**

TERMO ADITIVO Nº 001/2022, AO CONTRATO 053/2021, COM OBJETO LOCAÇÃO DE IMÓVEL RESIDENCIAL LOCALIZADO NA AVENIDA ANTERO DA ROCHA MONTENEGRO, Nº 344, CENTRO, VÁRZEA NOVA - BA, COM A FINALIDADE DE ABRIGAR O SENHOR SEBASTIÃO DOS SANTOS SOUZA, EM REGIME DE BENEFÍCIO EVENTUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, CONFORME RELATÓRIO SOCIAL SIMPLIFICADO EM ANEXO AO PROCESSO, ORIGINÁRIO DO PROCESSO DE LICITAÇÃO NA MODALIDADE DISPENSA DE LICITAÇÃO 018/2021, COM A SRA. MAURACI PEDROSA DOS SANTOS SOUZA, INSCRITO NO CPF Nº [REDACTED]. OBJETIVO DO ADITIVO: ALTERAÇÃO DO PRAZO DE EXECUÇÃO CONTRATUAL PREVISTA NO CONTRATO Nº 053/2021, O QUAL FOI POSTERGADO ATÉ 31 DE DEZEMBRO DE 2023.

VÁRZEA NOVA – BA, 29 DE DEZEMBRO DE 2022.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE VÁRZEA NOVA
EXTRATO DE ADITIVO**

TERMO ADITIVO Nº 001/2022, AO CONTRATO 054/2021, COM OBJETO CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS DE CONSULTORIA E ASSESSORIA EM MATÉRIA ADMINISTRATIVA JURÍDICA, VISANDO À IMPLANTAÇÃO, GERENCIAMENTO E OPERACIONALIZAÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO, INCLUINDO TREINAMENTO E ACOMPANHAMENTO DOS SERVIDORES PÚBLICOS QUE INTEGRAM A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES DA PREFEITURA MUNICIPAL, ORIGINÁRIO DO PROCESSO DE LICITAÇÃO NA MODALIDADE INEXIGIBILIDADE 004/2021, COM A EMPRESA LICITAK CONSULTORIA, ASSESSORIA E GESTÃO LTDA, INSCRITO NO CNPJ Nº 36.598.253/0001-56. OBJETIVO DO ADITIVO: ALTERAÇÃO DO PRAZO DE EXECUÇÃO CONTRATUAL PREVISTA NO CONTRATO Nº 054/2021, O QUAL FOI POSTERGADO ATÉ 31 DE DEZEMBRO DE 2023.

VÁRZEA NOVA – BA, 29 DE DEZEMBRO DE 2022.



PREFEITURA MUNICIPAL DE VÁRZEA NOVA

ESTADO DA BAHIA

CNPJ: 13.231.006/0001-11

Praça José Araújo Silva - s/nº - CEP: 44690-000

Telefone/Fax: (74) 3659-2125/2102

ATESTADO

Atesto, para os devidos fins, que a **LICITAK CONSULTORIA, ASSESSORIA E GESTÃO LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrito no CNPJ sob nº 36.598.253/0001-56, com endereço profissional localizado à Rua Ewerton Visco, nº 290, Sala 1901/ Caminho das Árvores, Salvador Bahia, **presta serviços técnicos especializados de consultoria e assessoria em matéria de Licitações e Contratos**, incluindo treinamento e acompanhamento dos servidores públicos que integram a Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Várzea, através do contrato nº 054/2021, firmado em abril de 2021.

Atesto, ainda, que o serviço está sendo executado satisfatoriamente, não existindo em nossos registros, até a presente data, fatos que desabonem sua conduta e responsabilidade com as obrigações assumidas.

Várzea Nova, Bahia, 30 de junho 2023



JOÃO HEBERT ARAÚJO DA SILVA
Prefeito Municipal



PREFEITURA MUNICIPAL DO SALVADOR
SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA

NOTA FISCAL DE SERVIÇOS ELETRÔNICA - Nota Salvador

Número da Nota:
00000028

Data e Hora de Emissão:
30/06/2023 23:18:28

Código de Verificação:
PBZU-WGRS

PRESTADOR DE SERVIÇOS

CPF/CNPJ:

36.598.253/0001-56

Nome/Razão Social:

LICITAK CONSULTORIA, ASSESSORIA E GESTAO LTDA

Endereço:

Rua Ewerton Visco 290 , EDF. BOULEVARD SIDE - CAMINHO DAS ÁRVORES - Salvador - CEP: 41820-022 -

E-mail:

Inscrição Municipal:

734.276/001-99

TOMADOR DE SERVIÇOS

Nome/Razão Social:

MUNICIPIO DE VARZEA NOVA

CPF/CNPJ:

13.231.006/0001-11

Endereço:

PRA OTACILIO ALCANTARA 238, CASA CENTRO - Várzea Nova - CEP: 44690-000/BA

E-mail:

Inscrição Municipal:

DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS

Prestação de serviços técnicos especializados de consultoria e assessoria em matéria administrativa e jurídica, visando a implantação, gerenciamento e operacionalização do Pregão Eletrônico, incluindo treinamento e acompanhamento dos servidores públicos que integram a Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Várzea Nova, referente ao período de 15/05/2023 à 14/06/2023. ISS em 2,01%.

VALOR TOTAL DA NOTA = R\$ 10.000,00

CNAE:

8599604 - Treinamento em desenvolvimento profissional e gerencial

Item da Lista de Serviços:

00802 - Instrução, treinamento, orientação pedagógica e educacional, avaliação de conhecimentos de qualquer natureza.

Valor Total das Deduções (R\$):	Base de Cálculo (R\$):	Alíquota (%):	Valor do ISS (R\$):	Crédito Nota Salvador (R\$):
0,00	*	*	*	0,00

OUTRAS INFORMAÇÕES

Valor INSS (R\$):	Valor PIS (R\$):	Valor COFINS (R\$):	Valor IR (R\$):	Valor CSLL (R\$):	Outras Retenções (R\$):	Valor Líquido (R\$):
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00

- Esta Nota Salvador foi emitida com respaldo na Lei 7.186/2006.

- Documento emitido por ME ou EPP optante pelo Simples Nacional.

- COMPETÊNCIA: 06/2023 (mês/ano)

- Código de Tributação do Município: 0802-0/01 - Instrução e treinamento em geral, inclusive de desenvolvimento profissional e gerencial



PREFEITURA MUNICIPAL DO SALVADOR
SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA

NOTA FISCAL DE SERVIÇOS ELETRÔNICA - Nota Salvador

Número da Nota:
00000027

Data e Hora de Emissão:
23/05/2023 18:00:31

Código de Verificação:
LZVU-4ENL

PRESTADOR DE SERVIÇOS

CPF/CNPJ:

36.598.253/0001-56

Nome/Razão Social:

LICITAK CONSULTORIA, ASSESSORIA E GESTAO LTDA

Endereço:

Rua Ewerton Visco 290 , EDF. BOULEVARD SIDE - CAMINHO DAS ÁRVORES - Salvador - CEP: 41820-022 -

E-mail:

Inscrição Municipal:

734.276/001-99

TOMADOR DE SERVIÇOS

Nome/Razão Social:

MUNICIPIO DE VARZEA NOVA

CPF/CNPJ:

13.231.006/0001-11

Endereço:

PRA OTACILIO ALCANTARA 238, CASA CENTRO - Várzea Nova - CEP: 44690-000/BA

E-mail:

Inscrição Municipal:

DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS

Prestação de serviços técnicos especializados de consultoria e assessoria em matéria administrativa e jurídica, visando a implantação, gerenciamento e operacionalização do Pregão Eletrônico, incluindo treinamento e acompanhamento dos servidores públicos que integram a Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Várzea Nova, referente ao período de 15/04/2023 à 14/05/2023.

VALOR TOTAL DA NOTA = R\$ 10.000,00

CNAE:

8599604 - Treinamento em desenvolvimento profissional e gerencial

Item da Lista de Serviços:

00802 - Instrução, treinamento, orientação pedagógica e educacional, avaliação de conhecimentos de qualquer natureza.

Valor Total das Deduções (R\$):

0,00

Base de Cálculo (R\$):

*

Alíquota (%):

*

Valor do ISS (R\$):

*

Crédito Nota Salvador (R\$):

0,00

OUTRAS INFORMAÇÕES

Valor INSS (R\$):

0,00

Valor PIS (R\$):

0,00

Valor COFINS (R\$):

0,00

Valor IR (R\$):

0,00

Valor CSLL (R\$):

0,00

Outras Retenções (R\$):

0,00

Valor Líquido (R\$):

10.000,00

- Esta Nota Salvador foi emitida com respaldo na Lei 7.186/2006.

- Documento emitido por ME ou EPP optante pelo Simples Nacional.

- COMPETÊNCIA: 05/2023 (mês/ano)

- Código de Tributação do Município: 0802-0/01 - Instrução e treinamento em geral, inclusive de desenvolvimento profissional e gerencial



PREFEITURA MUNICIPAL DO SALVADOR
SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA

NOTA FISCAL DE SERVIÇOS ELETRÔNICA - Nota Salvador

Número da Nota:
00000026

Data e Hora de Emissão:
26/04/2023 16:04:41

Código de Verificação:
JPY1-RRPM

PRESTADOR DE SERVIÇOS

CPF/CNPJ:

36.598.253/0001-56

Nome/Razão Social:

LICITAK CONSULTORIA, ASSESSORIA E GESTAO LTDA

Endereço:

Rua Ewerton Visco 290 , EDF. BOULEVARD SIDE - CAMINHO DAS ÁRVORES - Salvador - CEP: 41820-022 -

E-mail:

Inscrição Municipal:

734.276/001-99

TOMADOR DE SERVIÇOS

Nome/Razão Social:

MUNICIPIO DE VARZEA NOVA

CPF/CNPJ:

13.231.006/0001-11

Endereço:

PRA OTACILIO ALCANTARA 238, CASA CENTRO - Várzea Nova - CEP: 44690-000/BA

E-mail:

Inscrição Municipal:

DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS

Prestação de serviços técnicos especializados de consultoria e assessoria em matéria administrativa e jurídica, visando a implantação, gerenciamento e operacionalização do Pregão Eletrônico, incluindo treinamento e acompanhamento dos servidores públicos que integram a Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Várzea Nova, referente ao período de 15/03/2023 à 14/04/2023. Aliquota de 2,01%.

VALOR TOTAL DA NOTA = R\$10.000,00

CNAE:

8599604 - Treinamento em desenvolvimento profissional e gerencial

Item da Lista de Serviços:

00802 - Instrução, treinamento, orientação pedagógica e educacional, avaliação de conhecimentos de qualquer natureza.

Valor Total das Deduções (R\$):	Base de Cálculo (R\$):	Aliquota (%):	Valor do ISS (R\$):	Crédito Nota Salvador (R\$):
0,00	*	*	*	0,00

OUTRAS INFORMAÇÕES

Valor INSS (R\$):	Valor PIS (R\$):	Valor COFINS (R\$):	Valor IR (R\$):	Valor CSLL (R\$):	Outras Retenções (R\$):	Valor Líquido (R\$):
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00

- Esta Nota Salvador foi emitida com respaldo na Lei 7.186/2006.

- Documento emitido por ME ou EPP optante pelo Simples Nacional.

- COMPETÊNCIA: 04/2023 (mês/ano)

- Código de Tributação do Município: 0802-0/01 - Instrução e treinamento em geral, inclusive de desenvolvimento profissional e gerencial



PREFEITURA MUNICIPAL DO SALVADOR
SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA

NOTA FISCAL DE SERVIÇOS ELETRÔNICA - Nota Salvador

Número da Nota:
00000025

Data e Hora de Emissão:
14/03/2023 19:55:54

Código de Verificação:
PXP0-AEJB

PRESTADOR DE SERVIÇOS

CPF/CNPJ:

36.598.253/0001-56

Nome/Razão Social:

LICITAK CONSULTORIA, ASSESSORIA E GESTAO LTDA

Endereço:

Rua Ewerton Visco 290 , EDF. BOULEVARD SIDE - CAMINHO DAS ÁRVORES - Salvador - CEP: 41820-022 -

E-mail:

Inscrição Municipal:

734.276/001-99

TOMADOR DE SERVIÇOS

Nome/Razão Social:

MUNICIPIO DE VARZEA NOVA

CPF/CNPJ:

13.231.006/0001-11

Endereço:

PRA OTACILIO ALCANTARA 238, CASA CENTRO - Várzea Nova - CEP: 44690-000/BA

E-mail:

Inscrição Municipal:

DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS

Prestação de serviços técnicos especializados de consultoria e assessoria em matéria administrativa e jurídica, visando a implantação, gerenciamento e operacionalização do Pregão Eletrônico, incluindo treinamento e acompanhamento dos servidores públicos que integram a Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Várzea Nova, referente ao período de 15/02/2023 à 14/04/2023. Aliquota de 2,01%.

VALOR TOTAL DA NOTA = R\$ 10.000,00

CNAE:

Item da Lista de Serviços:

00802 - Instrução, treinamento, orientação pedagógica e educacional, avaliação de conhecimentos de qualquer natureza.

Valor Total das Deduções (R\$):	Base de Cálculo (R\$):	Aliquota (%):	Valor do ISS (R\$):	Crédito Nota Salvador (R\$):
0,00	*	*	*	0,00

OUTRAS INFORMAÇÕES

Valor INSS (R\$):	Valor PIS (R\$):	Valor COFINS (R\$):	Valor IR (R\$):	Valor CSLL (R\$):	Outras Retenções (R\$):	Valor Líquido (R\$):
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00

- Esta Nota Salvador foi emitida com respaldo na Lei 7.186/2006.
- Documento emitido por ME ou EPP optante pelo Simples Nacional.
- COMPETÊNCIA: 03/2023 (mês/ano)
- Código de Tributação do Município: 0802-0/01 - Instrução e treinamento em geral, inclusive de desenvolvimento profissional e gerencial



PREFEITURA MUNICIPAL DO SALVADOR
SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA

NOTA FISCAL DE SERVIÇOS ELETRÔNICA - Nota Salvador

Número da Nota:
00000024

Data e Hora de Emissão:
23/02/2023 22:29:52

Código de Verificação:
GRBQ-5AUX

PRESTADOR DE SERVIÇOS

CPF/CNPJ:

36.598.253/0001-56

Nome/Razão Social:

LICITAK CONSULTORIA, ASSESSORIA E GESTAO LTDA

Endereço:

Rua Ewerton Visco 290 , EDF. BOULEVARD SIDE - CAMINHO DAS ÁRVORES - Salvador - CEP: 41820-022 -

E-mail:

Inscrição Municipal:

734.276/001-99

TOMADOR DE SERVIÇOS

Nome/Razão Social:

MUNICÍPIO DE VARZEA NOVA

CPF/CNPJ:

13.231.006/0001-11

Endereço:

PRA OTACILIO ALCANTARA 238, CASA CENTRO - Várzea Nova - CEP: 44690-000/BA

E-mail:

Inscrição Municipal:

DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS

Prestação de serviços técnicos especializados de consultoria e assessoria em matéria administrativa e jurídica, visando a implantação, gerenciamento e operacionalização do Pregão Eletrônico, incluindo treinamento e acompanhamento dos servidores públicos que integram a Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Várzea Nova, referente ao período de 15/01/2023 à 14/02/2023.

VALOR TOTAL DA NOTA = R\$ 10.000,00

CNAE:

8599604 - Treinamento em desenvolvimento profissional e gerencial

Item da Lista de Serviços:

00802 - Instrução, treinamento, orientação pedagógica e educacional, avaliação de conhecimentos de qualquer natureza.

Valor Total das Deduções (R\$):	Base de Cálculo (R\$):	Alíquota (%):	Valor do ISS (R\$):	Crédito Nota Salvador (R\$):
0,00	*	*	*	0,00

OUTRAS INFORMAÇÕES

Valor INSS (R\$):	Valor PIS (R\$):	Valor COFINS (R\$):	Valor IR (R\$):	Valor CSLL (R\$):	Outras Retenções (R\$):	Valor Líquido (R\$):
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00

- Esta Nota Salvador foi emitida com respaldo na Lei 7.186/2006.

- Documento emitido por ME ou EPP optante pelo Simples Nacional.

- COMPETÊNCIA: 02/2023 (mês/ano)

- Código de Tributação do Município: 0802-0/01 - Instrução e treinamento em geral, inclusive de desenvolvimento profissional e gerencial



PREFEITURA MUNICIPAL DO SALVADOR
SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA

NOTA FISCAL DE SERVIÇOS ELETRÔNICA - Nota Salvador

Número da Nota:
00000023

Data e Hora de Emissão:
12/01/2023 21:12:02

Código de Verificação:
NIJ7-VUJX

PRESTADOR DE SERVIÇOS

CPF/CNPJ:

36.598.253/0001-56

Inscrição Municipal:

734.276/001-99

Nome/Razão Social:

LICITAK CONSULTORIA, ASSESSORIA E GESTAO LTDA

Endereço:

Rua Ewerton Visco 290 , EDF. BOULEVARD SIDE - CAMINHO DAS ÁRVORES - Salvador - CEP: 41820-022 -

E-mail:

TOMADOR DE SERVIÇOS

Nome/Razão Social:

MUNICIPIO DE VARZEA NOVA

CPF/CNPJ:

13.231.006/0001-11

Inscrição Municipal:

Endereço:

PRA OTACILIO ALCANTARA 238, CASA CENTRO - Várzea Nova - CEP: 44690-000/BA

E-mail:

DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS

Prestação de serviços técnicos especializados de consultoria e assessoria em matéria administrativa e jurídica, visando a implantação, gerenciamento e operacionalização do Pregão Eletrônico, incluindo treinamento e acompanhamento dos servidores públicos que integram a Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Várzea Nova, referente ao período de 15/12/2022 à 14/01/2023.

VALOR TOTAL DA NOTA = R\$10.000,00

CNAE:

8599604 - Treinamento em desenvolvimento profissional e gerencial

Item da Lista de Serviços:

00802 - Instrução, treinamento, orientação pedagógica e educacional, avaliação de conhecimentos de qualquer natureza.

Valor Total das Deduções (R\$):

0,00

Base de Cálculo (R\$):

*

Alíquota (%):

*

Valor do ISS (R\$):

*

Crédito Nota Salvador (R\$):

0,00

OUTRAS INFORMAÇÕES

Valor INSS (R\$):

0,00

Valor PIS (R\$):

0,00

Valor COFINS (R\$):

0,00

Valor IR (R\$):

0,00

Valor CSLL (R\$):

0,00

Outras Retenções (R\$):

0,00

Valor Líquido (R\$):

10.000,00

- Esta Nota Salvador foi emitida com respaldo na Lei 7.186/2006.

- Documento emitido por ME ou EPP optante pelo Simples Nacional.

- COMPETÊNCIA: 01/2023 (mês/ano)

- Código de Tributação do Município: 0802-0/01 - Instrução e treinamento em geral, inclusive de desenvolvimento profissional e gerencial



PREFEITURA DE

PIRITIBA

NOSSO POVO, NOSSA FORÇA

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 281/2023

**CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O
MUNICÍPIO DO PIRITIBA E A EMPRESA LICITAK
CONSULTORIA, ASSESSORIA E GESTÃO LTDA**

O **MUNICÍPIO DE PIRITIBA**, Estado da Bahia, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua Francisco Horácio Sampaio, s/n - Centro - Piritiba/BA, inscrito sob o CNPJ/MF nº 13.795.786/0001-22, neste ato representado pelo Prefeito **Samuel Oliveira Santana**, brasileiro, maior, agente político, CPF nº 002.034.895-94, a seguir denominado **CONTRATANTE** e de outro lado a empresa, **Licitak Consultoria, Assessoria e Gestão Ltda**, cadastrada no CNPJ sob o nº 36.598.253/0001-56, sediada à Rua Ewerton Visco, nº 290, Sala 1901 – Edf. Boulevard Side Empresarial – Caminho das Árvores - Salvador/BA, neste ato representado por seu representante legal a Srª. **Annie Kelly Santana do Nascimento Farias**, RG nº [REDACTED] CPF nº [REDACTED] doravante denominada **CONTRATADA**, neste ato, firmam o presente **CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS**, na forma do TERMO DE INEXIGIBILIDADE, regulado pela Lei Federal nº 8.666/93, com as modificações das Leis 8.883/94 e 9.648/98, nas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

PARAGRAFO PRIMEIRO: Prestação de Serviços técnicos especializados de consultoria, suporte, manutenção, apoio técnico para condução de licitação sob o Regime Diferenciado de Contratações – RDC, junto à esta Administração Pública, visando a contratação de empresa especializada para elaboração e compatibilização de projetos básico e executivo de arquitetura e engenharia, e execução da obra de reconstrução e ampliação de Unidade hospitalar, neste município, nos termos e condições estabelecidas no Termo de Referência e proposta.

PARAGRAFO SEGUNDO: O objeto do presente contrato poderá, mediante convenção das partes, ser modificado, aumentando ou restringindo seu objeto, através de termo aditivo.

PARAGRAFO TERCEIRO: O objeto desta cláusula está discriminado no **Termo de Inexigibilidade nº 053/2023**, que constitui parte integrante deste Contrato para todos os efeitos legais, independentemente de transcrição.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES

PARÁGRAFO PRIMEIRO - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA
Constituem obrigações da CONTRATADA:

2.1. A Contratada ficará obrigada a:

2.1.1 Realizar o objeto contratado com elevada qualidade e no prazo estipulado pela Prefeitura Municipal de Piritiba;

2.1.2 Cumprir as Legislações Federal, Estadual e Municipal pertinentes, e se responsabilizar pelos danos e encargos de qualquer espécie decorrentes de ações ou omissões, culposas ou dolosas, que praticar;



2.1.3 Pagar e recolher todos os impostos e demais encargos fiscais, bem como, o prêmio de seguro, que forem devidos em decorrência do objeto deste contrato;

2.1.4 Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto deste contrato, sem prévia e expressa anuência do Prefeito;

2.1.5 Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, em até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial contratado.

PARÁGRAFO SEGUNDO - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE
São obrigações do CONTRATANTE:

2.1. Efetuar nos prazos previstos o pagamento do efetivo serviço fornecido pela CONTRATADA.

2.2. Cumprir e fazer cumprir as obrigações ajustadas neste instrumento bem como observar fielmente o conteúdo de suas cláusulas e parágrafos.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR

3.1. VALOR: o valor deste Contrato é estimado em **R\$ 25.000,00 (Vinte e cinco mil reais)**, sendo dividido em **05 (cinco) parcelas mensais, iguais e sucessivas no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais)**

3.2. Nos valores estabelecidos neste Contrato estão computados todos os custos da CONTRATADA, a exemplo de mão-de-obra, salário, encargos sociais e trabalhistas, impostos, taxas, contribuições e alvarás e quaisquer outras despesas direta ou indiretamente relacionadas com o objeto deste Contrato, além de sua remuneração.

3.3. Quando houver erro de qualquer natureza, na emissão da nota fiscal/fatura, o documento será devolvido imediatamente para substituição e/ou emissão de nota de correção. Esse intervalo de tempo não será considerado para efeito de qualquer reajuste ou atualização do valor contratual.

PARÁGRAFO ÚNICO - Conforme entendimento da Sede do TCM – Tribunal de Contas dos Municípios, em seus diversos Pareceres Prévios, fica estipulado que a composição do preço deste contrato será de 60% para cobrir gastos com pessoal da Contratada e de 40% para cobrir os gastos com insumos para prestação dos serviços. Tais índices podem ser alterados desde que na proporção os gastos com pessoal da Contratada sejam inferiores ao determinado anteriormente.

CLÁUSULA QUARTA - DO PAGAMENTO

4.1. As faturas serão pagas da seguinte forma:

4.1.1 O pagamento será efetuado de acordo condições da contratante, contados a partir do aceite da nota fiscal.

4.1.2 O pagamento será efetuado através de crédito em **Conta Corrente nº 11729999-5, Agência nº 0001 do Banco Inter** ou cheque nominal em favor da empresa **contratada**

CLÁUSULA QUINTA- DAS PENALIDADES.

PARÁGRAFO ÚNICO- A CONTRATADA estará sujeita às sanções previstas na Lei Federal nº 8666/93.



PREFEITURA DE

PIRITIBA

NOSSO POVO, NOSSA FORÇA

CLÁUSULA SEXTA – DA RESCISÃO

6.1 Com o término do contrato ou o esgotamento do valor estimado do contrato.

6.2 A inexecução, total ou parcial, do Contrato enseja a sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas na Lei nº 8666/93.

6.3 O **CONTRATANTE** poderá rescindir administrativamente o Contrato nas hipóteses previstas no art. 78 da Lei 8.666/93.

6.4 Nas hipóteses de rescisão com base nos incisos I a XI do art. 78 da Lei 8.666/93, a **CONTRATADA** não terá direito a qualquer indenização.

6.5 Este Contrato poderá, ainda, ser rescindido na ocorrência de quaisquer das hipóteses previstas a seguir:

- a) Razão de interesse do **CONTRATANTE**, devidamente fundamentada;
- b) Alteração social ou modificação da finalidade ou estrutura da **CONTRATADA**, se, a juízo do **CONTRATANTE**, prejudicar a execução deste Contrato;
- c) Retardamento do início do fornecimento objeto deste contrato;
- d) Mora na execução deste Contrato, com descumprimento ou cumprimento irregular de cláusulas, salvo se devidamente justificado;
- f) Paralisação da execução deste Contrato, sem justa causa e sem prévia comunicação ao **CONTRATANTE**;
- g) Cessão, transferência ou sub-contratação, total ou parcial, ou associação do Contrato com outrem, sem prévio e escrito consentimento do **CONTRATANTE**;
- h) Dissolução da sociedade ou falecimento dos sócios-proprietários da **CONTRATADA**;
- i) Ocorrência de caso fortuito ou força maior, devidamente comprovado, se impossibilitar, total ou parcialmente, a execução deste Contrato;
- j) Mediante comunicação escrita com efeitos imediatos, caso o **CONTRATANTE** viole qualquer das disposições deste Contrato;
- l) Mediante comunicação escrita com efeitos imediatos, caso fique comprovado, através de processo administrativo, que a **CONTRATADA** violou qualquer das disposições deste Contrato;
- m) Por qualquer das partes e a qualquer tempo, mediante comunicação escrita com antecedência de 30 (trinta) dias, sem qualquer direito da outra parte a indenizações ou reembolsos, a não ser pelos serviços prestados até a data efetiva da rescisão;
- p) Caso seja decretada a falência da **CONTRATADA**;
- r) A partir da data em que for concretizada a rescisão, cessarão as obrigações contratuais das partes, ressalvadas, entretanto, as obrigações vencidas.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA EXECUÇÃO E VIGÊNCIA

7.1 O presente contrato terá sua vigência até o dia 31/12/2023, com início a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado a consento de ambas as partes.

CLÁUSULA OITAVA - DA MANUTENÇÃO DO CONTRATO

8.1 Tanto a **CONTRATANTE** quanto a **CONTRATADA** obrigam-se a manter, na íntegra, as condições e obrigações ajustadas neste instrumento até que se dê o fim do Contrato.

CLÁUSULA NONA – DA DOTAÇÃO

9.1. As despesas decorrentes deste contrato correrão por conta dos seguintes recursos:

Unidade Orçamentária: 03.01.00 – Secretaria de Planejamento, Administração e Finanças
Projeto Atividade: 2.004 – Gestão da Secretaria de Planejamento e Finanças
Elemento de Despesa: 3.3.9.0.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica



PREFEITURA DE

PIRITIBA

NOSSO POVO, NOSSA FORÇA

CLÁUSULA DÉCIMA - DOS DOCUMENTOS OBRIGACIONAIS

10.1 Este Contrato reger-se-á pelo disposto nas Leis Federal nº 8.666/93 e alterações posteriores, sendo o instrumento básico que regula os direitos e deveres das partes, nele incorporado o Termo de Dispensa e o Processo Administrativo.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA- DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

11.1. É vedado à CONTRATADA transferir este Contrato a terceiros.

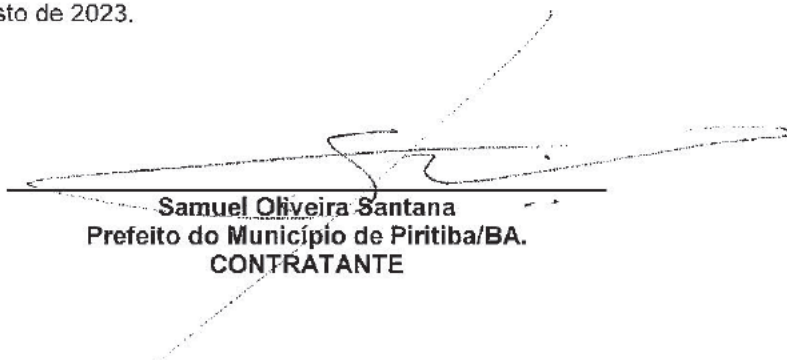
11.2. Após a assinatura deste Contrato, toda comunicação entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA será feita através de correspondência devidamente registrada.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA- DO FORO

12.1 Fica eleito o Foro da Comarca de Piritiba para dirimir as questões decorrentes deste Contrato, excluindo-se qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por assim estarem acordes, assinam este Contrato, em 02 (duas) vias, as partes contratantes, na presença das testemunhas abaixo firmadas.

Piritiba - Bahia, 01 de agosto de 2023.



Samuel Oliveira Santana
Prefeito do Município de Piritiba/BA.
CONTRATANTE

Documento assinado digitalmente



ANNIE KELLY SANTANA DO NASCIMENTO F
Data: 01/08/2023 09:59:04 -0300
Verifique em <https://validar.irs.gov.br>

Licitak Consultoria, Assessoria e Gestão Ltda

CNPJ: 36.598.253/0001-66

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

CPF N.º



[Redacted]

CPF N.º



[Redacted]

DIÁRIO OFICIAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRITIBA

<http://ba.portaldatransparencia.com.br/prefeitura/piritiba/>

PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRITIBA Estado da Bahia.

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

EXTRATO DE CONTRATO Nº 281/2023

TERMO DE INEXIBILIDADE Nº 053/2023

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Piritiba.

CONTRATADO: **Licitak Consultoria, Assessoria e Gestão Ltda.**

OBJETO: Prestação de Serviços técnicos especializados de consultoria, suporte, manutenção, apoio técnico para condução de licitação sob o Regime Diferenciado de Contratações – RDC, junto à esta Administração Pública, visando a contratação de empresa especializada para elaboração e compatibilização de projetos básico e executivo de arquitetura e engenharia, e execução da obra de reconstrução e ampliação de Unidade hospitalar, neste município.

VALOR: R\$ **25.000,00**

DATA DA ASSINATURA: 01/08/2023

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

EXTRATO DE CONTRATO Nº 287/2023

PREGÃO PRESENCIAL Nº 018/2023 - ATA Nº 017/2023 SRP

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Piritiba.

CONTRATADO: **MC Maia Serviços e Produções Artísticas Eireli.**

OBJETO: Locação de equipamentos de som para palestra do Projeto da Lei Maria da Penha: Tema Alterações da Lei Maria da Penha e Fluxo de atendimento da rede de proteção promovido pelo CREAS que acontecerá no dia 08/08/2023 no auditório do Horto Florestal; Locação de equipamentos de som para palestra com tema: Cuidem da Infância Promovido pelo Programa Criança Feliz que acontecerá no dia 29/08/2023 no auditório do Horto Florestal.

VALOR: R\$ **1.800,00**

DATA DA ASSINATURA: 04/08/2023.

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

EXTRATO DE CONTRATO Nº 291/2023

TERMO DE DISPENSA Nº 148/2023

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Piritiba.

CONTRATADO: **Hebert Vieira Durães - MEI.**

OBJETO: Prestação de serviços de empresa especializada para realização da 1ª etapa do processo seletivo simplificado para gestores escolares do município de Piritiba/BA.

VALOR: R\$ **6.000,00**

DATA DA ASSINATURA: 14/08/2023

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

EXTRATO DE CONTRATO Nº 302/2023

PREGÃO PRESENCIAL Nº 034/2022 - ATA Nº 022/2022 SRP

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Piritiba.

CONTRATADO: **LC Comércio Serviço e Transporte Ltda.**

OBJETO: aquisições de materiais elétricos destinados a manutenção da iluminação pública deste município, conforme a necessidade da Administração Municipal.

VALOR: R\$ **116.883,60**

DATA DA ASSINATURA: 31/08/2023

EAC EMPRESA DE
ADMINISTRAÇÃO DE
CONTRATOS
LTDA

-03'00'

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil. Para verificação e detalhes da assinatura utilize o software BRY Signer ou o verificador de sua preferência.



PREFEITURA DE

PIRITIBA

NOSSO POVO, NOSSA FORÇA

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

O Município de Piritiba, por meio da sua Secretaria de Saúde, **ATESTA** para os devidos fins e efeitos legais, que a empresa **LICITAK CONSULTORIA, ASSESSORIA E GESTAO LTDA**, inscrita no CNPJ sob nº 36.598.253/0001-56, estabelecida na Rua Ewerton Visco, nº 290, Edif. Boulevard Side Empresarial, sala 1901, Caminho das Árvores – Salvador/BA, prestou à **PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRITIBA**, inscrita no CNPJ nº 13.795.786/0001-22, serviços técnicos especializados de consultoria, suporte, manutenção e apoio técnico para condução de licitação, no período de 05 (cinco meses), através do Contrato nº 281/2023 decorrente da Inexigibilidade nº 053/2023.

Informamos ainda que a prestação dos serviços, acima referidos, apresentaram bom desempenho operacional, tendo a empresa cumprido fielmente com suas obrigações, nada constando que a desabone técnica e comercialmente, até a presente data.

Por ser verdade, firmamos o presente.

Piritiba/BA, 27 de dezembro de 2023.

Documento assinado digitalmente
gov.br RAFAEL RAMOS CORREIA
Data: 27/12/2023 15:26:40-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

RAFAEL RAMOS CORREIA
Secretário Municipal da Saúde
Matrícula nº 3052228



PREFEITURA MUNICIPAL DO SALVADOR
SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA

NOTA FISCAL DE SERVIÇOS ELETRÔNICA - Nota Salvador

Número da Nota:
00000029

Data e Hora de Emissão:
05/09/2023 10:48:33

Código de Verificação:
4EBK-NIHF

PRESTADOR DE SERVIÇOS

CPF/CNPJ:

36.598.253/0001-56

Nome/Razão Social:

LICITAK CONSULTORIA, ASSESSORIA E GESTAO LTDA

Endereço:

Rua Ewerton Visco 290 , EDF. BOULEVARD SIDE EMPR - CAMINHO DAS ÁRVORES - Salvador - CEP: 41820-022 - BA

Inscrição Municipal:

734.276/001-99

TOMADOR DE SERVIÇOS

Nome/Razão Social:

MUNICIPIO DE PIRITIBA

CPF/CNPJ:

13.795.786/0001-22

Endereço:

RUA ALAMEDA SAMPAIO 6 SEDE - Piritiba - CEP: 44830-000/BA

E-mail:

Inscrição Municipal:

DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS

Prestação de Serviços técnicos especializados de consultoria, suporte, manutenção e apoio técnico para condução de licitação sob o Regime Diferenciado de Contratações - RDC, junto à esta Administração Pública, visando a contratação de empresa especializada para elaboração e compatibilização de projetos básico e executivo de arquitetura e engenharia, e execução da obra de reconstrução e ampliação de Unidade hospitalar.

VALOR TOTAL DA NOTA = R\$5.000,00

CNAE:

8599604 - Treinamento em desenvolvimento profissional e gerencial

Item da Lista de Serviços:

00802 - Instrução, treinamento, orientação pedagógica e educacional, avaliação de conhecimentos de qualquer natureza.

Valor Total das Deduções (R\$):

0,00

Base de Cálculo (R\$):

*

Alíquota (%):

*

Valor do ISS (R\$):

*

Crédito Nota Salvador (R\$):

0,00

OUTRAS INFORMAÇÕES

Valor INSS (R\$):

0,00

Valor PIS (R\$):

0,00

Valor COFINS (R\$):

0,00

Valor IR (R\$):

0,00

Valor CSLL (R\$):

0,00

Outras Retenções (R\$):

0,00

Valor Líquido (R\$):

5.000,00

- Esta Nota Salvador foi emitida com respaldo na Lei 7.186/2006.

- Documento emitido por ME ou EPP optante pelo Simples Nacional.

- COMPETÊNCIA: 09/2023 (mês/ano)

- Código de Tributação do Município: 0802-0/01 - Instrução e treinamento em geral, inclusive de desenvolvimento profissional e gerencial



PREFEITURA MUNICIPAL DO SALVADOR
SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA

NOTA FISCAL DE SERVIÇOS ELETRÔNICA - Nota Salvador

Número da Nota:
00000033

Data e Hora de Emissão:
09/10/2023 10:13:47

Código de Verificação:
ZGYB-B4H6

PRESTADOR DE SERVIÇOS

CPF/CNPJ:

36.598.253/0001-56

Inscrição Municipal:

734.276/001-99

Nome/Razão Social:

LICITAK CONSULTORIA, ASSESSORIA E GESTAO LTDA

Endereço:

Rua Ewerton Visco 290 , EDF. BOULEVARD SIDE EMPR - CAMINHO DAS ÁRVORES - Salvador - CEP: 41820-022 - BA

TOMADOR DE SERVIÇOS

Nome/Razão Social:

MUNICIPIO DE PIRITIBA

CPF/CNPJ:

13.795.786/0001-22

Inscrição Municipal:

Endereço:

RUA ALAMEDA SAMPAIO 6 SEDE - Piritiba - CEP: 44830-000/BA

E-mail:

DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS

Prestação de serviços técnicos especializados de consultoria, suporte, manutenção e apoio técnico para condução de licitação sob o Regime Diferenciado de Contratações - RDC, junto à esta Administração Pública, visando a contratação de empresa especializada para elaboração e compatibilização de projetos básico e executivo, de arquitetura e engenharia e execução da obra de reconstrução e ampliação de Unidade Hospitalar.

VALOR TOTAL DA NOTA = R\$5.000,00

CNAE:

8599604 - Treinamento em desenvolvimento profissional e gerencial

Item da Lista de Serviços:

00802 - Instrução, treinamento, orientação pedagógica e educacional, avaliação de conhecimentos de qualquer natureza.

Valor Total das Deduções (R\$):	Base de Cálculo (R\$):	Alíquota (%):	Valor do ISS (R\$):	Crédito Nota Salvador (R\$):
0,00	*	*	*	0,00

OUTRAS INFORMAÇÕES

Valor INSS (R\$):	Valor PIS (R\$):	Valor COFINS (R\$):	Valor IR (R\$):	Valor CSLL (R\$):	Outras Retenções (R\$):	Valor Líquido (R\$):
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00

- Esta Nota Salvador foi emitida com respaldo na Lei 7.186/2006.

- Documento emitido por ME ou EPP optante pelo Simples Nacional.

- COMPETÊNCIA: 10/2023 (mês/ano)

- Código de Tributação do Município: 0802-0/01 - Instrução e treinamento em geral, inclusive de desenvolvimento profissional e gerencial



PREFEITURA MUNICIPAL DO SALVADOR
SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA

NOTA FISCAL DE SERVIÇOS ELETRÔNICA - Nota Salvador

Número da Nota:
00000034

Data e Hora de Emissão:
06/11/2023 15:33:04

Código de Verificação:
ICSZ-18UJ

PRESTADOR DE SERVIÇOS

CPF/CNPJ:

36.598.253/0001-56

Nome/Razão Social:

LICITAK CONSULTORIA, ASSESSORIA E GESTAO LTDA

Endereço:

Rua Ewerton Visco 290 , EDF. BOULEVARD SIDE EMPR - CAMINHO DAS ÁRVORES - Salvador - CEP: 41820-022 - BA

Inscrição Municipal:

734.276/001-99

TOMADOR DE SERVIÇOS

Nome/Razão Social:

MUNICIPIO DE PIRITIBA

CPF/CNPJ:

13.795.786/0001-22

Endereço:

RUA ALAMEDA SAMPAIO 6 SEDE - Piritiba - CEP: 44830-000/BA

E-mail:

Inscrição Municipal:

DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS

Prestação de serviços técnicos especializados de consultoria, suporte, manutenção e apoio na condução de licitação sob o Regime Diferenciado de Contratações - RDC, junto à esta Administração Pública visando a contratação de empresa especializada para elaboração e compatibilização de projetos básico e executivo, de arquitetura e engenharia e execução da obra de reconstrução e ampliação de unidade Hospitalar.

VALOR TOTAL DA NOTA = R\$5.000,00

CNAE:

8599604 - Treinamento em desenvolvimento profissional e gerencial

Item da Lista de Serviços:

00802 - Instrução, treinamento, orientação pedagógica e educacional, avaliação de conhecimentos de qualquer natureza.

Valor Total das Deduções (R\$):	Base de Cálculo (R\$):	Alíquota (%):	Valor do ISS (R\$):	Crédito Nota Salvador (R\$):
0,00	*	*	*	0,00

OUTRAS INFORMAÇÕES

Valor INSS (R\$):	Valor PIS (R\$):	Valor COFINS (R\$):	Valor IR (R\$):	Valor CSLL (R\$):	Outras Retenções (R\$):	Valor Líquido (R\$):
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00

- Esta Nota Salvador foi emitida com respaldo na Lei 7.186/2006.

- Documento emitido por ME ou EPP optante pelo Simples Nacional.

- COMPETÊNCIA: 11/2023 (mês/ano)

- Código de Tributação do Município: 0802-0/01 - Instrução e treinamento em geral, inclusive de desenvolvimento profissional e gerencial



PREFEITURA MUNICIPAL DO SALVADOR
SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA

NOTA FISCAL DE SERVIÇOS ELETRÔNICA - Nota Salvador

Número da Nota:
00000035

Data e Hora de Emissão:
13/12/2023 22:04:32

Código de Verificação:
APMT-N7LI

PRESTADOR DE SERVIÇOS

CPF/CNPJ:

36.598.253/0001-56

Nome/Razão Social:

LICITAK CONSULTORIA, ASSESSORIA E GESTAO LTDA

Endereço:

Rua Ewerton Visco 290 , EDF. BOULEVARD SIDE EMPR - CAMINHO DAS ÁRVORES - Salvador - CEP: 41820-022 - BA

Inscrição Municipal:

734.276/001-99

TOMADOR DE SERVIÇOS

Nome/Razão Social:

MUNICÍPIO DE PIRITIBA

CPF/CNPJ:

13.795.786/0001-22

Endereço:

RUA ALAMEDA SAMPAIO 6 SEDE - Piritiba - CEP: 44830-000/BA

E-mail:

Inscrição Municipal:

DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS

Prestação de serviços especializados de consultoria, suporte, manutenção, apoio técnico para condução de licitação sob o REGIME DIFERENCIADO DE CONTRATAÇÕES - RDC junto a essa Administração Pública, visando a contratação de empresa especializada para elaboração e compatibilização de projetos básico e executivo de arquitetura e engenharia, e execução da obra de reconstrução e ampliação de unidade hospitalar.

VALOR TOTAL DA NOTA = R\$5.000,00

CNAE:

8599604 - Treinamento em desenvolvimento profissional e gerencial

Item da Lista de Serviços:

00802 - Instrução, treinamento, orientação pedagógica e educacional, avaliação de conhecimentos de qualquer natureza.

Valor Total das Deduções (R\$):	Base de Cálculo (R\$):	Alíquota (%):	Valor do ISS (R\$):	Crédito Nota Salvador (R\$):
0,00	*	*	*	0,00

OUTRAS INFORMAÇÕES

Valor INSS (R\$):	Valor PIS (R\$):	Valor COFINS (R\$):	Valor IR (R\$):	Valor CSLL (R\$):	Outras Retenções (R\$):	Valor Líquido (R\$):
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00

- Esta Nota Salvador foi emitida com respaldo na Lei 7.186/2006.

- Documento emitido por ME ou EPP optante pelo Simples Nacional.

- COMPETÊNCIA: 12/2023 (mês/ano)

- Código de Tributação do Município: 0802-0/01 - Instrução e treinamento em geral, inclusive de desenvolvimento profissional e gerencial



PREFEITURA MUNICIPAL DO SALVADOR
SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA

NOTA FISCAL DE SERVIÇOS ELETRÔNICA - Nota Salvador

Número da Nota:
00000036

Data e Hora de Emissão:
22/12/2023 10:27:38

Código de Verificação:
X9WL-KEBV

PRESTADOR DE SERVIÇOS

CPF/CNPJ:

36.598.253/0001-56

Nome/Razão Social:

LICITAK CONSULTORIA, ASSESSORIA E GESTAO LTDA

Endereço:

Rua Ewerton Visco 290 , EDF. BOULEVARD SIDE EMPR - CAMINHO DAS ÁRVORES - Salvador - CEP: 41820-022 - BA

Inscrição Municipal:

734.276/001-99

TOMADOR DE SERVIÇOS

Nome/Razão Social:

MUNICIPIO DE PIRITIBA

CPF/CNPJ:

13.795.786/0001-22

Endereço:

RUA ALAMEDA SAMPAIO 6 SEDE - Piritiba - CEP: 44830-000/BA

E-mail:

Inscrição Municipal:

DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS

Prestação de Serviços técnicos especializados de consultoria, suporte, manutenção, apoio técnico para condução de licitação sob o Regime Diferenciado de Contratações - RDC, junto à esta Administração Pública, visando a contratação de empresa especializada para elaboração e compatibilização de projetos básico e executivo de arquitetura e engenharia, e execução da obra de reconstrução e ampliação de Unidade hospitalar. Referente a 5ª e última parcela.

VALOR TOTAL DA NOTA = R\$5.000,00

CNAE:

8599604 - Treinamento em desenvolvimento profissional e gerencial

Item da Lista de Serviços:

00802 - Instrução, treinamento, orientação pedagógica e educacional, avaliação de conhecimentos de qualquer natureza.

Valor Total das Deduções (R\$):	Base de Cálculo (R\$):	Alíquota (%):	Valor do ISS (R\$):	Crédito Nota Salvador (R\$):
0,00	*	*	*	0,00

OUTRAS INFORMAÇÕES

Valor INSS (R\$):	Valor PIS (R\$):	Valor COFINS (R\$):	Valor IR (R\$):	Valor CSLL (R\$):	Outras Retenções (R\$):	Valor Líquido (R\$):
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00

- Esta Nota Salvador foi emitida com respaldo na Lei 7.186/2006.

- Documento emitido por ME ou EPP optante pelo Simples Nacional.

- COMPETÊNCIA: 12/2023 (mês/ano)

- Código de Tributação do Município: 0802-0/01 - Instrução e treinamento em geral, inclusive de desenvolvimento profissional e gerencial



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

DESPACHO

À

Assessoria Técnico-Jurídica.

Em atenção ao Parecer Jurídico nº 98/2024 (0967902), segue o processo com as devidas adequações:

Item 1 - documento nº 0971792.

Item 2 - No que tange ao item 2 esclarecemos que as propostas foram apresentadas separadas, uma para a Consultoria (0924909) e outra para o serviço de Capacitação (0924913). Vale destacar que a proposta para a consultoria foi inserida duas vezes equivocadamente, portanto o documento nº 0924907 deve ser desconsiderado.

Item 3 - documentos 0970720 e 0970723.

Item 4 - documento nº 0970738 (contratos e notas fiscais).

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Monica Fabiane da Silva Sobrinho** em 26/02/2024, às 14h45min. O documento foi criado em 26/02/2024, às 14h45min. O documento foi criado em 26/02/2024, às 14h45min.



A autenticidade do documento pode ser verificada no site https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_consultar&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código de verificação **0971821** e o código CRC **634C4A52**.



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

MANIFESTAÇÃO

Procedimento nº.:	19.09.02330.0000248/2024-75
Interessado(a):	Diretoria de Contratos, Convênios e Licitações
Espécie:	Inexigibilidade de licitação

Considerando o cumprimento das diligências recomendadas no parecer jurídico colacionado aos autos, esta Assessoria Técnico-Jurídica opina pela regularidade jurídica da contratação direta em epígrafe, resguardada a conveniência e oportunidade da Administração.

É a manifestação, s.m.j. Encaminhe-se à Superintendência de Gestão Administrativa para deliberação.

Salvador, data da assinatura eletrônica.

Belª. Maria Paula Simões Silva

Assessora de Gabinete/SGA

Matrícula nº. 355.047

Bel. Eduardo Loula Novais de Paula

Analista Técnico-Jurídico/SGA

Matrícula nº. 353.707



Documento assinado eletronicamente por **Maria Paula Simoes Silva** em 09/10/01024, s à6:114conõrme f to AormatiNb nv 1294de à° de De5emzro de 0101 b- inistMio éPzlico do ústado da EaBiah



Documento assinado eletronicamente por **Eduardo Loula Novais De Paula** em 09/10/01024, s 01:0. 4conõrme f to AormatiNb nv 1294de à° de De5emzro de 0101 b- inistMio éPzlico do ústado da EaBiah



f autenticidade do documento pode ser conõrida no site https://seisistemas/impza/impzr/sei/controlador_externo/pBp?acao=documento_conõrir&id_orgao_acesso_externo=1 inõrmando o código Neriõcador **0972056** e o código CRC **FC523EEDh**



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

DESPACHO

Acolho a manifestação da Assessoria Técnico-Jurídica pelos seus fundamentos e, considerando que a DCCL/Coordenação de Licitações cumpriu as diligências recomendadas no parecer jurídico nº 98/2024, colacionado aos autos e devidamente acolhido por esta Superintendência, conforme (doc. [0969794](#)), autorizo a inexigibilidade de licitação, em favor da empresa **LICITAK CONSULTORIA, ASSESSORIA E GESTAO LTDA**, no valor total de R\$ **40.000,00 (quarenta mil reais)**, para prestação do serviço de consultoria e capacitação referente ao novo marco legal instituído pela Lei nº 14.133/2021.

À DCCL/Coordenação de Elaboração e Acompanhamento de Contratos, Convênios e Licitações para ciência e adoção de providências pertinentes.

ANDRÉ LUÍS SANT'ANA RIBEIRO
Superintendente de Gestão Administrativa



Documento assinado eletronicamente por **André Luis Sant Ana Ribeiro** em 31/03/30324, s 3â:8f 4conArme Nto v ormatiº o n7 02f 4de 85 de Dezembro de 3030 - Ministério Público do Estado da Bahia.



Na autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código de verificação **0974593** e o código CRC **F83ED510**.



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

MANIFESTAÇÃO

Junta-se aos autos o código do serviço (0975526) a ser contratado.

Atenciosamente,

Monica Fabiane da Silva Sobrinho
Coordenadora Administrativa I.
Coordenação de Licitações
Diretoria de Contratos e Convênios.
Matrícula 351.906



Documento assinado eletronicamente por **Monica Fabiane da Silva Sobrinho** em 29/02/2024, às 10:15, conforme Ato Normativo nº 047, de 15 de Dezembro de 2020 - Ministério Público do Estado da Bahia.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0975518** e o código CRC **E410B57A**.

ui bens e serviços e crie sua lista para utilização nas contratações públicas

ltoria e capacitação

ço

E DE FORNECIMENTO

ne uma unidade de fornecimento

DADE

ZA DA DESPESA

33903501
33909235
33913501
44909235

Vo

e serviço

go

Nome do Serviço

Ação

Consultoria e assessoria - recursos humanos

Adicionar

CIAIS



Não

no PNCP: 29/02/2024 Situação: Divulgada no PNCP

CP: 13937032000160-1-000184/2024 Fonte: Compras.gov.br

ção de consultoria e capacitação referente ao novo marco legal instituído pela Lei n.º 14.133/2021

lementar:

0.101/0003 - Diretoria Administrativa

MADO DA COMPRA

VALOR TOTAL HOMOLOGADO DA COMPRA

R\$ 40.000,00

quivos Histórico

Descrição ↕	Quantidade ↕	Valor unitário estimado ↕	Valor total estimado ↕
Consultoria e assessoria - recursos humanos Consultoria e assessoria - recursos humanos	1	R\$ 40.000,00	R\$ 40.000,00

Pá

Criado pela Lei nº 14.133/21, o Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) é o sítio eletrônico oficial de divulgação centralizada e obrigatória dos atos exigidos em sede de licitações e contratos administrativos de acordo com o novo diploma.

É gerido pelo Comitê Gestor da Rede Nacional de Contratações Públicas, um colegiado deliberativo composto por representantes das entidades estabelecidas no Decreto nº 10.764, de 9 de agosto de 2021.

O desenvolvimento dessa versão do Portal é um esforço conjunto de construção de uma concepção direcionada e homologado pelos indicados a compor o aludido comitê.

A adequação, fidedignidade e correção das informações e dos arquivos relativos às contratações disponibilizadas no PNCP por força da Lei nº 14.133/2021 são de estrita responsabilidade dos órgãos e entidades contratantes.

servicos.economia.gov.br

PARCEIROS





MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

CONTRATO

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS QUE, ENTRE SI, CELEBRAM O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA E A EMPRESA LICITAK CONSULTORIA, ASSESSORIA E GESTÃO LTDA, NA FORMA ABAIXO:

CONTRATO Nº 009/2024 - SGA

O **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA**, CNPJ nº 04.142.491/0001-66, com sede situada à 5ª Avenida, 750, Centro Administrativo da Bahia - CAB, Salvador - BA, neste ato representado, mediante Ato de Delegação nº 70/2014, pelo Superintendente de Gestão Administrativa **André Luis Sant'Ana Ribeiro**, doravante denominado **CONTRATANTE**, e a Empresa **LICITAK CONSULTORIA, ASSESSORIA E GESTÃO LTDA**, CNPJ nº 39.598.253/0001-56, estabelecida à Rua Ewerton Visco, 290, Edf. Boulevard Side Empresarial, sala 1901, Caminho das Árvores, Salvador/BA, representada por sua sócia-administradora, Sra. **Annie Kelly Santa do Nascimento Farias**, CPF/MF nº [REDACTED] doravante denominada **CONTRATADA**, com supedâneo no quanto disposto na Lei Federal nº 14.133/2021 e na Lei Estadual/BA nº 14.634/2023, e, ainda, observado o constante no procedimento administrativo de Inexigibilidade de Licitação nº 002/2024 - DADM, protocolado sob o nº 19.09.02330.0000248/2024-75, o qual integra este instrumento independentemente de transcrição, **CELEBRAM** o presente Contrato, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

- 1.1 O presente instrumento tem por objeto contratação de empresa para prestação de serviços especializados de consultoria e assessoria ao setor de compras, licitações e contratos administrativos do Ministério Público do Estado da Bahia, englobando, ainda, a prestação de serviços técnicos especializados de treinamento *in company* para a formação, desenvolvimento e capacitação teórico-prático de servidores envolvidos nos processos de contratações públicas do Ministério Público do Estado da Bahia, de acordo com a Lei Federal nº 14.133/2021 e com a Lei Estadual/BA nº 14.634/2023.
- 1.2 A execução dos serviços objeto deste contrato englobará, ainda:
- 1.2.1 A revisão, readequação e padronização de documentos ao novo marco legal instituído pela Lei Federal 14.133/2021 e pela Lei Estadual/BA nº 14.634/2023;
- 1.2.2 Suporte, manutenção, apoio técnico e consultoria para a implantação eficiente das legislações aplicáveis (a incluir tanto os diplomas legais referidos no item 1.1 quanto os Atos Normativos internos expedidos pelo Ministério Público do Estado da Bahia no decorrer da consultoria;
- 1.2.3 Capacitação acerca das alterações na instrução e na condução dos processos licitatórios e contratos administrativos;
- 1.3 A assinatura do presente instrumento contratual, pela **CONTRATADA**, importa na presunção de plena ciência e aquiescência com o seu conteúdo, inclusive quanto aos documentos anexos.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VINCULAÇÃO À CONTRATAÇÃO DIRETA

Integram o presente contrato, vinculando esta contratação, independentemente de transcrição: o termo de referência, a proposta da contratada e eventuais anexos dos documentos supracitados, além das condições estabelecidas no ato de autorização da Inexigibilidade de Licitação que o originou, referido no preâmbulo deste instrumento.

CLÁUSULA TERCEIRA- DA DURAÇÃO DO CONTRATO

- 3.1 O prazo de vigência do presente Contrato é de 08 (oito) meses, a contar da data da última assinatura pelas partes, admitindo-se a sua prorrogação, automaticamente, quando seu objeto não for concluído no período firmado no contrato;

CLÁUSULA QUARTA - DO REGIME, DA FORMA DE EXECUÇÃO E DOS PRAZOS PARA EXECUÇÃO

- 4.1 O Regime de execução do presente Contrato é de Execução Indireta, na modalidade Empreitada por Preço Global;
- 4.2 O **CONTRATANTE** convocará a **CONTRATADA** para retirar a nota de empenho no prazo de até 10 (dez) dias úteis contado a partir da notificação pela Administração, que ocorrerá, preferencialmente, através de envio de e-mail para o endereço indicado na proposta de preços;
- 4.2.1 As comprovações da convocação e da entrega/retirada da nota de empenho poderão ocorrer por quaisquer dos seguintes meios: por meio eletrônico (através de confirmação de recebimento de e-mail), aposição de assinatura (para retirada presencial) ou por Aviso de Recebimento dos correios (quando a entrega for via postal).

4.2.2 A **CONTRATADA** poderá solicitar a prorrogação do prazo para retirada/recebimento da nota de empenho, por igual período ao original, por motivo justo e aceito pela Administração.

4.3 Os serviços relativos à **consultoria e assessoria** deverão observar as seguintes etapas e regras:

4.3.1 ETAPA 1: Avaliação diagnóstica:

4.3.1.1 Análise da estrutura organizacional do **CONTRATANTE**;

4.3.1.2 Entrevistas com os principais atores dos processos de contratação;

4.3.1.3 Emissão de relatório conclusivo com propostas de ações e intervenções;

4.3.2 ETAPA 2: Análise, revisão e elaboração de artefatos customizados:

4.3.2.1 Contempla análise e adequação dos documentos da instituição e a elaboração, pela equipe de consultores da **CONTRATADA**, dos seguintes instrumentos, a serem entregues integralmente prontos para serem operacionalizados e utilizados pela **CONTRATANTE**, com base nos requisitos da Lei Federal nº 14.133/2021 e na Lei Estadual/BA nº 14.634/2023:

4.3.2.1.1 Termos de Referências para modalidades licitatórias e contratações diretas;

4.3.2.1.2 Minutas de contratos;

4.3.2.1.3 Minuta de Editais de pregão e concorrência para obras e serviços;

4.3.2.1.4 Modelo de Estudo Técnico Preliminar;

4.3.2.1.5 Base de conhecimento de procedimentos internos:

- a) Formulário- adequação orçamentária;
- b) Formulário – Documento de Formalização da demanda;
- c) Formulário – Informações Orçamentárias;
- d) Formulário – Solicitação de Autorização para Licitação;
- e) Formulário – Tabela de preços referenciais;
- f) Glossário;
- g) Fluxos BPMU

4.3.2.2 A adequação a ser realizada nas minutas dos editais englobarão todas as modalidades comumente utilizadas, tais como: pregão, concorrência, bem como contratações diretas;

4.3.2.3 As versões de documentos que serão apresentados e entregues pelos consultores abrangendo as principais contratações realizadas pela instituição, tais como, produtos, equipamentos, serviços comuns, serviços contínuos, obras e serviços de engenharia;

4.3.3 ETAPA 3: Apresentação dos produtos entregues.

4.3.3.1 Esta etapa será realizada à medida que os artefatos forem entregues e poderá ser modificada/ajustada conforme a demanda do **CONTRATANTE**;

4.3.4 ETAPA 4: Suporte técnico:

4.3.4.1 Contempla o suporte técnico prestado pela equipe de consultores para esclarecimento de dúvidas, vem como adequação dos documentos produzidos aos regulamentos estaduais posteriormente publicados.

4.3.4.2 O escopo dos serviços de consultoria proposto pode ser modificado para melhor aderência às necessidades do **CONTRATANTE**;

4.3.5 Do escopo dos serviços de consultoria e assessoria: O escopo dos serviços de consultoria pode ser modificado para melhor aderência às necessidades do **CONTRATANTE**. Itens podem ser modificados, inseridos ou excluídos;

4.3.5.1 Os serviços que compõem a consultoria poderão ser realizados presencialmente ou à distância, por meio de videoconferências.

4.3.5.2 Poderão ser formuladas consultas por e-mail ou por aplicativos de mensagens de modo a agilizar ainda mais o processo de migração para o novo regime de contratações públicas;

4.3.6 A **CONTRATADA** deverá iniciar os serviços em até 05 (cinco) dias úteis, após o recebimento da autorização da prestação de serviços, ou do empenho, acompanhado do instrumento contratual assinado pelas partes e devidamente publicado nos meios oficiais de divulgação;

4.3.7 Os serviços, quando prestados de maneira presencial, ocorrerão nas dependências do **CONTRATANTE**. Quando prestados "à distância" serão utilizadas ferramentas tecnológicas que viabilizem a conferência on line, diretamente pela equipe técnica da **CONTRATADA**, conforme indicado no **item 4.5** deste instrumento;

4.3.8 A execução dos serviços perdurará por 06 (seis) meses, contados do recebimento do empenho pela empresa **CONTRATADA**;

4.4 A execução dos serviços de treinamento *in company* para a formação, desenvolvimento e capacitação teórico-prático de servidores envolvidos nos processos de contratação observará o seguinte regramento:

4.4.1 A capacitação terá caráter teórico-prático e contará com a realização de 03 (três) turmas com no máximo 40 (quarenta) servidores que atuem na área de licitações e contratos, bem como para servidores das unidades demandantes de processos de licitação, com cronograma a ser definido em reunião entre a **CONTRATADA** e o **CONTRATANTE**.

4.4.2 O curso será ministrado presencialmente para até 120 (cento e vinte) participantes, especificamente servidores que atuam diretamente nos processos licitatórios e de contratação;

4.4.3 A carga horária total do curso será de 16 horas para cada turma, sendo aulas expositivas e dialogadas, ministradas pelos técnicos especialistas da **CONTRATADA**;

4.1.3.1 O **CONTRATANTE** detém a prerrogativa de realizar ajustes e modificações, acerca do processo de capacitação, em colaboração com a **CONTRATADA**, na quantidade de aulas, em conformidade com a temática a ser determinada, sem implicar prejuízo para o **CONTRATANTE**.

4.4.5 Todas as aulas serão ministradas presencialmente, em local a ser disponibilizado pelo **CONTRATANTE**, com capacidade para até 40 (quarenta) alunos por turma;

4.4.6 Na abordagem dos itens do conteúdo programático específicos da Administração Pública Estadual, a **CONTRATADA** deverá incluir também aspectos peculiares do **CONTRATANTE**, notadamente quanto aos documentos padronizados elaborados com base na Lei 14.133/2021;

4.4.7 Caberá à **CONTRATADA** o fornecimento dos materiais didáticos digitais necessários e certificados de participação no curso;

4.4.8 A **CONTRATADA** deverá ainda fornecer os arquivos eletrônicos contendo a apostila de legislação e os slides com a apresentação;

4.4.9 Após a emissão da ordem de serviço ou da nota de empenho, será agendada reunião com a equipe técnica do MPBA para avaliação da regulamentação estadual e documentos já elaborados com base na Lei 14.133/2021 e definição do conteúdo programático a ser abordado nas capacitações a serem realizadas com as respectivas datas e horários;

4.4.10 A **CONTRATADA** iniciará a execução dos serviços em até 05 (cinco) dias úteis após o recebimento da autorização de prestação de serviços ou do empenho emitido pelo

CONTRATANTE;

4.4.11 As capacitações e treinamentos serão desenvolvidos nas dependências do **CONTRATANTE**, diretamente pelos profissionais que compõem a equipe técnica da **CONTRATADA**, conforme definido no **item 4.5** deste instrumento;

4.4.12 O prazo de execução dos serviços de capacitação e treinamento será de 3 (três) meses;

4.5 A Equipe técnica da **CONTRATADA** que prestará os serviços contratados é formada pelas seguintes profissionais:

4.5.1 **IRIS TATIUSE SILVA RIBEIRO** : Servidora pública do município de Salvador, mais de 13 (treze) anos de experiência na área de Licitações; Atuou como: Assessora Jurídica na SUCOM (SEDUR); Presidente da Comissão de Licitação e Pregoeira nos municípios de Lauro de Freitas e Salvador; Assessora do Gabinete da Secretaria da Educação de Salvador na Seção de Contratos. Atualmente faz parte da Comissão de Licitação da SECRETARIA DE PROMOÇÃO SOCIAL, COMBATE À POBREZA, ESPORTES E LAZER -SEMPRE. Atua, ainda, como Instrutora Interna da Secretaria de Gestão de Salvador, ministrando cursos de capacitação para os servidores e agentes públicos na área de licitações e contratos. Membro do Grupo de Trabalho Intersetorial para regulamentação e implementação da Lei nº 14.133/2021 no município de Salvador-BA;

4.5.2 **ANNIE KELLY SANTANA NASCIMENTO FARIAS** : Advogada atuante no ramo do Direito Público, com sólida experiência na área de Licitações Públicas e Contratos Administrativos. Especializada em Direito e Processo do Trabalho. Pós-graduanda em Licitações e Contratos Administrativos. Atuou como: Coordenadora do Setor de Auditoria Interna da SUCAB – Superintendência de Construções Administrativas da Bahia; Analista de Licitações da Diretoria de Infraestrutura; Assessora do Gabinete da Secretaria da Educação de Salvador/BA; Coordenadora do Núcleo de Contratos e instrumentos congêneres da Secretaria Municipal da Educação de Salvador/BA. Atualmente, atua como Analista e Consultora Jurídica da ASLIC – Assessoria de Licitações da Secretaria Municipal da Educação em Salvador/BA. Presta, ainda, consultoria nas áreas de licitações, contratos e convênios para órgãos públicos e privados.

CLÁUSULA QUINTA – DO RECEBIMENTO DO OBJETO CONTRATUAL

5.1 O recebimento provisório dos serviços realizados ficará sob a incumbência do fiscal do contrato - responsável pela habilitação para pagamentos, e se dará mediante termo, no prazo de 10 (dez) dias corridos, contados da finalização dos serviços, com a discriminação dos serviços efetivamente realizados;

5.2 O **CONTRATANTE** rejeitará, no todo ou em parte, o objeto contratual em desacordo com as condições pactuadas, podendo, entretanto, se lhe convier, decidir pelo recebimento, neste caso com as deduções cabíveis;

5.2.1 Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste instrumento, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo 15 (quinze) dias corridos, a contar da notificação da **CONTRATADA**, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades;

5.2.2 Em caso de recusa, no todo ou em parte, do objeto contratado, fica a **CONTRATADA** obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar o recebimento dos serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório;

5.3 O recebimento definitivo do objeto deste contrato será concretizado depois de adotados, pelo **CONTRATANTE**, todos os procedimentos cabíveis do art. 140 da Lei Federal nº 14.133/2021 e, no que couber, da Lei Estadual de nº 14.634/2023, devendo ocorrer no prazo de até 15 (quinze) dias corridos, contados do recebimento provisório;

5.4 O aceite ou aprovação do objeto pelo **CONTRATANTE** não exclui a responsabilidade da **CONTRATADA** por vícios, defeitos ou disparidades com as especificações estabelecidas neste Contrato e no processo de Dispensa de Licitação que o originou, verificadas posteriormente, garantindo-se ao **CONTRATANTE**, inclusive, as faculdades previstas na Lei Federal n.º 10.078/90 – Código de Defesa do Consumidor.

CLÁUSULA SEXTA – DO PREÇO

6.1 O valor global do contrato é de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais), conforme abaixo discriminado:

Item (descrição)	Qty total	Valor mensal total
Serviços de consultoria e assessoria técnica	01	R\$ 25.000,00
Serviço de capacitação e treinamento	01	R\$ 15.000,00

Total	R\$ 40.000,00
-------	---------------

6.2 Nos preços computados neste Contrato estão inclusos todos e quaisquer custos necessários ao fiel cumprimento deste instrumento, inclusive todos aqueles relativos a remunerações, encargos sociais, previdenciários e trabalhistas de todo o pessoal da **CONTRATADA** envolvido na execução do objeto, materiais, administração, tributos e emolumentos.

CLÁUSULA SÉTIMA- DO PAGAMENTO E DA ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA

7.1 Os pagamentos serão processados conforme ordem cronológica de pagamento, nos termos disciplinados no art.141 da Lei Federal de nº14.133/21.

7.2 O pagamento será processado mediante apresentação, pela **CONTRATADA**, de fatura, Nota Fiscal relativa à prestação dos serviços e certidões de regularidade cabíveis, bem como consulta à situação de idoneidade da **CONTRATADA**, documentação que deverá estar devidamente acompanhada do **TERMO DE RECEBIMENTO** pelo **CONTRATANTE**;

7.3 O faturamento referente ao objeto deste contrato será efetuado parceladamente, conforme valor baixo definido:

7.3.1 Seis parcelas no montante de R\$ 4.166,66 (quatro mil, cento e sessenta e seis reais e sessenta e seis centavos), relativamente aos serviços de consultoria e assessoria técnica;

7.3.2 Três parcelas no montante de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), relativamente aos serviços de capacitação e treinamento;

7.4 Os pagamentos serão processados no prazo de até 20 (vinte) dias, a contar da data de apresentação da documentação indicada no **item 7.2**, desde que não haja pendência a ser regularizada;

7.4.1 Verificando-se qualquer pendência impeditiva do pagamento, será considerada data da apresentação da documentação aquela na qual foi realizada a respectiva regularização;

7.4.2 No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto a dimensão, qualidade e quantidade, a parcela incontroversa deverá ser liberada no prazo previsto para pagamento;

7.5 As faturas far-se-ão acompanhar da documentação probatória relativa ao recolhimento dos tributos que tenham como fato gerador o objeto consignado na **Cláusula Primeira**;

7.6 O **CONTRATANTE** realizará a retenção de impostos ou outras obrigações de natureza tributária, de acordo com a legislação vigente;

7.7 Os pagamentos serão efetuados através de ordem bancária, para crédito em conta corrente e agência indicadas pela **CONTRATADA**, preferencialmente em banco de movimentação oficial de recursos do Estado da Bahia;

7.8 A atualização monetária dos pagamentos devidos pelo **CONTRATANTE**, em caso de mora, será calculada considerando a data do vencimento da obrigação e do seu efetivo pagamento, de acordo com a variação do INPC do IBGE *pro rata tempore*, observado, sempre, o disposto nos **itens 7.4 e 7.4.1**.

7.8.1 Para efeito de caracterização de mora imputável ao **CONTRATANTE**, não serão considerados eventuais atrasos de pagamento no período de fechamento do exercício financeiro do Estado da Bahia, compreendido entre o final do mês de dezembro e o mês de janeiro do exercício subsequente, decorrentes de circunstâncias alheias à vontade das partes, isto é, por força de bloqueio de rotinas no sistema estadual obrigatoriamente utilizado para a execução dos pagamentos devidos pelo **CONTRATANTE**.

7.9 No ato de liquidação da despesa, os serviços de contabilidade comunicarão aos órgãos da administração tributária as características da despesa e os valores pagos, conforme o disposto no [art. 63 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964](#).

CLÁUSULA OITAVA - DA MANUTENÇÃO DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO- FINANCEIRO DO CONTRATO

8.1 A concessão de reajustamento ocorrerá após o transcurso do prazo de 01 (um) ano da data do orçamento estimado pela Administração, qual seja, 19 de janeiro de 2024, mediante aplicação do INPC/IBGE relativo ao período decorrido entre a referida data e a data da efetiva concessão do reajuste;

8.1.1 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de 01 (um) ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste;

8.1.2 Os valores reajustados incidirão sobre as parcelas de serviços a serem executadas após o prazo de que cuida o item 8.1;

8.1.3 A variação do valor contratual para fazer face ao reajuste de preços será realizada por simples apostila, dispensando a celebração de aditamento;

8.2. O reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro dependerá de requerimento da Contratada quando visar recompor o preço que se tornou insuficiente, devendo ser instruído com a documentação que comprove o desequilíbrio econômico-financeiro do contrato;

8.2.1. O requerimento de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, nas hipóteses do art. 124, II, "d", ou do art. 135 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, deverá ser formulado pelo interessado no prazo máximo de um ano do fato que o ensejou, sob pena de decadência, em consonância com o art. 211 da Lei Federal nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002.

8.2.2. Na hipótese de contratos de fornecimento contínuos, o requerimento de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro deverá ser formulado durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação nos termos do art. 131, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021, sob pena de preclusão;

8.2.2.1. Fica convencionado que, nos casos de contrato de fornecimento contínuos com prazo de vigência superior a 1 (um) ano, o requerimento de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do contrato deverá observar a disposição do subitem 8.2.1;

8.3 O **CONTRATANTE**, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, prorrogável por igual período mediante justificativa, responderá a eventuais pedidos de manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do Contrato apresentado pela Contratada (art. 92, inciso XI, c/c 123, parágrafo único da Lei nº 14.133, de 2021);

8.4 O processo de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro em favor do Contratante deverá ser instaurado quando possível a redução do preço ajustado para compatibilizá-lo ao valor de mercado ou quando houver diminuição, devidamente comprovada, dos preços dos insumos básicos utilizados no

CLÁUSULA NONA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas para o pagamento deste contrato correrão por conta da Dotação Orçamentária a seguir especificada:

Código Unidade Orçamentária/Gestora	Ação (P/A/OE)	Região	Destinação de Recursos (Fonte)	Natureza da Despesa
40.101/0003	2000	9900	1.500.0.100.00000 0.00.00.00	33.90.39.000

CLÁUSULA DÉCIMA - DO MODELO DE GESTÃO E FISCALIZAÇÃO CONTRATUAL

10.1 Na forma das disposições estabelecidas na Lei Federal nº 14.133/2021 e na Lei Estadual/BA nº 14.634/2023, o **CONTRATANTE** designará servidor(es), por meio de Portaria específica para tal fim, para a gestão e fiscalização deste contrato, tendo poderes, entre outros, para notificar a **CONTRATADA** sobre as irregularidades ou falhas que porventura venham a ser encontradas na execução deste instrumento;

10.2 Incumbe à fiscalização acompanhar e verificar a perfeita execução do contrato, em todas as suas fases, competindo-lhe, primordialmente:

10.2.1 Acompanhar o cumprimento dos prazos de execução descritos neste instrumento, e determinar as providências necessárias à correção de falhas, irregularidades e/ou defeitos;

10.2.2 Transmitir à **CONTRATADA** as instruções, e comunicar alterações de prazos ou roteiros, quando for o caso;

10.2.3 Promover, com a presença da **CONTRATADA**, a verificação dos serviços já efetuados, emitindo a competente habilitação para o recebimento de pagamentos;

10.2.4 Esclarecer as dúvidas da **CONTRATADA**, solicitando ao setor competente do **CONTRATANTE**, se necessário, parecer de especialistas;

10.2.5 Manter anotação em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados;

10.2.6 Informar aos seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei Estadual de nº14.634/23; art.12, §2º e Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2º);

10.3 A fiscalização, pelo **CONTRATANTE**, não desobriga a **CONTRATADA** de sua responsabilidade quanto à perfeita execução do objeto contratual.

10.3.1 A ausência de comunicação, por parte do **CONTRATANTE**, sobre irregularidades ou falhas, não exime a **CONTRATADA** das responsabilidades determinadas neste contrato.

10.4 O **CONTRATANTE** poderá recusar, sustar e/ou determinar o desfazimento/refazimento de serviços que não estejam sendo ou não tenham sido executados de acordo com as Normas Técnicas e/ou em conformidade com as condições deste contrato, ou ainda que atentem contra a segurança de terceiros ou de bens.

10.4.1 Qualquer serviço considerado não aceitável, no todo ou em parte, deverá ser refeito pela **CONTRATADA**, às suas expensas;

10.4.2 A não aceitação de algum serviço, no todo ou em parte, não implicará na dilação do prazo de execução, salvo expressa concordância do **CONTRATANTE**.

10.5 Para fins de fiscalização, o **CONTRATANTE** poderá solicitar à **CONTRATADA**, a qualquer tempo, os documentos relacionados com a execução do presente contrato.

10.6 A gestão e a fiscalização contratual observará, ainda, as normas e regulamentos internos do Ministério Público do Estado da Bahia disciplinadores da matéria.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

11.1 Além das determinações contidas na Cláusula **QUARTA - do Regime e da forma de execução** deste contrato e no processo de Dispensa de Licitação que o originou – que aqui se consideram literalmente transcritas, bem como daquelas decorrentes de lei, a **CONTRATADA**, obriga-se a:

11.2 Promover a execução contratual de acordo com as especificações técnicas e exigências constantes no presente contrato, nos locais determinados, nos dias e nos turnos e horários de expediente do **CONTRATANTE**, não podendo eximir-se da obrigação, ainda que parcialmente, atribuindo quaisquer falhas, defeitos ou falta de pessoal e/ou material;

11.2.1 A **CONTRATADA** deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto;

11.3 Prestar diretamente os serviços ora contratados, não os transferindo a outrem, no todo ou em parte, sendo vedada a subcontratação, ainda que parcial, do objeto contratado;

11.4 Dispor de toda mão de obra, veículos, transportes, insumos e materiais necessários à execução e aos fornecimentos objeto deste instrumento;

11.5 Manter sob sua exclusiva responsabilidade toda a supervisão e direção da mão de obra necessária para a completa e eficiente execução dos serviços objeto deste contrato;

11.6 Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para a contratação;

11.7 Assegurar que os serviços objeto deste contrato não sofram solução de continuidade durante todo o prazo da sua vigência;

11.8 Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao **CONTRATANTE**;

11.8.1 A eventual retenção de tributos pelo **CONTRATANTE** não implicará na responsabilização deste, em hipótese alguma, por quaisquer penalidades ou gravames futuros, decorrentes de inadimplemento(s) de tributos pela **CONTRATADA**;

11.9 Emitir notas fiscais/faturas de acordo com a legislação, contendo descrição dos serviços, indicação de quantidades, preços unitários e valor total, observando-se, ainda, o quanto disposto nas **cláusulas quinta e sexta deste instrumento**;

11.10 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo **CONTRATANTE**, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

11.11 Providenciar e manter atualizadas todas as licenças e alvarás junto às repartições competentes que, porventura, sejam necessários à execução do contrato;

11.12 Atender, nos prazos consignados neste instrumento, às recusas ou determinações, pelo **CONTRATANTE**, de refazimento de serviços que não estejam sendo ou não tenham sido executados de acordo com as Normas Técnicas e/ou em conformidade com as condições deste contrato ou do processo de dispensa de licitação que o originou, providenciando sua imediata correção ou realização, sem ônus para o **CONTRATANTE**;

11.13 Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços;

11.14 Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo **CONTRATANTE** ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do serviço;

11.15 Paralisar, por determinação do **CONTRATANTE**, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

11.16 Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

11.17 Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do **CONTRATANTE**, ou do fiscal ou do gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei 14.133/2021;

11.18 Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

11.19 Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do **CONTRATANTE**;

11.20 Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;

11.21 Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;

11.22 Permitir e oferecer condições para a mais ampla e completa fiscalização durante a vigência deste contrato, fornecendo informações, propiciando o acesso à documentação pertinente e à execução contratual, e atendendo às observações e exigências apresentadas pela fiscalização;

11.23 Ministrará curso presencial com a carga horária definida e de acordo com os conteúdos definidos em reunião de alinhamento, no dia e horários estabelecidos;

11.24 Obedecer à programação enviada pelo **CONTRATANTE**;

11.25 Providenciar para que os profissionais compareçam ao local do evento com, no mínimo, 30 (trinta) minutos de antecedência da realização das aulas;

11.26 Garantir que o profissional que ministrará as aulas porventura apresentada na proposta comercial, integrante do corpo técnico da empresa, realiza pessoal e diretamente os serviços objeto deste instrumento;

11.27 Avocar para si os ônus decorrentes de todas as reclamações e/ou ações judiciais ou extrajudiciais, por culpa ou dolo, que possam eventualmente ser alegadas por terceiros contra o **CONTRATANTE**, procedentes do objeto contratado.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

12.1 O **CONTRATANTE**, além das obrigações contidas neste contrato por determinação legal, obriga-se a:

12.2 Fornecer as informações necessárias para que a **CONTRATADA** possa executar plenamente o objeto contratado;

12.3 Realizar os pagamentos devidos pela execução do contrato, nos termos e condições previstos na **cláusula sexta**;

12.4 Permitir o acesso da **CONTRATADA** às instalações físicas do **CONTRATANTE**, nos locais e na forma eventualmente necessários para a execução dos serviços;

12.5 Acompanhar e fiscalizar o fiel cumprimento dos prazos e das condições de realização do presente contrato, notificando a **CONTRATADA**, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas na execução do objeto, para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias;

12.6 Fornecer à **CONTRATADA**, mediante solicitação, atestado de capacidade técnica, quando o fornecimento do objeto atender satisfatoriamente os prazos de entrega, qualidade e demais condições previstas neste Contrato.

12.7 Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste, observando os seguintes prazos:

12.7.1 A administração terá o prazo de até 60 (sessenta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento sobre o qual deverá se manifestar, admitida a

prorrogação motivada, por igual período;

12.7.2 A administração terá o prazo de até 60 (sessenta) dias, a contar da data do requerimento, para responder a eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do contrato;

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO CUMPRIMENTO DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS - LEI N. 13.709/2018

13.1 É vedado às partes a utilização de todo e qualquer dado pessoal repassado em decorrência da execução contratual para finalidade distinta daquela do objeto da contratação, mantendo-se sigilo e confidencialidade, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal.

13.2 A **CONTRATADA** declara que tem ciência da existência da Lei Geral de Proteção de Dados e se compromete a adequar todos os procedimentos internos ao disposto na legislação com o intuito de proteger os dados pessoais repassados pelo **CONTRATANTE**.

13.3 A **CONTRATADA** fica obrigada a comunicar ao **Ministério Público do Estado da Bahia**, em até 24 (vinte e quatro) horas do conhecimento, qualquer incidente de acessos não autorizados aos dados pessoais, situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito, bem como adotar as providências dispostas no art. 48 da LGPD.

13.4 A **CONTRATADA** cooperará com a **CONTRATANTE** no cumprimento das obrigações referentes ao exercício dos direitos dos titulares previstos na LGPD e nas Leis e Regulamentos de Proteção de Dados em vigor e também no atendimento de requisições e determinações do Poder Judiciário, Ministério Público, ANPD e Órgãos de controle administrativo em geral;

13.5 Eventuais responsabilidades das partes serão apuradas conforme estabelecido neste contrato e também de acordo com o que dispõe a Seção III, Capítulo VI da LGPD.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA GARANTIA DA EXECUÇÃO

Não será exigida garantia da execução contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS INFRAÇÕES E DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

15.1 A **CONTRATADA** sujeitar-se-á às sanções administrativas previstas nas Leis Federal nº. 14.133/2021 e Estadual nº 14.634/23, as quais poderão vir a ser aplicadas após o prévio e devido processo administrativo, assegurando-lhe, sempre, o contraditório e a ampla defesa.

15.2 Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, a **CONTRATADA** que:

15.2.1 Der causa à inexecução parcial do contrato;

15.2.2 Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

15.2.3 Der causa à inexecução total do contrato;

15.2.4 Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

15.2.5 Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

15.2.6 Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

15.2.7 Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

15.2.8 Praticar ato fraudulento na execução do contrato;

15.2.9 Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

15.2.10 Praticar ato lesivo previsto no art.5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013;

15.3 Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:

15.3.1 **Advertência**, quando a **CONTRATADA** der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei Federal nº 14.133/2021);

15.3.2 **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nos itens 15.2.2, a 15.2.4 acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §4º, da Lei Federal 14.133/2021);

15.3.3 **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nos itens 15.2.5 a 15.2.9, acima, bem como nas alíneas 15.2.2 a 15.2.4, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei Federal nº 14.133/21);

15.3.4 Multa:

15.3.4.1 Moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

15.3.4.2 Compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, para as infrações descritas nas alíneas 15.2.6 a 15.2.10;

15.3.4.3 Compensatória de 15% (quinze por cento) sobre o valor total do contrato, para as infrações descritas na alínea 15.2.3 e 15.2.4;

15.3.4.4 Para as infrações constantes das alíneas 15.2.1, 15.2.2 e 15.2.5, a multa será de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato;

15.3.4.5 Será admitida medida cautelar destinada a garantir o resultado útil do processo administrativo sancionatório, de forma antecedente ou incidental à sua instauração, inclusive a retenção provisória do valor correspondente à estimativa da sanção de multa;

15.3.4.5.1 O valor da retenção provisória a que se refere o subitem anterior deste artigo não poderá exceder ao limite máximo estabelecido no §3º do art. 156 da Lei Federal nº

14.133, de 2021;

15.4 A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à **CONTRATANTE**;

15.5 Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa;

15.5.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de **15 (quinze) dias úteis**, contado da data de sua intimação;

15.5.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pela **CONTRATANTE** à **CONTRATADA**, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente, conforme o caso;

15.5.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 05 (cinco) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

15.6. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa à **CONTRATADA**, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

15.7. Na aplicação das sanções serão considerados:

15.7.1 A natureza e a gravidade da infração cometida;

15.7.2 As peculiaridades do caso concreto;

15.7.3 As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

15.7.4 Os danos que dela provierem para o **CONTRATANTE**;

15.7.5 A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

15.8 Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, e na Lei Estadual nº 14.634/23, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei;

15.9 A personalidade jurídica do **CONTRATADO** poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

15.10 O **CONTRATANTE** deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

15.11 As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21 e da Lei Estadual de nº 14.634/23.

15.12 Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

16.1 Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021 e da Lei Estadual de nº 14.634/23;

16.2 O **CONTRATADO** é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato;

16.3 As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia análise da Assessoria Jurídica do **CONTRATANTE**, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

16.4 Registros que não caracterizem alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração do termo aditivo, na forma do artigo 136, da Lei 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA EXTINÇÃO DO CONTRATO

17.1 O contrato se extingue quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes;

17.1.1. O contrato pode ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o **CONTRATANTE**, quando este não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem;

17.1.1.2. A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo **CONTRATANTE** nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia;

17.1.1.3. Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

17.2 O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como de forma consensual, assegurados o contraditório e a ampla defesa;

17.2.1 A extinção do contrato poderá ser:

- a) determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta (arts. 138, inciso I, da Lei nº 14.133, de 2021);
- b) consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração (art. 138, inciso II, da Lei nº 14.133, de 2021);
- c) determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial (art. 138, inciso III, da Lei nº 14.133, de 2021);

17.2.1 Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 Lei Federal nº 14.133/2021;

17.2.2 A alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato;

17.2.2.1 Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica **CONTRATADA**, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva;

17.3 O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido de:

17.3.1 Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

17.3.2 Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

17.3.3 Indenizações e multas.

17.4 O contrato poderá ser extinto, ainda:

17.4.1 Caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade **CONTRATANTE** ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação no processo de contratação direta ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

17.4.2 Caso se constate que a pessoa jurídica **CONTRATADA** possui administrador ou sócio com poder de direção, familiar de detentor de cargo em comissão ou função de confiança que atue na área responsável pela demanda ou contratação ou de autoridade a ele hierarquicamente superior no âmbito do órgão **CONTRATANTE**.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA AUSÊNCIA DE VÍNCULO EMPREGATÍCIO

18.1 A utilização de mão de obra, pela **CONTRATADA**, para execução dos serviços objeto do presente contrato não ensejará, em nenhuma hipótese, vínculo empregatício com o **CONTRATANTE**;

18.2 São vedadas à **CONTRATADA** a subcontratação de mão de obra e a transferência a terceiros da execução dos serviços objeto do presente instrumento;

18.2.1 Fica garantido o direito de regresso do **CONTRATANTE**, perante a **CONTRATADA**, para ressarcimento de toda e qualquer despesa trabalhista, previdenciária ou de cunho indenizatório que venha a ser condenado a pagar, na eventual hipótese de vir a ser demandado judicialmente, relativamente à execução do objeto contratual, por qualquer empregado ou subcontratado da **CONTRATADA** ou por qualquer pessoa que, ainda que irregularmente, execute o objeto contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DA PUBLICIDADE

O **CONTRATANTE** será responsável pela publicação deste instrumento nos termos e condições previstas na Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DO FORO

Fica eleito o Foro da Cidade do **Salvador-Bahia**, que prevalecerá sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente Contrato.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

21.1 O **CONTRATANTE** não responderá por quaisquer compromissos assumidos perante terceiros pela **CONTRATADA**, ou seus prepostos, ainda que vinculados à execução do presente Contrato;

21.2 A inadimplência da **CONTRATADA**, com relação a quaisquer custos, despesas, tributos, exigências ou encargos, não transfere ao **CONTRATANTE** a responsabilidade pelo seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do contrato.

21.3 Os casos omissos serão decididos pelo **CONTRATANTE**, segundo as disposições contidas na Lei Federal nº 14.133, de 2021 e Estadual nº 14.634 de 2023 e demais normas federais e estaduais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 12.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos;

21.4 Fica assegurado ao **CONTRATANTE** o direito de alterar unilateralmente o Contrato, mediante justificativa expressa, nas hipóteses previstas na Lei Federal 14.133/21 e na forma de Lei Estadual de nº 14.634/23 para melhor adequação às finalidades de interesse público, desde que mantido o equilíbrio econômico-financeiro original do contrato e respeitados os demais direitos da **CONTRATADA**;

21.5 Não caracterizam novação eventuais variações do valor contratual resultantes de reajustamento/revisão de preços, de compensações financeiras decorrentes das condições de pagamento nele previstas ou, ainda, de alterações de valor em razão da aplicação de penalidades;

21.6 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela **CONTRATADA** com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da **CONTRATADA**, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

21.7 O presente contrato regula-se pelas suas cláusulas e pelos preceitos de direito público, aplicando-se, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado;

E, por assim estarem justos e acordados, assinam o presente Contrato para que produza seus efeitos legais.

Salvador, 2024.

LICITAK CONSULTORIA, ASSESSORIA E GESTÃO LTDA
Annie Kelly Santana do Nascimento Farias
Sócia-Administradora

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA
André Luis Sant'Ana Ribeiro
Superintendente de Gestão Administrativa

(Assinado e datado eletronicamente/digitalmente)



Documento assinado eletronicamente por **ANNIE KELLY SANTANA DO NASCIMENTO FARIAS** em 05/03/2024, às 15:09, conforme Ato Normativo nº 047, de 15 de Dezembro de 2020 - Ministério Público do Estado da Bahia.



Documento assinado eletronicamente por **André Luis Sant'Ana Ribeiro** em 06/03/2024, às 17:08, conforme Ato Normativo nº 047, de 15 de Dezembro de 2020 - Ministério Público do Estado da Bahia.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0976512** e o código CRC **87DD5CFA**.



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

PORTARIA

PORTARIA Nº 075/2024

O SUPERINTENDENTE DE GESTÃO ADMINISTRATIVA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições legais e, considerando o expediente nº 19.09.02330.0000248/2024-75, **RESOLVE**

Designar os servidores para atuarem na gestão e fiscalização do contrato nº 009/2024, relativo à prestação de serviços de consultoria e assessoria ao setor de compras, licitações e contratos do Ministério Público do Estado da Bahia, bem como treinamento in company para formação e capacitação teórico-prática dos servidores envolvidos nos processos de contratação.

GESTOR DO CONTRATO: Monica Fabiane da Silva Sobrinho, matrícula 351.906.

FISCAL ADMINISTRATIVO e SUPLENTE: Paula Souza de Paula Marques, matrícula 353.433 e, como suplente, Carlos Bastos Stucki, matrícula 353.936.

FISCAL TÉCNICO e SUPLENTE: Carina dos Santos Pereira, matrícula 352.528, e, como suplente, Christian Heberth Silva Borges, matrícula 353.486.

Superintendência de Gestão Administrativa do Ministério Público do Estado da Bahia.

André Luís Sant'Ana Ribeiro

Superintendente de Gestão Administrativa

(Datado e assinado eletronicamente)



Documento assinado eletronicamente por **André Luis Sant Ana Ribeiro** em 20/24/, 2, às 16s : 38f 1conArme Nto v ormati° o n7 2à31de : 5 de Dezembro de , 2, 2 - Ministério Público do Estado da Bahia.



A autenticidade do documento pode ser confirmada no site https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_confir&id_orgao_acesso_externo=2 informando o código de verificação **0976538** e o código CRC **33CB5930**.

o no PNCP: 07/03/2024 **Data de assinatura:** 06/03/2024 **Vigência:** de 06/03/2024 a 06/11/2024

13937032000160-2-000053/2024 **Fonte:** Compras.gov.br **Id contratação PNCP:** [13937032000160-1-000184/2024](#)

ço de consultoria e capacitação referente ao novo marco legal instituído pela Lei n.º 14.133/2021.


ementar:

0.101.0003 - Diretoria Administrativa

00

cial: LICITAK CONSULTORIA, ASSESSORIA E GESTAO LTDA **CNPJ/CPF:** 36.598.253/0001-56 **Tipo:** Pessoa jurídica

Histórico

	Data ↕	Tipo ↕	Baixar
pdf	07/03/2024	Contrato	

Pá

Criado pela Lei nº 14.133/21, o Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) é o sítio eletrônico oficial de divulgação centralizada e obrigatória dos atos exigidos em sede de licitações e contratos administrativos de acordo com o novo diploma.

É gerido pelo Comitê Gestor da Rede Nacional de Contratações Públicas, um colegiado deliberativo composto por representantes das entidades estabelecidas no Decreto nº 10.764, de 9 de agosto de 2021.

O desenvolvimento dessa versão do Portal é um esforço conjunto de construção de uma concepção direcionada e homologado pelos indicados a compor o aludido comitê.

A adequação, fidedignidade e correteza das informações e dos arquivos relativos às contratações disponibilizadas no PNCP por força da Lei nº 14.133/2021 são de estrita responsabilidade dos órgãos e entidades contratantes.



131/09. Lei nº 12.527/11 - Lei de Acesso à Informação. Do regime jurídico dos servidores públicos no âmbito federal e estadual: Lei Federal nº 8.112/1990 e Lei Estadual nº 6.677/1994. Atos administrativos. Atos lesivos à administração pública e o campo do direito sancionador: lei nº 4.717/65. Lei nº 8.429/92. Lei nº 12.846/13. Arbitragem, mediação e autocomposição de conflitos no âmbito do direito administrativo. O incentivo à autocomposição de conflitos no âmbito do ministério público. Do termo de ajustamento de conduta. Responsabilidade civil do Estado. Orçamento Público e Responsabilidade Fiscal. Princípios orçamentários e normas constitucionais sobre orçamento público. Lei nº 4.320/64. Lei de Responsabilidade Fiscal. Histórico constitucional e direitos fundamentais. Formas de governo. Formas de estado. Sistemas de governo. Sistemas de estado. Democracia. Constituição. Constitucionalismo. Ativismo Judicial. Poder Constituinte. Normas constitucionais. Hermenêutica. Colisão de normas constitucionais. Mutação constitucional. Princípios fundamentais. Controle de constitucionalidade. Ações constitucionais típicas. Fiscalização contábil, financeira e orçamentária. Imunidades parlamentares. Poder Executivo. Poder Judiciário. Garantias e vedações da magistratura. Lei Orgânica da Magistratura Nacional. Conselho Nacional de Justiça. Ministério Público. Conselho Nacional do Ministério Público. Papel do Ministério Público no controle de convencionalidade de Tratados Internacionais de Direitos Humanos. A defesa do Estado e das instituições democráticas. Finanças públicas na Constituição. Normas orçamentárias na Constituição. Orçamento público. A ordem econômica e financeira. Limitações do poder de tributar. A seguridade social, previdência geral e previdência dos servidores públicos. Fundamentos constitucionais do Sistema Único de Saúde. A imprensa na Constituição. Liberdades públicas, acesso à informação e pluralismo. O meio ambiente. A Constituição do Estado da Bahia.

B) Recuperação de empresas e falência: Abrangência da Lei nº 11.101/05. Modalidades de recuperação. Processo e procedimentos. Disposições comuns à recuperação e à falência. Verificação e habilitação dos créditos concursais. Intervenção do Ministério Público segundo a Lei nº 11.101/05 e o Código de Processo Civil. Decretação e convalidação da recuperação em falência. Recursos. Outras fases do procedimento falencial: administração, integração, depuração e realização do ativo (arrecadação, ação revocatória, pedidos de restituição, embargos de terceiro, liquidação e encerramento). Fase pré-falencial (extinção das obrigações). Disposições penais e respectivos procedimentos da Lei nº 11.101/05.

Mandado de segurança individual e coletivo. Ação civil pública. Mandado de injunção. Habeas data. Ação Popular. Acordo de não persecução cível. Aspectos processuais nas Resoluções do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP).

C) Crimes de Lavagem de Dinheiro (Lei nº 9.613/98) Disposições Penais da Lei nº 8.429/92. Execução Penal. Direitos e Deveres do Sentenciado. Objeto e Aplicação da Lei Penal. Livramento Condicional. Reabilitação. Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/06). Aspectos penais da Lei Anticrime (Lei nº 13.964/2019). Crimes cibernéticos próprios e impróprios. Lei de prevenção e enfrentamento da violência doméstica e familiar contra a criança e o adolescente (Lei nº 14.344/2022).

Direito Processual Penal. Princípios, regras e postulados constitucionais. Garantias constitucionais do Processo Penal. O devido processo penal. Sistemas processuais penais. O devido processo legal. A Constituição Federal e o processo penal brasileiro. A norma processual penal: conceito, classes e características. A aplicação da lei processual penal no tempo e no espaço. Interpretação da lei processual penal. Fontes do Direito Processual Penal. Sistemas de investigação criminal: sujeitos, objeto e atos. O contraditório e a ampla defesa na investigação criminal. A investigação criminal e o Ministério Público. As investigações criminais extrapoliciais. As Comissões Parlamentares de Inquérito. O Juiz investigador.

D) Legislação Institucional: O Ministério Público nas Constituições Federal e do Estado da Bahia. Lei Orgânica Nacional do Ministério Público (Lei nº 8.625/93): disposições gerais, organização do Ministério Público, órgãos de administração, funções dos órgãos de execução, órgãos auxiliares, deveres e vedações dos membros do Ministério Público, vencimentos, vantagens e direitos, carreira e disposições finais transitórias. Lei Orgânica do Ministério Público do Estado da Bahia (Lei Complementar Estadual nº 11/96, com redação modificada por posteriores Leis Complementares Estaduais). Organização, atribuições e estatuto do Ministério Público da União (Lei Complementar nº 75/93): normas de aplicação subsidiária no âmbito dos Ministérios Públicos Estaduais. Lei de Organização Judiciária do Estado da Bahia (Lei Estadual nº 10.845/07): divisão judiciária, órgãos do Poder Judiciário, Tribunal de Justiça, Justiça de primeiro grau, organização, classificação, deveres e atribuições dos serviços auxiliares da Justiça. Resoluções do Conselho Nacional do Ministério Público números 23/2007; 82/2012; 118/2014; 164/2017; 174/2017; 179/2017; 181/2017. 7. Resolução nº 11, de 11 de abril de 2022 do Órgão Especial do Colégio de Procuradores do Ministério Público do Estado da Bahia.

PEDRO MAIA SOUZA MARQUES
Procurador-Geral de Justiça
Presidente da Comissão de Concurso

SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA

DIRETORIA DE CONTRATOS, CONVÊNIOS E LICITAÇÕES

RESUMO DE TERMO DE DISTRATO - CONTRATO Nº 048/2023 - SGA. Processo: 19.09.48071.0002481/2024-08. Parecer jurídico: 085/2024. Partes: Ministério Público do Estado da Bahia e JC Comunicação Visual Ltda, CNPJ nº 35.183.737/0001-71. Objeto do contrato: fornecimento de itens gráficos e de comunicação visual interna e externa, compreendendo confecção, entrega e instalação na capital e/ou região metropolitana de Salvador. Objeto do Distrato: extinção antecipada do ajuste, a partir de 31/01/2024.

PORTARIA Nº 075/2024

O SUPERINTENDENTE DE GESTÃO ADMINISTRATIVA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições legais e, considerando o expediente nº 19.09.02330.0000248/2024-75, RESOLVE

Desi_nar os servidores , ara atuarem na _estão e fiscaliza_ão do contrato nº 009/2024 relativo à , resta_ão de servi_os de consultoria e assessoria ao setor de com , ras licita_ões e contratos do Ministério Público do Estado da Bahia , bem como treinamento in com , an , ara forma_ão e ca , acita_ão teórico- , rática dos servidores envolvidos nos processos de contratação.

GESTOR DO CONTRATO: Monica Fabiane da Silva Sobrinho, matrícula 351.906.

FISCAL ADMINISTRATIVO e SUPLENTE: Paula Souza de Paula Marques, matrícula 353.433 e, como suplente, Carlos Bastos Stucki, matrícula 353.936.

FISCAL TÉCNICO e SUPLENTE: Carina dos Santos Pereira, matrícula 352.528, e, como suplente, Christian Heberth Silva Borges, matrícula 353.486.

Superintendência de Gestão Administrativa do Ministério Público do Estado da Bahia, 06 de março de 2024.

André Luís Sant’Ana Ribeiro
Superintendente de Gestão Administrativa

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO (REPUBLICADO POR INCORREÇÃO)

O Superintendente de Gestão Administrativa do Ministério Público do Estado da Bahia, no uso de suas atribuições, com base no Parecer nº 101/2024, da Assessoria Técnico-Jurídica, HOMOLOGA o PREGÃO ELETRÔNICO Nº 67/2023, UASG 926302, PROCESSO nº 19.09.02677.0018464/2023-45, OBJETO: Aquisição de caminhonetes / picapes, com cabine dupla e tração nas quatro rodas (4x4) para aparelhamento da Coordenação de Transportes do Ministério Público do Estado da Bahia, conforme edital e seus anexos. LICITANTE VENCEDORA: BURITI VEICULOS, PECAS E SERVICOS LTDA, inscrita no CNPJ 07.666.744/0001-99. Salvador-Ba - ANDRÉ LUÍS SANT’ANA RIBEIRO - Superintendente.

DIRETORIA DE GESTÃO DE PESSOAS

Onde se Lê: DJE Nº 3.512 DE 19/02/2024

LICENÇA PRÊMIO DEFERIDA					
MAT.	NOME DO SERVIDOR	PROCESSO SEI	LEI Nº 13.471/2015	PERÍODO DO AFAS- TAMENTO/ QT. DIAS	QUINQUÊNIO
352763	GUILHERME SALES BARBOSA NETO	19.09.01104.0002610/2024-18	Art. 3º	23/02/2024 A 23/05/2024 - 90 DIAS	2014/2019
Leia-se:					
LICENÇA PRÊMIO DEFERIDA					
MAT.	NOME DO SERVIDOR	PROCESSO SEI	LEI Nº 13.471/2015	PERÍODO DO AFAS- TAMENTO/ QT. DIAS	QUINQUÊNIO
352763	GUILHERME SALES BARBOSA NETO	19.09.01104.0002610/2024-18	Art. 3º	23/02/2024 A 22/05/2024 - 90 DIAS	2014/2019

DGP - COORDENAÇÃO DE REGISTROS E BENEFÍCIOS, 07 de março de 2024.

Onde se Lê: DJE Nº 3.521 DE 01/03/2024

LICENÇA MATERNIDADE					
MAT.	NOME DO SERVIDOR	PROCESSO SEI	LEI Nº 13.471/2015	PERÍODO DO AFAS- TAMENTO/ QT. DIAS	QUINQUÊNIO
352984	EMANUELLE THAYANE DE OLIVEIRA RIBEIRO PEREZ	19.09.01053.0004368/ 2024-33	Art. 3º	23/02/2024 A 23/05/2024 - 90 DIAS	2014/2019
Leia-se:					
LICENÇA PRÊMIO DEFERIDA					
MAT.	NOME DO SERVIDOR	PROCESSO SEI	LEI Nº 13.471/2015	PERÍODO DO AFAS- TAMENTO/ QT. DIAS	QUINQUÊNIO
353984	EMANUELLE THAYANE DE OLIVEIRA RIBEIRO PEREZ	19.09.1261.0003668/2024-55	Art. 3º	23/02/2024 A 22/05/2024 - 90 DIAS	2014/2019

DGP - COORDENAÇÃO DE REGISTROS E BENEFÍCIOS, 07 de março de 2024.

LICENÇA MATERNIDADE DEFERIDA						
MAT.	NOME DO SERVIDOR	SEI	ART. LEI 6.677/94	QT. DIAS DEFERIDOS	INÍCIO	TÉRMINO
353726	RUTH CALDAS BORGES SILVA	19.09.02324.0005370/ 2024-48	154	180	23/02/2024	20/08/2024

DGP - COORDENAÇÃO DE REGISTROS E BENEFÍCIOS, 07 de março de 2024.



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

DESPACHO

Encaminhamos o expediente à Unidade gestora, acompanhado da publicação do ajuste no Portal Nacional das Contratações Públicas, para adoção das providências pertinentes.

Registramos, por fim, que, cuidando-se de contratação por instrumento formal de contrato, não se faz necessário o encaminhamento do processo de pagamento a esta Coordenação, vez que o contrato já está publicado, sem necessidade de publicação do empenho.

Paula Souza de Paula Marques

Gerente

Coordenação de Elaboração e Acompanhamento de Contratos e Convênios

Diretoria de Contratos, Convênios e Licitações

Matrícula 353.433



Documento assinado eletronicamente por **Paula Souza de Paula** em 08/03/2024, às 09:38, conforme Ato Normativo nº 047, de 15 de Dezembro de 2020 - Ministério Público do Estado da Bahia.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0986541** e o código CRC **49C0E480**.



SRD	Solicitação de Reserva de Dotação	40101.0003.24.0000044-2
Unidade Orçamentária: 40101 - Superintendência de Gestão Administrativa		
Unidade Gestora: 40101.0003 - Diretoria Administrativa do Ministério Público		
Tipo de Instrumento: Contratos e assemelhados	Modalidade Licitação: Inexigibilidade - Lei Federal 14.133/2021	Objeto: Prestação do serviço de consultoria e capacitação referente ao novo marco legal instituído pela Lei n.º 14.133/2021, SEI n. 19.09.02330.0000248/2024-75
Data do Cadastro: 08/03/2024	Situação: Incluída	Integração Simpas: Não
Responsável da Unidade: MARIA MALIA BORGES FRANCO	E-mail Responsável pela Unidade: AMALIA@MPBA.MP.BR	Telefone do Responsável pela Unidade: 3103-0118
Valor da SRD (R\$) *** 40.000,00	QUARENTA MIL REAIS *** ** * *** ** *	
Justificativa:	Usuário de Alteração:	Data/Hora de Alteração:

DEMONSTRATIVO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA POR EXERCÍCIO		
Exercício:	Dotação:	Valor Anual (R\$):
2024	40101.0003.03.122.503.2000.9900.339039000.15000100000000000000.1	40.000,00

DEMONSTRATIVO DE RESERVA DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA NO EXERCÍCIO				
Exercício:	Dotação:	Saldo para Reserva anterior à SRD (R\$):	SRD - Exercício Corrente (R\$):	Saldo para Reserva após a SRD (R\$):
2024	40101.0003.03.122.503.2000.9900.339039000.15000100000000000000.1	-3.131.662,42	40.000,00	-3.171.662,42



INT		Instrumento Contratual		40101.0003.24.0000036-7	
Unidade Orçamentária: 40101 - Superintendência de Gestão Administrativa					
Unidade Gestora: 40101.0003 - Diretoria Administrativa do Ministério Público					
Tipo de Despesa: Compras e Serviços					
Tipo Instrumento: Ordem de Execução de Serviço		Número da LID: 40101.0003.24.0000044-8		Modalidade Licitação: Inexigibilidade - Lei Federal 14.133/2021	
Objeto: Prestação do serviço de consultoria e capacitação referente ao novo marco legal instituído pela Lei n.º 14.133/2021, SEI n. 19.09.02330.0000248/2024-75					
Data Celebração: 28/02/2024		Data Publicação no DOE: 07/03/2024		Nº do Instrumento no SIGAP: Número do Contrato/Convênio:	
Data Início: 06/03/2024		Data Término: 06/11/2024		Nº SRD: 40101.0003.24.0000044-2 Situação: Ativo	
Nome da Unidade Administrativa (UA): dadm					
Responsável pela UA: MARIA MALIA BORGES FRANCO					
Email do Responsável pela UA: AMALIA@MPBA.MP.BR				Telefone do Responsável pela UA: 3103-0118	
Valor total do Instrumento (R\$) *** 40.000,00				QUARENTA MIL REAIS *** ** *****	

LOTES						
Número do Lote:	Valor do Lote:	Lei Anticalote?:	Retenção da Lei Anticalote:	Tipo de Documento AFM/APS:	Número do Documento AFM/APS:	Valor do Documento AFM/APS:
1	40.000,00	Não				0,00

DADOS CREDOR			
Código:	2024027381		
Nome:	LICITAK CONSULTORIA, ASSESSORIA E GESTAO LTDA		
CPF/ CNPJ:	36.598.253/0001-56	Insc. Estadual:	
Responsável no Credor:	LICITAK CONSULTORIA, ASSESSORIA E GESTAO LTDA	E-mail Responsável:	LICITAKCONSULTORIA@GMAIL.COM

DEMONSTRATIVO POR DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA			
Exercício:	Dotação Orçamentária:	Tipo de Gasto:	Valor (R\$):
2024	40101.0003.03.122.503.2000.9900.339039000.15000100000000000000.1	GERAL	40.000,00

CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO		
Dotação Orçamentária: 40101.0003.03.122.503.2000.9900.339039000.15000100000000000000.1		
Parcela:	Data Vencimento:	Valor (R\$):
1	31/12/2024	40.000,00



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

DESPACHO

Encaminhe-se à DICOFIN - Diretoria de Contabilidade e Finanças o processo de Inexigibilidade de Licitação para conhecimento.

Sem mais, concluímos este processo.



Documento assinado eletronicamente por **Mariana Costa de Abreu** em 31/30/2324, às : 8f0: , com o N° de Protocolo nº 345, de : 8 de Dezembro de 2323 - Ministério Público do Estado da Bahia.



A autenticidade do documento pode ser verificada no site https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_consultar&id_orgao_acesso_externo=3 inserindo o código de verificação **0987580** e o código CRC **FC2C4EAE**.